

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
JUCYENE DAS GRAÇAS CARDOSO

**AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA REGIÃO NORDESTE E SUL DO BRASIL, NOS ANOS
1990 E 2000: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

Uberlândia
2013

JUCYENE DAS GRAÇAS CARDOSO

**AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E POLÍTICAS
PÚBLICAS NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL, NOS ANOS
1990 E 2000: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Uberlândia
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

C268a Cardoso, Jucyene das Graças, 1970 -
2013 Agricultura familiar, plurilateralidade e políticas públicas na região
nordeste e sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000 : trajetórias e desafios /
Jucyene das Graças Cardoso. - 2013.

208 f. : il.

Orientador: Carlos Alves do Nascimento.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia -- Teses. 2. Agricultura familiar -- Teses. 3. Brasil -- Políticas
públicas – Teses. 4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
(Brasil) -- Teses. 5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) -- Teses. 6.
Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil) -- Teses. I. Nascimento,
Carlos Alves do. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

JUCYENE DAS GRAÇAS CARDOSO

**AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA REGIÃO NORDESTE E SUL DO BRASIL, NOS ANOS
1990 E 2000: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Uberlândia, 14 de junho de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelino de Souza
(UFRGS)

Profa. Dra. Vanessa Lopes Teixeira
(UFF)

Prof. Dr. Antonio César Ortega
(IE/UFU)

Profa. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa
(IE/UFU)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
(IE/UFU – Orientador)

Dedico este trabalho a todos/as os/as agricultores/as dos Municípios de Araguari, Canápolis, Coromandel e Indianópolis, do Estado de Minas Gerais, que abriram suas casas e, em muitos casos, suas vidas para o “olhar curioso” da pesquisa acadêmica, entremeando de sangue, suor e sonhos as linhas deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Outono de 2013

Outono, tempo em que os frutos da natureza se apresentam, tempo oportuno para registrar, aqui, os agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram na geração deste trabalho que é fruto de um longo processo de reflexão, dúvidas, descobertas, medos...

Registrar, aqui, os agradecimentos às pessoas que contribuíram com a realização desse trabalho, é vislumbrar o final desse tempo da minha vida. Tempo esse que não é apenas um tempo da vida acadêmica, mas também um tempo de aprendizagem enquanto ser humano que nunca para de se formar. Além dos enriquecimentos teóricos, associados ao tema de pesquisa, grandes foram os aprendizados humanos nesse processo carregado de sabores e des-sabores.

Ao trilhar o caminho de agradecer àqueles e àquelas que colaboraram para que esta tese fosse realizada, o medo de esquecer alguém também me acompanha, pois não gostaria de deixar ninguém de fora desse registro acadêmico.

Talvez, o maior dos aprendizados desse doutorado, na contramão da cultura individualista que se cristaliza na academia, foi o de que essa tese é, em grande medida, fruto da ação externa do que da minha própria atuação. Verdadeiramente, ela não é fruto apenas das minhas mãos. Na construção dessa tese, a generosidade do meu orientador e amigo, **Carlos Alves do Nascimento**, foi decisiva. Sua orientação, sua exortação para que eu me mantivesse “firme” no trabalho, e tivesse coragem, sua sempre disposição para esclarecer minhas indagações a respeito do tema, foram um dos elementos de sustentação para que eu chegassem até aqui. A você, Carlos, meus mais sinceros agradecimentos, certamente, sem sua colaboração, esse trabalho não teria chegado ao fim.

Outra força de sustentação ao longo desse caminho foram as pesquisas de campo, que me fizeram entrar em contato com a vida de pessoas que possibilitaram reconhecer nas durezas e perspectivas de suas vidas de famílias de agricultores familiares, muito daquilo que eu conhecia, de maneira distante, a partir das tantas páginas de livros lidos ao longo do tempo de formação no doutorado. Essas pesquisas deram vida e sentido para a investigação acadêmica, realizada para a construção da tese. Agradeço a essas famílias na pessoa do **Sr. Evandro**, homem simples e sábio, “merecedor” de todo o meu carinho e admiração.

Agradeço a cada mulher e cada homem da sociedade brasileira que, por intermédio da **Capes**, possibilitou que eu me dedicasse integralmente à construção desse trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação, particularmente na pessoa do **Prof. Guilherme Delgado**, cujas aulas foram esclarecedoras na construção da convicção que norteou esta tese, de que é preciso políticas públicas específicas, que tratem de maneira “desigual” os atores sociais integrantes de uma sociedade fundada na desigualdade. Agradeço, ainda, à secretária do Programa, **Tatiana**, pelo carinho e atenção em atender minhas demandas.

Ah, as amigas e os amigos!!! Como não registrar a importância deles ao longo desses meses intensos de dedicação a esse trabalho, que ocupou um tempo tão grande dos meus dias.... A presença deles, os encontros, ainda que mais escassos nos últimos meses, os abraços, as falas de incentivo, foram o meu oásis para os momentos áridos que se fizeram também presentes durante a realização da tese.

Começo agradecendo às minhas amigas do mestrado, que depois de experimentarem um tempo de formação profissional, conseguiram encontrar um caminho para permanecerem juntas e serem sempre presentes na minha vida. Agradecida a vocês: **Darcilene, Edileuza, Marlene, Patrícia e Ester** (“incorporada” nos últimos tempos a esse grupo e integrante da minha turma de doutorado). Vocês foram força, sorrisos, dedicação e companheirismo nessa fase, às vezes, tão sofrida da minha vida. Valeu pelas conversas, de trabalho e de vida, pelos encontros para celebrar a vida nas suas alegrias e tristezas.

Agradeço aos meus amigos e amigas de vida, que me acompanham na realização de muitos outros trabalhos ao longo dessa minha existência. Aqui, então, quero registrar meus agradecimentos à **Olenir, Guilherme, Deise e Osmar** (que atendeu prontamente meu pedido de correção do texto), **Marina, Robson, Marta Maria, José Horácio e Ana Maria**. Vocês são a expressão da presença e da generosidade de Deus na minha vida. Com vocês eu sei que nunca estarei sozinha, sejam quais forem os meus projetos de vida.

Agradeço às amigas e amigos que surgiram ao longo do tempo do doutorado cujas presenças tornaram esse tempo mais leve. À **Samantha** pela alegria, gentilezas e companhia nas pesquisas de campo, que foram momentos de grande aprendizado e ficarão gravados na alma. À **Michelle**, agradeço pela companhia nas tantas horas de trabalho no Núcleo de Estudos Rurais, pela colaboração direta com a tese expressa nas conversas sobre o tema e pela possibilidade de exercitar a arte de ser amiga. Ao **Daniel Jeziorny**, agradeço pelos momentos de carinho que sua presença proporcionou. À **Camila Hermida**, agradeço pela colaboração, pelo trabalho dispensado nesse último mês com a formatação da tese. Ao amigo **André**

Muniz, pela agradável parceria nos artigos acadêmicos e, pela ajuda, fundamental, no trabalho com parte dos dados desta tese. À **Marisa** querida, pela grata surpresa de mesmo aparecendo na fase final desse trabalho ter se tornado tão importante nesse processo.

Quero agradecer, ainda, a algumas amigas que em meio a saborosos cafés animaram minhas tardes, e me incentivaram ao longo desse doutorado: **Soraia, Sandra, Ana Alice e Rita Pastorim**.

Agradecimento, especial, faço à minha família, em particular meu **pai Pedro** e minha **mãe Aparecida** que sempre, sempre, incondicionalmente, apoiaram meus projetos mesmo sem ter a clareza do que eles representavam. Vocês são minha fortaleza e exemplo de seres humanos.

Agradeço ainda aos meus sobrinhos, **Jéssica, Thalita e Pedro Neto**, e a minha irmã **Teta** que suportaram meu mau humor nos momento mais estressantes da tese, sem reclamar tanto e torcer para que a tese acabasse logo.

Agradecer, a cada uma dessas pessoas, é agradecer diretamente a **Deus**, minha força misteriosa, que sempre esteve ao meu lado por meio delas.

RESUMO

Este trabalho objetiva contribuir com os estudos em torno das determinações da pluriatividade e de sua trajetória ao longo dos anos 1990 e 2000 nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil. Neste sentido, mais que se perguntar sobre os motivos explicativos da existência da pluriatividade no Brasil, este trabalho pretende investigar sobre as possibilidades de crescimento da mesma no interior da agricultura familiar nordestina e sulina. Utilizaram-se, na investigação, dados da PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – para o período de 1992 a 1999 e 2001 a 2009 e da metodologia e tipologia de famílias do Projeto Rurbano (IE/Unicamp). Na medida em que a pluriatividade é um conceito que qualifica a realidade da família que desempenha ocupações agrícolas (lado agrícola da pluriatividade) e ocupações não agrícolas (lado não agrícola da pluriatividade), os estudos apontam para o fato de que existiriam elementos explicativos da pluriatividade que seriam intrínsecos e extrínsecos àquelas famílias. A hipótese deste trabalho é que os determinantes intrínsecos (aqueles relacionados com características internas dos membros das famílias, tais como: tamanho da família, idade, escolaridade) não são suficientes para explicar o comportamento da pluriatividade ao longo do tempo. Entende-se que as determinações extrínsecas (aqueles relacionadas ao ambiente econômico, às condições do mercado de trabalho em que as famílias estão inseridas e às políticas públicas direcionadas à agricultura) seriam mais decisivas para o comportamento de crescimento da pluriatividade. Entre as variáveis extrínsecas, a presente tese considera as políticas públicas como sendo as mais importantes para o avanço da pluriatividade ao longo do tempo entre as famílias da agricultura familiar. Reforça-se a importância da atuação do Estado por meio das políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, especialmente para o segmento mais fragilizado dos agricultores familiares, para sua tendência de crescimento. Mais que um ambiente externo não agrícola dinâmico, se faz necessária a ampliação e criação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento dos desafios vivenciados pelos produtores familiares no exercício da atividade agrícola, como forma de promover uma tendência de ampliação do número de famílias pluriativas no interior da agricultura familiar brasileira, minimizando as possibilidades dessas famílias se transformarem em famílias não agrícolas. Cumprem com este papel políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa da Alimentação Escolar (PNAE), que serão investigados neste estudo.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade, políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to studies around the determinations of pluriactivity and its trajectory over the years 1990 and 2000 in the Northeast and South Regions of Brazil. In this sense, more than inquire about the reasons explaining the existence of pluriactivity in Brazil, this work intends to investigate its growing possibilities inside the northeastern and southerner family farming. It was used in the research data from PNAD/IBGE – National Household Sample Survey – for the period 1992 to 1999 and 2001 to 2009 and the methodology and typology of families of Rurbano Project (IE/Unicamp). Since the pluriactivity is a concept that describes the reality of the family that plays agricultural occupations (agricultural side of pluriactivity) and non-agricultural occupations (non-agricultural side of pluriactivity), studies point to the fact that there exist explanatory elements of pluriactivity that would be intrinsic and extrinsic to those families. Our working hypothesis is that the intrinsic determinants (those related to internal characteristics of household members, such as family size, age, education) are not enough to explain the behavior of pluriactivity over time. It is understood that the extrinsic determinations (those related to the economic environment, to the conditions of labor market in which families are embedded and to public policies oriented to agriculture) would be more decisive for the growth behavior of pluriactivity. Among the extrinsic variables, this thesis considers public policies as the most important for the advancement of pluriactivity over time among families of family farming. It reinforces the importance of the State action through public policies directed to the agricultural side of pluriactivity, especially for the more fragile segment of farmers, for its growth trend. More than an external non-agricultural dynamic environment, it is necessary to expand and create public policies aimed to face the challenges experienced by family farmers in the performance of agricultural activity as a way to promote a trend of increasing the number of pluriactive households inside the Brazilian family farming by minimizing the possibilities of these families turn into non-agricultural households. Play this role policies as the National Program for the Strengthening of Family Farming (PRONAF), the Food Acquisition Programme (PAA) and the National Programme on School Feeding (PNAE), which will be investigated in this study.

Key words: family farming, pluriactivity, public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Síntese da dinâmica do número de famílias, segundo posição na ocupação e ramo de atividade, e das variáveis tamanho da família, escolaridade e idade. Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009.....	103
Quadro 2: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	144
Gráfico 1: Agricultores participantes do PAA por grupo do Pronaf, em 2009	150
Gráfico 2: Participação dos agricultores no PAA por grupo do Pronaf e Região Geográfica, em 2009	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	41
Tabela 2: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	45
Tabela 3: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009.....	47
Tabela 4: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	48
Tabela 5: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	49
Tabela 6: Participação relativa (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	51
Tabela 7: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não-ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	53
Tabela 8: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não-ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999, 2002 a 2009	56
Tabela 9: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	78
Tabela 10: Distribuição do número de famílias contas-próprias pluriativas e agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Sul, 2009	80
Tabela 11: Distribuição do número de famílias de empregados não agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Sul, 2009	82
Tabela 12: Evolução do número médio de pessoas da agricultura familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	83
Tabela 13: Distribuição do número de famílias contas-próprias pluriativas e agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Nordeste, 2009	84
Tabela 14: Distribuição do número de famílias de empregados não agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Nordeste, 2009	85
Tabela 15: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009.....	87

Tabela 16: Evolução da idade média dos filhos (e parentes com até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009	89
Tabela 17: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas por tipos de famílias, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	90
Tabela 18: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas (Agricultura Familiar), segundo faixas de idade, escolaridade: Sul (Rural Agropecuário), 2009	92
Tabela 19: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de empregados não agrícolas, segundo faixas de idade, escolaridade: Sul (Rural Agropecuário), 2009	93
Tabela 20: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	95
Tabela 21: Evolução da idade média dos filhos e parentes (até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	96
Tabela 22: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009	97
Tabela 23: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas (Agricultura Familiar), segundo faixas de idade, escolaridade: Nordeste (Rural Agropecuário), 2009	100
Tabela 24: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de empregados não agrícolas, segundo faixas de idade, escolaridade: Nordeste (Rural Agropecuário), 2009	101
Tabela 25: Participação relativa dos estabelecimentos do Grupo "B" do PRONAF no interior da agricultura familiar por regiões do Brasil – 2006	114
Tabela 26: Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2009 (Em %)	115
Tabela 27: Participação regional de grandes grupos no total de recursos liberados pelo PRONAF no período de 2000 a 2009	118
Tabela 28: Evolução da renda agrícola média e da renda total ^b média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 1995 a 1999. (R\$ de Set./1999)	124
Tabela 29: Evolução da renda agrícola média e da renda total média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1995 a 1999. (R\$ de Set./1999)	126
Tabela 30: Evolução da renda média agrícola dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul e Nordeste, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)	133
Tabela 31: Evolução da renda média total dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul e Nordeste, 2002 a 2009. (R\$ de Set./2000)	134

Tabela 32: Execução Orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	145
Tabela 33: Presença absoluta e relativa de municípios com presença do PAA, por região, no ano de 2011.....	146
Tabela 34: Participação das regiões no total dos recursos para o PAA administrados pela CONAB, em valores absolutos e relativos e taxas de variação anual (2003 a 2011).....	148
Tabela 35: Número de municípios, por extrato de renda, que possuem receita média até o valor do contrato do PNAE (R\$9.000,00)	156
Tabela 36: Valores máximos e mínimos, por região, dos recursos do FNDE para o PNAE no ano de 2010 e 2011	158
Tabela 37: Total de municípios com recursos do FNDE maior que R\$100.000,00, com e sem DAP Jurídica, em 2011.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	24
A DINÂMICA DA PLURIATIVIDADE NO INTERIOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ANOS 1990 E 2000 NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL: O DEBATE EM TORNO DE SUAS DETERMINAÇÕES	24
Introdução	24
1.1 Revisitando o debate acerca da pluriatividade no interior da agricultura familiar	25
1.2 Procedimentos metodológicos na construção da tipologia das famílias rurais	36
1.3 Dinâmica dos tipos de famílias rurais da Região Nordeste e Sul do Brasil, nos períodos de 1992 a 1999 e 2001 a 2009, a partir das informações da PNAD	40
À Guisa de Finalização do Capítulo	60
CAPÍTULO 2	63
A PLURIATIVIDADE E O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS RELACIONADAS ÀS CARACTERÍSTICAS INTERNAS DAS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NAS REGIÕES NORDESTE E SUL: AS INFLUÊNCIAS DA TEORIA CHAYANOVIANA	63
Introdução	63
2.1 O pensamento de Chayanov acerca da economia camponesa e as influências de sua teoria nos estudos sobre a agricultura familiar e a pluriatividade no Brasil	65
2.1.2 A pluriatividade no interior do pensamento chayanoviano: (des) construindo as relações existentes	73
2.2 A pluriatividade e o comportamento das variáveis relacionadas às características internas das famílias da agricultura familiar nas Regiões Nordeste e Sul	75
2.2.1 A dinâmica do tamanho da família e sua relação com a dinâmica da pluriatividade	76
2.3 A trajetória da idade e da escolaridade das famílias rurais: buscando “tecer” as relações com o comportamento da pluriatividade	86
2.3.1 A realidade das famílias da Região Sul do Brasil	86
2.3.2 A realidade das famílias da Região Nordeste do Brasil	95
À Guisa de Finalização do Capítulo	102
CAPÍTULO 3	106
A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL PARA O SEGMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ALCANCES, DESAFIOS E INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL SOBRE A PLURIATIVIDADE	106

Introdução	106
3.3 O financiamento da agricultura familiar no Brasil: políticas alternativas ao crédito público utilizando-se das compras governamentais.....	139
3.3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas relações com o fortalecimento da agricultura familiar	142
3.3.2 O horizonte aberto pelo Programa de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar brasileira: possibilidades e desafios	152
À Guisa de Finalização do Capítulo	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICE	180

INTRODUÇÃO

A pluriatividade é um tema que surge no contexto da realidade europeia, cuja origem está associada aos estudos dos *part-time farmers*, no interior da modernização da agricultura e da especialização produtiva do trabalho. Ganha importância, especialmente a partir dos anos 1970, tanto no meio acadêmico quanto pelas autoridades políticas e econômicas.

Conforme Mann e Dickinson (1987) e Graziano da Silva (1999), o progresso tecnológico na agricultura possibilitou a redução dos tempos de trabalho, por exemplo, na criação de máquinas que permitiram uma maior colheita em menor tempo, gerando um “tempo livre/sobrante”, no qual o trabalhador não estaria ocupado na produção propriamente dita. Tal realidade possibilitou que, no interior das famílias rurais, um número menor de indivíduos fosse necessário para a realização das atividades agropecuárias, liberando os outros para se inserirem em outras atividades rurais ou urbanas que lhes possibilitessem maiores níveis de renda.

Segundo Graziano da Silva (1999, p.08), “Há outro elemento que viria a se somar ao crescimento da atividade agropecuária em tempo parcial para garantir a pluriatividade no meio rural dos países desenvolvidos, que é a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas”.

No caso das sociedades europeias, a importância da pluriatividade pode ser melhor compreendida a partir de alguns elementos: primeiro, ela passa a ser vista como um instrumento importante para conter o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, que com a intensificação da produção reduz, consideravelmente, a força de trabalho agrícola. Segundo, ela se apresenta como um meio importante na preservação da estrutura agrária europeia baseada na agricultura familiar, uma vez que cria condições para a permanência das famílias no campo. Terceiro, a pluriatividade é entendida como elemento capaz de realizar um dos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC), que é o de equiparar o nível de renda da população rural com a população urbana (CEE, 1988; PARLAMENTO EUROPEO, 1998).

Segundo Nascimento (2005), na União Europeia a pluriatividade é claramente uma construção política, no sentido de que as políticas agrícolas da PAC criaram as condições necessárias para a proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do

tempo. Dessa forma, o avanço da pluriatividade no meio rural desses países pode ser compreendido a partir do crescimento das atividades em tempo parcial, juntamente com o avanço das atividades não agrícolas, atrelado às políticas públicas direcionadas para o não abandono das famílias rurais do lado agrícola da pluriatividade. Pode-se dizer que, a pluriatividade consiste na interação de duas realidades: uma vinculada às ocupações agrícolas, lado agrícola da pluriatividade, e outra associada às ocupações não agrícolas, lado não agrícola da pluriatividade. É importante destacar que, sempre que neste trabalho se fizer referência ao lado agrícola da pluriatividade, o termo agrícola refere-se não apenas à atividade agrícola propriamente dita, mas também às atividades ligadas à pecuária.

O avanço da pluriatividade no meio rural reforça sua importância não apenas para as economias europeias, como também para as economias de outros países, e colabora para que o tema se consolide como elemento de pesquisa de importantes pesquisadores e instituições. No Brasil, os estudos acadêmicos são relativamente recentes, e o tema da pluriatividade ganha espaço na agenda de pesquisa de alguns pesquisadores, especialmente nos anos 1990. Entre eles destacam-se, Kageyama (1998); Graziano da Silva (1999); Souza (2000); Schneider (2003); Sacco dos Anjos (2003); Nascimento (2008); Lima (2008); Conterato (2008); Teixeira (2009) e Pereira (2010). As pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Rurbano denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, coordenado pelo Prof. José Graziano da Silva, do IE/UNICAMP, consolidaram nova fase de investigação acerca do tema e das “novidades” no mundo rural.

A pluriatividade é um conceito que qualifica a realidade da família que desempenha ocupações agrícolas e não agrícolas e, portanto, os estudos apontam para o fato de que existiriam elementos explicativos da pluriatividade que seriam intrínsecos e extrínsecos àquelas famílias. Os determinantes intrínsecos seriam aqueles relacionados com características internas dos membros das famílias¹, tais como: tamanho da família, idade, escolaridade, entre outros. Os determinantes extrínsecos seriam aqueles relacionados, por exemplo, ao ambiente econômico, às condições do mercado de trabalho em que as famílias estão inseridas e às políticas públicas direcionadas à agricultura.

No Brasil, o aumento da produtividade do trabalho na agricultura, fruto dos avanços tecnológicos experimentados pelo setor, a partir dos anos 1960, decorrentes da chamada

¹ Existiriam, também, elementos relacionados às características da própria unidade produtiva familiar, que aqui não serão abordados. Sobre tais características, ver, entre outras, Schneider (2003).

Revolução Verde, provocou, assim como nos países desenvolvidos, uma redução das oportunidades de emprego agrícola no meio rural. As políticas públicas, direcionadas à agricultura brasileira nesse período, favoreceram a geração de um modelo agrícola que beneficiou os médios e grandes produtores localizados no eixo centro-sul do país e as culturas de exportação (DELGADO, 1985). A agricultura organizada em torno do trabalho familiar, em meio ao movimento de modernização da agricultura brasileira, ficou marginalizada nas formulações das políticas públicas direcionadas ao setor agrícola.

Somente a partir dos anos noventa do século passado, iniciou-se um processo de mudança em termos de formulações de políticas públicas, que tem como centro a agricultura familiar, aqui entendida como atividade agrícola caracterizada pela gestão e trabalho estruturado em base familiar. No caminho dessa mudança, destaca-se a Constituição de 1988, que favoreceu o processo de universalização da previdência social no campo por meio da criação do Segurado Especial da Previdência Social. Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto das pressões dos atores sociais ligados à agricultura familiar, e que evidencia o processo de conquista dos agricultores familiares, na medida em que passam a ter suas demandas reconhecidas institucionalmente pelos organismos públicos.

A política agrícola diferenciada no Brasil, compreendida como aquela direcionada aos agricultores familiares, é consagrada com a Lei Agrícola n. 8.171/91, resultante das mudanças regulatórias promovidas pela Constituição de 1988. Conforme Delgado (1994, p.11): “O princípio da diferenciação pressupõe tratamento político distinto às categorias de agricultores familiares, com o que se reconhece implicitamente a desigualdade desse grupo social com relação à chamada agricultura patronal.”

Na busca de políticas públicas diferenciadas para os agricultores familiares é importante destacar a ação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – na definição, em 1994, no Governo do então Presidente Itamar Franco, do Programa de Viabilização da Pequena Propriedade. Nas análises de Navarro (2010),

(...) este programa não se centrava exclusivamente no tema do crédito diferenciado para os pequenos produtores, mas continha uma série de diagnósticos e recomendações em diversas áreas de ação governamental, como seguro rural, cooperativismo, associativismo, extensão rural, pesquisa, ações em infra-estrutura, educação rural, entre outros (NAVARRO, 2010, p.194).

Ainda conforme esse autor, o programa representou uma das primeiras ações públicas para os, então chamados, pequenos produtores e que muito influenciou as medidas adotadas no interior da considerada primeira política pública abrangente de financiamento à agricultura familiar, o PRONAF. Esse programa consolidou o uso da expressão agricultura familiar no interior dos espaços governamentais e do meio acadêmico. Para Mattei (2006),

(...) a criação do Pronaf representa a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI, 2006, p.14).

Na esteira do reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais, em 2006 foi sancionada a Lei da Agricultura Familiar, Lei 11.326/2006, que reconhece legalmente esse grupo expressivo da agricultura nacional. Os resultados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciam a importância da agricultura familiar no total dos estabelecimentos agropecuários, 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, e no fornecimento de alimentos ao mercado interno, mesmo ocupando apenas 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros²: 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos e 21% da produção de trigo.

Os anos 2000 trazem uma novidade, em termos de política pública direcionada à agricultura familiar, que vai para além do crédito à realização da produção, estabelecido pelo PRONAF. Tal novidade é representada pela configuração de uma ação pública estruturada no uso das compras governamentais como mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, criando, dessa forma, um mercado institucional para tais produtos. No interior dessas políticas e atrelado aos objetivos de segurança alimentar, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, a partir de 2009, passa a ter obrigações legais de adquirir produtos oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar no percentual de, no mínimo, 30% dos recursos federais repassados às escolas estaduais e municipais.

Diante desse novo cenário e no interior do debate acerca da melhor compreensão do que venha a ser a agricultura familiar, uma realidade marcada pela diversidade e não

² Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar - Primeiros Resultados – IBGE.

homogeneidade de seus atores, e das possibilidades de fortalecimento da mesma, ganha destaque a questão do papel da pluriatividade. Com base nisso, a investigação aqui realizada assume relevância na medida em que o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da pluriatividade, pode representar a permanência de um conjunto expressivo de famílias no campo e a consolidação de um modelo de desenvolvimento com maior inclusão social.

Como já destacado, o tema da pluriatividade está associado às análises em torno do avanço das atividades não agrícolas no interior das famílias rurais, estando tais análises vinculadas, dentre outros aspectos, a um debate em torno da ressignificação do termo rural. O rural não pode ser mais compreendido como expressão do setor agropecuário (SARACENO, 1996), mas como um espaço estruturado por relações intersetoriais, portanto, um espaço mais complexo e de caráter multifuncional onde a separação entre rural e urbano deve ser feita apenas para efeito de análise, e não compreendida como uma realidade (ABRAMOVAY, 2000; CONTERATO, 2008).

Diante desse cenário, o presente trabalho procura responder à seguinte questão: quais seriam as principais determinações do comportamento da pluriatividade, as variáveis intrínsecas ou as extrínsecas, nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil que, conforme o Censo Agropecuário de 2006, representam as duas maiores regiões no total dos estabelecimentos agropecuários familiares? A hipótese deste trabalho é que os determinantes intrínsecos não são suficientes para explicar o comportamento da pluriatividade ao longo do tempo, naquelas duas regiões brasileiras e que, portanto, as determinações extrínsecas seriam mais decisivas para o comportamento de crescimento da pluriatividade. Entre as variáveis extrínsecas, a presente tese considera as políticas públicas como sendo as mais importantes para o avanço da pluriatividade ao longo do tempo entre as famílias da agricultura familiar.

Reforça-se a importância da atuação do Estado por meio das políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, especialmente para o segmento mais fragilizado dos agricultores familiares, para sua tendência de crescimento. Mais que um ambiente externo não agrícola dinâmico, se faz necessário a ampliação e criação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento dos desafios vivenciados pelos produtores familiares no exercício da atividade agrícola, como forma de promover uma tendência do número de famílias pluriativas no interior da agricultura familiar brasileira.

Assim sendo, e com base nas análises de Nascimento (2008), em que a pluriatividade, a partir da experiência europeia, seria uma “construção política” e que a queda na trajetória da

pluriatividade na região Sul, nos anos 90, seria fruto da menor presença de políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, esta pesquisa sugere que o avanço e ampliação das políticas públicas, observada nos anos 2000, influenciariam a trajetória da pluriatividade no sentido de sustentação e/ou ampliação do número de famílias pluriativas nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Neste sentido, mais que se perguntar sobre os motivos explicativos da existência da pluriatividade no Brasil, visto que ela é uma realidade presente em todas as regiões brasileiras (NASCIMENTO, 2008), este trabalho pretende investigar os determinantes e a trajetória da pluriatividade nos anos 90 e 2000 nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Com vistas a cumprir tal objetivo o trabalho está organizado em mais três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. Utilizou-se na investigação dados da PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – para o período de 1992 a 1999 e 2001 a 2009 e da metodologia e tipologia de famílias do Projeto Rurbano (IE/Unicamp), em que as mesmas são assim classificadas: i) famílias segundo a posição na ocupação: empregadores com mais de dois empregados, empregadores com até dois empregadores, contas-próprias e empregados; e ii) famílias segundo o ramo de atividade: agrícolas, pluriativas e não agrícolas. Com base na metodologia do Projeto Rurbano, considera-se como famílias de agricultores familiares o conjunto de famílias agrícolas e pluriativas integrantes das famílias com até 02 empregados e das famílias de contas-próprias.

No Capítulo Primeiro faz-se um resgate bibliográfico acerca do debate em torno da questão da pluriatividade, procurando evidenciar, por meio da literatura acerca do tema, as relações entre a agricultura familiar e o papel da pluriatividade, para em seguida apresentar a análise acerca da evolução dos tipos de famílias rurais nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil nos anos 1990 e 2000. Embora o centro da atenção recaia sobre as famílias pluriativas no interior da agricultura familiar, entende-se ser imprescindível empreender, para a análise da evolução desse tipo familiar, uma análise conjunta e, portanto, comparada de todo o universo de tipos familiares que compõem a estrutura de famílias do meio rural das Regiões analisadas, conforme tipologia adotada.

O Capítulo Segundo cumpre o objetivo de analisar o comportamento da pluriatividade, tendo em vista variáveis que retratam aspectos relativos à composição das famílias, tais como: escolaridade (média de anos de estudo), tamanho da família (número médio de pessoas) e idade média das mesmas. Resgata-se, aqui, parte das formulações do pensamento

chayanoviano que é, em grande medida, utilizada por autores que centram suas análises nessas variáveis para o estudo da pluriatividade entre as famílias da agricultura familiar. Essas variáveis representariam os determinantes intrínsecos da pluriatividade e, portanto, neste capítulo investigam-se as relações entre o comportamento destas variáveis e a dinâmica da pluriatividade assumida nas duas regiões em análise. Tendo em vista a hipótese central do trabalho, indaga-se, aqui, a respeito das possibilidades das variáveis intrínsecas em explicarem o comportamento da pluriatividade ao longo dos períodos investigados.

No Capítulo Terceiro busca-se verificar a consistência da hipótese deste trabalho de que a dinâmica da pluriatividade, nas duas principais regiões de agricultura familiar do Brasil, estaria em grande medida associado ao comportamento das políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da mesma. Ademais, na perspectiva deste trabalho, com base em estudos de Nascimento (2008; 2010), as políticas públicas constituiriam, respeitadas as diversidades regionais envolvidas nessas duas unidades geográficas em análise, um dos principais fatores para uma tendência de crescimento da pluriatividade no interior das Regiões Nordeste e Sul do Brasil, principalmente em um contexto de ampliação das oportunidades de ocupação em atividade não agrícolas para as famílias residentes no rural brasileiro. Assim sendo, no Capítulo Terceiro, investigam-se as principais políticas de financiamento da agricultura familiar no âmbito do crédito, por meio do PRONAF e no âmbito da comercialização, por intermédio de dois Programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vistas a identificar possíveis relações com a dinâmica assumida pelo conjunto das famílias pluriativas nordestinas e sulinas ao longo dos anos 1900 e 2000.

Tendo em vista que uma das marcas da literatura internacional e nacional está na análise da pluriatividade, na perspectiva do avanço das ocupações não agrícolas, procura-se, aqui, evidenciar que a possibilidade da pluriatividade atuar, de maneira efetiva, para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira está atrelada ao desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o lado agrícola da pluriatividade. Assim sendo, considera-se que a relevância deste trabalho repousa na contribuição com os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil, oferecendo uma reflexão que possa colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas para esse segmento da agricultura brasileira e para o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DA PLURIATIVIDADE NO INTERIOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ANOS 1990 E 2000 NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL: O DEBATE EM TORNO DE SUAS DETERMINAÇÕES

Introdução

No interior do debate acerca da melhor compreensão do que venha a ser a agricultura familiar, uma realidade marcada pela diversidade e não homogeneidade de seus atores e das possibilidades de fortalecimento da mesma, ganha destaque a questão do papel da pluriatividade, termo esse designado para expressar a realidade de uma família em que seus membros desenvolvem atividades agrícolas e atividades não agrícolas, seja dentro ou fora do estabelecimento agropecuário.

A partir das mudanças ocorridas nas ocupações das famílias rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1999; DEL GROSSI, 1999) e na direção da compreensão dos elementos explicativos da pluriatividade, vários estudos buscam avaliar quais seriam os determinantes da mesma. Visto que a pluriatividade é um conceito que qualifica a realidade da família que desempenha ocupações agrícolas e não agrícolas, existiriam elementos explicativos que seriam intrínsecos e extrínsecos àquelas famílias.

Com o propósito de investigar os elementos determinantes extrínsecos da evolução da pluriatividade e não as explicações acerca da sua existência nas mais diversas regiões brasileiras, o capítulo foi organizado, além desta introdução, em três seções: a primeira seção resgata o debate em torno do tema da pluriatividade, procurando evidenciar, por meio da literatura acerca do tema, as relações entre a agricultura familiar e a pluriatividade.

Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados ao longo deste capítulo para a análise relativa dos tipos de famílias rurais das Regiões Nordeste e Sul, bem como a explicação para os períodos temporais selecionados para a investigação relativa às determinações da pluriatividade.

A terceira seção tem por objetivo analisar a dinâmica das famílias rurais das Regiões Nordeste e Sul do Brasil, pois embora o centro da atenção recaia sobre as famílias pluriativas no interior da agricultura familiar, entende-se ser imprescindível empreender, para a análise

da evolução desse tipo familiar, uma análise conjunta e, portanto, comparada, de todos os tipos familiares que compõem o conjunto de famílias do meio rural das regiões analisadas. Dessa forma, as famílias são analisadas segundo a posição na ocupação dos membros das famílias, sendo classificadas em: empregadora com mais de 02 empregados, empregadora até 02 empregados, contas-próprias, empregados e famílias de não-ocupados. Analisa-se, ainda, a dinâmica das famílias rurais segundo os ramos de atividades em que elas estão inseridas: agrícola, pluriativa e não agrícola.

Por fim, uma seção onde são tecidos alguns comentários, sem a pretensão de serem conclusivos, mas que objetivam ser articuladores entre as duas seções anteriores e que sinalizam a direção dos capítulos posteriores.

1.1 Revisitando o debate acerca da pluriatividade no interior da agricultura familiar

A pluriatividade é um tema que surge no contexto da realidade europeia, cuja origem está associada aos estudos dos *part-time farming* (agricultura a tempo parcial), no interior da modernização da agricultura e da especialização produtiva do trabalho. Segundo Graziano da Silva (1999), o ator social que emerge dessa nova agricultura, o *part-time farmer* não é mais somente um agricultor ou um pecuarista, mas um trabalhador que integra formas diversas de ocupação.

Para Fuller (1990), o termo pluriatividade indicaria uma redefinição do conceito de agricultura a tempo parcial, numa perspectiva mais ampliada das atividades produtivas, não ligadas à agricultura, realizadas pela unidade familiar e não mais apenas pelo responsável da unidade produtiva, dentro ou fora do estabelecimento³. Ainda conforme esse autor, a pluriatividade seria expressão das seguintes possibilidades de atividades para a unidade familiar: possibilidades de trabalho em outras atividades agrárias; atividades no interior da própria unidade produtiva, aquelas consideradas como para-agrárias, diretamente ligadas à atividade agrícola, como a transformação de alimentos; atividades também no interior da

³ Para Fuller (1990), além dessa mudança de enfoque quanto ao universo de estudo da pluriatividade para a família, contribuíram para o avanço dos estudos acerca da pluriatividade na Europa a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e os estudos realizados pelo “Arkleton Trust Project”.

unidade produtiva como aquelas relacionadas ao artesanato e ao turismo e as atividades fora da agricultura e da unidade produtiva.

O debate em torno desse tema ganha importância, especialmente a partir dos anos 1980, tanto no meio acadêmico quanto pelas autoridades políticas e econômicas. Nos países desenvolvidos, a pluriatividade foi resultado do processo de modernização da agricultura e do papel das políticas públicas para esse segmento. Conforme Mann e Dickinson (1987) e Graziano da Silva (1999), o progresso tecnológico na agricultura possibilitou a redução dos tempos de trabalho, por exemplo, na criação de máquinas que permitiram uma maior colheita em menor tempo, gerando um “tempo livre/sobrante”, no qual o trabalhador não estaria ocupado na produção propriamente dita. Tal realidade possibilitou que, no interior das famílias rurais, um número menor de indivíduos fosse necessário para a realização das atividades agropecuárias, liberando os outros para se inserirem em outras atividades rurais ou urbanas que lhes possibilitassem maiores níveis de renda.

Segundo Graziano da Silva (1999, p.08), “Há outro elemento que viria a se somar ao crescimento da atividade agropecuária em tempo parcial para garantir a pluriatividade no meio rural dos países desenvolvidos, que é a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas”. Cabe ressaltar que o crescimento das atividades em tempo parcial, juntamente com o avanço das atividades não agrícolas, deve ser compreendido como o não abandono do lado agrícola da pluriatividade nos países desenvolvidos, em especial, dos países europeus, graças às políticas públicas direcionadas a esse segmento no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) (NASCIMENTO, 2008). Conforme estudo desse autor acerca da PAC:

(...) O que se pretende sustentar, na verdade, é que a reforma da PAC contém o potencial de estimular mais pluriatividade na UE “não” porque a reforma possui um conteúdo mais voltado para a promoção de medidas destinadas ao desenvolvimento rural (políticas de investimento em infraestruturas, promoção de ORNAS⁴ etc.), embora sejam necessárias, mas, sobretudo, porque mantém o compromisso de continuar apoiando numerosos pequenos produtores, os quais, sem esse apoio (financeiro) veriam suas explorações comprometidas com o tempo e, com elas, a perspectiva de crescimento da pluriatividade (NASCIMENTO, 2008, p.49-50).

No caso das sociedades europeias, a importância da pluriatividade pode ser melhor compreendida a partir de alguns elementos: primeiro, ela passa a ser vista como um instrumento importante para conter o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, que com a intensificação da produção reduz, consideravelmente, a força de trabalho

⁴ ORNAS – Ocupações Rurais Não Agrícolas.

rural. Segundo, ela se apresenta como um meio importante na preservação da estrutura agrária europeia baseada na agricultura familiar, uma vez que cria condições para a permanência das famílias no campo. Terceiro, a pluriatividade é entendida como elemento capaz de realizar um dos objetivos da PAC (Política Agrícola Comum), que é o de equiparar o nível de renda da população rural com a população urbana.

Essas funções da pluriatividade reforçam sua importância não apenas para as economias europeias, como também para as economias de outros países, e colaboram para que o tema se consolide como elemento de pesquisa de importantes pesquisadores e instituições. No Brasil, os estudos acadêmicos são relativamente recentes, e o tema da pluriatividade ganha espaço na agenda de pesquisa de alguns pesquisadores, especialmente nos anos 1990. Entre eles destacam-se, Kageyama (1998); Graziano da Silva (1999); Mattei (1999); Souza (2000); Schneider (2003); Sacco dos Anjos (2003); Nascimento (2008); Lima (2008); Conterato (2008); Teixeira (2009) e Pereira (2010). As pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Rurbano, denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, coordenado pelo Prof. José Graziano da Silva do IE/UNICAMP, consolidaram nova fase de investigação acerca do tema e das “novidades” no mundo rural.

O debate em torno do tema da pluriatividade começa também a ganhar espaço em instituições públicas oficiais do país, com destaque para a realização do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em agosto de 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em que um dos painéis centrais foi: “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”.

A despeito das divergências, as análises da maioria dos pesquisadores acima destacados, são convergentes em apontar para uma nova “ruralidade” em função das mudanças processadas no interior do cenário chamado de rural. As atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento agropecuário, bem como as ocupações das pessoas constitutivas das famílias rurais, apresentam uma diversidade⁵ antes não existente na realidade rural. Simultaneamente, outra novidade da realidade que tradicionalmente é chamada de rural, é o crescimento da participação das rendas advindas de atividades não agrícolas no total da renda das famílias rurais (ver GRAZIANO DA SILVA, 1999).

⁵ Atividades como restaurantes, pousadas, pesque-pague, atividades de lazer relacionadas à questão ambiental vão se tornando comum na realidade do chamado rural. Alguns membros das famílias passam a desenvolver atividades fora do estabelecimento agropecuário e o rural para eles transforma-se apenas em lugar de moradia.

Conforme Del Grossi (1999), o avanço das atividades não agrícolas ocorreu em todas as regiões do Brasil, a despeito das diferenças regionais, e foram fundamentais no processo de manutenção dos trabalhadores rurais, haja vista a estagnação das ocupações agrícolas particularmente no período de 1981-1995, especialmente nas regiões de agricultura mais moderna. A partir dos dados da PNAD para esse período, o autor citado constrói um *ranking* para as principais ocupações não agrícolas no meio rural, destacando que apesar da relevância dessas ocupações, elas evidenciam a baixa qualificação profissional dos ocupados nessas atividades:

São elas em ordem decrescente: Serviços Domésticos, Pedreiros, Serviços Conta-Própria, Professores de Primeiro Grau (inicial), Balconistas Atendentes, Motoristas, Ajudantes de Pedreiros, Serventes Faxineiros, Ajudantes Diversos, Costureiros Alfaiates, Forneiros em Olarias, Ambulantes e Diversos. Essas ocupações constituem mais de 50% do total das ocupações não agrícolas dos residentes das áreas rurais brasileiras, e mais uma vez é possível ressaltar que quase todas são profissões que requerem baixa qualificação profissional e baixa escolaridade (DEL GROSSI, 1999, p.162).

O termo pluriatividade, que aparece inicialmente como um termo técnico – Carneiro (2006) -, é então utilizado em grande medida quando se analisa a dinâmica de diversificação das ocupações das famílias rurais. Ela evidencia, no interior da modernização da agricultura, o processo de intensificação da integração das famílias rurais nos mercados de trabalho não agrícola. A pluriatividade deixa em evidência que o rural não pode mais ser resumido ao agropecuário e que, em função das distintas dinâmicas entre regiões e no próprio interior delas, a pluriatividade pode assumir aspectos, intensidades e condicionantes diversos (CONTERATO, 2008). Deixa, ainda, em evidência que a associação entre o local de moradia e a atividade exercida pelas pessoas, por exemplo, rural e atividade agrícola, urbano e atividade não agrícola, são insatisfatórias frente às novas características do chamado novo rural.

Para Conterato (2008), a pluriatividade representa uma das mais relevantes estratégias de diversificação das famílias rurais, bem como a representação singular de inserção dessas famílias em um contexto de ampliação das atividades não agrícolas no meio rural e, a depender do processo de mercantilização dessas famílias, a pluriatividade assume diferenças regionais. Assim sendo, a pluriatividade expressaria a integração das famílias rurais aos circuitos mercantis não apenas pela via da venda de produtos, mas também pela via da venda da força de trabalho.

Alguns dos trabalhos sobre a temática da pluriatividade, conforme investigação de Schneider (2003) tem como hipótese “(...) que a pluriatividade e as atividades não agrícolas que ocorrem no meio rural podem estar contribuindo para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção vislumbre novos mecanismos de garantia de sua reprodução material e, até mesmo, a ampliação de sua importância na estrutura social” (SCNEIDER, 2003, p.29).

Pode-se, assim, dizer que há um processo de ressignificação do espaço rural em termos de lugar de vida e de trabalho das famílias rurais, e ao mesmo tempo ficam evidenciados, de um lado, os limites da atividade agrícola em garantir renda e ocupação a essas famílias e, de outro lado, o crescimento das ocupações não agrícolas no interior das famílias rurais (TEIXEIRA, 2009). Conforme a autora:

Embora as práticas não agrícolas sempre estivessem presentes na sociedade rural, o termo pluriatividade é recente na academia, e deve ser entendido a partir de um contexto socioeconômico específico, identificado como “ruralidade contemporânea”. Distinta, portanto, do recurso às atividades não agrícolas inseridos na reprodução social camponesa (TEIXEIRA, 2009, p. 11).

A pluriatividade, então, sinaliza para uma realidade que quebra a ideia tradicional de que os membros de uma família, que vivem em uma propriedade no meio rural, estariam todos envolvidos com a mesma atividade produtiva, qual seja a agropecuária, que é a fonte única da renda dessa mesma família. Ademais, a pluriatividade evidencia também a complexidade de classificação no meio rural, em termos sociais e profissionais, pois possibilita que uma pessoa possa ser, ao mesmo tempo, um trabalhador autônomo e assalariado.

Nascimento et al (2011), a partir de pesquisa empírica com agricultores familiares da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, constata que nos períodos mais importantes da atividade agrícola como o plantio e a colheita, aqueles agricultores atuavam mais como empregador, por meio da contratação de trabalhadores, ainda que temporários, do que como trabalhador autônomo que realiza a atividade produtiva, fundamentalmente, por meio do trabalho familiar. Nesse cenário, talvez resida uma das grandes novidades da então chamada nova ruralidade.

Para Schneider (2003), a pluriatividade é entendida como uma característica da agricultura familiar contemporânea e uma forma de afirmação desses atores sociais no ordenamento agrário do capitalismo atual e não representa uma realidade marginal e

transitória para as famílias dos agricultores familiares. Para o autor, entre outros, a pluriatividade representaria uma estratégia de reprodução das famílias rurais frente às mudanças no meio rural, especialmente quanto ao crescimento das atividades não agrícolas. Na mesma direção desse autor, para Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade é vista como um elemento positivo para a “sustentabilidade dos espaços rurais”.

Convergindo com os autores acima citados, e tendo por base uma experiência regional, para Conterato, Castilho e Silva e Koppe (2007),

(...) a pluriatividade pode ser considerada como parte constituinte dos modos de vida das populações rurais e não como algo efêmero ou conjuntural e o reconhecimento da sua importância é fundamental para identificar as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul (CONTERATO; CASTILHO E SILVA, KOPPE, 2007, p.07).

Em virtude das diferenças regionais e, portanto, de dificuldades de definição de uma forma padrão de existência da pluriatividade, como já destacado por autores acima citados, Schneider (2007, p.19), ao analisar a pluriatividade no âmbito nacional - utilizando de dados das PNADs para o período de 2001-2005 - relativiza o caráter não marginal da pluriatividade entre as famílias rurais, anteriormente destacado em seu trabalho (ver Schneider, 2003). No trabalho inicialmente citado, o autor reconhece a possibilidade de que a pluriatividade possa representar apenas uma fase transitória das famílias agrícolas mais pobres para a condição de famílias não agrícolas, ainda que o autor aponte para o fato de que tal constatação careça de maiores investigações. Nascimento et al (2010), analisando o comportamento de agricultores familiares de dois municípios da microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, constataram que lá, entre algumas famílias, a pluriatividade apresentava-se como fase de transição de famílias de agricultores até o abandono total da atividade agrícola e, por vezes, da própria saída delas do meio rural, constatando entre aquelas famílias o caráter marginal da pluriatividade.

Ainda na esteira das várias possibilidades de existência da pluriatividade, para alguns estudiosos, como evidenciado acima, a pluriatividade estaria relacionada com os processos de modernização da agricultura. Portanto, a modernização da agricultura seria condição necessária para sua existência, como no caso da Região Sul do Brasil. A liberação de mão de obra envolvida na atividade agrícola, fruto da modernização da agricultura que possibilita aumento da produtividade do trabalho, atrelada ao processo de interiorização de setores

industriais, como o caso da indústria têxtil em Santa Catarina⁶, da indústria calçadista no Rio Grande do Sul⁷, colaboraram para que nessa região a pluriatividade fosse significativamente um fenômeno presente e atrelada a esse movimento de interiorização de setores não agrícolas - o que teria inclusive favorecido o grande número de trabalhos acadêmicos acerca da pluriatividade na Região Sul.

Todavia, essa não parece ser uma questão consensual, pois, para Nascimento (2008), o avanço dos processos de industrialização difusa evidenciou não uma ampliação das famílias pluriativas entre as famílias de agricultores familiares sulinas nos anos 1990, mas, sim, um processo de conversão das famílias de agricultores familiares em famílias não agrícolas. Ademais, as pesquisas desse autor evidenciaram que a pluriatividade no Nordeste, uma região em que a modernização da agricultura não assumiu a abrangência entre os agricultores, existia e apresentava-se como estratégia de enfrentamento da pobreza. Ela não seria, portanto, fruto do aumento da produtividade do trabalho agrícola, mas sim uma estratégia de sobrevivência das famílias nordestinas de agricultores mais pobres.

Essa realidade deixa claro as dificuldades em se investigar os motivos e os elementos que explicam a existência ou não da pluriatividade no interior de um país marcado por profundas desigualdades regionais. Reforça, portanto, a relevância de se investigar quais os determinantes da pluriatividade que influenciam sua trajetória entre as famílias rurais da agricultura familiar.

Apesar das divergências, das necessidades de aprofundamento teórico sobre o conceito de agricultura familiar que, segundo Navarro (2010), não se apresentava como categoria relevante, como elemento conceitual do pensamento social na trajetória das ciências sociais, parece existir um consenso quanto à importância da pluriatividade no interior da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural. Assim sendo, dadas as mudanças ocorridas nas ocupações das famílias rurais e na direção da compreensão dos elementos explicativos da pluriatividade, alguns estudos buscam avaliar quais seriam esses determinantes.

Segundo Mattei (1999), a literatura internacional especializada acerca dos estudos da pluriatividade aponta algumas explicações para que uma família possa ter mais de uma atividade produtiva. A essas razões, o autor denomina de “**efeitos promotores da pluriatividade**”, que podem ser de

⁶ Ver Mattei, 1998 e Schneider, 2003.

⁷ Ver Schneider, 2003 e Sacco dos Anjos, 2003.

(...) **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **natureza social** (nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer outras funções comunitárias, etc.); de **natureza pessoal** (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, turismo rural, áreas de preservação ambiental, etc.) (MATTEI, 1999, p.13).

Diante desses fatores promotores da pluriatividade, e na medida em que a mesma é um conceito que qualifica a realidade da família que desempenha ocupações agrícolas e não agrícolas, os estudos apontam para o fato de que existiriam elementos explicativos que seriam intrínsecos e extrínsecos àquelas famílias. Destaca-se, a seguir, um conjunto de autores nacionais que investigaram as determinações da pluriatividade.

Os determinantes intrínsecos, como apontados por Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (2003), apoiados na concepção teórica chayanoviana, estariam relacionados com características internas dos membros das famílias, tais como: tamanho da família, idade, escolaridade, entre outros. O autor reconhece a importância do mercado de trabalho, mas centra os elementos determinantes da pluriatividade nas dinâmicas internas às famílias.

O trabalho de Schneider (2003) busca investigar se a pluriatividade, na perspectiva da agricultura familiar, é uma característica intrínseca (estrutural) das famílias ou uma estratégia de reprodução delas diante dos condicionamentos externos, das oportunidades colocadas aos indivíduos daquelas famílias.

Já outros autores, a partir de conclusões de estudos de caso de municípios na Região Sul, como Mattei (1999) e Souza (2000), consideram como centrais os determinantes extrínsecos da pluriatividade. Tais determinantes poderiam ser destacados como aqueles relacionados ao ambiente econômico, às condições do mercado de trabalho em que as famílias estão inseridas, e às políticas públicas direcionadas à agricultura.

Analizando a pluriatividade no município de Blumenau/SC Mattei (1999) apresenta a seguinte conclusão:

(...) a incidência da pluriatividade no município de Blumenau guarda menos correspondência com as variáveis relacionadas às estruturas internas das famílias e está mais articulada ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão da pluriatividade (MATTEI, 1999, p149).

Na mesma direção aponta a investigação de Souza (2000) para a explicação da pluriatividade:

(...) não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar (...) [de modo que] as características do entorno social rural desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias consolidando um tipo de desenvolvimento e de integração particular (SOUZA, 2000, p. 300-301).

Na avaliação de Kageyama (1998), Sacco dos Anjos (2003) e Conterato (2008), a compreensão dos determinantes da pluriatividade perpassa a interação de elementos tanto externos como internos às famílias consideradas pluriativas. Conterato (2008), em seu trabalho, reconhece a importância dos requisitos relacionados aos indivíduos, concepção eminentemente endógena da pluriatividade, mas procura analisar a pluriatividade sob o seu ângulo externo a partir da dinâmica das economias locais e a diversidade e o dinamismo dos setores econômicos.

Em seu trabalho, Sacco dos Anjos (2003) admite como hipótese que

(...) a pluriatividade se trata de estratégia específica que adotam as famílias rurais e que expressa o processo geral de adaptação às condições impostas pela reestruturação do setor agrário e do meio rural, no qual a agricultura familiar, enquanto forma social específica de produção, sofre um amplo e profundo processo de redefinição (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.06).

No prólogo do livro desse autor feito por Eduardo Moyano Estrada, autor importante no debate acerca do desenvolvimento territorial europeu, o mesmo também destaca a interação de um conjunto de elementos internos e externos às famílias, considerados fundamentais para que a pluriatividade possa cumprir seu papel dinamizador do desenvolvimento nas regiões rurais. Nas palavras de Moyano:

(...) há que reconhecer que as formas de articulação entre a agricultura pluriativa e o resto da economia são muito diversificadas, dependendo das condições naturais de cada território, das estruturas sociais pré-existentes, das atitudes diante das mudanças, da disponibilidade de infra-estrutura viárias e de comunicação, bem como da presença do Estado através das políticas públicas, fatores estes que inevitavelmente influenciam as estratégias familiares dos agricultores (SACCO DOS ANJOS, 2003, prólogo).

A pluriatividade, portanto, apresenta-se como elemento importante para o processo de desenvolvimento rural, ao possibilitar a diversificação de ocupação dos membros das famílias rurais, tanto interna como externamente às suas unidades de produção. Assegura, portanto, estabilidade e diversificação das fontes de renda das famílias rurais que estariam mais

atreladas às atividades agropecuárias e que, por isso, apresentariam maior instabilidade da renda auferida em virtude das particularidades da atividade agrícola. Desta forma, a pluriatividade favoreceria possibilidades de permanência das famílias no meio rural e de maior dinamismo desse espaço.

Ainda que a pluriatividade apresente potencialidades significativas para o desenvolvimento do meio rural, cabe destacar que, embora ela possa ser, sim, uma estratégia importante para o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2007; CONTERATO, 2008), não necessariamente ela representaria uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, pois as famílias de agricultores familiares, dadas as novas oportunidades de emprego não agrícola, podem se transformar em famílias não agrícolas.

Dentre as potencialidades da pluriatividade, conforme Graziano da Silva (1999), Echeverría (2001) e Carneiro (2006), entre outros, pode-se destacar a possibilidade de estabilização das rendas recebidas pelas famílias agrícolas, haja vista a sazonalidade e a insegurança climática própria dessa atividade; a pluriatividade atuaria na direção de ampliação da renda recebida pelas famílias em função da diversificação de suas fontes de renda, tanto agrícola quanto não agrícola; a pluriatividade poderia colaborar no processo de redução da migração campo-cidade, pois estabelece as possibilidades de emprego de membros da família em outra atividade que não a agrícola, sem que isso implique em saída do meio rural⁸, favorecendo o desenvolvimento de outras atividades profissionais entre os membros da família não afeitos à atividade agrícola; a pluriatividade favorece uma maior dinâmica local em função da integração do mercado de trabalho agrícola e não agrícola; a pluriatividade favorece o processo de ressignificação do espaço rural, pois ela evidencia que o meio rural não é apenas espaço da atividade agropecuária, mas também espaço de moradia, de valorização ambiental, gastronômica, artesanal e de lazer. Mediante essas potencialidades, a pluriatividade é destacada entre estudiosos do tema como instrumento importante para o desenvolvimento rural.

O reconhecimento da importância da pluriatividade insere-se no âmbito do consenso de que o rural é mais amplo e complexo do que o setor agropecuário, e de que a pluriatividade entre as famílias da agricultura familiar pode cumprir um papel importante no interior do desenvolvimento rural. A consensualidade reside na compreensão de que “(...) o

⁸ É importante destacar que o avanço dos meios de transporte e de comunicação exerce papel decisivo nesse processo de redução da migração campo-cidade.

desenvolvimento rural passa cada vez mais a ser entendido como um processo multisectorial, que envolve atividades agrícolas e não agrícolas, e multifuncional, porque cumpre, simultaneamente, funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais" (CONTERATO, 2008, p.137).

Para que a pluriatividade desempenhe esse papel, contribuindo para o processo de desenvolvimento rural, bem como se consolide como estratégia de reprodução da agricultura familiar frente às mudanças operadas no meio rural, defende-se, aqui, como hipótese central deste trabalho, que para tanto é fundamental a ampliação e fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade. Caso contrário, fica ameaçada a possibilidade das famílias pluriativas permanecerem na atividade agrícola e, portanto, compromete-se o avanço da pluriatividade pelo seu lado mais frágil, o agrícola, frente ao avanço das famílias não agrícolas no meio rural decorrente do crescimento das oportunidades não agrícolas, especialmente entre pequenos e médios municípios⁹.

Assim sendo, a seção dois deste trabalho busca investigar o comportamento da pluriatividade no interior da agricultura familiar, bem como a dinâmica das demais famílias rurais. É importante frisar, na direção do que já foi apontado por Nascimento (2008), de que um dos nortes desta investigação está menos em detectar a existência da pluriatividade e, mais em averiguar o comportamento da mesma no que diz respeito à sua trajetória, bem como as suas possibilidades de expansão ao longo do tempo.

A diferença desta pesquisa em relação àquelas que reconhecem que as determinações da pluriatividade estariam relacionadas com os determinantes extrínsecos, é que aqui o elemento externo central, para compreender o comportamento da pluriatividade, está na ação pública em termos de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que favoreçam a realização das atividades agrícolas, particularmente em contextos de ampliação das oportunidades não agrícolas às famílias rurais. Reconhece-se a importância dos elementos associados às características das pessoas que compõem as famílias rurais para a pluriatividade, mas indaga-se acerca da limitação desses elementos em entender o comportamento da mesma ao longo do tempo, especialmente, quando se pensa em possibilidades de ampliação da pluriatividade no meio rural, possibilitando que a mesma

⁹ Del Grossi (1999) destaca que a predominância das ocupações não agrícolas, nos médios e pequenos municípios, reforça o fato de que esse fenômeno não deve ser entendido como fruto de uma desatualização dos limites legais urbano-rural, tampouco influencia estatística das regiões metropolitanas sobre a PNAD, pois a maioria dessa população reside em áreas exclusivamente rurais.

possa atuar como mecanismo de reprodução, sustentação das famílias de agricultores familiares.

Nesse sentido, como será destacado na seção seguinte, utiliza-se nesta investigação os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹⁰, a despeito da mesma não possibilitar uma visão mais pormenorizada da pluriatividade, detectando suas particularidades em níveis de maior desagregação espacial para além dos estados da federação. Todavia, a PNAD possibilita detectar o comportamento da pluriatividade ao longo de vários anos e, assim, verificar qual a trajetória que a mesma vem construindo nas duas principais regiões de agricultura familiar do Brasil: o Nordeste e o Sul.

1.2 Procedimentos metodológicos na construção da tipologia das famílias rurais

A despeito da existência de um debate no interior de trabalhos de pesquisadores importantes para o estudo da agricultura familiar, como Carneiro (1999), em torno do conceito de família – núcleo familiar ou núcleo doméstico¹¹ - nossa pesquisa, com bases na metodologia desenvolvida pelo Projeto Rurbano/Unicamp, utiliza a denominação de família extensa como unidade de análise da pluriatividade. Tal denominação entende a família como um grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que convivem em um lugar, algo próximo, então, ao denominado grupo doméstico acima mencionado. A família extensa constituiria, então, um núcleo de consumo e de renda entre as pessoas que vivem no mesmo ambiente e tomam decisões com base em um orçamento monetário comum. Portanto, a unidade de análise da pluriatividade é a família extensa que compreende além das pessoas que formam o núcleo familiar, os parentes e as pessoas agregadas que convivem em um mesmo domicílio¹².

¹⁰ A PNAD é uma pesquisa realizada anualmente e de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹¹ Na unidade familiar prevalecem as relações de parentesco que formam um núcleo familiar. Já o grupo doméstico é entendido como um conjunto de pessoas, parentes ou não, que vivem em um mesmo lugar e compartilham decisões de consumo e de produção.

¹² Para a construção do conceito de família extensa não foram incorporados da variável **v0401** (condição no domicílio) da PNAD, os pensionistas, os empregados domésticos e seus parentes. Portanto, foram utilizadas as classificações de 01 a 05 daquela variável, quais sejam: 01 – pessoa de referência; 02 – cônjuge; 03 – filho; 04 – outro parente; e 05 – agregado.

A pluriatividade é, portanto, uma realidade das famílias que integram em seu interior pessoas (ou pelo menos uma) que trabalham em atividades agrícolas e outras (ou outra) que se ocupam em atividades não agrícolas. Essa pluriatividade é chamada de pluriatividade intersetorial, mas também se considera neste trabalho a denominada pluriatividade tradicional, ou seja, aquela situação de famílias em que, em seu interior, existem pessoas (ou pelo menos uma) que trabalham em atividades agrícolas como conta-própria, ou empregador até 02 empregados e outras (ou outra) que se ocupam em atividades agrícolas como empregados.

Esta seção objetiva justamente analisar os tipos de famílias no interior das regiões rurais não metropolitanas do Nordeste e Sul do Brasil, verificando a evolução do conjunto das famílias de agricultores familiares no total das famílias extensas domiciliadas nas áreas denominadas de “rural agropecuário”¹³. Para tanto, utiliza-se os microdados da PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – para o período de 1991 a 1999 e 2002 a 2009, e a metodologia e tipologia de famílias do Projeto Rurbano (IE/Unicamp). Esse projeto, formalmente denominado de “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, foi desenvolvido por um conjunto de pesquisadores que buscaram avaliar as transformações no emprego e na renda das famílias rurais em 11 estados brasileiros, visando detectar, como o próprio título do projeto sugere, as novidades do mundo rural brasileiro, desde os anos de 1990, a partir das informações coletadas pela PNAD/IBGE¹⁴.

Em relação aos anos noventa do século XX, o período de análise compreenderá os Governos de Itamar Franco (1992¹⁵-1995) e 1º e parte do 2º Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1999). No que diz respeito aos anos 2000, o período investigado envolve o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009)¹⁶. Cabe destacar, desde já, que, na medida em que grande parte das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar foi constituída no Governo Lula, a despeito do PRONAF ter sido criado no Governo FHC no ano de 1996, a análise de praticamente todo o período daquele governo favorece a

¹³ As áreas censitárias, consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusive aglomerado rural. O rural agropecuário, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A ideia de separar o rural agropecuário é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são, por excelência, espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

¹⁴ A produção científica gerada pelas pesquisas do Projeto Rurbano pode ser encontrada no site: <http://www.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano>.

¹⁵ Cabe relembrar que Itamar Franco só assume no final de dezembro e que no período em que a PNAD foi realizada, em 1992, Fernando Collor era ainda presidente.

¹⁶ O ano de 2002, setembro/2002, também fará parte do período em análise.

investigação deste trabalho acerca do papel das políticas públicas no avanço da pluriatividade entre as famílias da agricultura familiar. Dessa forma, considera-se que esses períodos possibilitarão reconhecer o caminho da política pública, direcionada a um segmento específico da agricultura brasileira em termos de avanços e desafios nos anos 1990 e 2000.

O período temporal aqui escolhido exclui os anos de 2000¹⁷ e 2001. Isso é justificado em função do fato de que a PNAD, a partir de 2002, adequou sua metodologia de classificação de ocupações de pessoas conforme os procedimentos de análise utilizados pela Classificação Brasileira de Ocupação Domiciliar (CBO) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE). Diante dessa mudança, classificações de atividades antes utilizadas na PNAD de 2001, apresentavam divergências em relação ao ano de 2002.

Conforme a tipologia definida pelo Projeto Rurbano, as famílias são classificadas, inicialmente, segundo a posição na ocupação, podendo ser chamadas de: empregadores com mais de dois empregados, empregadores com até dois empregados, contas-próprias, empregados e não-ocupados.

Essa tipologia foi assim estabelecida: caso haja na família algum indivíduo que seja empregador, essa família é classificada como empregadora com até dois empregados, ou como empregadora com mais de dois empregados. Inexistindo na família um empregador, mas havendo pelo menos um membro da mesma que seja conta-própria, ela é classificada como conta-própria. Não existindo nenhum empregador, tampouco um membro conta-própria, mas ao menos uma pessoa trabalhando como assalariada na semana de referência da PNAD, essa família é considerada, pela metodologia do Rurbano, como família de empregados. Não havendo nenhum membro ocupado na família, naquela semana, ela é então considerada de não-ocupados.

Outra forma de classificar as famílias rurais refere-se ao ramo de atividade em que elas estão inseridas e, enquanto tal, elas podem ser tipificadas em: agrícola, pluriativa e não agrícola. Para esclarecer essa tipologia, utiliza-se como exemplo as famílias de contas-próprias. Antes de prosseguir, cabe destacar, que os exemplos a serem dados a seguir se verificam para todos os outros tipos familiares, segundo sua posição na ocupação, como mencionados acima.

¹⁷ Nesse ano não houve realização da PNAD em função da execução do Censo Demográfico/2000.

Caso exista numa família de conta-própria pelo menos um indivíduo ocupado na agricultura e nenhum outro fora dela, então essa família é classificada como conta-própria agrícola. Todavia, se nessa família existir pelo menos um membro na atividade agrícola e ao menos outro ocupado em atividade considerada não agrícola, essa família será classificada como conta-própria pluriativa¹⁸. Se houver na família pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família considerada conta-própria não agrícola.

Definiu-se, então, a agricultura familiar da seguinte forma: unidades familiares empregadoras (com no máximo dois empregados permanentes), e unidades familiares de conta-próprias, dedicadas total ou parcialmente às atividades agropecuárias. Assim sendo, do ponto de vista do ramo de atividade, no interior daqueles dois tipos de famílias, fazem parte da agricultura familiar aquelas famílias classificadas como agrícolas e pluriativas.

A verificação que será feita para descobrir se existe ou não uma tendência na evolução do número de famílias e de pessoas nas Tabelas que serão apresentadas ao longo do texto, é baseada em um modelo de regressão log-linear contra o tempo¹⁹, com a seguinte especificação (baseado em NEDER, 2000):

$$Y_t = \varphi e^{\theta t}$$

Onde:

Y_t : o valor da estimativa da PNAD para o ano t

φ : um parâmetro a ser estimado da regressão

θ : um parâmetro a ser estimado da regressão

e : a base dos logaritmos naturais

t : o tempo (ano da PNAD; $t = 2002, 2003, \dots, 2008$)

¹⁸ É considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não se considera pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas).

¹⁹ Esse modelo de regressão log-linear é utilizado para a determinação de taxas de crescimento *ao longo do tempo* e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal – de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar à subestimação ou superestimação da taxa de crescimento, conforme Neder (2000). Os leitores poderão encontrar maiores detalhes, com exemplos empíricos, do modelo log-linear em Neder (2000), Hoffmann (2000) e Gujarati (2006).

Uma vez que esse modelo é não-linear, para transformá-lo em um modelo de regressão linear, aplica-se o logaritmo natural nos dois lados da expressão, obtendo-se o seguinte modelo log-linear:

$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t$ ou $Y'_t = \varphi' + \theta t$ (onde: $\ln Y_t = Y'_t$; $\ln \varphi = \varphi'$) (θ : estimativa do coeficiente de regressão)

A taxa de crescimento média *ao ano* estimada para *o período* em análise – ou seja, não apenas em um ponto do tempo – é igual a:

$$[(e^\theta - 1) \times 100]$$

Por fim, o teste t é utilizado para testar a significância do parâmetro θ , uma vez que pode ocorrer que o teste t para a hipótese de que $\theta = 0$ não seja significativo, o que implica em que, nesse caso ($\theta = 0$ ou $e^\theta = 1$), ao nível de significância adotado, deve-se concluir que os dados não permitem rejeitar a hipótese de que Y_t não tem tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada. Ocorrendo $\theta > 0$ ou $\theta < 0$, pode-se falar, então, em tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada (HOFFMANN, 2000).

Conforme a metodologia acima descrita, a seção que segue apresenta o universo das famílias rurais das Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

1.3 Dinâmica dos tipos de famílias rurais da Região Nordeste e Sul do Brasil, nos períodos de 1992 a 1999 e 2001 a 2009, a partir das informações da PNAD

A Tabela 1 apresenta a evolução do número das famílias domiciliadas nas áreas rurais das Regiões Nordeste e Sul, ao longo dos dois grandes períodos em análise: 1992 a 1999 e de 2001 a 2009. Nessas duas regiões, antes de avaliarmos o comportamento dos tipos familiares, é importante salientar que, tanto nos anos 1990 como nos anos 2000, presencia-se um crescimento do número total das famílias rurais nas duas regiões, com destaque para as taxas nordestinas que são maiores que as identificadas entre as famílias rurais sulinas.

Tabela 1: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL							
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% a.a.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO												
RURAL AGROPECUÁRIO												
Empregadora com mais de 2 empregados	10	8	-1,6	-2,1	11	22	4,1	5,0 **				
Agrícola	2	2	--	--	3	4	--	--				
Pluriativo	5	2	--	--	5	7	--	--				
Não-agrícola	3	4	--	--	2	11	--	3,9 **				
Empregadora com até 2 empregados	98	77	-2,4	-0,3	50	56	-3,3	3,5				
Agrícola	54	39	-1,8	1,1	25	31	-4,2	2,7				
Pluriativo	40	29	-4,3 **	-3,5	21	16	-6,9 **	1,2				
Não-agrícola	4	9	--	--	3	10	--	--				
Conta-Própria	1615	1411	1,6 **	-1,9 ***	772	620	-2,0 ***	-1,8 ***				
Agrícola	924	739	1,7	-3,5 ***	566	408	-2,9 ***	-3,0 ***				
Pluriativo	598	490	0,7	-2,1 ***	169	162	-2,2 **	0,3				
Não-agrícola	93	183	5,9 ***	9,1 ***	37	51	9,4 ***	1,6				
Empregados	846	1096	-0,1	4,4 ***	353	403	3,2 ***	3,0 ***				
Agrícola	593	618	-2,6 *	1,4 *	185	153	0,5	0,9				
Pluriativo	112	142	1,4	4,6 ***	47	64	-1,0	3,1 *				
Não-agrícola	140	336	5,8 *	12,2 ***	121	187	7,6 ***	5,0 ***				
Não-ocupado na semana	290	659	1,7	13,0 ***	73	176	6,4 ***	8,6 ***				
TOTAL	2859	3251	1,0 ***	2,2 ***	1258	1277	0,2	1,0 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

No Nordeste, a taxa de crescimento significativa²⁰ das famílias do rural agropecuário foi de 1,0% a.a., no período de 1992-1999, e de 2,2% a.a., no período de 2001-2009. No Sul, o crescimento das famílias rurais foi menos expressivo nos dois períodos, apresentando, nos anos de 1990, estabilidade (sentido estatístico) no número das famílias rurais e, nos anos 2000, a taxa de crescimento foi de apenas 1,0% a.a., conforme evidenciado na Tabela 1.

Diante do cenário de crescimento do número de famílias rurais, os dados da Tabela 1 permitem identificar a dinâmica dos tipos familiares que se apresentam no interior do conjunto das famílias rurais. A análise acerca da evolução do número das famílias extensas, nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil, evidencia que, segundo a posição na ocupação, no Nordeste, nos anos de 1990, foram as famílias de contas-próprias o único tipo familiar que

²⁰ A adjetivação “significativa/o” para as taxas de crescimento está relacionada ao seu sentido estatístico, ao nível de significância do teste t que se utiliza na análise dos dados, e tem por objetivo verificar se o comportamento dos dados analisados aponta para alguma tendência (crescimento ou queda). O uso de asteriscos juntos às taxas indica uma situação de tendência da variável em análise e, quando as mesmas não estiverem acompanhadas de asteriscos, significa que elas não são estatisticamente significativas e, portanto, não representam nenhuma tendência – o que deve ser entendido como uma estabilidade no comportamento dos dados.

apresentou taxa de crescimento significativa de 1,6% a.a. No período de 2002-2009, foram as famílias de empregados e não-ocupados que apresentaram tendência de crescimento com taxas de 4,4% a.a. e 13,0% a.a., respectivamente.

Já na região Sul, nos dois períodos em análise, o destaque está nas famílias de empregados e de não-ocupados. No período de 1992-1999, as famílias de empregados cresceram 3,2% a.a., e as de não-ocupados cresceram 6,4% a.a. Nos anos 2000, as famílias de empregados sulinas continuaram apresentando taxa de crescimento de 3,0% a.a., mas perdendo para o crescimento das famílias de empregadores com mais de dois empregados, 5,0% a.a. As famílias de não-ocupados continuaram nos anos 2000 também apresentando as maiores taxas de crescimento entre as famílias rurais sulinas, com uma taxa de 8,6% a.a.

Tanto no rural agropecuário nordestino como no sulino, para praticamente todos os tipos de famílias, segundo a posição na ocupação, apenas as famílias não agrícolas apresentaram taxas significativas de crescimento. Tal realidade é convergente com as análises realizadas por pesquisadores do Projeto Rurbano para os anos 1990, acerca do aumento da importância das atividades não agrícolas no interior das famílias rurais como uma nova dimensão do rural, desenhada a partir daquela década - Del Grossi, Campanhola e Graziano da Silva (2001), Graziano da Silva (1999), Nascimento (2006)).

No conjunto das famílias rurais, as famílias pluriativas nos anos 1990, no caso da Região Sul, apresentaram tendência de queda entre as famílias de empregadores até 02 empregados (6,9% a.a.), e entre as famílias de contas-próprias (2,2% a.a.), como já destacado em Nascimento (2006), cuja explicação estaria centrada, especialmente, em função do processo de seleção realizado, de um lado, pela crise agrícola dos anos 1990 e, de outro, pela própria contradição interna do modelo agrícola capitalista que ali foi desenvolvido e que tende a excluir os “menos desenvolvidos”, “menos integrados”, “menos capitalizados”, os inaptos na dinâmica da concorrência capitalista. Já no Nordeste, para esse mesmo período, 1992-1999, encontrou-se a mesma tendência de queda entre as famílias de empregadores até 02 empregados, mas observou-se comportamento de estabilidade entre as famílias de contas-próprias.

Todavia, na Região Nordeste, conforme investigação de Nascimento (2008), ao se analisar os diversos tipos de famílias que compõem o agregado das famílias pluriativas, por

meio da abertura desse segmento²¹, observou-se que a pluriatividade apresentou tendência de crescimento. Para o período de 1995/1999, Nascimento (2008) detectou expansão significativa de quatro tipos de famílias pluriativas: famílias que combinavam atividade agrícola com os ramos da construção civil, transporte e comunicação, serviços sociais e famílias que apresentavam ocupação em mais de um ramo de atividade.

O crescimento da pluriatividade no Nordeste, conforme Nascimento (2006), é decorrente, em grande medida, do enfrentamento da pobreza pelas famílias rurais nordestinas, evidenciando que nem sempre a pluriatividade traz em seu bojo elementos positivos, como é frequentemente apresentada em função de suas potencialidades, como já mencionado anteriormente. No Nordeste, o crescimento da pluriatividade não é fruto do processo de modernização agrícola, como destacado por alguns estudiosos do tema na seção anterior, mas “(...) está associado ao atraso econômico da maior parte da região e à pobreza disseminada em seu interior” (NASCIMENTO, 2006, p.104).

Nos anos 2000, os dados evidenciaram estabilidade no comportamento das famílias sulinhas de contas-próprias pluriativas e de queda entre essas famílias no Nordeste, numa trajetória distinta da encontrada nos anos 1990. Já entre as famílias de empregados, nas duas regiões, as famílias pluriativas apresentaram tendência de crescimento: no Nordeste a taxa foi de 4,6% a.a., e no Sul foi de 3,1% a.a., diferentemente dos anos 1990 em que as mesmas apresentaram, nas duas regiões, em análise comportamento de estabilidade. O destaque em termos de taxa significativa de crescimento fica com as famílias de empregados não agrícolas que, nas duas regiões e nos dois períodos em análise, apresentaram as maiores taxas de crescimento comparativamente aos demais tipos das famílias de empregados por ramo de atividade.

É interessante destacar, o crescimento significativo das famílias de não-ocupados nas duas regiões analisadas. No Sul, foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento, nos dois períodos em análise, como já destacado acima, e no Nordeste só não apresentaram as maiores taxas de crescimento, em relação aos demais tipos, nos anos 1990, pois nos anos 2000 foi o tipo familiar que apresentou maior comportamento de crescimento. Todavia, em função deste trabalho investigar as mudanças no processo de ocupação das famílias rurais, as famílias de não-ocupados não serão aqui analisadas, a despeito do crescimento significativo

²¹ As famílias pluriativas se subdividem em: agrícola+agrícola (pluriatividade tradicional), agrícola+não agrícola, agrícola+trabalho doméstico, agrícola+não agrícola+trabalho doméstico.

desse tipo familiar nas duas regiões analisadas apontar para uma realidade carente de maiores estudos.

Juntamente com o crescimento do número de famílias nas Regiões Nordeste e Sul, acima destacado, os dados da Tabela 2 também confirmam uma nova dinâmica em termos do comportamento da população rural, ou seja, desenham-se mudanças no processo de êxodo rural que marcou a economia brasileira ao longo do século XX, conforme destacado, dentre outros autores, por Buainain e Dedecca (2010):

Ao longo do século XX, o Brasil conheceu um rápido processo de urbanização da sua estruturação produtiva e da configuração espacial da sua população. Em 1930, três de cada quatro brasileiros residiam no campo. Ao final do século, cerca de um em cada seis continuavam nessa situação” (BUAINAIN; DEDECCA, 2010, p.123).

Na contramão desse processo, Del Grossi, Campanhola e Graziano da Silva (2001) constatam, utilizando os dados da PNAD para os anos 90 do século XX, que há um movimento de perda de força do êxodo rural e retomada do aumento da população rural em algumas regiões do Brasil, especialmente a partir da segunda metade daquela década. Esse movimento em um contexto de redução do emprego agrícola seria compreendido a partir do crescimento do emprego não agrícola, dos desempregados e dos inativos (aposentados). Conforme os autores, “(...) o êxodo continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural” (DEL GROSSI; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.01).

No trabalho dos autores anteriormente mencionados, em que analisam as taxas de crescimento da população rural das diversas regiões brasileiras nos anos 1990, apontam para o fato de que a Região Sul foi a única que apresentou taxas negativas de crescimento da população²². Na análise aqui empreendida, para o rural agropecuário da Região Sul, encontrou-se a mesma situação apontada acima pelos autores, conforme indicado na Tabela 2. Nos anos 1990, a população sulina do rural agropecuário, diferentemente da população Nordestina, apresentou tendência significativa de queda de 0,8% a.a., enquanto o Nordeste ampliou o número de pessoas no rural agropecuário, com uma taxa de 0,8% a.a.

Na avaliação de Ortega e Mendonça (2007), esse processo de arrefecimento do êxodo rural, nos anos 1990, tem explicações tanto no âmbito do espaço urbano quanto no rural:

²² Todavia, a partir de 1996, os autores destacam que se tem início um processo de mudança na taxa de crescimento da população rural em direção ao seu crescimento como nas demais regiões (DEL GROSSI, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.06).

Esse novo comportamento do êxodo rural brasileiro deve ser relacionado com o menor poder de atração exercido pelas cidades sobre a população rural e está associado às mudanças/redução do mercado de trabalho urbano, particularmente, dos empregos de menor qualificação. De outro lado, não se pode ignorar, também o menor poder de expulsão do meio rural. Seja pelo menor ímpeto da adoção do padrão tecnológico hegemônico da agricultura; seja pela reforma agrária, que, ainda que caminhe modestamente, amplia a população rural; ou ainda em virtude das políticas públicas dirigidas ao meio rural, como são os casos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e da aposentadoria rural (ORTEGA e MENDONÇA, 2007, p.100).

Tabela 2: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL							
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO												
RURAL AGROPECUÁRIO												
Empregadora com mais de 2 empregados	33	26	-2,6	-6,1	35	70	3,7	6,4 **				
Agrícola	8	6	--	--	8	14	--	--				
Pluriativo	16	8	0,1	-10,8 *	21	22	-4,3	5,1				
Não-agrícola	9	12	--	--	6	34	14,0 *	5,0 *				
Empregadora com até 2 empregados	353	225	-3,2 **	-1,4	166	153	-4,9 *	1,7				
Agrícola	167	97	-2,3	-0,3	85	81	-6,8 *	0,3				
Pluriativo	174	96	-5,2 **	-4,2	73	47	-7,3 *	-0,4				
Não-agrícola	12	33	--	14,9 **	8	25	14,8 ***	20,6 ***				
Conta-Própria	5849	4729	1,5 *	-3,0 ***	2661	1853	-2,9 ***	-2,7 ***				
Agrícola	3045	2247	1,8	-4,9 ***	1826	1160	-3,7 ***	-4,1 ***				
Pluriativo	2520	1953	0,5	-2,8 ***	721	547	-3,5 ***	-0,7				
Não-agrícola	283	529	6,6 ***	8,7 ***	114	146	8,7 ***	1,1				
Empregados	2774	3346	-0,6	3,7 ***	1048	1114	2,9 ***	2,6 ***				
Agrícola	1841	1791	-2,9 *	0,7	540	403	0,4	0,2				
Pluriativo	514	551	-0,3	3,3 ***	173	203	-1,6	2,3 *				
Não-agrícola	418	1003	6,0 *	12,0 ***	334	508	7,7 ***	5,2 ***				
Não-ocupado na semana	576	1579	2,2	14,5 ***	136	340	7,9 ***	8,9 ***				
TOTAL	9585	9906	0,8 ***	0,9 ***	4045	3530	-0,8 ***	-0,1				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

O movimento de ampliação da população rural tem continuidade nos anos 2000, na região Nordeste (0,9% a.a.) e, no caso do Sul, a queda apontada nos anos 1990 atenua-se, com os dados evidenciando certa estabilidade, pois a taxa encontrada não é estatisticamente significativa, ainda que a mesma seja negativa. No caso do Nordeste, o crescimento do número de pessoas no início dos períodos analisados, 1992, totalizando 9.585 milhões de pessoas, e no final dos mesmos, 2009, totalizando 9.906 milhões de pessoas, é sinalizador das mudanças no meio rural, especialmente no que diz respeito ao êxodo rural.

Os anos 2000, em função das alterações nos limites legais das áreas urbanas dos municípios, na direção de ampliação das mesmas, incorporadas nas PNADs a partir de 2001, sinalizam para a continuidade das mudanças no espaço rural, já iniciadas nos anos 1990. Tal movimento se dá no sentido de valorização do meio rural, aqui evidenciado pela retomada do crescimento da população rural, seja por decorrência do crescimento de novas atividades ali desenvolvidas seja apenas como ampliação do rural como lugar de moradia de um número de pessoas e de famílias, cujas atividades não mais estão diretamente associadas à agropecuária²³, como se verá a seguir.

Na medida em que as famílias de contas-próprias concentram, nas duas regiões em análise, o maior número de famílias rurais, faz-se importante verificar a dinâmica dessas famílias que representam, em termos relativos, nunca menos de 40% do conjunto das famílias rurais nordestinas e sulinas²⁴. No caso da Região Sul, esse tipo familiar foi o único, conforme Tabela 3, que apresentou taxas significativas de queda da participação relativa no total das famílias rurais nos dois períodos analisados: queda de 2,1% a.a., no período de 1992-1999, e que é mantida ao longo do período 2002-2009, (2,7% a.a.). Queda essa, a despeito do crescimento das famílias de contas-próprias não agrícolas nos anos 1990 e de sua estabilidade nos anos 2000. Nos anos 1990 a queda das famílias de contas-próprias é, em grande medida, devido à redução das famílias agrícolas e pluriativas, enquanto nos anos 2000, a queda do número absoluto das famílias de contas-próprias, conforme Tabela 1, estaria associada à queda das famílias agrícolas, sem que isso tenha implicado, e é o que mais importa destacar, em um aumento das famílias pluriativas nesse período.

No Nordeste, nos anos 2000, também as famílias de contas-próprias acompanharam, de maneira mais intensa, esse movimento de queda de participação relativa, pois a taxa de queda (4,0% a.a.) é maior que a apresentada pelas famílias sulinas. Diferentemente dos anos noventa em que aquelas famílias apresentaram situação de estabilidade, uma vez que a taxa encontrada (0,6% a.a.) não é estatisticamente significativa, ou seja, os dados não indicaram nenhuma tendência para essa região nos anos 1990.

²³ Rompendo com a tradicional vinculação do rural como espaço de exercício da atividade agropecuária e local de moradia.

²⁴ A participação das famílias de contas-próprias no interior das famílias rurais pode ser conferida, ano a ano, por meio das Tabelas no Apêndice deste trabalho.

Tabela 3: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	0,3	0,2	-2,5	-4,3	0,8	1,7	3,9	4,0 **
Empregadora com até 2 empregados	3,4	2,4	-3,3 **	-2,5	3,9	4,4	-3,5	2,6
Conta-Própria	56,5	43,4	0,6	-4,0 ***	61,3	48,6	-2,1 ***	-2,7 ***
Empregados	29,6	33,7	-1,1	2,1 ***	28,1	31,6	3,0 ***	2,0 ***
Não-ocupado na semana	10,2	20,3	0,8	10,5 ***	5,8	13,7	6,2 ***	7,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Em um contexto em que as famílias de contas-próprias reúnem o maior número de famílias de agricultores familiares tanto na Região Nordeste como no Sul, esse processo de redução da participação absoluta e relativa desse tipo familiar no interior das famílias rurais desencadeará impactos importantes sobre esse segmento da agricultura brasileira, conforme será destacado a seguir.

Na medida em que nossa pesquisa refere-se à investigação do comportamento da pluriatividade entre os agricultores familiares, faz-se necessário apresentar o universo da agricultura familiar no interior do conjunto das famílias rurais nordestinas e sulinas, bem como o comportamento das famílias de contas-próprias nesse segmento, uma vez que é também em seu interior que se concentra a maioria de famílias da agricultura familiar no Brasil. Portanto, seu comportamento influirá sobremaneira na dinâmica da agricultura familiar na região Nordeste e Sul.

A agricultura familiar é representada, segundo a posição na ocupação, pelo conjunto das famílias de contas-próprias e pelas famílias de empregadores com até dois empregados. E no interior desse grupo, segundo o ramo de atividade, a agricultura familiar é composta pelo conjunto das famílias agrícolas e pluriativas, conforme destacado na Tabela 4. Enquanto as famílias rurais nordestinas e sulinas, conforme a Tabela 1, apresentaram comportamento de crescimento ao longo dos anos 1990 e 2000, exceção já mencionada para a Região Sul no período de 1992-1999, o conjunto das famílias representativas da agricultura familiar, quando não apresentou taxa de queda, assumiu comportamento de estabilidade, evidenciando um

cenário desafiador para o crescimento desse segmento da agricultura brasileira. O entendimento do crescimento do contingente total das famílias no rural agropecuário nordestino e sulino, portanto, deve ter suas explicações fora do universo da agricultura familiar nas duas regiões em análise fortalecendo o argumento defendido por Nascimento (2008) de que a novidade do mundo rural nos anos 90 estaria fora dos estabelecimentos da agricultura familiar, haja vista que os tipos familiares cujo crescimento ao longo dos períodos destacados e nas duas regiões em análise, que mais surpreendem são as famílias de empregados, notadamente as famílias não agrícolas, e de não-ocupados.

Tabela 4: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	94	68	-3,0 **	-1,2	47	46	-5,3 *	2,1
Agrícola	54	39	-1,8	1,1	25	31	-4,2	2,7
Pluríativo	40	29	-4,3 **	-3,5	21	16	-6,9 **	1,2
Conta-Própria	1522	1229	1,3	-3,0 ***	735	569	-2,8 ***	-2,1 ***
Agrícola	924	739	1,7	-3,5 ***	566	408	-2,9 ***	-3,0 ***
Pluríativo	598	490	0,7	-2,1 ***	169	162	-2,2 **	0,3
Agricultura familiar total	1616	1297	1,1	-2,8 ***	782	615	-2,9 ***	-1,9 ***
Agrícola	978	778	1,5	-3,3 ***	591	438	-3,0 ***	-2,8 ***
Pluríativo	638	518	0,4	-2,2 ***	191	177	-2,6 **	0,3

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Quando se analisa o grupo das famílias de contas-próprias no interior da agricultura familiar, os dados apontam para uma redução do conjunto dessas famílias nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. No caso da Região Sul, esse é um movimento que tem raízes no início dos anos 1980, com continuidade nos anos 1990 e 2000. Conforme Nascimento (2008, p. 80), a participação desse grupo no final de 1999 girava em torno de 98% e, como os dados da Tabela 4 demonstram, no final de 2009 essa participação cai para 92,5%.

Já para a Região Nordeste os dados revelam uma nova dinâmica nos anos 2000, uma vez que as famílias de contas-próprias, nos anos 1990 do século XX, conforme a Tabela 1, apresentaram uma tendência de crescimento, registrando uma taxa para o período de 1992-1999 de 1,6% a.a., explicada, fundamentalmente, pelo crescimento das famílias de contas-

próprias não agrícola. No Sul, para o mesmo período, as famílias de contas-próprias já apresentavam tendência de diminuição com uma taxa de 2,0% a.a.

A redução do contingente das famílias de contas-próprias nos anos 2000, no interior da agricultura familiar nas duas Regiões, sendo 3,0% a.a. para o Nordeste e 2,1% a.a. para o Sul, Tabela 4, acompanha a mesma tendência de queda de participação desse segmento no interior das famílias extensas, como evidenciado na Tabela 5, para o período 2002-2009. No interior do conjunto das famílias extensas, as famílias de contas-próprias da agricultura familiar apresentaram uma tendência de queda de participação relativa nas duas regiões: 5,1% a.a. e 3,0% a.a. para o Nordeste e Sul, respectivamente.

Na medida em que as famílias de contas-próprias representam a maior parte de agricultores familiares, como consequência, a redução dessas famílias, tanto em termos absolutos como relativos, é a maior responsável, nos anos 2000, pela queda da participação da agricultura familiar nordestina e sulina no conjunto das famílias rurais, conforme Tabela 5: 5,0% a.a. e 2,8% a.a., respectivamente. Esse cenário de queda de participação das famílias de contas-próprias assume contornos ainda mais desafiadores, quando se associa a essa análise que tal redução acontece com o conjunto das famílias rurais crescendo ao longo daqueles mesmos períodos.

Tabela 5: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	3,3	2,1	-3,9 ***	-3,4	3,7	3,6	-5,5 *	1,2
Agrícola	1,9	1,2	-2,8	-1,1	2,0	2,4	-4,4	1,8
Pluriativo	1,4	0,9	-5,3 ***	-5,7 **	1,7	1,2	-7,1 **	0,2
Conta-Própria	53,2	37,8	0,3	-5,1 ***	58,4	44,6	-2,9 ***	-3,0 ***
Agrícola	32,3	22,7	0,7	-5,6 ***	45,0	31,9	-3,1 ***	-3,9 ***
Pluriativo	20,9	15,1	-0,3	-4,3 ***	13,5	12,7	-2,3 **	-0,7
Total das famílias agrícolas	34,2	23,9	0,5	-5,4 ***	47,0	34,3	-3,2 ***	-3,7 ***
Total das famílias pluriativas	22,3	15,9	-0,5	-4,3 ***	15,2	13,9	-2,8 ***	-0,6
Total da agricultura familiar	56,5	39,9	0,1	-5,0 ***	62,1	48,2	-3,1 ***	-2,8 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A queda significativa de participação da agricultura familiar sulina no total das famílias rurais, nos anos 2000, apresenta-se como tendência desde os anos 1980 e com queda

mais expressiva nos anos 1990 (NASCIMENTO, 2008, p.152). No caso nordestino, em que as famílias de contas-próprias – onde se concentra a maior fração da agricultura familiar – apresentaram tendência de crescimento no período 1992-1999, os anos 2000 evidenciam uma inflexão expressiva no comportamento dessas famílias, haja vista a tendência de queda das famílias de contas-próprias no período 2002-2009.

A agricultura familiar nordestina, portanto, não apenas acompanha a tendência de queda da agricultura familiar sulina, que já vinha sendo desenhada nos anos 1990 do século XX, como apresenta uma taxa de queda mais expressiva que na Região Sul. Essa realidade evidencia os desafios de crescimento da agricultura familiar no Brasil no período 2001-2009, nas duas Regiões que representam mais da metade (69,2%) da agricultura familiar nacional²⁵.

Até esse momento do capítulo, procurou-se analisar a evolução das famílias rurais quanto à posição na ocupação dos seus membros (empregadora com mais de 02 empregados, empregadora com até dois empregados, conta-própria, empregados e não-ocupados). A partir de agora as análises que seguem procuram investigar, mais especificamente, a evolução das famílias rurais quanto aos ramos de atividades em que estão inseridas: agrícolas, pluriativas e não agrícolas.

No caso da agricultura familiar, inicialmente cabe destacar da Tabela 6 que, tanto para a Região Nordeste quanto para o Sul, os anos 1990 não apresentaram mudanças significativas em termos de participação das famílias agrícolas e pluriativas no interior da agricultura familiar. É nos anos 2000, e especialmente entre as famílias sulinas, que se observam mudanças mais expressivas na participação daqueles dois tipos familiares que compõem a agricultura familiar.

²⁵ Conforme Del Grossi, Marques e França (2010), a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, a região Nordeste continha 50% do total dos estabelecimentos familiares do Brasil, a região Sul 19,2% e o Sudeste 16%.

Tabela 6: Participação relativa (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL							
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO												
RURAL AGROPECUÁRIO												
Empregadora com até 2 empregados	5,8	5,2	-4,0 ***	1,7	6,0	7,5	-2,45	4,1				
Agrícola	3,3	3,0	-2,9	4,1 *	3,2	5,0	-1,33	4,7				
Pluriativo	2,5	2,2	-5,3 **	-0,7	2,7	2,5	-4,12	3,1 *				
Conta-Própria	94,2	94,8	0,2 ***	-0,1	94,0	92,5	0,14	-0,2				
Agrícola	57,2	57,0	0,6	-0,7	72,4	66,2	-0,04	-1,1 **				
Pluriativo	37,0	37,8	-0,4	0,8	21,7	26,3	0,77	2,2 *				
Total das famílias agrícolas	60,5	60,0	0,4	-0,5	75,6	71,2	-0,08	-0,9 *				
Total das famílias pluriativas	39,5	40,0	-0,6	0,7	24,4	28,8	0,27	2,3 *				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As famílias agrícolas, conforme a Tabela 6, no Nordeste, não apresentaram, para o período de 2002-2009, o mesmo comportamento de queda significativa das famílias agrícolas sulinas. Enquanto estas perderam participação significativa de (0,9% a.a.), no Nordeste os dados das famílias agrícolas, no conjunto da agricultura familiar, não demonstraram, estatisticamente, tendência de queda, embora a taxa para o período seja negativa (0,5% a.a.). Essa realidade, ainda que mais expressiva entre as famílias sulinas, confirma o movimento de redução do peso das atividades tipicamente agrícolas no interior das famílias rurais, fenômeno esse já apontado por tantos pesquisadores acerca da nova realidade do meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999; DEL GROSSI, 1999; NASCIMENTO, 2008).

Quanto à participação das famílias pluriativas no interior da agricultura familiar, no período 2002-2009, no Nordeste, os dados apontaram para um comportamento de estabilidade, pois a taxa de (0,7% a.a.) não é estatisticamente significativa, embora seja positiva para esse tipo familiar. Já no Sul, a participação relativa desse tipo familiar apresentou tendência de crescimento (2,3% a.a.), o que é justificado pelo fato das famílias agrícolas perderem participação, absoluta e relativa, no interior de um conjunto, a agricultura familiar, que apresentou tendência de queda no total das famílias extensas, como indicado anteriormente na Tabela 5.

O comportamento de estabilidade das famílias pluriativas no interior das famílias de contas-próprias na Região Sul, no conjunto das famílias extensas - Tabela 1 e Tabela 5 - nos anos 2000, é bastante distinto do comportamento da pluriatividade nos anos 90 do século XX,

em que a mesma cai significativamente nessa Região. Conforme aponta Nascimento (2008, p.83), “(...) na região Sul, nenhum tipo de família pluriativa (que faz parte do contingente da agricultura familiar da região) apresentou tendência positiva de crescimento, nos períodos 1992/1999 e 1995/1999”. Também Schneider e Navarro (2000), analisando os dados da PNAD para o período 1992 a 1997, evidenciam a redução das famílias pluriativas no Rio Grande do Sul.

Quando se analisa a dinâmica da participação relativa das famílias pluriativas no interior da própria agricultura familiar, como indicado na Tabela 6, nos anos 2000, constata-se crescimento significativo da participação das famílias pluriativas sulinas e estabilidade dessas famílias no Nordeste. O cruzamento dessas informações com os dados da Tabela 5, que trata da participação relativa da agricultura familiar no total das famílias rurais, evidencia que, apesar de significativo, o aumento da participação relativa da pluriatividade no interior da agricultura familiar, especialmente da Região Sul, ela não tem conseguido firmar-se como estratégia de sucesso para a permanência, ou o fortalecimento do universo da agricultura familiar, haja vista sua redução significativa para o período 2002-2009 no total das famílias rurais: (5,0% a.a.) no Nordeste e (2,8% a.a.) no Sul.

Assim sendo, os dados analisados revelam que, na medida em que se constata a queda do conjunto das famílias da agricultura familiar, a redução das famílias agrícolas não implicou em uma conversão significativa dessas famílias em famílias pluriativas. Essa realidade evidencia os limites da pluriatividade, ainda nos anos 2000, período esse que comparativamente aos anos 1990, do ponto de vista das políticas públicas, como se verá em outro capítulo, consolida-se num período mais favorável para o fortalecimento do conjunto de famílias da agricultura familiar, tanto na Região Nordeste quanto no Sul do Brasil. O que colabora na direção de confirmação da hipótese deste trabalho que aponta para o fato de que um avanço no crescimento da pluriatividade no Brasil somente será viabilizado por meio da ampliação das políticas públicas direcionadas, ao lado agrícola da pluriatividade. Políticas essas, que garantam condições para que as famílias de agricultores, especialmente aquelas menos capitalizadas e pouco ou não integradas aos mercados, permaneçam na atividade agrícola.

Em um contexto de mudanças significativas no meio rural, em que as ocupações não agrícolas têm assumido cada vez mais relevância, esse foi justamente o tipo familiar, por

ramo de atividade, que mais cresceu no Sul, ao longo dos anos 1990, conforme investigação de Nascimento (2008). Nas palavras desse autor:

(...) se for o caso de falar de um “fenômeno” no meio rural do Brasil nos anos 1990, este pode ser visualizado fora dos estabelecimentos da agricultura familiar e não no seu interior. Trata-se do aumento das famílias não agrícolas, entre ricos e pobres. (NASCIMENTO, 2008, p. 156).

Mattei (1999), analisando o avanço das atividades não agrícolas no interior da PEA rural no Estado de Santa Catarina, especialmente nos anos 1990, destaca que, por posição na ocupação, o crescimento significativo dessas atividades, comparativamente às ocupações estritamente agrícolas, ocorreu entre as famílias de empregados. Essa é uma realidade não apenas do Estado de Santa Catarina, mas também que se confirma na Região Sul como um todo, uma vez que, como indicado na Tabela 1, nos anos 1990, somente as famílias de empregados apresentaram taxa de crescimento significativa, e entre essas famílias as não agrícolas foram as únicas que demonstraram comportamento de crescimento ao longo desse período. Quanto às famílias de contas-próprias, embora elas não tenham apresentado crescimento ao longo do período 1992-1999, cabe destacar que apenas as não agrícolas assumiram taxas significativas de crescimento.

No caso do Nordeste, esse fenômeno, embora já se apresente entre as famílias rurais, no período de 1992-1999, ele ganha força nos anos 2000 e assume proporções mais significativas do que no Sul, conforme pode ser detectado na Tabela 7.

Tabela 7: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não-ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	1992	2009	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	1573	1398	0,1	-1,4 ***	779	595	-2,1 ***	-1,8 ***
Total das famílias pluriativas	755	662	0,5	-1,1 **	243	247	-2,3 ***	1,1
Total das famílias não agrícolas	241	531	5,8 ***	10,9 ***	163	259	8,3 ***	4,3 ***
Total das famílias de não-ocupados	290	659	1,7	13,0 ***	73	176	6,4 ***	8,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurban.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Com exceção dos anos 1990 na Região Nordeste, as famílias não agrícolas foram as que apresentaram, depois das famílias de não-ocupados, as maiores taxas de crescimento nos dois períodos e nas duas Regiões analisadas. Para o período 2001-2009, o conjunto das famílias não agrícolas nordestinas apresentou uma taxa de crescimento significativa de (10,9% a.a.), o dobro da taxa desse mesmo tipo familiar na Região Sul, que foi de (4,3% a.a.). Nessa Região, as famílias rurais sulinas não agrícolas já apresentavam nos anos 1990, a maior taxa de crescimento entre os demais tipos: agrícolas e pluriativos. O crescimento das ocupações não agrícolas no meio rural da Região Sul já se apresentava como alternativa significativa de ocupação das famílias rurais nessa Região, em grande medida fruto da crise agrícola que assolou a agricultura brasileira nos anos 1990 (NASCIMENTO, 2008).

No caso do Nordeste o crescimento significativo das famílias não agrícolas nos anos 2000 pode também ser compreendido pela análise das condições de produzir, em que se encontrava a maioria das famílias de agricultores familiares. Conforme evidenciado por Aquino et al (2012), por meio das informações primárias do Censo Agropecuário de 2006 e de tabulações especiais do IBGE, a Região Nordestina tem como base de sua agricultura familiar estabelecimentos agropecuário que recebem renda familiar anual de até R\$3.000,00. Esses estabelecimentos apresentam, após 10 anos de atuação do PRONAF, uma das políticas públicas mais importantes para a agricultura familiar – conforme será visto em outro capítulo – um quadro de precariedade, de “carências múltiplas” quanto às condições de produzir do grupo mais empobrecido da agricultura familiar nordestina – Grupo “B” do PRONAF –, expresso pela reduzida disponibilidade de terras, de água, de falta de assistência técnica e tecnologia²⁶.

Essa caracterização da realidade, relacionada às condições de produzir nos estabelecimentos agropecuários, atrelada a uma melhora nas oportunidades de ocupação nos mercados não agrícola, colabora para compreender aquele crescimento significativo das famílias não agrícolas no interior do espaço rural da região nordestina revelada pelos dados da Tabela 7 acima.

²⁶ Em 2006, segundo Censo Agropecuário, 68,85% dos estabelecimentos nordestinos do Grupo B tinham área inferior a 10 hectares. Em termos de fonte fixa de água, somente 11,67% dos estabelecimentos desse segmento tinham poços comuns e 18,27% possuíam cisterna, e apenas 2,96% dos estabelecimentos receberam no ano de 2006 assistência técnica. A pequena instrução formal dos chefes de estabelecimentos dificulta, ainda, o acesso a tecnologias disponíveis nas agências de pesquisa agropecuária como a Embrapa: em torno de 45% dos chefes de estabelecimentos pobres não sabiam ler e escrever.

Realizando uma análise comparativa entre o comportamento do número das famílias pluriativas no total das famílias extensas (Tabela 7), e o comportamento das famílias pluriativas no total da agricultura familiar (Tabela 4), confirma-se, nas duas Regiões, uma dinâmica semelhante entre esses dois grupos. Na Região Nordeste a evolução do número das famílias pluriativas foi de queda para o período 2002-2009, Tabela 7, apresentando uma taxa de (1,1% a.a.); na Região Sul, o conjunto das famílias pluriativas manteve-se estável ao longo do período (1,1% a.a.), uma vez que essa taxa não é estatisticamente significativa, ainda que positiva.

Essa realidade contrasta com os estudos que apontam a pluriatividade como estratégia importante de reprodução das famílias rurais no interior de um processo de urbanização do meio rural, com avanço expressivo das ocupações não agrícolas como já destacada acima. Os dados para as Regiões Nordeste e Sul evidenciam que a pluriatividade tem encontrado limitações para atuar como meio de fortalecimento, no sentido de evitar a redução do número de famílias da agricultura familiar.

Graziano da Silva (2010), analisando o comportamento dos tipos de famílias extensas do rural brasileiro, verifica, para o período de 2001 a 2007, utilizando-se da metodologia do Projeto Rurbano, que as famílias agrícolas e pluriativas apresentaram taxas significativas de crescimento apenas entre as famílias de empregados. Quando analisamos as duas Regiões mais importantes da agricultura familiar, Nordeste e Sul constata-se a mesma situação: as famílias agrícolas e pluriativas só apresentaram taxas de crescimento entre as famílias de empregados (Tabela 1), evidenciando um movimento de proletarização das famílias rurais, particularmente de famílias não agrícolas e em menor grau pluriativas. As famílias agrícolas de contas-próprias apresentaram, para o período de 2002-2009, conforme pode ser verificado na Tabela 1, a mesma rapidez de queda verificada no período de 2001-2007, destacada no trabalho do autor acima citado. Esses dados confirmam, para um período um pouco maior, 2001 a 2009, a afirmação de Graziano da Silva (2010, p.160) “(...) de que o Brasil do século XXI não é mais uma sociedade basicamente agrícola”.

Ademais, os dados da Tabela 8 permitem constatar, à luz do trabalho de Nascimento & Aquino (2010)²⁷, o crescimento do conjunto de famílias rurais que não depende mais da renda

²⁷ Nesse trabalho os autores analisam, utilizando dados da PNAD para o período de 2002 a 2008, a dinâmica da ocupação e da formação da renda das famílias rurais do Estado do Rio Grande do Norte (RN), constatando o aumento do peso da participação das ocupações não agrícolas no interior daquelas famílias e na composição da renda das mesmas.

advinda da ocupação em atividades agrícolas como forma de permanência no campo. Pode-se inferir que, provavelmente, para esse grupo de famílias, a agricultura esteja se transformando apenas em atividade realizada para o autoconsumo.

Tabela 8: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não-ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste e Sul, 1992 a 1999, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE				SUL			
	1992	2009	tx.cresc. (% aa.)	tx.cresc. (% aa.)	1992	2009	tx.cresc. (% aa.)	tx.cresc. (% aa.)
			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a			1992/1999 ^a	2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	55,0	43,0	-0,9	-3,5 ***	61,9	46,6	-2,3 ***	-2,7 ***
Total das famílias pluriativas	26,4	20,4	-0,5	-3,3 ***	19,3	19,4	-2,4 ***	0,1
Total das famílias não agrícolas	8,4	16,3	4,8 **	8,5 ***	12,9	18,2	8,1 ***	3,5 ***
Total dos não-ocupados na semana	10,2	20,3	0,8	10,5 ***	5,8	13,7	6,2 ***	7,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Se agruparmos as famílias agrícolas com as famílias pluriativas, percebe-se que, ao longo dos anos 2000, esse grupo perde participação no total das famílias rurais tanto no Nordeste como no Sul. No Nordeste, em 2002²⁸, esse grupo representava aproximadamente 80% das famílias; e em 2009 essa participação cai para algo em torno a 63%. No Sul, a realidade é a mesma: em 2002, o grupo de famílias rurais que mantinha algum vínculo com a atividade agrícola representava aproximadamente 74% do total; em 2009, essa taxa cai para 65%.

Em contraposição, o grupo de famílias não agrícolas e de não-ocupados, que não possuem vínculo, em termos de geração de renda, com a atividade agrícola, ganha participação no total das famílias rurais ao longo do período de 2002 a 2009, nas duas regiões em análise. No Nordeste, em 2002, esse grupo representava aproximadamente 20%, e aumenta em 2009 para algo em torno de 36%. No Sul, em 2002 a participação sai 25% para, aproximadamente, 34% em 2009.

Para Wanderley (2001), no Nordeste “(...) a agricultura, ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de

²⁸ Os dados dessa Tabela, referentes ao ano de 2002, podem ser encontrados no Apêndice deste trabalho.

novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001. p.38). Diante da avaliação dessa autora de que, para o bem ou para o mal, o desenvolvimento do meio rural passa pelo desempenho da agricultura, e dado o peso da população rural nordestina que, segundo o Censo Demográfico de 2010²⁹, concentra 47,77% da população rural brasileira e 26,87% da população nordestina. Caso não existam as condições de permanência das famílias rurais nas atividades agropecuárias, a dinâmica vislumbrada para essas famílias, conforme os dados aqui apresentados, será de transformação das mesmas em famílias de contas-próprias não agrícolas, ou em famílias de empregados. A pluriatividade que tem origem nas famílias agrícolas, conforme a autora acima citada, não mais se constituiria em uma estratégia de permanência na atividade agrícola, haja vista o aumento expressivo das famílias não agrícolas no meio rural nordestino.

Avaliando dados de migração urbana-rural para o período de 2000 a 2007, Alves & Rocha (2010) avaliam que o mercado de trabalho urbano exerce grande poder de influenciar nas decisões das famílias rurais acerca da permanência ou não no meio rural, como mostra o caso das Regiões Sudeste e Nordeste; mas também a prosperidade da agricultura tem poder de reter população no campo, como é o caso da Região Centro-Oeste. Ainda conforme os autores citados, também os programas públicos direcionados à Reforma Agrária e à agricultura familiar têm poder de favorecer a permanência da população no campo. Todavia, não foi o que ocorreu nos casos das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte, em que os efeitos de tais programas “(...) ficaram em desvantagem em relação às forças de atração das cidades” (ALVES e ROCHA, 2010, p.281). No entanto, os autores relativizam tal constatação em função do reconhecimento de que parte expressiva dos estabelecimentos agropecuários está fora do alcance de tais programas, não usufruindo dos benefícios dos mesmos. Barros (2010) confirma o baixo nível de participação dos estabelecimentos agropecuários nos financiamentos, sejam eles públicos ou privados. Apenas 18% dos estabelecimentos agropecuários conseguiram financiamentos – essa questão será tratada mais detidamente em outro capítulo desta investigação.

A compreensão relativa ao crescimento significativo das famílias não agrícolas no interior das duas regiões em análise perpassa a investigação acerca da dinâmica do mercado de trabalho inaugurada, nos anos 2000. Nos anos 1990, a crise que assolou o mercado de trabalho brasileiro, como apontado por estudiosos desse tema (DIEESE, 2012), teve como

²⁹ Censo Demográfico Primeiros Dados Divulgados, disponível em www.ibge.gov.br

marca o crescimento do desemprego em praticamente todos os setores da economia; o avanço de formas precárias de inserção no mercado de trabalho como o emprego doméstico, o assalariamento sem carteira; a redução dos níveis reais de rendimento do emprego, entre outros.

Os anos 2000 por sua vez, particularmente a partir de 2003, inauguram uma nova fase do mercado de trabalho brasileiro, estruturada pela retomada do crescimento do emprego, especialmente do emprego formal, e pelo processo de desconcentração industrial, marcado pelas desigualdades regionais que permeiam o mercado de trabalho no Brasil.

Em se tratando de desigualdades regionais, os autores Fernandes; Araújo e Targino (2012), analisando o comportamento do emprego industrial, particularmente na Região Nordeste, apontam que, entre outros motivos, a adoção de uma política macroeconômica, direcionada para o dinamismo da economia, colaborou para uma desconcentração do emprego industrial nessa Região nos anos 2000, com perda de participação das capitais em favor das áreas interioranas, e para um aumento do total de empregos formais. Conforme dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho – em 2000, a indústria nordestina possuía 663.942 empregados, e em 2009 elevou-se para 1.105.325.

Na avaliação dos autores:

Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos estados, associados às parcerias estabelecidas entre o setor público e a iniciativa privada a fim de reduzir as deficiências de infraestrutura e o bom desempenho da economia nacional podem ser fatores que ajudam a explicar o crescimento do emprego industrial no Nordeste, que entre os anos de 2003 a 2009 cresceu 33% (acima da média nacional de 27%), elevando a participação desta no total nacional em 8% (FERNANDES, ARAÚJO, TARGINO, 2012. p. 305).

Os autores apontam ainda que, nas regiões em que o desenvolvimento industrial encontra-se em estágio mais avançado, o crescimento do emprego foi menor quando comparado às regiões menos desenvolvidas, como no caso da indústria nordestina, acima destacada: no período de 2003 a 2009 o Centro-Oeste cresceu 35%, o Nordeste 33%, Norte 30%. Já o Sudeste cresceu 26% e o Sul 23%, uma média abaixo da média nacional de crescimento do emprego, que foi de 27%.

Além do crescimento do emprego no setor industrial, o Nordeste também apresentou crescimento do emprego formal em outros setores da economia, de tal maneira que, segundo trabalho de Monte, Silva e Gonçalves (2012), a taxa de crescimento total do emprego formal nessa Região também ficou acima da média nacional. “Os setores da administração pública,

serviços e comércio foram os que mais empregaram trabalhadores na região, embora, no período, o setor de construção civil tenha sido o que obteve maior taxa de crescimento no período 2000-2009" (MONTE, SILVA e GONÇALVES, 2012, p. 336). A agropecuária foi um dos setores que se observou menor expansão do emprego no período de 2002 a 2009.

Em termos relativos, ainda conforme os autores acima, os setores que apresentaram aumento de sua participação em todos os estados nordestinos, foram os de construção civil e comércio. Essa situação pode ser melhor compreendida em função do padrão de retomada do crescimento econômico dos anos 2000, que teve como eixo a dinamização do mercado interno. Conforme estudo do DIEESE (2012, p.16): "Em uma economia em que a dinâmica é liderada pelo consumo de massa e por investimentos em infraestrutura, a recuperação do emprego, em um primeiro momento, ocorre em setores em que os salários médios são mais baixos (como comércio e construção civil)".

O processo de desconcentração regional em favor das regiões interioranas, ainda que esse debate não apresente consenso entre seus estudiosos, favoreceu o crescimento das oportunidades de emprego formal não agrícola às famílias rurais, especialmente no caso das famílias nordestinas. Esse quadro ajuda a compreender o avanço expressivo das famílias não agrícolas no interior do meio rural, particularmente entre as famílias de empregados e de contas-próprias. Essa realidade favorece a desconstrução da associação entre rural e agrícola, evidenciando a nova ruralidade apontada por pesquisadores do rural.

Nos anos 2000, o maior dinamismo regional nordestino e sulino, guardadas as sua diferenças, não representou melhora no conjunto das famílias pluriativas: no caso do Nordeste o que se observou foi uma piora na evolução do conjunto das famílias pluriativas, comparativamente ao Sul em que se detectou uma estabilidade no conjunto das famílias pluriativas. Nos anos 1990, o maior dinamismo da Região Sul não foi capaz de promover um crescimento do número de famílias pluriativas, enquanto no Nordeste detectou-se crescimento da pluriatividade intersetorial. Desta forma, o maior dinamismo regional pode não ser condição suficiente para assegurar uma ampliação da pluriatividade.

O quadro explicitado pelos dados sinaliza para os desafios de manutenção das famílias rurais apenas nas atividades propriamente agrícolas, o que confirma a necessidade de aprofundamento de políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade. A saída expressiva das famílias das atividades agrícolas, especialmente no caso das famílias de agricultores familiares nas duas regiões analisadas, ameaça o crescimento da pluriatividade,

uma vez que para serem pluriativas as famílias precisam ser também agrícolas. Evidência disso nos anos 2000 é, de um lado, a tendência de queda das famílias agrícolas nordestinas e sulinas e, de outro lado, o comportamento de queda das famílias pluriativas no Nordeste e a estabilidade do número de famílias pluriativas no Sul.

À Guisa de Finalização do Capítulo

O contexto apresentado pelos dados possibilita o seguinte questionamento: será que as políticas públicas dos anos 2000, com o objetivo de melhorar as condições de crédito e comercialização do agricultor familiar, que foram aprofundadas nesse período, em comparação com os anos 1990, não foram capazes de atenuar a queda do número das famílias agrícolas, e que o cenário de ampliação das oportunidades de emprego não agrícola foram mais decisivas para a definição dos rumos das famílias rurais, especialmente quanto ao seu ramo de atividade (agrícola, pluriativa e não agrícola)? Essa é uma pergunta que norteia parte expressiva de investigação deste trabalho e que, em capítulos posteriores, será mais detidamente analisada.

A evidência de crescimento das famílias de *empregados* nordestinas e sulinas, destacada neste capítulo e, em seu interior, do ramo de atividade *não agrícola* – como evidenciado na Tabela 1 - parece apontar para a transformação progressiva daquelas famílias de contas-próprias em famílias de empregados, uma vez que, no caso da Região Nordeste, esse foi o tipo familiar que mais cresceu ao longo do período analisado. E no Sul, as possibilidades das famílias de contas-próprias se capitalizarem, saltando da condição de famílias que utilizam apenas força de trabalho familiar, para aquelas que contratam mais de dois empregados permanentes, parece pouco consistente, sinalizando para a conversão dessas famílias em famílias de empregados.

A análise do comportamento da pluriatividade no Nordeste nos anos 1990, em que apresentava uma tendência de crescimento, e do comportamento da mesma nos anos 2000, sinaliza para a realidade de que a pluriatividade para as famílias nordestinas representava apenas um momento transitório, haja vista as pequenas oportunidades para os agricultores, seja na própria atividade agrícola, seja no mercado de trabalho urbano pouco dinâmico.

Os dados evidenciam que, de maneira mais acentuada que na Região Sul, as oportunidades de emprego não agrícola, advindas da retomada de crescimento do emprego, particularmente o emprego formal na Região nordestina, foram uma das responsáveis pela redução da pluriatividade nessa mesma Região. As famílias rurais pluriativas estariam se convertendo, sim, em famílias de empregados, especialmente empregados não-agrícolas, mesmo em um contexto de ampliação das políticas públicas para a atividade agrícola, desde a implantação do Governo Lula.

Se a renda auferida pela família, por meio da administração do estabelecimento, é uma variável que condicionará a decisão da mesma em ficar ou não no meio rural (ALVES, ROCHA, 2010), a política agrícola (crédito, assistência técnica, pesquisa, educação rural, seguro rural entre outras), destinada a melhorar as condições de produzir no estabelecimento, favoreceria o fortalecimento da pluriatividade. Isto por se considerar, aqui, que aquelas políticas garantiriam apoio efetivo para que as famílias rurais permaneçam na atividade agropecuária, haja vista as incertezas e os riscos que permeiam essa atividade, possibilitando assim que as mesmas não se convertam em famílias não agrícolas.

Ademais, é no interior dos grupos menos capitalizados da agricultura familiar, os quais estão inseridos no conjunto dos agricultores familiares do PRONAF “B” – conforme se verá em outro capítulo – e, portanto, com maiores restrições produtivas em arcar com os custos da produção agrícola, sejam elas de ordem financeira, técnicas, de tamanho de propriedade, que a pluriatividade parece encontrar mais condições de crescimento. Tal perspectiva assenta-se no fato que, no caso desse grupo de pronafianos, a exigência de renda mínima obtida da atividade desenvolvida no interior do estabelecimento agropecuário é menor que nos demais grupos (C, D e E), o que favoreceria a ocupação de membros da família em atividades, em especial não agrícolas, fora do estabelecimento.

Todavia, apesar da pluriatividade parecer encontrar maiores possibilidades de crescimento entre os agricultores mais empobrecidos, nas famílias com menores rendas familiares anuais, no caso do Nordeste, a pluriatividade pode não encontrar sustentação no interior desse grupo, uma vez que essas famílias de agricultores do Grupo “B” do PRONAF, conforme dados de Censo Agropecuário, não se mantêm da renda obtida da agropecuária, mas sim de outras fontes, especialmente, de aposentadorias, pensões e programas sociais (AQUINO et al 2012). Segundo esses autores, no Nordeste, apenas 24,77% da Receita Total dos estabelecimentos familiares integrantes do Grupo “B” advêm da atividade agropecuária.

Para aqueles estabelecimentos que não têm acesso às rendas sociais, as possibilidades de saída da atividade agropecuária aumentam significativamente, já que essa atividade produtiva pouco tem contribuído para a manutenção dessas famílias, especialmente em períodos de maior adversidade climática. Essa realidade fortalece a hipótese deste trabalho de que sem a ampliação das políticas públicas, destinadas ao lado agrícola da pluriatividade, as possibilidades de crescimento dessa importante estratégia de fortalecimento da agricultura familiar não se sustentam.

Enfim, a pluriatividade é uma estratégia adotada pelas famílias, como forma de favorecer a permanência dessas famílias na atividade agrícola ou ela pode representar uma fase transitória do abandono dessa atividade pelas famílias rurais? Muitos trabalhos, estruturados a partir de estudos de caso, têm apontado a pluriatividade como estratégia que favorece a permanência das famílias no meio rural e, portanto, ela se constituiria como forma importante de reprodução social do segmento da agricultura familiar. Todavia, a análise da pluriatividade, realizada de maneira mais agregada por meio dos dados da PNAD ao longo dos anos 1990 e 2000, apontou para uma queda da pluriatividade entre as famílias rurais, acompanhada de uma queda do conjunto das famílias da agricultura familiar tanto no Sul quanto na Região Nordeste do Brasil. Diante dessa constatação, uma questão continua a nortear os capítulos que seguem: onde estão as determinações do comportamento da evolução da pluriatividade, para que, de fato, ela possa se constituir como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar brasileira?

CAPÍTULO 2

A PLURIATIVIDADE E O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS RELACIONADAS ÀS CARACTERÍSTICAS INTERNAS DAS FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, NAS REGIÕES NORDESTE E SUL: AS INFLUÊNCIAS DA TEORIA CHAYANOVIANA

Introdução

A comprovação do não desaparecimento das unidades de produção com base no trabalho familiar, conforme vislumbrado pelas análises de autores marxistas, e a evidente importância da agricultura familiar para países capitalistas desenvolvidos, como, por exemplo, Estados Unidos e França, que não tiveram suas agriculturas dominadas por relações de assalariamento no campo, colaboraram na compreensão da retomada da obra de Chayanov, especialmente nos anos 70 e 80, como suporte teórico para a análise da realidade das explorações agrícolas baseadas no trabalho familiar na América Latina (SACCO DOS ANJOS, 2003; HEYNIG, 1982).

Como resultado desse cenário, “muitos estudiosos tratarão de buscar no instrumental chayanoviano as chaves que permitam compreender a suposta perseverança e estabilidade deste tipo de exploração” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.19). Em grande medida, esse redescobrimento da obra de Chayanov ocorre em meio a ausência de teorias que se ocuparam em entender a dinâmica das unidades de produção com base no trabalho familiar, haja vista que para as análises marxistas, antecessoras das formulações chayanovianas, essas economias acabariam, mais cedo ou mais tarde, desaparecendo e, portanto, não se dedicaram a estudos mais pormenorizado da lógica de funcionamento das mesmas. Segundo Heynig (1982), aí estaria uma das explicações para a significativa retomada da obra de Chayanov como aporte teórico dos estudos relacionados aos problemas dos agricultores familiares latino-americanos.

Todavia, aqui se argumenta que a ênfase da investigação de Chayanov na busca do conhecimento da “morfologia” da unidade camponesa, dos mecanismos explicativos de sua decisão de produzir pode ter colaborado para análises atuais que tem uma visão demasiadamente intimista/endogenista. Tal perspectiva estabelece nas características internas da família camponesa, os fatores determinantes da dinâmica da hoje denominada agricultura

familiar e que é herdeira, nas palavras de Abramovay (1992), da tradição camponesa, pois mantém o trabalho e a gestão da produção no centro da unidade familiar.

Todavia, as transformações que a tradição camponesa vem sofrendo a partir das relações que estabeleceu e continua estabelecendo com o mercado capitalista permite aqui reforçar a indagação de Abramovay (1992) que sobremaneira orienta a investigação desse capítulo, qual seja, “(...) pode-se perguntar até que ponto é possível apoiar-se nas determinações dadas pelas características “internas” do campesinato para compreender sua lógica econômica” (ABRAMOVAY, 1992, p. 57).

A orientação teórica dos trabalhos acerca das determinações intrínsecas da pluriatividade, como destacado no capítulo anterior, está em grande medida embasada no pensamento de Chayanov expresso em sua obra originalmente publicada em 1925 e intitulada *Peasant Farm Organization*³⁰ e em seu trabalho *On the Theory of Non-capitalist Economic System*. Alexander Chayanov, agrônomo e economista, fez parte da fundação, na Rússia, no início do século XX, da chamada Escola de Organização da Produção que muito influenciou as análises sobre as pequenas explorações na Rússia.

A consolidação dessa Escola deu-se em meio ao debate acerca da questão agrária na Rússia em função da crise agrícola que assolou o país no final do século XIX. Uma das linhas de investigação dessa Escola consistia em determinar quais seriam os mecanismos que influenciavam ou condicionavam a intensidade do trabalho ou o grau de auto exploração do trabalho familiar nas unidades camponesas, cujo objetivo era a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar.

Assim sendo, o presente capítulo objetiva apresentar parte das elaborações do pensamento chayanoviano com vistas a retomar os principais aspectos da obra de Chayanov que são utilizados nas análises acerca do comportamento da pluriatividade no interior da agricultura familiar. Para tanto, o capítulo apresenta na primeira seção o pensamento chayanoviano para em seguida, na segunda seção, tendo em vista esse referencial, analisar algumas variáveis, a partir das informações da PNAD, que frequentemente são destacadas, a partir da abordagem chayanoviana, como centrais para a compreensão da pluriatividade sendo elas: tamanho das famílias, escolaridade e idade das mesmas. Portanto, essas variáveis são

³⁰ Em 1974 foi feita a primeira tradução em espanhol da obra de Chayanov, *La organizacion de la unidad económica campesina*.

aqui denominadas como aquelas que compõem os determinantes intrínsecos da pluriatividade como destacado no primeiro capítulo desse trabalho.

2.1 O pensamento de Chayanov acerca da economia camponesa e as influências de sua teoria nos estudos sobre a agricultura familiar e a pluriatividade no Brasil

O grupo que Chayanov pertencia e que fundará a chamada Escola da Organização da Produção avaliava, em um dado contexto histórico de ascensão do Regime Comunista na Rússia, que o processo de nacionalização ou socialização das terras era insuficiente para a resolução do problema agrário no país. As formulações dessa escola não compartilhavam das proposições marxistas, particularmente expressas por Lenin, de que a produção camponesa representasse algo anacrônico e superado, tampouco que elas impiediam o avanço do capitalismo na Rússia. Todavia, conforme destaca Abramovay (1992), Chayanov tinha consciência de que apesar da relevância da caracterização do camponês como forma social estável e eficiente, ele reconhecia as transformações que os camponeses inegavelmente sofreriam e, por isso, recomendava o cooperativismo dos camponeses como forma de modernização de sua produção.

Para Chayanov, membro mais conhecido da Escola da Organização da Produção, o relevante dentro do debate acerca da questão agrária na Rússia seria investigar sobre as possibilidades e sobre os mecanismos utilizados pela organização camponesa a fim de aumentar a produtividade do trabalho agrícola, tendo em vista suas particularidades como uma economia camponesa, ou seja, uma economia que tem o trabalho familiar como central para a efetivação da produção e que prevalece a falta de acumulação de capital.

Segundo Abramovay (1992), Chayanov em sua atuação seja acadêmica e/ou política buscou evidenciar a importância da economia camponesa no interior da sociedade russa e sua relevância para o desenvolvimento da agricultura nesse país defendendo, então, o respeito a essa forma peculiar de economia por parte dos marxistas que viam as explorações camponesas como atraso ao avanço do capitalismo na agricultura. Nas palavras desse autor sobre a obra de Chayanov:

Há portanto um sentido político claro na tentativa de mostrar a *unidade*, a *identidade* – ao invés da obstinada *diferenciação* leninista – do campesinato: trata-se de um setor (...) que possui substância social para a fundamentação de um projeto

autônomo, ao menos do desejo que na luta pela emancipação social sua posição própria seja respeitada e valorizada (ABRAMOVAY, 1992, p.55).

Diferentemente das análises marxistas em que o elemento central de investigação estaria na relação que a unidade camponesa estabelece com o sistema econômico como um todo, para Chayanov o recorte analítico de sua investigação é micro, uma vez que sua análise estaria circunscrita aos recursos produtivos disponíveis para a produção na unidade camponesa e aos mecanismos internos de tomada de decisão sobre a produção.

Nas formulações chayanovianas, as variáveis renda, mais-valia e lucro não seriam capazes de explicar uma organização econômica que não possui o salário como meio de remuneração daqueles que trabalham (HEYNING, 1982). Portanto, Chayanov refuta os padrões de análise com base naquelas variáveis para explicar o funcionamento das economias camponesas, argumentando que seria necessária outra teoria econômica que levasse em conta as organizações produtivas não capitalistas, conforme pode ser constatado em seu trabalho Teoria dos Sistemas Não Capitalistas (GRAZIANO DA SILVA e STOLKE, 1981).

Diante desse aspecto da obra de Chayanov, é importante ressaltar que a retomada do pensamento chayanoviano nesse trabalho para a melhor compreensão do fenômeno da pluriatividade – especialmente quanto às possibilidades de ampliação do número de famílias pluriativas - não aborda o debate acerca do fato de a economia camponesa constituir-se ou não como um modo de produção com lógica de funcionamento própria equiparando-se ao modo de produção feudal ou capitalista. A abordagem do pensamento chayanoviano, aqui realizada, busca captar os elementos apontados pelo autor acerca da dinâmica das unidades familiares e de suas motivações individuais que conduzem os membros das famílias no processo de decisão relacionadas ao ato de produzir e consumir.

Chayanov (1985) inicia sua obra destacando que se o peculiar de uma unidade econômica camponesa é o fato de que a mesma não utiliza para a realização de seu processo produtivo força de trabalho contratada, assalariada, mas apenas a força de trabalho da própria família é fundamental para a compreensão dos mecanismos de funcionamento da unidade camponesa a investigação da composição da família que é quem dirige a propriedade.

Assim, elementos como o tamanho da família e a relação entre os que trabalham e os que apenas consomem; a diferenciação demográfica por que passa a família ao longo de sua consolidação são decisivos para entender a dinâmica de funcionamento da unidade camponesa

e, portanto, os limites máximos e mínimos do volume de produção a ser realizado pela mesma.

Por lo tanto es absolutamente esencial estudiar el trabajo de la familia tan exhaustivamente como sea posible y establecer los elementos de que se compone y la base sobre la que desarrolla su actividad económica, antes de encarar cualquier problema acerca de la unidad de explotación doméstica (CHAYANOV, 1985, p.48).

A investigação de Chayanov não objetivava identificar a presença de valores e relações sociais antigas³¹, mas verificar os elementos da dinâmica da unidade camponesa e as formas de modernizar e melhorar sua forma de produzir. Conforme o autor,

Em el futuro, la familia nos ha de interesar como fenómeno económico y no biológico. Por tanto, atendiendo a nuestro cuadro debemos expresar su composición con respecto a unidades de consumidores y de trabajadores en las diferentes fases del desarrollo familiar. Debemos tratar de explicar cómo se modifica la relación entre la fuerza de trabajo y las necesidades de consumo al ir desarrollándose la familia, y hasta qué punto es posible, en diferentes fases de su desarrollo, aplicar el principio de la cooperación compleja, ya que son precisamente estos elementos de su carácter los que importan em la organización de su actividad económica (CHAYANOV, 1985, p.54).

Para Chayanov (1985) o trabalho da família seria a única forma do camponês obter recursos já que a categoria salário, própria de uma economia tipicamente capitalista, não é um conceito que ajude a compreender a dinâmica de uma economia fundamentalmente doméstica ainda que inserida nos circuitos mercantis. Tal inserção teria como objetivo apenas a venda de valores de uso, com vistas a conquistar os meios necessários à sua sobrevivência sem, portanto, o objetivo de que na relação de troca o camponês tenha algum tipo de ganho monetário.

Assim sendo, segundo Heyning (1982), uma das teses centrais do pensamento de Chayanov é a da caracterização da economia camponesa como pertencente ao modo de produção mercantil simples, em que o excedente comercializado pelo camponês não objetiva nenhuma forma de acumulação a não ser a satisfação de suas necessidades.

Desta forma, um dos elementos centrais da obra de Chayanov reside na investigação do equilíbrio entre o consumo familiar (satisfação das necessidades) e o uso da força de trabalho familiar, ou seja, na relação entre consumo e trabalho. Na busca desse equilíbrio é que o tamanho da família se constituiria como elemento estruturante da análise chayanoviana,

³¹ Até mesmo porque para Chayanov, como já destacado, a economia camponesa estabeleceria outro sistema econômico.

pois ele definiria a relação entre aqueles com capacidade de trabalhar e os sem capacidade de trabalho³².

O tamanho da família ou o processo de diferenciação demográfica da mesma na teoria de Chayanov estabelece, de um lado, a forma como os recursos da propriedade (trabalho e terra) serão alocados e, por outro, o acesso a terra por determinada unidade camponesa. Esse acesso a terra explica, na concepção chayanoviana, as diferenças existentes entre a parcela de terras detidas pelas unidades camponesas: quanto maior o número de indivíduos capazes de trabalhar maior será o acesso a terra. Já para Lênin (1982), em sua análise de classe social no campo, a diferença entre os camponeses, que para esse autor eram classificados como ricos, médios e pobres³³, seria explicada pela capacidade de cada grupo doméstico em comprar e vender força de trabalho.

Cabe lembrar que à época que Chayanov escreve não prevalecia, na Rússia, o que conhecemos como sistema de propriedade privada das terras, mas a experiência da comuna. Conforme Abramovay (1992) tratava-se de uma forma de organização local dirigida por camponeses ricos ou anciões da comunidade camponesa e que tinham poder para decidir sobre os rumos do uso da terra coletiva de uma dada localidade. Tal experiência conjuga a realidade da propriedade privada da terra na medida em que tinha a Comuna o poder de distribuir terras para os indivíduos de uma família camponesa (terras que poderiam ser transferidas como herança pela família) assim como com o uso coletivo do solo. Conforme Chayanov (1985): “Podemos pensar que em outro régimen agrario menos flexible que el de la comuna redistributiva, la influencia del factor biológico del desarrollo de la familia sobre la cantidad de tierra disponible no resaltaría tanto ni sería tan evidente como em nuestro material (CHAYANOV, 1985, p.66).

A constatação na obra de Chayanov (1985), feita a partir de um conjunto de informações estatísticas sobre as explorações camponesas, de que haveria uma clara dependência entre o tamanho da família e a área cultivada (HEYNIG, 1982), só se faz possível de compreensão dentro da organização da Comuna anteriormente destacada.

³² Essa elaboração de Chayanov possibilitou que ele fosse enquadrado no interior do pensamento marginalista em que as ações dos consumidores têm por objetivo maximizar seu nível de satisfação.

³³ Os camponeses ricos seriam aqueles que compram força de trabalho para realização da produção; os camponeses considerados médios valem-se da sua própria força de trabalho e da sua família e os camponeses pobres seriam aqueles que teriam que vender sua força de trabalho em algum momento do ano.

É a relação entre penosidade do trabalho e satisfação das necessidades familiares o eixo central de compreensão dos elementos determinantes da dinâmica da unidade camponesa e que permite compreender os apontamentos de Chayanov de que a decisão de produzir é dada pelos elementos de motivação individual da unidade familiar. Segundo análise de Heynig (1982), para Chaynov é o próprio camponês que autonomamente define o tempo e a intensidade de seu trabalho de tal maneira que em suas formulações a lógica da produção é transferida para as decisões individuais. As motivações individuais são, portanto, o eixo de análise do pensamento chayanoviano acerca do funcionamento e da dinâmica da unidade familiar camponesa.

A intensidade do trabalho será tanto maior quanto maior for o número de consumidores, ou seja, o trabalho terá mais importância quanto maior for o número de pessoas da família a terem suas necessidades satisfeitas e menor valor ele terá quando se aproximar da satisfação das necessidades da família³⁴. Assim sendo, a produção e o trabalho na unidade camponesa dependem mais do número de consumidores do que de trabalhadores.

Sobre essa questão, Queiroz (2003), destaca que:

O autor estabelece, através de uma abordagem gráfica, o ponto ótimo, onde o ganho obtido do trabalho marginal se iguala ao esforço deste trabalho, localizado na interseção entre a curva de satisfação da demanda e a curva de esforço do trabalho. A partir deste ponto de equilíbrio o esforço do trabalho não será compensado pelos ganhos em termos da satisfação da demanda. Assim, conclui o autor que este ponto ótimo estabelece um limite para o aumento da taxa de “auto-exploração” da família (QUEIROZ, 2003, p.04-05).

A exploração do trabalho familiar determinará uma quantidade de mercadorias que serão vendidas no mercado e que possibilitará a obtenção dos bens que irão satisfazer as necessidades do grupo familiar, estabelecidas pelos parâmetros culturais. O quanto de produto (o camponês vê-se como produtor de bens de uso e não de mercadorias) o camponês conseguirá obter dependerá da intensidade e da produtividade do trabalho. Os elementos determinantes dessas duas realidades estão relacionados a fatores internos à família, mas também a elementos externos a ela.

A intensidade do trabalho é, em parte, determinada por fatores demográficos ou pelo tamanho da família, ou seja, é definida pela relação entre aqueles que podem e aqueles que não podem trabalhar. Com o objetivo de evidenciar essa realidade, Chayanov (1985) cria uma

³⁴Essa seria a explicação para um fenômeno curioso da economia russa relativo ao fato de que quando caiam os preços dos produtos agrícolas, os camponeses aumentavam a sua produção, haja vista o objetivo de continuar atendendo as necessidades da família.

taxa (C/W), em que C representa o número de consumidores da família e W o número de trabalhadores, para indicar o grau de auto exploração do trabalho da família. No início do ciclo familiar essa relação é relativamente alta uma vez que os filhos ainda são pequenos e praticamente o pai é que garante as necessidades de consumo, mas à medida que os filhos vão adquirindo idade para trabalhar essa relação vai diminuindo com o desenvolvimento do ciclo familiar. Essa questão ocupa grande parte da obra do autor e estrutura a formulação chayanoviana referente à Teoria da Diferenciação Demográfica, um dos elementos mais controversos do pensamento do autor³⁵.

A teoria da diferenciação demográfica de Chayanov assume importância em sua obra em função do fato de que a variação na composição da família, indivíduos capazes de trabalhar e aqueles que apenas consomem, estabelecendo a relação consumidor / trabalhador, é que definirá a capacidade de produção da unidade camponesa e, portanto, aqui ela é muito mais analisada como fenômeno econômico que biológico.

Ademais, a intensidade do trabalho está também relacionada com a produtividade do trabalho, cujas determinações estão situadas externamente à unidade camponesa e que, Chayanov admite, extrapola os limites de seu trabalho. Nas palavras do autor:

En este trabajo en el que investigamos la organización interna de la explotación campesina, no podemos tratar las condiciones que determinan el nivel productividad del trabajo, puesto que no dependen tanto de factores propios de la unidad de explotación como de factores generales que afectan la existencia misma de la explotación. La fertilidad del suelo, una ubicación vantajoso de la explotación en relación con el mercado, la situación de mercado, relaciones sociales de producción locales, formas organizativas del mercado local, y el carácter de la penetración del capitalismo comercial e financeiro: tales son los principales factores que determinan la productividad e la remuneración del trabajo campesino. Por su naturaliza todos estos factores permanecen fuera del alcance de nuestra investigación actual. (CHAYANOV: 1985, p.73)

Aqui Chayanov reconhece a existência e a relevância de fatores externos à unidade camponesa que influenciam a capacidade dessa unidade em aumentar o produto gerado em seu interior o que proporcionaria maior nível de consumo a toda a família, embora os mesmos não sejam tratados em sua obra. Possivelmente a crítica à teoria chayanoviana de que as

³⁵ A Teoria da diferenciação demográfica de Chayanov (1985) será elemento de intenso debate entre os marxistas russos e será confrontada com a concepção apresentada por Lênin (1982) por meio da Teoria da Diferenciação Social do camponês. Os conflitos entre os segmentos de classe (camponeses pobres e ricos) gerados a partir do antigo campesinato, que Lenin destaca no interior de sua Teoria da Diferenciação Social, são ignorados na abordagem de Chayanov (Sacco dos Anjos, 2003).

unidades camponesas são tratadas em seu interior de maneira desarticulada do meio em que estão inseridas (Sacco dos Anjos, 2003), encontre nessa afirmação do autor sua sustentação.

A análise sobre a produtividade do trabalho, no pensamento de Chayanov, traz à tona a relação do camponês com o recurso a tecnologia no interior da unidade produtiva. Sacco dos Anjos (2003) destaca que a decisão de inovar do camponês vai depender das oportunidades de trabalho existentes para os trabalhadores que serão liberados (total ou parcialmente) com o uso da tecnologia. Nas palavras de Sacco dos Anjos (2003):

De um modo esquemático pode-se dizer que uma elevada proporção das inovações tecnológicas acham-se associadas a dois aspectos fundamentais. De um lado, porque estas implicam, via de regra, num considerável investimento para a unidade familiar de produção e, de outro, porque redundam em liberar parte substancial da força de trabalho do grupo doméstico. Se inexiste a perspectiva de haver um incremento no ingresso econômico e simultaneamente as unidades de trabalho liberadas não encontram possibilidade de ocupação em outras atividades produtivas, a decisão será negativa no que afeta à adoção desta mesma inovação tecnológica (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.24).

Assim sendo, na abordagem chayanoviana não parece existir uma posição contrária, uma aversão do camponês à adoção de novas tecnologias. Segundo Heynig (1982), o principal problema da Escola da Organização da Produção, em que Chayanov é seu principal expoente, consistia justamente na resolução da questão de como a tecnologia desenvolvida nos países capitalistas ocidentais poderia ser adotada por uma economia camponesa baseada no trabalho familiar.

Esse é um elemento importante na análise acerca do nível de tecnificação da agricultura familiar nos dias atuais. De fato, não existe uma postura contrária ao uso de máquinas e equipamentos por parte dos agricultores familiares, como algo que “macularia” sua condição de produtor que se define pelo uso familiar da força-de-trabalho na realização de sua produção. Estudos empíricos como o de Nascimento et al. (2011), apontam para um significativo nível de tecnificação dos pequenos produtores em municípios de Minas Gerais, ainda que esse aumento de capitalização signifique ao mesmo tempo expressiva subordinação dos pequenos produtores ao capitais comercial e industrial por meio de elevados níveis de endividamento.

A proposição aqui defendida de uma relativização da determinação da dinâmica interna das unidades familiares dada, fundamentalmente, por fatores intrínsecos a ela é possível a partir da própria obra de Chayanov. A relevância que o autor atribui ao

cooperativismo como mecanismo de enfrentamento da unidade camponesa frente à penetração do capitalismo no campo, por meio do processo de verticalização da agricultura com a agroindústria, parece indicar a perda de autonomia das unidades camponesas em sua decisão de produzir para o mercado.

Com efeito, a integração com a agroindústria só seria possível caso a organização econômica do estabelecimento camponês deixasse de corresponder fundamentalmente às forças internas que Chayanov analisou e passasse a obedecer a padrões impostos pela agroindústria, de quantidades produzidas, qualidade dos produtos, momentos de venda, em suma, (...) *o camponês não é mais o “sujeito criador de sua própria existência”, expressão tão cara a Chayanov: esse sujeito agora não se situa mais internamente no estabelecimento camponês, mas está no mercado* (Abramovay, 1992:69).

Desta forma, aqueles elementos externos que Chayanov apontou como determinantes da produtividade do trabalho, tais como organização dos mercados locais e presença do capital comercial e financeiro, não apenas influencia a produtividade do trabalho, mas também condicionaria outras decisões no âmbito da unidade produtiva.

Com o processo de industrialização do campo e a necessidade do cooperativismo dos camponeses proposto por Chayanov, como forma de enfrentar a nova realidade, a força subjetiva que orientava as decisões individuais de produzir da unidade camponesa passa agora a ter uma orientação bastante objetiva que consiste em atender os objetivos do mercado para o qual os produtores vendem seus produtos.

Além disso, na medida em que esse camponês está inserido no mercado também como consumidor, o processo de criação de necessidades, característica do modo de produção capitalista, relativiza aquela liberdade e autonomia que o camponês anteriormente gozava. Portanto, também como consumidor o camponês não é mais “sujeito de sua própria existência”.

Esses elementos do pensamento da obra de Chayanov encontram-se, de alguma forma, também presentes na agricultura familiar contemporânea que tem limitada sua capacidade de decidir sobre os rumos de sua produção – ou de sua existência –, em especial daqueles vinculados ao agronegócio, haja vista os imperativos vinculados à venda de seus produtos no mercado que exercem forte pressão sobre as decisões de produzir dos agricultores familiares, por exemplo, quanto ao nível de mecanização de suas propriedades que muitas vezes

representa maiores níveis de endividamento, bem como padrões para produzir determinados produtos.

2.1.2 A pluriatividade no interior do pensamento chayanoviano: (des) construindo as relações existentes

Para Chayanov todo o volume de atividade econômica da família, entendido não apenas como a atividade agrícola, mas também as atividades não agrícolas (artesanais e comerciais) será definido pela composição da família. A pluriatividade da família estaria assim condicionada a essa composição, que foi analisada por meio da relação entre consumidores e trabalhadores que constituem aquela família e, seu objetivo é satisfazer as necessidades de consumo da mesma. Segundo Sacco dos Anjos (2003),

É fundamental destacar o fato de que o objetivo central de assegurar a satisfação das necessidades familiares pode passar inclusive por intermédio do exercício de atividades não-agrícolas, no interior ou no exterior da granja camponesa. O artesanato, o comércio ou a venda da força de trabalho familiar são algumas das iniciativas que se acham incluídas no leque de possibilidades as quais podem servir-se os membros das explorações camponesas (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 22).

A existência da combinação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas na obra de Chayanov (1985), seja dentro ou fora do estabelecimento agropecuário, parece apontar para o debate referente ao fato de que a combinação dessas atividades sempre existiu no interior das unidades produtivas rurais, mas que com o avanço do progresso técnico da agricultura essas atividades foram sendo, cada vez mais, colocadas “para fora da propriedade” (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Esse debate coloca, portanto, uma questão: em que residiria a novidade da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior das famílias rurais de agricultores familiares? Aqui, se entende que a novidade, estaria no crescimento do acesso das famílias rurais às ocupações não agrícolas no interior da agricultura familiar contemporânea, e que tal acesso pode representar a ruptura com a condição de agricultores de muitas famílias, ao passo que na realidade analisada por Chaynov e, nas formulações daí decorrentes, essa situação não se apresentava como uma possibilidade no universo de decisões das famílias camponesas.

Na análise do pensamento de Chayanov acerca dos elementos condicionantes da decisão de como alocar a mão de obra familiar, se nas atividades agrícolas ou nas atividades

artesanais ou comerciais, essas duas últimas consideradas atividades não agrícolas, não parece possível identificar a possibilidade de que os integrantes da família ao atuarem nessas atividades não agrícolas possam deixar de serem famílias dedicadas a atividade agrícola.

Por isso, a pluriatividade no referencial chayanoviano pode ser considerada como algo residual, marginal, uma alternativa para os momentos de inércia da força de trabalho, uma possibilidade de resolver problemas emergenciais, circunstanciais sejam eles decorrentes de problemas de safra, condições climáticas adversas etc. Mesmo no caso da inserção de membros das famílias em atividades não agrícolas em função delas pagarem maiores rendas, o que poderia apontar para uma situação menos transitória, ainda sim a família enquanto tal continua sendo vinculada a atividade agrícola³⁶.

Já para a agricultura familiar contemporânea a opção por atividades não agrícolas pelos indivíduos pouco parece evidenciar uma situação marginal da mesma. É, em muitos casos, uma estratégia de sobrevivência, particularmente das famílias rurais mais pobres, e para aquelas mais capitalizadas, ela representa uma alternativa de ocupação para aquelas pessoas que, em virtude do progresso técnico foram “liberadas” da realização da atividade agrícola.

Na agricultura familiar contemporânea o recurso às atividades não agrícolas, distintamente do que parece ser o caso das famílias camponesas analisadas por Chayanov, pode conduzir a um cenário em que as famílias rurais estejam totalmente desvinculadas da atividade agrícola, convertendo-se em famílias rurais não agrícolas, fenômeno esse que vem tomando proporções significativas desde os anos 80 (GRAZIANO DA SILVA, 1999; DEL GROSSI, 1999 e NASCIMENTO, 2008), e se reafirmando nos anos 2000 como indicaram os dados para esse último período apresentados no Capítulo Primeiro.

Por isso, parece importante afirmar, aqui, que os elementos extrínsecos à família apresentam-se como sendo mais decisivos para o crescimento da pluriatividade do que as questões ligadas às características internas da mesma, em particular as políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, lado esse que na abordagem de Chayanov não aparece ameaçado frente à concorrência, às exigências da modernização, às possibilidades não agrícolas disponíveis aos membros da família camponesa.

³⁶ A aceitação dessa possibilidade na obra de Chayanov de que o acesso às atividades não agrícolas ameaça a condição de camponês, representaria uma convergência com as análises de Kautsky (1986) de que o acesso a essas atividades só significaria uma forma de retardar o processo de destruição dos camponeses rumo a um processo de proletarização dos mesmos.

Nessa direção, como desdobramento das formulações chayanovianas e, sem entrar no âmbito da discussão sociológica ou antropológica do conceito de família, o que aqui se propõe é abordar as variáveis endogenamente relacionadas às características dos membros das famílias, que serão consideradas como características das famílias, e procurar identificar a relação delas com a trajetória da pluriatividades nos anos 90 e 2000. Reconhecendo a importância dos elementos associados à composição da família tais como, tamanho da família, escolaridade, idade é que nossa investigação acerca dos determinantes da pluriatividade, neste capítulo, tem início com a análise dos dados que apontam para os, aqui chamados, determinantes intrínsecos das famílias dos agricultores familiares no Brasil.

Diante dessa análise de Chayanov acerca da família no meio rural e a relevância de sua compreensão enquanto fenômeno econômico, a existência da agricultura familiar, que se pode dizer, grosso modo, herdeira daquela economia camponesa por ele analisada, deve ser compreendida tendo como eixo norteador a razão de sobrevivência econômica das famílias no meio rural dos tempos atuais. É nessa linha de raciocínio de que no futuro o interesse analítico das famílias rurais - cuja gestão e trabalho são estruturados a partir do trabalho familiar - estaria relacionado à sua sobrevivência econômica e às estratégias que a mesma desenvolve para tanto, que a abordagem da seção seguinte caminha na direção de avaliar a relação que as variáveis referentes aos requisitos individuais dos membros das famílias tem com o comportamento do número de famílias da agricultura familiar, particularmente as famílias pluriativas, no sentido de promover uma ampliação desse número de famílias ao longo do tempo.

2.2 A pluriatividade e o comportamento das variáveis relacionadas às características internas das famílias da agricultura familiar nas Regiões Nordeste e Sul

Diante dos desafios de ampliação ou manutenção do contingente das famílias da agricultura familiar e da avaliação de que a pluriatividade representaria uma importante estratégia de reprodução para esse segmento da agricultura nacional, esta seção objetiva investigar o comportamento da pluriatividade tendo em vista elementos da dinâmica interna das próprias famílias.

Assim sendo, os dados desta seção adicionam à essa investigação sobre os determinantes do comportamento da pluriatividade elementos circunscritos ao próprio

universo interno das famílias rurais, aqueles que em nossa pesquisa denominamos determinantes intrínsecos, como por exemplo: tamanho, escolaridade e idade médias das famílias da agricultura familiar.

Tais elementos seriam desdobramentos da análise chayanoviana, apresentada na seção anterior, utilizada por estudiosos para a compreensão da tomada de decisões das famílias da agricultura familiar quanto às suas estratégias de reprodução. Aqui se considera as médias dessas variáveis assim como Chayanov (1985) faz ao analisar, por exemplo, o tamanho das famílias das unidades de produção campesinas rurais da Rússia. Analisa-se, também, o perfil daquelas variáveis para o ano de 2009, com o objetivo de verificar se a dinâmica observada para o período de 2002 a 2009 faz-se presente na realidade das famílias apontada pelas informações da PNAD para aquele ano específico.

Chayanov (1985, p.51) – reconhece, como aqui, as heterogeneidades que marcam a composição das famílias e para efetuar sua análise “cria” uma família representativa do conjunto das famílias por ele analisado. Assim sendo, trabalha com a família constituída pelo casal e seus filhos e busca verificar a dinâmica da família tendo em vista as fases de desenvolvimento dessa família à medida que os filhos vão nascendo e se desenvolvendo.

A partir desse procedimento, a utilização, neste trabalho, do conceito de famílias extensas é adequada à análise chayanoviana uma vez que, mesmo utilizando-se como critério de definição de família os laços consanguíneos, parte das famílias analisadas por Chayanov (1985) tem a presença de outras pessoas.

2.2.1 A dinâmica do tamanho da família e sua relação com a dinâmica da pluriatividade

A ênfase de Chayanov no tamanho da família como elemento determinante do volume de atividade da unidade econômica, possibilita a avaliação de que se a família tem um número maior de membros, o tempo sobrante para que tais indivíduos se envolvessem em outras atividades que não as tipicamente agrícolas seria maior. Neste sentido, seria possível afirmar que quanto maior o tamanho da família, ou melhor, quanto maior o número das pessoas capazes de trabalhar, maior seriam as possibilidades de existência da pluriatividade, uma vez que as pessoas teriam mais tempo livre para se envolverem com atividades não-agrícolas?

Diante dessa indagação iniciamos a análise das variáveis de inspiração chayanoviana pelo tamanho médio das famílias rurais nordestinas e sulinas.

Na busca de avaliar as influências do tamanho da família na definição das escolhas das mesmas quanto ao seu ramo de atividade optou-se por analisar tanto os indivíduos ocupados quanto os não-ocupados da mesma, na medida em que a análise de todos os membros da família pode possibilitar uma visão mais ampliada da relação entre o tamanho da família e a pluriatividade. Cabe destacar, desde já, que em determinados momentos a análise concentra-se, primeiro, nas famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas que representam algo em torno de 90%³⁷ da agricultura familiar e, segundo, nas famílias de empregados que, constituem o segundo maior tipo de famílias, nas duas regiões investigadas³⁸, depois das famílias de contas-próprias. No interior das famílias de empregados, a análise, com o objetivo de comparar com as famílias de contas-próprias da agricultura familiar, circunscreve-se no âmbito dos empregados não agrícolas haja vista que esse foi o tipo familiar que apresentou maior tendência de crescimento no interior das famílias de empregados nos dois períodos analisados, conforme destacado no capítulo anterior.

Assim procedendo, analisando inicialmente a Região Sul, os dados destacados na Tabela 9, apontam, ao longo dos dois períodos em análise, para uma redução do número médio de pessoas das famílias rurais em geral – exceção das famílias de não-ocupados - e, particularmente, aquelas integrantes das famílias agrícolas e pluriativas dos tipos empregadores com até dois empregados e contas-próprias que juntas compõem a agricultura familiar.

³⁷ Como pode ser constatado no capítulo anterior, particularmente na Tabela 6.

³⁸ Verificar Tabela 3 do capítulo anterior.

Tabela 9: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	3,3	3,3	-0,4	3,0	3,2	1,4 *				
Agrícola	2,3	3,8	– –	2,7	3,8	– –				
Pluriativo	4,1	3,0	– –	3,3	3,3	– –				
Não-agrícola	2,8	3,3	– –	3,1	3,0	1,0				
Empregadora com até 2 empregados	3,3	3,2	-1,6 **	3,2	2,7	-1,7 **				
Agrícola	3,4	2,6	-2,7 ***	3,1	2,7	-2,3 ***				
Pluriativo	3,4	4,0	-0,4	3,3	3,0	-1,5 *				
Não-agrícola	2,8	3,3	– –	2,8	2,6	– –				
Conta-Própria	3,4	3,2	-1,0 ***	3,2	3,0	-0,9 ***				
Agrícola	3,2	3,0	-0,8 ***	3,1	2,8	-1,1 ***				
Pluriativo	4,3	3,8	-1,3 ***	3,5	3,4	-0,9 ***				
Não-agrícola	3,1	2,9	-0,6	2,9	2,8	-0,4				
Empregados	3,0	2,9	-0,3	2,8	2,8	-0,3				
Agrícola	2,9	2,8	-0,1	2,6	2,6	-0,7 *				
Pluriativo	3,7	3,7	-0,6 *	3,3	3,2	-0,8				
Não-agrícola	2,8	2,9	0,1	2,8	2,7	0,2				
Não-ocupado na semana	1,9	2,1	1,4 *	1,8	1,9	0,3				
TOTAL	3,2	3,0	-1,0 ***	2,9	2,8	-1,1 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As famílias da agricultura familiar, tanto nos anos 1990 como nos anos 2000, apresentaram taxas significativas de crescimento negativo para os seus tamanhos médios. Pode-se observar que não existem diferenças expressivas entre o tamanho médio das famílias agrícolas e das pluriativas, embora o tamanho dessas últimas famílias seja um pouco maior que das primeiras. Ademais, a diferença entre o tamanho das famílias agrícolas e pluriativas nos anos 2000 é menor, comparativamente aos anos 1990 e ainda assim, essa menor diferença de tamanho entre as famílias, não implicou na continuidade da redução das famílias pluriativas da Região Sul, contrariando o esperado pelas formulações chayanoviana de que essa redução do tamanho das famílias implicasse em redução do número de famílias pluriativas na região.

Os resultados de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, no ano de 2003, com agricultores familiares de quatro importantes municípios em termos da presença desse tipo de agricultor, e que são destacados no trabalho de Conterato; Castilho e Silva e Koppe (2007)

apresentam como característica das famílias pluriativas, em relação às monoativas³⁹, o maior número de pessoas. Conforme o trabalho citado,

As famílias com maior número de pessoas são as que, em maior proporção, combinam atividades agrícolas com outras atividades. O maior número de membros se apresenta como um fator de explicação da pluriatividade (...), à medida que os filhos (as) das famílias monoativas atingem uma maior idade e maior grau de escolaridade pode vir a ser pluriativos, sendo, dessa forma, a pluriatividade uma condição transitória e decorrente da dinâmica do ciclo demográfico dessas famílias em relação ao meio no qual estão inseridas. (CONTERATO, CASTILHO; SILVA; KOPPE, 2007, p.17).

Usando dados da PNAD/IBGE para o período de 2001-2009 para o estado do Rio Grande do Sul a realidade encontrada para esse estado é bem semelhante a da Região Sul, pois o tamanho médio das famílias agrícolas e pluriativas também não apresenta expressivas diferenças⁴⁰. Contando com informações para todo o Estado e com a avaliação de um maior período temporal, não apenas o ano de 2003, como no caso do trabalho acima citado, os dados apontam para o fato de que, embora ocorra redução do número médio de pessoas e que esse seja um fenômeno importante a ser investigado, o tamanho da família não é, ao contrário do que apontam aqueles autores, um elemento decisivo, ainda que importante, para a compreensão da trajetória da pluriatividade, porque o mesmo não acompanhou a dinâmica do conjunto das famílias pluriativas no Rio Grande Sul, nem na Região Sul como um todo, pois as mesmas apresentaram estabilidade no conjunto dessas famílias ao longo dos anos 2000.

Na Região Sul, particularmente nos anos 2000, a tendência de queda do número médio de pessoas das famílias de contas-próprias pluriativas não foi acompanhada nem por uma redução absoluta do conjunto desse tipo familiar que, conforme verificado no capítulo anterior, apresentou certa estabilidade (Tabelas 1), nem por uma redução no interior do conjunto das famílias de agricultores familiares que, nesse universo, a pluriatividade apresentou tendência de crescimento – apesar do universo de famílias de agricultores familiares ter apresentado tendência de queda (Tabela 6).

Apresenta-se a seguir o perfil da variável tamanho das famílias para o último ano, 2009, do período 2002-2009 em análise, conforme Tabela 10, em que se destaca, para a Região Sul do Brasil, a participação relativa de famílias, segundo o número de pessoas, no interior da agricultura familiar: famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas.

³⁹ As famílias monoativas equivaleriam à terminologia aqui utilizada para as famílias agrícolas.

⁴⁰ A Tabela relativa ao tamanho médio das famílias do Rio Grande do Sul encontra-se no Apêndice deste trabalho.

Tabela 10: Distribuição do número de famílias contas-próprias pluriativas e agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Sul, 2009

Nr de pessoas por família	Contas-próprias Pluriativas			Contas-próprias Agrícolas		
	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado
1	2	1,5	1,5	23	5,6	5,6
2	25	15,4	16,9	113	27,7	33,3
3	43	26,9	43,7	115	28,2	61,6
4	48	29,7	73,4	93	22,8	84,4
5	32	19,9	93,3	43	10,6	94,9
6	5	2,9	96,2	15	3,7	98,6
7	3	1,8	98,1	4	1,1	99,7
8	2	1,1	99,2	1	0,2	99,9
9	1	0,4	99,6	1	0,1	100,0
10	1	0,4	100,0	0	0,0	0,0
11	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
12	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
13	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Total	162	100,0		408	100,0	

(*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Os dados para o ano de 2009 confirmam o mesmo movimento encontrado para o período todo, 2002 a 2009, quanto ao fato de que as famílias agrícolas são, na maioria dos casos, menores que as famílias pluriativas. Todavia a diferença, como já destacado, não é expressiva. A maior participação relativa das famílias agrícolas, 28,2% do total, está entre aquelas que têm 03 pessoas por famílias. Já entre as pluriativas, o maior percentual relativo está entre as famílias que tem 04 pessoas, 29,7%.

Ainda que as famílias pluriativas sejam um pouco maiores que as famílias agrícolas, como reafirmado a partir dos dados mais detalhados para o ano de 2009, a realidade de redução do tamanho médio do total das famílias sulinas de contas-próprias, para todo o período de 2002 a 2009, não foi acompanhada, como os chayanovianos esperariam que o fosse, por uma queda do conjunto das famílias pluriativas nessa região (Tabela 1). Todavia, nos anos 1990 a queda do tamanho médio das famílias contas-próprias pluriativas foi acompanhada por uma redução do conjunto desse tipo familiar. Essa constatação, mais uma vez, explicita os limites da concepção com base na teoria chayanoviana que enfatiza os elementos internos à dinâmica das famílias para explicar o fenômeno da pluriatividade no meio rural, uma vez que a dinâmica esperada para a pluriatividade, com base no comportamento do tamanho médio das famílias, não se verifica nos anos 2000, contrariando a relação de causalidade entre tamanho da família e pluriatividade.

Na direção dos pressupostos da teoria chayanoviana, não haveria de se esperar, para os anos 2000, um comportamento de redução do conjunto das famílias pluriativas semelhante ao identificado nos anos 1990, já que se observou a permanência na tendência de redução do tamanho médio das famílias pluriativas? Essa indagação sinaliza, mais uma vez, para a necessidade de se investigar outras determinações que possam explicar o comportamento da pluriatividade. A hipótese aqui defendida e que, diante da situação observada a partir da análise do tamanho médio das famílias pluriativa vai se fortalecendo, fundamenta-se na concepção de que o avanço das políticas públicas para a agricultura familiar nos anos 2000 na Região Sul, em particular, seria o elemento central para explicar o comportamento de estabilidade da pluriatividade nesse período. Assim como a quase inexistência de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nos anos 1990, comparando com os anos 2000, explica a queda do conjunto das famílias pluriativas nos anos 1990 e não a redução do tamanho médio das famílias pluriativas ao longo dos dois períodos.

Analizando os dados da Tabela 11 referente ao comportamento do número de famílias, segundo o número de pessoas, do conjunto das famílias de empregados não agrícolas observa-se que essas famílias tendem a ter um universo maior de famílias menores, com até 03 pessoas, representado por um percentual de 30,5% do total das famílias de empregados não agrícolas, maior que os das famílias pluriativas e relativamente próximo ao das famílias agrícolas. As famílias de empregados juntamente com as famílias agrícolas de contas-próprias possuem os dois maiores grupos de famílias entre aquelas que têm duas e três pessoas. Enquanto nas famílias pluriativas os dois maiores grupos de famílias têm 03 e 04 pessoas, como evidenciado na Tabela 10.

O menor tamanho das famílias de empregados não agrícola, não impediu o crescimento do número de famílias desse tipo familiar, nos anos 1990 e 2000, o que, mais uma vez, colabora na relativização da capacidade dessa variável em explicar o comportamento da pluriatividade entre as famílias da agricultura familiar. A comparação entre famílias não agrícolas de empregados e famílias pluriativas de contas-próprias da agricultura familiar se faz possível na medida em que aquelas primeiras estão fortemente relacionadas com as segundas. Primeiro, pelo fato das famílias pluriativas incorporarem, em seu interior, empregados não agrícolas e, segundo, pelo fato dos dados indicarem que a redução do número de famílias de contas-próprias agrícolas (que não se transformaram em famílias de contas-próprias pluriativas) seria a contra face do processo de conversão dessas

famílias em famílias de empregados não agrícolas. Esse quadro, portanto, possibilitaria a associação entre a variável tamanho médio das famílias e o comportamento do número de famílias pluriativas de contas-próprias e de empregados não agrícolas.

Tabela 11: Distribuição do número de famílias de empregados não agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Sul, 2009

Nr de pessoas por família	Empregados Não Agrícolas		
	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado
1	12	6,5	6,5
2	44	23,5	30,0
3	57	30,5	60,5
4	44	23,3	83,7
5	18	9,8	93,5
6	8	4,5	98,0
7	4	2,0	100,0
8	0	0,0	0,0
9	0	0,0	0,0
10	0	0,0	0,0
11	0	0,0	0,0
12	0	0,0	0,0
13	0	0,0	0,0
Total	187	100,0	

(*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Verifica-se, agora, o cenário apresentado pelos dados da Região Nordeste do Brasil nos dois períodos em análise, conforme Tabela 12. O comportamento da taxa de crescimento do tamanho médio do total das famílias rurais nordestinas, nos anos 2000, é bastante similar ao das famílias sulinas: queda de 1,1% no Sul e 1,3% no Nordeste.

Em se tratando das famílias que compõem o universo da agricultura familiar percebe-se que nos anos 1990, em especial, entre as famílias de contas-próprias, não se observou tendência de queda no tamanho das famílias, diferentemente do Sul em que as taxas de queda foram significativas entre as famílias agrícolas e pluriativas. Já nos anos 2000, a situação do tamanho médio das famílias nordestinas da agricultura familiar, apresenta-se muito semelhante ao detectado no mesmo período entre as famílias da agricultura familiar sulina: o tamanho médio dessas famílias apresentou taxa negativa de crescimento.

Portanto, nos anos 2000, o mesmo comportamento do tamanho médio das famílias de contas-próprias é detectado entre esse tipo familiar nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil, mas o mesmo não se observa em termos da dinâmica do conjunto das famílias de contas-próprias

pluriativas nas duas regiões: no Sul, esse tipo familiar apresentou, nos anos 2000, estabilidade no número de famílias, enquanto no Nordeste, tais famílias apresentaram tendência de queda (Tabela 01). Por que entre as famílias sulinhas, o esperado pela análise chayanoviana acerca da determinação do tamanho da família no comportamento da pluriatividade não se verificou? A busca de respostas para essa questão se fará presente ao longo dos capítulos que seguem e, portanto, retoma-se essa indagação em momentos futuros deste trabalho, na medida em que se reconhece, aqui, os limites da variável tamanho médio das famílias em explicar o comportamento do número de famílias pluriativas nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Tabela 12: Evolução do número médio de pessoas das famílias rurais, segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a					
			1992/1999 ^a								
NÃO METROPOLITANO											
RURAL AGROPECUÁRIO											
Empregadora com mais de 2 empregados	3,4	3,1	-1,0	4,1	3,5	-4,1 *					
Agrícola	3,7	2,0	--	2,5	3,0	--					
Pluriativo	3,5	3,4	--	4,6	4,0	--					
Não-agrícola	3,0	3,0	--	3,7	3,4	--					
Empregadora com até 2 empregados	3,6	3,4	-0,8 *	3,4	2,9	-1,1					
Agrícola	3,1	3,1	-0,4	3,0	2,5	-1,4 *					
Pluriativo	4,4	3,9	-0,9	3,7	3,4	-0,7					
Não-agrícola	2,8	2,4	--	3,2	3,5	--					
Conta-Própria	3,6	3,6	-0,1	3,7	3,4	-1,1 ***					
Agrícola	3,3	3,3	0,1	3,4	3,0	-1,4 ***					
Pluriativo	4,2	4,3	-0,2	4,2	4,0	-0,7 ***					
Não-agrícola	3,1	3,2	0,6 ***	3,2	2,9	-0,4					
Empregados	3,3	3,1	-0,5	3,2	3,1	-0,6 ***					
Agrícola	3,1	2,9	-0,4	3,1	2,9	-0,7 **					
Pluriativo	4,6	3,8	-1,7 **	4,2	3,9	-1,2 **					
Não-agrícola	3,0	2,9	0,2	3,0	3,0	-0,1					
Não-ocupado na semana	2,0	2,0	0,5	2,2	2,4	1,3 ***					
TOTAL	3,4	3,3	-0,2	3,4	3,0	-1,3 ***					

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Os dados da Tabela 13 revelam o perfil do tamanho das famílias da agricultura familiar representada pelo conjunto das famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas no ano de 2009. A situação encontrada é bastante semelhante àquela detectada entre as famílias de agricultores da Região Sul.

Também entre as famílias de contas-próprias pluriativas nordestina o maior percentual de participação relativa pertence às famílias que tem 04 pessoas: 25,6% do total. Já entre as famílias de contas-próprias agrícolas o maior grupo de famílias está entre aquelas que têm 03 pessoas: 23,5% do total das famílias. Dessa forma, também as famílias de agricultores familiares nordestinas pluriativas são maiores que as agrícolas.

Tabela 13: Distribuição do número de famílias contas-próprias pluriativas e agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Nordeste, 2009

Nr de pessoas por família	Contas-próprias Pluriativas			Contas-próprias Agrícolas		
	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado
1	6	1,2	1,2	63	8,5	8,5
2	35	7,2	8,4	135	18,2	26,7
3	103	20,9	29,3	174	23,5	50,2
4	125	25,6	54,9	152	20,6	70,8
5	83	17,0	71,9	115	15,5	86,3
6	57	11,7	83,6	45	6,1	92,4
7	36	7,4	91,0	24	3,2	95,6
8	19	4,0	95,0	14	1,9	97,5
9	15	3,1	98,1	7	1,0	98,5
10	3	0,7	98,7	8	1,1	99,6
11	3	0,5	99,2	2	0,3	99,9
12	2	0,4	99,7	1	0,1	100,0
13	2	0,3	100,0	0	0,0	0,0
Total	490	100,0		739	100,0	

(*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

A Tabela 14, que segue, reúne as informações acerca do tamanho das famílias de empregados não agrícolas do rural agropecuário nordestino. Entre essas famílias a dinâmica observada é também similar a esse tipo familiar presente na Região Sul. Essas famílias tendem a ser menores que as famílias da agricultura familiar. No Nordeste, no ano de 2009, no conjunto das famílias de empregados não agrícolas a maior participação relativa é daquelas que têm 03 pessoas, 25,8% do total. Também no Nordeste o menor tamanho das famílias de empregados não agrícolas não impediu o crescimento do número de famílias desse tipo familiar, contrariando as expectativas com base nas formulações chayanovianas.

Tabela 14: Distribuição do número de famílias de empregados não agrícolas de acordo com o número de pessoas* por família: Nordeste, 2009

Nr de pessoas por família	Empregados Não Agrícolas		
	Nr de Famílias (1.000)	% de Famílias s/ Total	% Acumulado
1	25	7,3	7,3
2	52	15,3	22,7
3	87	25,8	48,5
4	71	21,2	69,7
5	46	13,7	83,5
6	24	7,2	90,6
7	22	6,6	97,2
8	4	1,1	98,3
9	2	0,5	98,8
10	3	0,8	99,5
11	1	0,3	99,8
12	1	0,2	100,0
13	0	0,0	0,0
Total	336	100,0	

(*) Pessoas com zero anos ou mais de idade.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Balsadi (2009) em trabalho onde analisa a importância da pluriatividade para a agricultura familiar na Região Centro-Oeste, também destaca o tamanho da família como elemento determinante da mesma em convergência com os trabalhos de Schneider (2003), Conterato, Castilho e Silva e Koppe (2007), Conterato (2008).e Balsadi (2009), utilizando-se de dados da PNAD para o período de 2001 a 2005 conclui que, “(...) o fato de as famílias pluriativas terem sempre maior número de membros do que as famílias agrícolas explica a maior ou menor incidência do fenômeno da pluriatividade no interior das famílias (BALSADI, 2009, p. 111).

Todavia, anteriormente a essa conclusão o autor destaca que dada a relevância da pluriatividade para a agricultura familiar, as políticas públicas teriam papel fundamental no fomento do fenômeno da pluriatividade nessa região. Essa orientação de política parece, contraditoriamente, manter pouco vínculo com a conclusão feita anteriormente pelo autor na medida em que o mesmo coloca a determinação da pluriatividade em elementos internos às famílias (tamanho da família) e, a capacidade das políticas públicas atuarem nesse nível micro apresenta limitações. Todavia, o destaque colocado pelo autor reforça a hipótese deste trabalho acerca da centralidade das políticas públicas na análise referente ao comportamento

da pluriatividade ao longo do tempo, pois já foi evidenciado, anteriormente, que não há relação da variação do tamanho da família com a variação do número de famílias.

Também Teixeria (2009), em sua investigação acerca da pluriatividade entre as famílias de agricultores familiares no meio rural fluminense, detecta que as famílias pluriativas são maiores que as famílias agrícolas, e destaca que o tamanho das famílias pode ser, de fato, um elemento explicativo da pluriatividade, conforme apontado pela teoria chayanoviana. Todavia, a autora reconhece que o tamanho da família não é elemento suficiente, ainda que plausível, para a explicação da pluriatividade, sendo necessária a incorporação de outros elementos.

Nessa direção, a mesma dinâmica, em termos do comportamento do tamanho médio das famílias, visualizadas nas Regiões Nordeste e Sul, ao longo dos dois períodos em análise, particularmente no que diz respeito aos anos 2000, indicam que, se não existe diferença entre as duas regiões em termos de tendência do tamanho médio das famílias, é preciso olhar para fora da dinâmica interna das mesmas para buscar as explicações acerca do comportamento da pluriatividade. Enquanto no Sul a pluriatividade, no período de 2002 a 2009, apresentou comportamento de estabilidade, no Nordeste a mesma assumiu uma dinâmica de queda. Diante dessa realidade e do comportamento da variável tamanho da família, fortalece-se aqui a hipótese deste trabalho de que é na evolução da política pública para a agricultura familiar, naquelas duas regiões, que se encontram os elementos explicativos para a compreensão da dinâmica da pluriatividade.

Na continuidade da linha de investigação acerca das determinações intrínsecas da pluriatividade, segue-se no subitem desta seção, a análise referente ao comportamento da variável idade e escolaridade das famílias ao longo dos anos 1990 e 2000 para a Região Sul do Brasil.

2.3 A trajetória da idade e da escolaridade das famílias rurais: buscando “tecer” as relações com o comportamento da pluriatividade.

2.3.1 A realidade das famílias da Região Sul do Brasil

No processo de investigação dos elementos intrínsecos às famílias destaca-se, nesse momento, a análise acerca do comportamento da idade média das famílias rurais sulinas por meio dos dados da Tabela 15. A idade, particularmente daquele que dirige a unidade produtiva familiar, pode ser considerada uma variável que influencia na disposição acerca das decisões da família em se dedicarem a novas atividades, bem como no tipo de atividade a ser escolhida, daí a importância de se avaliar o comportamento dessa variável entre as famílias rurais, particularmente entre as famílias da agricultura familiar e as de empregados não agrícolas. Nos dois períodos em análise, 1992-1999 e 2002-2009, verificam-se taxas significativas de crescimento da média de idade do conjunto das famílias rurais em torno de 1% a.a..

Tabela 15: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NON-METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	34,7	34,2	0,1	37,3	36,7	-0,4				
Agrícola	43,1	38,7	---	42,0	40,3	---				
Pluriativo	32,9	37,3	---	43,7	40,1	---				
Não-agrícola	26,0	30,1	---	33,1	33,6	0,0				
Empregadora com até 2 empregados	34,6	36,2	0,5	36,3	40,6	1,7 ***				
Agrícola	33,0	40,3	2,2 **	40,1	42,2	1,3 *				
Pluriativo	36,4	32,7	-1,1 ***	33,7	40,2	2,0 ***				
Não-agrícola	36,6	31,8	---	27,2	36,2	---				
Conta-Própria	35,4	39,3	1,2 ***	38,4	41,4	0,9 ***				
Agrícola	36,0	40,2	1,5 ***	39,3	43,3	1,2 ***				
Pluriativo	34,1	36,4	0,7 ***	36,2	38,4	0,9 ***				
Não-agrícola	31,9	38,9	1,5 *	36,8	36,2	-0,5				
Empregados	31,2	31,8	0,5 *	34,0	35,2	0,5 **				
Agrícola	32,2	32,5	0,4	35,7	35,6	0,4				
Pluriativo	29,8	30,9	0,3 **	32,3	33,7	0,8 *				
Não-agrícola	30,1	31,5	0,8 ***	32,9	35,3	0,5				
Não-ocupado na semana	60,5	57,3	-0,6 **	62,9	61,3	-0,3				
TOTAL	35,6	38,2	0,9 ***	39,3	42,1	1,0 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As famílias de contas-próprias e de empregados – juntas representam mais de 80% das famílias rurais sulinas - apresentaram tendência de crescimento da idade média, tanto nos anos 1990 como nos anos 2000, em conformidade ao movimento de envelhecimento da

população brasileira destacado pelos dados do Censo Demográfico de 2010⁴¹. Ressalta-se que, tanto nos anos 1990 quanto nos anos 2000, em relação a esses dois tipos familiares, as maiores taxas de crescimento da idade média estiveram entre as famílias de contas-próprias que, como já foi destacado no capítulo anterior, concentram a maioria das famílias rurais na região Sul do Brasil: em 2009 representava 48,6% do total das famílias rurais (Tabela 3).

No interior das famílias de contas-próprias o processo de envelhecimento parece ter sido mais intenso entre as famílias agrícolas: ressalta-se a taxa de crescimento significativa de (1,5% a.a.) nos anos 1990 e (1,2% a.a.) nos anos 2000. As maiores médias de idade também foram encontradas entre as famílias agrícolas nos dois períodos em análise. Nos anos 1990, período em que há um aumento das oportunidades de trabalho não agrícolas fruto do processo de desconcentração industrial observado na maioria dos estados da Região Sul, observa-se que as famílias mais jovens, no interior das famílias de contas-próprias, estão concentradas nas famílias não agrícolas, pois nesse grupo observaram-se as menores médias de idades. Com exceção do ano de 1999, nos demais a menor média de idade esteve entre as famílias não agrícolas⁴².

Já nos anos 2000, as famílias pluriativas dividem com as não agrícolas as menores médias de idade, ou seja, não há uma predominância das menores médias de idades entre as famílias não agrícolas como observado nos anos 1990. Possivelmente a ampliação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nessa região, favorecendo o exercício da atividade agrícola, possa explicar que, nos anos 2000, as famílias pluriativas, diferentemente dos anos 1990, tenha conseguido não apenas resistir na atividade agrícola como segurar parte das pessoas mais jovens, como poderá ser sustentado a seguir na análise mais pormenorizada do ano de 2009.

Ampliando a análise para as famílias de empregados, fora do universo da agricultura familiar, é possível perceber que entre as famílias de empregados é que se encontram as menores médias de idade. Ao longo dos anos 2000, não se registrou nenhuma média de idade acima dos 36 anos, o que aponta para o fato de que esse tipo familiar, que foi o que apresentou maior crescimento no número de famílias rurais (Tabela 1), tem retido a população mais jovem do meio rural, possivelmente das famílias de contas-próprias agrícolas tornando-se empregados não agrícolas.

⁴¹ Ver http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272

⁴² As Tabelas completas dos anos 1990 e 2000 acerca do comportamento da idade média, tanto para as famílias de contas-próprias como para as de empregados, podem ser encontradas no Apêndice deste trabalho.

Na tentativa de investigar o comportamento da média de idade das pessoas ocupadas das famílias rurais, especialmente com vistas a verificar a tendência da idade daquelas que numa análise de sucessão assumiriam a responsabilidade dos pais, separou-se os mesmos (filhos e parentes com menos de 40 anos⁴³) dos demais membros (pais e parentes mais velhos), na perspectiva de que os pais (e os parentes mais velhos) seriam aqueles que apresentariam maior idade e ampliaria a média de idade das famílias. A Tabela 16 apresenta o comportamento da idade média de filhos e parentes ocupados.

Tabela 16: Evolução da idade média dos filhos (e parentes com até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	24,9	21,5	-0,5	24,3	28,2	-0,2				
Agrícola	31,2	25,8	- -	16,0	32,4	- -				
Pluriativo	24,9	20,8	- -	28,2	30,5	- -				
Não-agrícola	12,0	19,9	- -	23,7	22,8	-1,3				
Empregadora com até 2 empregados	17,9	20,4	1,5 *	20,2	21,5	0,8				
Agrícola	16,1	22,1	3,5 ***	20,4	21,0	-0,5				
Pluriativo	20,5	19,5	-0,5	19,8	20,8	1,2				
Não-agrícola	14,0	20,4	- -	0,0	24,1	- -				
Conta-Própria	19,8	21,7	1,4 ***	21,4	24,6	1,7 ***				
Agrícola	19,0	21,5	1,8 ***	21,0	25,4	2,4 ***				
Pluriativo	21,3	21,3	0,1	22,3	23,2	0,7 ***				
Não-agrícola	20,8	25,8	2,6 **	22,2	25,5	1,2				
Empregados	18,8	20,2	0,8 *	21,5	23,6	1,2 ***				
Agrícola	18,1	19,3	1,5 *	20,2	23,3	2,1 ***				
Pluriativo	18,8	20,4	0,9 *	20,2	22,9	1,0				
Não-agrícola	20,2	20,9	-0,3	23,2	24,0	0,3				
TOTAL	19,6	21,3	1,2 ***	21,4	24,2	1,5 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

O avanço da idade de filhos e parentes (até 39 anos) ocupados das famílias agrícolas (ou monoativas na classificação feita no trabalho de Conterato, Castilho e Silva e Koppe (2007)), expresso pela taxa de crescimento da idade média, que foi a maior entre as famílias de contas-próprias (2,4% a.a.), não ocasionou, ao contrário do que esperariam aqueles autores,

⁴³ No que respeita aos parentes, consideramos apenas os que tinham idade menor de quarenta anos, com a mesma preocupação (relativa aos pais) de evitar considerar tios, avós, etc, mais velhos.

uma ampliação do número de famílias pluriativas na Região Sul nem ao longo dos anos 1990 tampouco nos anos 2000. No caso da Região Sul, as alterações no ciclo demográfico das famílias agrícolas evidenciada aqui pelo aumento da idade dos filhos e parentes ocupados não impactou de maneira positiva para a ampliação das famílias pluriativas.

Dentre os determinantes intrínsecos encontra-se, também, o nível de escolaridade dos membros ocupados das famílias rurais, a ser destacado a seguir. Como na obra de Chayanov a ênfase está nos membros da família que trabalham, aqui optamos, inicialmente, por avaliar a escolaridade dos indivíduos *ocupados* das famílias rurais, apresentada na Tabela 17.

Tabela 17: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas por tipos de famílias, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	5,8	8,5	5,4 ***	7,6	9,4	1,4				
Agrícola	7,2	7,2	--	8,0	9,5	--				
Pluriativo	5,6	9,3	--	5,5	10,0	--				
Não-agrícola	3,9	8,8	--	8,2	9,1	1,2				
Empregadora com até 2 empregados	6,0	6,7	2,4 **	6,1	7,3	3,2 ***				
Agrícola	5,7	6,3	1,5	5,9	6,4	1,7 *				
Pluriativo	6,0	6,2	1,9 *	6,4	8,1	4,5 ***				
Não-agrícola	7,5	8,2	--	6,1	8,9	--				
Conta-Própria	3,9	4,5	1,9 ***	4,8	5,7	2,6 ***				
Agrícola	3,7	4,2	1,6 ***	4,3	5,1	2,4 ***				
Pluriativo	4,5	5,3	1,9 ***	5,7	6,8	2,4 ***				
Não-agrícola	5,1	5,5	1,2 **	6,0	6,7	1,6 **				
Empregados	3,6	4,6	2,9 ***	4,9	5,9	3,2 ***				
Agrícola	2,7	3,7	2,9 ***	3,7	4,2	2,3 ***				
Pluriativo	4,0	4,9	2,5 ***	5,0	5,6	1,8 *				
Não-agrícola	4,8	5,5	1,8 ***	6,1	7,5	3,3 ***				
TOTAL	3,9	4,7	2,2 ***	4,9	5,9	2,9 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tanto as famílias de contas-próprias quanto as de empregados apresentaram taxas significativas de crescimento dos anos de estudos das pessoas ocupadas, ao longo dos dois períodos em análise. Todavia, cabe salientar que as taxas de crescimento das famílias de empregados foram maiores que as das famílias de contas-próprias. O aumento da pluriatividade possibilitado pelo aumento do nível de escolaridade que seria esperado pelos

estudiosos desse tema a partir da análise chayanoviana, não ocorreu em nenhum dos dois períodos em análise. O aumento da escolaridade das famílias agrícolas de contas-próprias não impactou de maneira positiva na transformação dessas famílias em famílias pluriativas. Pelo contrário, o aumento do nível de escolaridade é acompanhado, de um lado, pelo aumento das famílias de contas-próprias não agrícolas e, de outro lado, pelo crescimento do número de famílias de empregados não agrícolas.

O número de famílias pluriativas nos anos 2000 entre as famílias de contas-próprias embora tenha apresentado comportamento estatístico de estabilidade, interrompido sua tendência de queda, comparativamente aos anos 1990, não foi capaz de, pelo aumento da escolaridade, ser ampliado e com isso sustentar o contingente das famílias de agricultores familiares contidos nas famílias de contas-próprias.

A seguir, apresenta-se a análise do ano de 2009 com vistas a verificar se a dinâmica, acima descrita, confirma-se para o último ano do período de análise dos anos 2000. Optou-se, agora, por associar o perfil da idade das pessoas das famílias da agricultura familiar (famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas) com o nível de escolaridade das mesmas. Como já dito anteriormente, que para se perceber a dinâmica das famílias da agricultura familiar faz-se necessário uma análise comparada com os demais tipos familiares, investiga-se também a mesma associação para as famílias de empregados não agrícolas, que conforme destacado no capítulo anterior foi o tipo familiar que apresentou maiores taxas de crescimento no número de famílias nos dois períodos em análise para a Região Sul. A Tabela 18 destaca, portanto, a distribuição das pessoas da agricultura familiar sulina por faixa de idade e nível de escolaridade para o ano de 2009.

Tabela 18: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas (Agricultura Familiar), segundo faixas de idade, escolaridade: Sul (Rural Agropecuário), 2009
(1.000 pessoas)

	Famílias Pluriativas				Famílias Agrícolas			
	Faixas de Idade				Faixas de Idade			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Sem instrução**	2	5	17	6	6	28	46	38
1 ^a a 4 ^a série incompleta	10	14	33	7	30	44	91	39
1 ^a a 4 ^a série completa	13	32	57	11	27	99	133	39
5 ^a a 8 ^a série incompleta	36	31	47	2	78	63	82	20
5 ^a a 8 ^a série completa	28	21	13	1	44	47	22	1
2º grau incompleto	27	8	2		44	11	5	2
2º grau completo	36	32	6	1	50	35	6	2
Superior incompleto	11	12	4		7	14	1	
Superior completo	2	15	2			7	1	
Não classificados	1	1	1		1		1	
TOTAL	168	171	181	27	287	346	387	140

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

(**) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.

Legenda: A: 10 a 24 anos; B: 25 a 44 anos; C: 45 a 64 anos; D: 65 ou mais anos.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

A maioria das pessoas das famílias pluriativas, no ano de 2009, tem entre 45 a 64 anos (faixa de idade C), representando 33,2% do total das pessoas desse tipo familiar. Todavia, o total de pessoas da faixa B é próximo ao grupo majoritário, com 31,2% do total. Dessa forma, pode-se dizer que mais de 60% das pessoas das famílias pluriativas estão concentradas na faixa de idade de 25 a 64 anos. Destaca-se, ainda, que existe certo equilíbrio entre as faixas de idade A, B e C, pois cada uma delas representa um percentual em torno de 30% do total das pessoas.

No caso das famílias agrícolas a maioria das pessoas tem uma idade maior que a das famílias pluriativas, uma vez que a maior parte das pessoas das famílias agrícolas concentra-se na faixa de idade de 45 a 64 anos, 33,3% do total. As pessoas com mais de 65 anos tem uma participação relativa bem acima daquela encontrada entre as famílias pluriativas: nessas o percentual é de 4,9% enquanto nas famílias agrícolas é de 12,1%.

Em termos de escolaridade, a faixa de idade mais jovem, de 10 a 24 anos, é onde se encontram as pessoas com maiores níveis de escolaridade, tanto entre as famílias pluriativas como nas agrícolas. Agrupando as pessoas que tem da 1^a série até aquelas que têm a 8^a série (completa), a faixa C reúne o maior grupo: nas famílias pluriativas representam 27,4% do total e nas agrícolas 28,2%. Quando se agrupam as pessoas que tem do 2º grau incompleto até o superior completo, o maior percentual está presente na faixa de idade A: 14,1% do total das famílias pluriativas e 8,7% das agrícolas. Na perspectiva de que as pessoas mais jovens não

são, majoritariamente, as pessoas responsáveis pela condução da unidade produtiva, percebe-se que aquelas que assumem a unidade produtiva tem baixa escolaridade.

Agrupando o número de pessoas das faixas de idade A, B e C – deixando de fora as pessoas sem instrução – que tem no máximo até a 8^a série completa, fica evidenciado que 65,3% das pessoas das famílias agrícolas têm no máximo até a 8^a série, enquanto nas famílias pluriativas esse percentual é de 61,4% do total. Retirando-se do conjunto das pessoas das faixas A, B e C aqueles indivíduos que possuem a 8^a série completa, a realidade encontrada é a de que apenas 50% das pessoas das famílias pluriativas sulinas, no ano de 2009, tinham no máximo até a 8^a série incompleta.

Procedendo da mesma forma com as famílias agrícolas, aumenta o percentual de pessoas que tem apenas até a 8^a série incompleta, 55,6%, comprovando o que estudos acerca da região Sul já evidenciaram que a escolaridade das famílias agrícolas é menor em relação às famílias pluriativas. Apesar das taxas de crescimento relativas à média de anos de estudos das famílias rurais terem apresentado tendência de crescimento, em praticamente todos os tipos de família, os desafios de melhora da escolaridade das pessoas, particularmente, da agricultura familiar ainda são significativos.

Os dados de escolaridade das famílias de empregados não agrícolas referentes à escolaridade e idade, para o ano de 2009, são apresentados na Tabela 19.

Tabela 19: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de empregados não agrícolas, segundo faixas de idade, escolaridade: Sul (Rural Agropecuário), 2009 (1.000 pessoas)

	Faixas de Idade			
	A	B	C	D
Sem instrução**	1	10	10	8
1 ^a a 4 ^a série incompleta	17	14	27	9
1 ^a a 4 ^a série completa	16	26	30	6
5 ^a a 8 ^a série incompleta	52	40	17	3
5 ^a a 8 ^a série completa	21	28	7	
2º grau incompleto	22	7	6	
2º grau completo	28	53	10	
Superior incompleto	7	11	2	
Superior completo	1	10	5	1
Não classificados	2	2		
TOTAL	167	201	114	27

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

(**) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.

Legenda: A: 10 a 24 anos; B: 25 a 44 anos; C: 45 a 64 anos; D: 65 ou mais anos.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

No caso das famílias de empregados não agrícolas, que representam o tipo familiar que apresentou maior taxa de crescimento do número de pessoas e do número de famílias entre as famílias de empregados no período de 2002-2009, o que se observa com base na Tabela 18 é que mais de 70% das pessoas tem entre 10 e 44 anos, confirmando a análise anterior de que as famílias de empregados representam as famílias mais jovens do meio rural agropecuário da Região Sul. A faixa de idade B (25 a 44 anos), que tem maior participação relativa no conjunto das faixas de idade estabelecidas, possui o maior número de pessoas com 39,5% do total. Os dados, portanto, apontam para a realidade de que as famílias de empregados apresentam-se, em relação às famílias de contas-própria da agricultura familiar, inseridas em um universo de pessoas mais jovens.

Em relação à escolaridade dessas pessoas, no ano de 2009, observa-se que, apesar dos percentuais indicarem um maior nível de escolaridade em relação ao conjunto de famílias da agricultura familiar, as diferenças não são tão expressivas. Retirando as pessoas que possuem a 8^a série completa, 47,2% das pessoas das famílias de empregados não agrícolas têm até a 8^a série incompleta, enquanto que as famílias pluriativas, que são as mais escolarizadas da agricultura familiar, tem um universo de 50% das pessoas, portanto, uma diferença não tão expressiva nesse ano em destaque.

O aumento da escolaridade do conjunto das pessoas ocupadas das famílias rurais, 2,9% a.a., como indicado na Tabela 17 vis a vis o crescimento significativo das famílias de *empregados*, como apresentado no capítulo anterior, parece colaborar/reforçar a evidência de que expressiva parte daquelas famílias que deixaram o universo das famílias sulinhas de contas-próprias agrícolas tornaram-se, não famílias de contas-próprias pluriativas, mas famílias de *empregados não agrícolas*, dado o aumento da escolaridade que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola.

Esse cenário permite supor que a maior juventude e os maiores níveis de escolaridade podem estar mais relacionados à conversão das famílias de contas-próprias agrícolas não em famílias pluriativas, mas em famílias não agrícolas, uma vez que a insuficiência de políticas públicas não bloqueia, em larga medida, o abandono do lado agrícola da pluriatividade.

2.3.2 A realidade das famílias da Região Nordeste do Brasil

A Tabela 20 apresenta o comportamento da idade média das famílias nordestinas. As famílias rurais nordestinas nos anos 1990, diferentemente das famílias sulinas, apresentaram comportamento de estabilidade e nos anos 2000 verificou-se taxa de crescimento da idade média, da mesma forma que o observado entre as famílias sulinas.

Nos anos 2000 as famílias de contas-próprias nordestinas apresentaram menores médias de idade, 39,3 anos contra 43,3 para o mesmo tipo familiar sulino. A maior média de idade entre as famílias de empregados foi de 33,1 anos sendo, portanto, menor que aquela encontrada entre as famílias de empregados sulinas que foi de 35,7 anos. Assim sendo, os dois tipos de famílias destacados, contas-próprias e empregados, que representam algo em torno de 85% do conjunto das famílias rurais nordestinas apresentaram-se mais jovens que o mesmo tipo das famílias sulinas.

Tabela 20: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	38,1	37,9	1,5 *	38,8	44,8	2,3 **				
Agrícola	45,0	28,7	- -	43,3	47,2	- -				
Pluriativo	38,5	42,2	- -	38,8	45,5	- -				
Não-agrícola	31,9	36,1	- -	36,3	43,1	- -				
Empregadora com até 2 empregados	39,1	39,7	-0,1	41,2	44,6	0,9 ***				
Agrícola	42,8	43,1	-0,1	45,9	51,3	1,1 **				
Pluriativo	35,5	37,1	0,0	37,4	39,2	0,7 **				
Não-agrícola	27,1	27,8	- -	42,8	33,6	- -				
Conta-Própria	35,4	35,4	0,0	35,4	37,2	0,8 ***				
Agrícola	37,1	38,4	0,2	37,7	39,1	0,8 ***				
Pluriativo	33,1	31,5	-0,3	32,3	34,6	0,9 ***				
Não-agrícola	32,9	30,9	-0,4	33,4	36,3	1,2 ***				
Empregados	31,4	30,8	-0,1	30,7	32,4	0,5 ***				
Agrícola	32,2	31,2	-0,3	30,9	32,5	0,5 **				
Pluriativo	28,8	29,3	0,6	29,2	30,4	0,7 **				
Não-agrícola	30,1	31,0	0,2	31,1	33,1	0,5 **				
Não-ocupado na semana	55,6	56,3	-0,3	54,3	50,4	-1,3 ***				
TOTAL	36,4	36,2	0,0	36,2	38,4	0,8 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Embora as famílias de contas-próprias nordestinas sejam mais jovens que suas similares sulinas, também é no interior das famílias agrícolas nordestinas que se concentram as maiores médias de idades. Da mesma forma que o observado no caso das famílias de contas-próprias agrícolas da Região Sul, o aumento da taxa de crescimento da idade média desse tipo familiar na Região Nordeste não foi acompanhado, como o esperado pelos estudos acerca da pluriatividade com ênfase na dinâmica interna das famílias, por uma transformação das famílias agrícolas em famílias pluriativas de contas-próprias. Pelo contrário, como já destacado outras vezes nesse trabalho, as famílias agrícolas de contas-próprias parecem ter se convertido em famílias de contas-próprias não agrícolas e em famílias de empregados, especialmente não agrícolas.

A Tabela 21 apresenta os dados referentes à evolução da idade média das pessoas mais jovens ocupadas dos diversos tipos de famílias rurais.

Tabela 21: Evolução da idade média dos filhos e parentes (até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			1992/1999 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	20,6	30,3	3,6 *	28,9	32,1	3,5 *				
Agrícola	15,5	0,0	--	0,0	48,0	--				
Pluriativo	21,2	32,6	--	30,8	31,4	--				
Não-agrícola	22,9	24,8	--	17,8	27,8	--				
Empregadora com até 2 empregados	20,4	21,5	0,9 *	22,7	23,0	0,8 *				
Agrícola	20,1	20,8	1,3 *	21,3	20,9	2,9				
Pluriativo	20,7	22,0	0,7	23,2	24,8	0,4				
Não-agrícola	21,0	0,0	--	23,3	22,1	--				
Conta-Própria	18,9	19,7	0,8 ***	20,9	22,9	1,3 ***				
Agrícola	19,0	19,8	0,8 ***	21,0	23,4	1,5 ***				
Pluriativo	18,7	19,4	0,7 ***	20,7	22,0	0,9 ***				
Não-agrícola	20,4	21,7	0,5	22,5	25,8	1,7 ***				
Empregados	19,3	20,6	1,3 ***	21,4	23,1	1,1 ***				
Agrícola	18,7	19,9	1,0 ***	21,2	22,4	1,0 *				
Pluriativo	18,6	18,9	1,1	20,2	21,4	0,9 **				
Não-agrícola	23,9	24,9	0,7	23,8	25,6	0,5				
TOTAL	19,1	20,0	0,9 ***	21,1	23,0	1,3 ***				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Os dados demonstram que o maior envelhecimento dos filhos e parentes (com menos de 40 anos) das famílias agrícolas de contas-próprias não favorece a compreensão da dinâmica das famílias pluriativas de contas-próprias nordestinas ao longo dos anos 2000, pois apesar da dinâmica de crescimento da idade desse grupo no interior das famílias agrícolas, com taxa de 1,5% a.a. (a maior entre as famílias de agricultores familiares) não se observou, contrariando a expectativa dos chayanovianos, ampliação do número de famílias pluriativas, como demonstrado por meio da Tabela 01.

Adiciona-se à análise, nesse momento, as informações acerca do nível de instrução das famílias rurais nordestinas. Para tanto, a Tabela 22 apresenta o comportamento da variável anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias rurais residentes no rural agropecuário nordestino para o período de 1992 a 1999 e 2002 a 2009.

Tabela 22: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999 e 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1999	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)					
			1992/1999 ^a								
NÃO METROPOLITANO											
RURAL AGROPECUÁRIO											
Empregadora com mais de 2 empregados	3,5	7,0	8,4 ***	7,0	8,3	1,6					
Agrícola	2,4	6,4	--	3,6	8,2	--					
Pluriativo	3,5	5,2	--	7,2	8,8	--					
Não-agrícola	4,4	9,1	--	8,1	8,1	--					
Empregadora com até 2 empregados	2,3	3,0	4,7 ***	3,7	4,2	1,3					
Agrícola	1,9	2,8	4,5 **	3,0	3,4	0,0					
Pluriativo	2,7	3,2	3,9 *	4,2	4,7	1,1 **					
Não-agrícola	2,8	3,7	--	3,5	6,5	--					
Conta-Própria	1,4	1,9	4,3 ***	2,3	3,5	6,3 ***					
Agrícola	1,2	1,5	4,1 ***	1,8	2,7	5,9 ***					
Pluriativo	1,7	2,3	4,0 ***	2,9	4,1	5,4 ***					
Não-agrícola	1,8	2,9	5,8 ***	3,1	4,7	6,3 ***					
Empregados	1,3	2,0	6,4 ***	2,4	4,2	8,5 ***					
Agrícola	0,8	1,4	6,7 ***	1,7	2,8	8,3 ***					
Pluriativo	1,8	2,3	3,5	3,2	4,8	6,6 ***					
Não-agrícola	2,5	3,1	3,6 **	4,4	6,4	4,8 ***					
TOTAL	1,4	2,0	4,9 ***	2,4	3,8	7,0 ***					

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Assim como no caso da Região Sul, as taxas de crescimento da média de anos de estudos das famílias nordestinas de empregados são maiores que a das famílias de contas-

próprias ao longo dos dois períodos analisados, embora as médias de anos de estudos das famílias sulinas tenham-se apresentado, em todos os casos, consideravelmente maiores que as das famílias nordestinas, evidenciando os menores níveis de escolaridades dessas.

No caso da Região Nordeste as baixas médias encontradas para os anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias rurais pode ser que tenha relação com o fato de que a maior parte da população rural dessa região é composta de agricultores pertencentes ao Grupo B do PRONAF – 71,69% dos agricultores familiares nordestinos. Grupo esse que apresenta, conforme trabalho de Aquino et al (2012) alta participação de membros das famílias que apenas sabem ler e escrever: dos 7,7 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da região nordestina mais da metade estava no interior dos estabelecimentos pertencentes ao Grupo B e que praticamente 50% dos chefes de família e demais membros ocupados desse grupo em 2006, segundo levantamento do Censo Agropecuário, não sabiam ler e escrever.

O baixo nível de instrução dos responsáveis pelos empreendimentos agropecuários compromete o acesso à assistência técnica tornando ainda mais desafiadora a condução da atividade produtiva entre os segmentos mais pobres da agricultura familiar. “Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto para os produtores com ensino fundamental completo este percentual sobrepõe para 31,7%. Para os produtores com nível superior, excetuando-se aqueles com formação em ciências agrárias e veterinária, a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos” (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p.115).

Possivelmente as taxas de crescimento da média de anos de estudos das famílias rurais nordestinas de contas-próprias e de empregados são maiores que as observadas entre as famílias rurais sulinas, provavelmente em função das famílias nordestinas serem mais jovens, como constatado anteriormente, na medida em que por serem mais jovens ainda estariam em processo de escolarização.

Chama a atenção o aumento expressivo, para o conjunto das pessoas ocupadas das famílias rurais nordestinas, as taxas de crescimento significativas das médias de anos de estudos do início dos anos 1990 para o final do período relativo aos anos 2000. Enquanto no Sul para os anos 1990 a taxa de crescimento foi de 2,2% a.a. e nos anos 2000 de 2,9% a.a., no Nordeste essas taxas foram de 4,9% a.a. e 7,0% a.a. respectivamente. Quando se analisa as

famílias de contas-próprias por ramo de atividade, as famílias nordestinas não agrícolas foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento significativas da média de anos de estudos.

Apesar da tendência de crescimento dos anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias de contas-próprias, onde se concentra o maior número de agricultores familiares nordestinos, o aumento da escolaridade não foi capaz de impedir a redução significativa das famílias pluriativas, particularmente nos anos 2000, tampouco a diminuição do número de famílias da agricultura familiar na Região Nordeste do Brasil, a despeito de pluriatividade ser apontada pelos estudiosos da agricultura familiar como uma importante estratégia de reprodução desses agricultores.

Muito pelo contrário, o processo de aumento da escolaridade que amplia as possibilidades de inserção dos indivíduos das famílias de contas-próprias no mercado de trabalho não agrícola não foi capaz de ampliar a pluriatividade entre essas famílias pelo lado não agrícola haja vista a redução do número de famílias pluriativas de contas-próprias como destacado na Tabela 01. O aumento da escolaridade das famílias de contas-próprias parece, sim, ter colaborado para a ampliação das famílias não agrícolas de contas-próprias, haja vista que esse foi o único tipo familiar entre essas famílias que apresentou tendência de crescimento do número de famílias ao longo dos anos 2000, com uma taxa significativa de 9,1% (Tabela 1).

Ademais, na medida em que a taxa de crescimento do emprego formal na Região Nordeste, particularmente no setor industrial e no de serviços, foi a maior entre as demais regiões brasileiras e, as maiores taxas de crescimento do número de famílias estiveram entre as famílias não agrícolas, tanto de contas-próprias como de empregados, o avanço na escolaridade favoreceu o processo de inserção das famílias rurais no mercado de trabalho não agrícolas. Esse processo parece ter representado a conversão de parte expressiva das famílias agrícolas de contas-próprias não em famílias pluriativas, mas em famílias não agrícolas e, também, em famílias de empregados, particularmente não agrícolas. Cabe destacar que é no interior das famílias de contas-próprias não agrícolas e das famílias de empregados não agrícolas que se observam as maiores médias de anos de estudos ao longo dos anos 2000.

A Tabela 23 apresenta os dados correlacionados das variáveis idade e escolaridade das famílias da agricultura familiar do rural agropecuário nordestino representado pelas famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas, para o ano de 2009. A análise dos dados para esse

ano confirma que as famílias pluriativas e agrícolas de agricultores familiares nordestinos são de fato mais jovens que as famílias sulinhas.

Tabela 23: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de contas-próprias pluriativas e agrícolas (Agricultura Familiar), segundo faixas de idade, escolaridade: Nordeste (Rural Agropecuário), 2009 (1.000 pessoas)

	Famílias Pluriativas				Famílias Agrícolas			
	Faixas de Idade				Faixas de Idade			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Sem instrução**	37	134	222	75	61	189	301	160
1 ^a a 4 ^a série incompleta	193	154	108	14	207	174	127	45
1 ^a a 4 ^a série completa	115	85	64	10	138	130	66	10
5 ^a a 8 ^a série incompleta	219	63	22	2	217	92	26	5
5 ^a a 8 ^a série completa	78	31	18	1	56	26	6	2
2 ^o grau incompleto	94	15	4		76	15	2	1
2 ^o grau completo	74	62	14	0	44	46	6	1
Superior incompleto	9	15	3		2	6	1	
Superior completo	1	12	2			3	1	1
Não classificados	1	4			1	3	1	
TOTAL	820	574	457	102	802	685	536	224

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

(**) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.

Legenda: A: 10 a 24 anos; B: 25 a 44 anos; C: 45 a 64 anos; D: 65 ou mais anos.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Enquanto no Sul a maior parte das famílias concentra-se entre as faixas B e C, no Nordeste a maior parte das famílias de agricultores familiares está concentrada nas faixas de idade A e B: nas pluriativas esse universo representa 71,4% e nas agrícolas 66,1% do total das pessoas das famílias no ano de 2009. As famílias pluriativas nordestinas da agricultura familiar, assim como as da Região Sul, são mais jovens que as famílias agrícolas: 42,0% das famílias pluriativas tem de 10 a 24 anos, já as famílias agrícolas embora a maior parte dessas famílias também estejam nessa faixa, o percentual relativo é menor, 35,7%.

Esse quadro de famílias pluriativas com percentual significativo de pessoas mais jovens, especialmente aquele grupo que tem até 24 anos, conjugado ao fato de que o grupo de pessoas com maiores níveis de escolaridade, aqui representado por aqueles que possuem do 2^o grau incompleto até o superior completo, também está entre aquele segmento⁴⁴, não foi condição suficiente para ampliar o número de famílias pluriativas conforme o esperado pelas

⁴⁴ No interior do grupo de pessoas da faixa A aqueles que têm do 2^o grau incompleto até o superior completo representa 21,6%. Já na faixa B esse grupo representa no seu interior 18,1%.

análises chayanovianas acerca das determinações da pluriatividade que apresentam a maior escolaridade como condição que explica o fenômeno da mesma.

Nos anos 2000, apesar do comportamento de crescimento da idade e da escolaridade entre as famílias pluriativas de contas-próprias nordestinas, particularmente no ano de 2009, como destacado acima, o conjunto de famílias pluriativas, para o período 2002-2009, apresentou tendência de redução haja vista o comportamento da taxa de crescimento significativa das famílias pluriativas de contas-próprias que foi de queda (Tabela 01).

Visto que as famílias de empregados não agrícolas representam no interior das famílias rurais o segundo maior grupo de famílias, bem como aquelas que apresentaram maiores taxas de crescimento nos dois períodos em análise, apresenta-se nesse momento a Tabela 24 com os dados relativos às variáveis idade e escolaridade para esse tipo familiar no ano de 2009.

Tabela 24: Distribuição do número de pessoas* das Famílias de empregados não agrícolas, segundo faixas de idade, escolaridade: Nordeste (Rural Agropecuário), 2009 (1.000 pessoas)

	Faixas de Idade			
	A	B	C	D
Sem instrução**	15	54	60	45
1 ^a a 4 ^a série incompleta	82	61	36	13
1 ^a a 4 ^a série completa	56	50	21	3
5 ^a a 8 ^a série incompleta	99	70	15	1
5 ^a a 8 ^a série completa	36	27	7	
2 ^o grau incompleto	42	16	3	
2 ^o grau completo	45	90	14	
Superior incompleto	3	13	1	1
Superior completo	1	12	5	
Não classificados	3	2	1	
TOTAL	382	396	163	62

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

(**) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.

Legenda: A: 10 a 24 anos; B: 25 a 44 anos; C: 45 a 64 anos; D: 65 ou mais anos.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

É possível perceber que também entre as famílias de empregados não agrícolas, 77,7% das pessoas tem entre 10 a 44 anos (faixas A e B). Todavia, enquanto nas famílias pluriativas e agrícolas a maior participação relativa está na faixa de idade A, nas de empregados não agrícolas o maior percentual, apesar da pequena diferença, fica entre as pessoas com 25 a 44

anos (faixa de idade B). Diferentemente do observado entre as famílias sulinas, a maior parte das pessoas que integram as famílias nordestinas de empregados não agrícolas tem idade maior que as famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas, nessas duas a maior participação relativa fica para a faixa de 10 a 24 anos.

Em termos de escolaridade as famílias de empregados não agrícolas também apresentam melhores médias de anos de estudos para os anos 2000, como já destacado, e também para o ano de 2009 os dados sobre instrução formal são melhores. A participação do grupo que tem da 1^a a 8^a série incompleta é menor, 50,4%, que entre as famílias da agricultura familiar: entre as famílias pluriativas esse percentual é de 53,8% e entre as agrícolas é de 55,1%. Também o conjunto das pessoas sem instrução é menor entre as famílias de empregados não agrícolas cuja percentual relativo no ano de 2009 foi de 17,2%. No interior das famílias pluriativas esse percentual foi de 24% e entre as agrícolas a participação relativa das pessoas sem instrução foi de 31,7%.

Esse quadro de melhores níveis de instrução formal das famílias de empregados fortalece a análise de que os aumentos de escolaridades entre as famílias rurais de uma maneira em geral e, particularmente entre as famílias de contas-próprias, foram decisivos para o avanço das famílias não agrícolas, tanto de contas-próprias como de empregados, no interior do meio rural nordestino. Não se observou resultados positivos para a ampliação do número de famílias da agricultura familiar, particularmente das famílias pluriativas, o que vai fortalecendo aqui, a cada variável incorporada à análise, o argumento de que as condições relacionadas à qualificação das pessoas não são, embora condição necessária, suficientes para possibilitar uma tendência de crescimento do número de famílias pluriativas na Região Nordeste.

À Guisa de Finalização do Capítulo

Na tentativa de construir um cenário de síntese, o Quadro 1 evidencia o comportamento de cada uma das variáveis, aqui apresentadas ao longo desse capítulo, e ao mesmo tempo permite, paralelamente, identificar a dinâmica dos tipos de famílias que compõem a agricultura familiar ao longo dos dois períodos e regiões em análise.

Quadro 1: Síntese da dinâmica do número de famílias, segundo posição na ocupação e ramo de atividade, e das variáveis tamanho da família, escolaridade e idade. Nordeste e Sul, 1992 a 1999 e 2002 a 2009.

TIPO DE FAMÍLIA / VARIÁVEL	NORDESTE		SUL	
	1992-1999	2002-2009	1992-1999	2002-2009
Nº Famílias Contas-Próprias Pluriativas	ESTABILIDADE	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO	ESTABILIDADE
Tamanho médio	ESTABILIDADE	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO
Média anos de estudos	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Idade média	ESTABILIDADE	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Nº Famílias Contas-Próprias Agrícolas	ESTABILIDADE	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO
Tamanho médio	ESTABILIDADE	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO	DIMINUIÇÃO
Média anos de estudos	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Idade média	ESTABILIDADE	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Nº Famílias Empregados Não Agrícola	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Tamanho médio	ESTABILIDADE	ESTABILIDADE	ESTABILIDADE	ESTABILIDADE
Média anos de estudos	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
Idade média	ESTABILIDADE	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	ESTABILIDADE

Fonte: Elaboração da autora

Esperava-se que, conforme as análises de inspiração chayanoviana, que a redução do tamanho das famílias da agricultura familiar, impactasse de maneira negativa sobre o número de famílias pluriativas. Todavia, o observado nas duas regiões não foi o mesmo, tampouco condizente com o esperado. No caso do Nordeste, nos anos 2000, de fato houve uma redução do número de famílias pluriativas, mas o mesmo não foi observado na Região Sul o que favorece a relativização dessa variável na explicação acerca do comportamento da pluriatividade ao longo do tempo. Na Região Sul, nos anos 1990, a dinâmica do número de famílias pluriativas coincide com o comportamento do tamanho das famílias, todavia o mesmo não ocorre nos anos 2000. Nesse período, o tamanho médio das famílias continua a apresentar tendência de queda e o número de famílias pluriativas interrompe a sua redução, detectada nos anos 1990. Portanto, o tamanho das famílias não pode ser considerado o elemento explicativo da dinâmica da pluriatividade naquelas duas Regiões.

Na perspectiva da abordagem chayanoviana, diante da queda do tamanho das famílias pluriativas, ou seja, diante da diminuição do número de pessoas das famílias, reduzindo as possibilidades de inserção nas ocupações não agrícolas, as famílias pluriativas não tenderiam a retomar a condição de famílias agrícolas? Conforme evidenciado no Quadro 1, isso não foi

o que ocorreu, uma vez que também as famílias agrícolas apresentaram tendência de queda, tanto na Região Nordeste como no Sul.

É possível perceber, ainda, que os avanços no grau de instrução das pessoas das famílias pluriativas e agrícolas, evidenciado pela variável média dos anos de estudos, e da idade média que apresentou tendência de crescimento nas duas regiões, contribuíram para a inserção das famílias nas atividades não agrícolas, particularmente nos anos 2000, em consonância com a literatura que enfatiza as determinações endógenas/intrínsecas das famílias em seus processos de reprodução no meio rural. Entretanto, não foram capazes de sustentar essas famílias na atividade agrícola garantindo a ampliação do número de famílias pluriativas. De fato, o número de famílias rurais que apresentou crescimento ao longo dos anos 1990 e dos anos 2000 foi, justamente, o das famílias não agrícolas de contas-próprias e de empregados, ainda que no quadro síntese acima só estejam sendo destacadas as famílias não agrícolas de empregados.

Diante desse cenário, a retomada do pensamento de Chayanov (1985) com o objetivo de reforçar que o recurso das unidades de produção familiar às ocupações não agrícolas represente uma forma de alocação de trabalho familiar e que, as mesmas possam garantir a manutenção da agricultura familiar, conforme destacado por Conterato (2008. p.148), parece não encontrar sustentação nos dados analisados ao longo desse capítulo. A melhora das condições dos indivíduos para ingressarem nas atividades não agrícolas, não tem conseguido sustentar as famílias na atividade agrícola, promovendo uma ampliação do conjunto das famílias pluriativas de agricultores familiares, uma vez que o que foi detectado foi a ampliação do número de famílias não agrícolas domiciliadas no meio rural.

Portanto, o recurso às variáveis associadas à dinâmica interna das famílias rurais consolida-se como instrumento importante de caracterização das famílias pluriativas, em particular a partir de estudos de casos, mas tal recurso para a explicação da dinâmica que as famílias pluriativas assumem e/ou podem vir a assumir ao longo do tempo, aquelas variáveis (tamanho da família, idade e escolaridade) apresentam limitada capacidade explicativa.

Se as determinações intrínsecas das famílias de agricultores familiares (tamanho, escolaridade e idade) apresentaram limitada capacidade de explicação referente ao comportamento da pluriatividade ao longo dos dois períodos e regiões analisadas, um questionamento daí decorre: o que poderia colaborar para que a nova tendência iniciada na Região Sul - interrupção da queda sistemática do número de famílias pluriativas de contas-

próprias como verificado nos anos 1990 -, expressa no comportamento de estabilidade desse conjunto familiar, possa não apenas se manter, mas dar início a um processo de crescimento? E no caso do Nordeste, o que poderia favorecer para uma ampliação do número de famílias pluriativas de contas-próprias em um contexto de aquecimento do mercado de trabalho não agrícola, haja vista as taxas de crescimento do emprego formal nessa região acima da média nacional?

Essas indagações corroboram a hipótese desse trabalho de que a pluriatividade só poderá apresentar uma tendência de crescimento caso as políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade sejam ampliadas e fortalecidas. Neste sentido, os dois capítulos que seguem objetivam, justamente, analisar a trajetória das políticas públicas direcionadas ao universo da agricultura familiar que favoreçam a atividade agrícola e com isso, buscar elementos que subsidiem a tentativa de explicar o comportamento das famílias pluriativas nas Regiões Nordeste e Sul, que são objeto de estudo desse trabalho.

CAPÍTULO 3

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL PARA O SEGMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ALCANCES, DESAFIOS E INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O RURAL SOBRE A PLURIATIVIDADE.

Introdução

A análise acerca do desenvolvimento de uma nação perpassa pela questão do financiamento ao investimento produtivo dessa mesma nação. As condições de acesso dos agentes econômicos aos recursos monetários, necessários à realização de suas decisões de investimento, estão intimamente relacionadas ao comportamento do sistema bancário, ao papel do Estado na regulação desse sistema e à oferta de crédito público para o financiamento de determinados setores da economia.

Na linha de pensamento inaugurada pela teoria keynesiana (KEYNES, 1982), o investimento é a variável chave na dinâmica de crescimento de uma economia. Assim sendo, pensar o desenvolvimento econômico de uma nação significa pensar as condições para que o investimento produtivo se realize, ou seja, analisar as possibilidades de acesso aos recursos monetários necessários para que o mesmo seja efetivado.

Nessa direção, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico está associado, entre outros fatores, ao comportamento de elementos financeiros (juros, prazos, exigibilidades bancárias, etc) e ao nível de desenvolvimento do sistema bancário de um país. Pois essas realidades evidenciarão o acesso dos agentes econômicos a recursos monetários para a efetivação do investimento, bem como os impasses e comprometimentos desses mesmos agentes com as dívidas assumidas para a realização do investimento.

A atuação dos bancos na economia ocorre, tendo como condutor de sua ação a relação Rentabilidade – Liquidez – Segurança (MINSKY, 2009). Percebe-se, neste sentido, que até mesmo a atuação dos agentes bancários públicos segue a lógica financeira tradicional de maximização de resultado e minimização de riscos (CORRÊA, SILVA, 2007). Assim, mesmo com a ação do Estado, é complexa a questão do financiamento de grupos econômicos com maiores riscos de pagamento e com menores possibilidades de atender às exigibilidades

bancárias ou garantias requeridas quando na realização dos empréstimos, situação em que se enquadra parte expressiva da agricultura familiar brasileira.

Com base nesse cenário, este capítulo cumpre a função de melhor compreender a ação do Estado na problemática do financiamento ao investimento, ainda mais quando se trata do investimento no setor agrícola e de financiamento de um segmento desse setor que apresenta muitos “investidores” sem capacidade de oferecer garantias que possibilitem a lucratividade do setor bancário, quando na realização de seus empréstimos para o investimento produtivo. Nesse sentido, na primeira seção, o destaque será dado ao financiamento da chamada agricultura familiar e ao papel do Estado no financiamento desse segmento da agricultura brasileira por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, sem o qual, segundo hipótese deste trabalho, as condições de permanência dos agricultores familiares na atividade agropecuária seriam cada vez menores, frente aos padrões de produtividade e eficiência exigidas pelo mercado.

A partir da análise das políticas públicas, direcionadas ao financiamento da produção da agricultura familiar por meio do crédito público, a segunda seção investiga outra modalidade de ação das políticas públicas agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar, representada pelas políticas de comercialização. Estas políticas consistiriam na utilização das compras governamentais, criando um mercado institucional para a comercialização dos produtos oriundos da produção familiar. Dois programas, em particular, serão analisados: o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), de 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1957, mas que, a partir de 2007, por determinação legal, passa a ter que cumprir um percentual de compras da agricultura familiar.

3.1 - O financiamento da agricultura familiar no Brasil via crédito público – o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)

A análise acerca do financiamento da produção agrícola, seja aquela caracterizada como familiar, ou aquela definida como patronal, envolve a compreensão das particularidades desse ramo da produção da vida material dos indivíduos, que têm suas raízes assentadas na profunda relação de dependência com a natureza. A agricultura apresenta-se, assim, como um setor em que as suas particularidades em relação à indústria tornam o processo de produção e

a venda com lucro das mercadorias ainda mais incerto, pois ele depende não apenas das decisões particulares dos agentes econômicos (como no caso da indústria), como também das incertezas relativas à dependência dos fatores naturais⁴⁵. Essa realidade torna ainda mais complexa a questão do financiamento ao investimento desse setor.

Diante dessas particularidades, a renda obtida pelo produtor agrícola é permeada de incertezas ainda maiores, comparativamente à renda obtida na atividade industrial, tornando ainda mais complexa a questão do financiamento da atividade agrícola. Assim sendo, tanto para os países desenvolvidos como para os em desenvolvimento, a atuação do Estado na concessão de crédito, entre outras políticas, para o financiamento da atividade agrícola, foi decisiva nos rumos desse setor econômico naquelas economias⁴⁶.

A modernização da agricultura brasileira a partir dos anos 1960, por meio da incorporação do padrão tecnológico da Revolução Verde que, conforme Delgado (1985), configurou um novo papel para a agricultura no processo de desenvolvimento econômico no pós-segunda guerra, foi efetivada, graças à participação decisiva do Estado com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. O SNCR garantia crédito público para a produção baseada na monocultura, com grande mecanização.

A criação do SNCR foi favorecida pela reforma bancária e financeira de 1966, com destaque para a criação da correção monetária, que aumentou os interesses privados para a aquisição de títulos públicos favorecendo a consolidação do crédito público para a agricultura. O SNCR foi responsável pelo atendimento das necessidades de crédito (custeio, comercialização e investimento) que o processo de modernização da agricultura demandava.

Conforme Delgado (1985), até 1974 o volume de recursos destinados à agricultura, via SNCR, foi oriundo, em especial, de depósitos à vista não remunerados e de recursos para-fiscais, advindos de aumento da base de tributação, fruto do aumento da atividade econômica e das baixas taxas de inflação, com taxas de juros subsidiadas. Até o final dos anos 1970, a política agrícola contou com volumes expressivos de créditos, mas houve uma inflexão nessa política nos anos 1980, com o recrudescimento das taxas de inflação e queda da atividade econômica. O SNCR será, nesse novo contexto macroeconômico, progressivamente inserido

⁴⁵ Para mais detalhes ver Mann & Dickinson (1987) e Graziano da Silva (1981).

⁴⁶ A importância da ação pública para os rumos da agricultura podem ser compreendidas pelo que representou a PAC (Política Agrícola Comum) para os países europeus – ver Nascimento (2008). Também Abramovay (1992) destaca o papel que a intervenção governamental teve na consolidação da agricultura familiar na CEE e nos EUA.

dentro da lógica bancária privada, cobrando taxas de juros mais próximas daquelas praticadas pelo sistema bancário privado.

O volume significativo de crédito público aos capitais ligados à agricultura possibilitou, como dito anteriormente, a modernização da agricultura brasileira. Todavia, isso ocorreu em termos parciais, uma vez que nem todos os produtores rurais foram beneficiados, especialmente em função das garantias exigidas nos processos de financiamento rural. Tal situação, em grande medida, fruto da lógica do padrão tecnológico da Revolução Verde, pautado na monocultura com alto índice de mecanização, resultou em um processo de concentração do crédito por regiões e por produto, especialmente, café, milho, soja, laranja e cana.

Os anos oitenta, do século XX, marca o início de uma crise do setor agrícola que será aprofundada na década seguinte marcada pela abertura rápida e indiscriminada da economia promovida pelo então Presidente Fernando Collor de Mello; pela retirada de barreiras não tarifárias no início dos anos 1990 e pela eliminação de tarifas dos países membros do Mercosul, bem como o processo de valorização cambial promovido pelo Plano Real. Segundo Nunes e Nassar (2000, apud BITTENCOURT, 2003, p.64), no final dos anos 1980, o número de clientes do Banco do Brasil, principal banco operador do crédito rural do SNCR, passou de 800 mil para 240 mil, e o volume de crédito contratado foi de apenas 45% do valor negociado em 1980.

Um dos resultados da crise no setor agrícola, iniciada nos anos oitenta do século XX, foram as altas taxas de inadimplência dos produtores rurais, o que tornou o SNCR ainda mais seletivo, intensificando a marginalização dos agricultores familiares no acesso ao crédito rural. A configuração desse cenário representará o início da redução dos recursos públicos, direcionados ao crédito rural desde a implantação do SNCR e, por consequência, à redução do número de contratos firmados no sistema. Na avaliação de Bittencourt (2003):

Na metade da década de 90 o crédito atingiu o menor volume de recursos desde a criação do SNCR. O volume de crédito voltou a subir a partir da metade dos anos 90 até o início do novo milênio. Mesmo assim, o volume total de crédito rural com recursos controlados tem se mantido muito abaixo do praticado nos anos 70 e 80 (BITTENCOURT, 2003, p.66).

Para Bittencourt (2003), enquanto em outros países em desenvolvimento a adoção de políticas de crédito rural, estruturadas a partir de taxas de juros subsidiadas, objetivava a redução da pobreza, o aumento da produção de alimentos e o maior acesso dos agricultores

familiares ao crédito, no Brasil esse nunca foi um dos objetivos da política agrícola. Seu objetivo era aumentar a produção agropecuária⁴⁷ e garantir a modernização da agricultura brasileira e, por decorrência, o aprofundamento dos laços da agricultura com a indústria produtora de equipamentos e insumos agrícolas.

A criação do SNCR evidencia, em termos de análise do financiamento do investimento da agricultura brasileira, que a participação ativa do Estado foi elemento decisivo no movimento de modernização da agricultura. Todavia, a estrutura de financiamento criada foi excludente e concentradora, não tratando devidamente da heterogeneidade estrutural que marca o meio rural brasileiro e deixando às margens do sistema parte do segmento, caracterizado como agricultura familiar que encontrava grandes dificuldades de acesso a esse crédito em função das garantias exigidas nos empréstimos. Na avaliação de Carneiro (1997), a agricultura familiar foi renegada durante décadas pelas políticas públicas direcionadas à agricultura brasileira que favoreceu, com o processo de modernização da agricultura, a grande propriedade.

Na avaliação de Bittencourt (2003), o Estado brasileiro ao criar o sistema de financiamento à agricultura focou suas ações apenas na questão do acesso ao crédito pelos agricultores, especialmente os grandes produtores, por meio dos bancos públicos, consolidando uma estrutura financeira inadequada para o acesso ao crédito pelas populações rurais de baixa renda, com pequena capacidade de conseguirem cumprir com as exigibilidades bancárias colocadas pelos bancos.

Assim sendo, sob o contexto de retomada do crédito rural é que, em meados dos anos 1990, sob pressão das organizações dos trabalhadores rurais, a questão do financiamento público daqueles produtores que ficaram à margem do processo de modernização da agricultura, passa a ser enfrentada por meio da ação pública via Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF⁴⁸. Na medida em que parte do segmento da agricultura familiar não conseguia atender às exigibilidades feitas pelo sistema de crédito privado, também aqui o Estado foi decisivo no financiamento desse setor. Nos próximos parágrafos, apresentam-se alguns elementos acerca da problemática da distribuição dos recursos do

⁴⁷ Favorecido por uma política de assistência técnica e pesquisa agropecuária.

⁴⁸ Importância decisiva para a implementação do PRONAF foi o estudo realizado em parceria FAO/INCRA, em 1994, em que se destacou a importância e as características da agricultura familiar no interior da produção rural brasileira e seu abandono pelas políticas públicas ligadas à agricultura.

PRONAF desde sua criação, não se detendo no detalhamento desse programa quanto à sua operacionalidade, bem como quanto às mudanças experimentadas desde sua instalação.

Em julho de 1995 estrutura-se a primeira política pública com maior abrangência, direcionada à agricultura familiar⁴⁹, com vistas a garantir o financiamento da produção de um segmento da agricultura brasileira, que apresentava diferenças em relação à agricultura realizada nos moldes da grande propriedade altamente mecanizada e de monocultura. Conforme Aquino (2009), as pesquisas evidenciam que o PRONAF se consolidou como uma importante estrutura de apoio à chamada agricultura familiar. Termo esse que também ganha destaque nos anos 1990, pois até então o agricultor familiar, para enquadramento no Manual de Crédito Rural, era definido como mini-produtor. Avaliando a consolidação do PRONAF para a agricultura familiar, Carneiro (1997) aponta para sua importância na construção de um novo modelo de desenvolvimento na agricultura brasileira:

(...) a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores. Tal tentativa de ruptura é intencional e explícita no próprio texto do Pronaf, quando ele chama a si o desafio de construir um *novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado* (Pronaf, 1996: p.14) (CARNEIRO, 1997, p. 70).

Em sua criação, o PRONAF⁵⁰ estava estruturado em três grandes linhas de financiamento: Crédito, Capacitação e InfraEstrutura. A linha Crédito era direcionada ao financiamento individual da produção. Quanto a essa linha, Silva (2006) destaca que

O PRONAF Crédito é o principal liberador de recursos, no entanto deve ser destacado, primeiramente, que a liberação de recursos é feita por intermédio das instituições financeiras e isto tende a atrelar a concessão dos recursos de forma individual e seletiva (ou seja, cada um como as demais lógicas de operação dos próprios bancos repassadores de recursos, condicionando os empréstimos às exigências de garantias) (SILVA, 2006, p. 87).

Já a linha Infraestrutura apresentava um perfil de financiamento da infraestrutura intermunicipal que deveria impulsionar o desenvolvimento territorial. Por sua vez, a linha Capacitação objetivava qualificar os agricultores e técnicos - tanto para a produção quanto

⁴⁹ Apesar do Pronaf ser considerado a principal política nacional para a agricultura familiar, Navarro (2010) destaca que no processo de negociações, articulações políticas e debate acerca das especificidades do chamado “pequeno produtor”, outro importante programa, estabelecido em 1994, foi constituído: o chamado Programa de Viabilização da Pequena Propriedade. Esse programa não apenas tratava da questão do crédito rural diferenciado para esse público, mas também destacava a necessária atuação governamental em outras áreas como o seguro rural, assistência técnica, pesquisa, educação rural entre outras.

⁵⁰ O PRONAF foi regulamentado pelo decreto nº1946/96 de 28 de junho de 1996.

para a elaboração de projetos – para captarem as necessidades dos agricultores confrontando-as com os objetivos do governo⁵¹.

Sobre os objetivos e as fontes de recursos da linha que mais se destacou desde a efetivação do PRONAF, o PRONAF-Crédito, Aquino (2009) destaca:

O PRONAF-crédito foi formulado inicialmente com o objetivo de “*fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas por agricultores familiares e suas organizações*” (MA/SDR/DATER, 1996, p. 16). Para isso, os recursos governamentais seriam repassados ao sistema bancário nacional (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, bancos estaduais e privados), que assumiria a responsabilidade de realizar os empréstimos a taxas inferiores às do mercado. Os custos operacionais e as diferenças nas taxas de juros em cada operação de financiamento deveriam ser cobertos pelo Tesouro Nacional (TN) (AQUINO, 2009, p.04).

No ano de 1999, o PRONAF, que era vinculado ao Ministério da Agricultura, passa para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o programa estabelece uma classificação para os agricultores familiares (A, B, C e D⁵²). É importante destacar que, até então, não existiam critérios de diferenciação social dos agricultores familiares quanto às condições de acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo programa. Em 2000 é criada a linha de crédito, direcionada aos agricultores oriundos de assentamentos de reforma agrária, e que já tinham acessado crédito da linha A, o chamado grupo A/C, bem como, também nesse ano, têm início as operações do PRONAF B na Região Nordeste do Brasil (BITTENCOURT, 2003).

Também no ano de 1999, as atividades não agrícolas, associadas ao turismo rural, ao meio ambiente e ao artesanato, passaram a ser financiadas pelo programa, resultado das críticas feitas ao mesmo acerca de uma concepção setorial interna ao programa, na medida em que ele atuava financiando apenas atividades agropecuárias. Contribuiu para essa mudança o documento “Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, publicado em 1999⁵³, em que ficava explicitado em um documento oficial que,

⁵¹ Em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), os recursos das linhas “Infraestrutura e Serviços Municipais” e “Capacitação dos Agricultores Familiares” passaram a integrar o PRONAT e a serem direcionados ao financiamento dos territórios rurais.

⁵² Em 2003 é criada uma nova categoria na classificação dos beneficiários do PRONAF, o Grupo E. Esse grupo seria o mais capitalizado entre os demais classificados no programa.

⁵³ O documento trata das mudanças da política de reforma agrária no país, e foi anunciado pelo Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, à imprensa no dia 30 de março de 1999.

no “novo mundo rural”, a renda gerada no campo não advinha, necessariamente, da atividade agrícola.

Apesar dos avanços que o PRONAF representou para o financiamento da produção agrícola familiar, essa estrutura de financiamento público apresentou limitações quanto à forma de distribuição regional, bem como do acesso dos grupos mais descapitalizados (A, B e A/C) no interior da agricultura familiar. Mattei (2005) aponta para uma concentração regional de recursos na fase inicial de implementação do PRONAF. Aquino (2009) em sua análise acerca do comportamento do PRONAF, desde sua instalação até 2009, destaca o perfil “desigual” da distribuição de recursos do PRONAF, tanto em termos de região quanto de segmentos dos agricultores familiares. Segundo esse autor,

De fato, existem várias evidências de que a concentração dos recursos financeiros se dá exatamente onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública (AQUINO, 2009, p. 13-14).

O trabalho de Silva, Côrrea e Neder (2007), utilizando dados do Censo Agropecuário 1996, do Censo Demográfico 2000, e dados referentes à distribuição de recursos do PRONAF para as Regiões Nordeste e Sul do Brasil, período de 1999 a 2004, revelou que no Sul concentrara-se a maior parte dos recursos liberados pelo PRONAF no âmbito nacional, o que reforça os argumentos nessa direção, já destacados aqui por outros autores.

A análise de Silva, Côrrea e Neder (2007), que utilizaram em sua investigação da construção de um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) e da Análise de Correspondência Múltiplas, lhes permitiu verificar o perfil dos municípios que receberam os recursos do PRONAF nas Regiões Nordeste e Sul. A partir desses procedimentos estatísticos, os autores detectaram que na Região Sul, “Nos municípios de menores IDRs, a maioria das captações do PRONAF Crédito tem se dirigido a agricultores dos Grupos A, B e A/C. Ou seja, nos espaços mais deprimidos da região, os agricultores mais carentes estariam tendo acesso a recursos” (SILVA; CÔRREA, NEDER, 2007, p. 152).

No caso da Região Nordeste, a situação apontada pelo estudo, em termos de participação dos agricultores familiares vinculados ao grupo A, B e A/C, no total dos recursos do PRONAF Crédito, é mais desafiadora para esses grupos. Nos municípios mais carentes, quem capta a maior parte dos recursos liberados são os Grupos C, D e E. Portanto, as famílias de agricultores familiares mais carentes, e que são maioria nessa região, diferentemente do

Sul, têm demonstrado dificuldades de acesso aos recursos públicos destinados à agricultura familiar por meio do PRONAF. “Já nos municípios com maior IDR, é possível observar que se apresenta uma maior correspondência entre maior Desenvolvimento Rural e maior liberação relativa de recursos para os agricultores familiares com maior dificuldade de integração” (SILVA; CÔRREA E NEDER, 2007, p. 151).

Possivelmente essa situação, segundo os autores citados, possa ser atribuída ao maior nível de organização dos agricultores por meio de representações de interesses, como as cooperativas, o que favorece o maior acesso a informações e assistência técnica; maior densidade populacional, que facilitaria o acesso aos serviços bancários, haja vista a presença garantida de agências bancárias que concedem o crédito rural.

A constatação da concentração dos recursos do PRONAF entre os segmentos mais capitalizados apresenta maior complexidade, se se considera que a política pública desempenha papel decisivo para o fortalecimento da agricultura familiar, em particular para o segmento mais empobrecido da agricultura brasileira, o chamado grupo B do PRONAF. Segundo Aquino et al (2012), com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, esse é o grupo mais expressivo entre os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira, até mesmo entre as regiões consideradas mais modernizadas do país, Sul e Sudeste, conforme pode ser constatado na Tabela 25.

Tabela 25: Participação relativa dos estabelecimentos do Grupo "B" do PRONAF no interior da agricultura familiar por regiões do Brasil – 2006

Regiões	Familiar - Lei 11.326	Grupo "B"	%
	(a)	(b)	(b/a)
Norte	412 666	154.318	37,4
Nordeste	2 187 131	1.567.863	71,69
Sudeste	699 755	356.526	50,95
Sul	849 693	269.668	31,74
Centro-Oeste	217 022	67.752	31,22
Total Brasil	4 366 267	2.416.127	55,34

Fonte: Aquino et al (2012)

A partir de dados primários do Censo Agropecuário 2006 e por meio de tabulações especiais do IBGE em parceria com o MDA⁵⁴, Aquino et al (2012) constatam, conforme

⁵⁴ Por meio dessa parceria, pela primeira vez, foi possível que o IBGE gerasse dados que caracterizassem o universo da agricultura familiar, tendo em vista os critérios definidos pela Lei 11.326/2006, Lei da Agricultura Familiar.

Tabela 25, que dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira, 2,4 milhões (55,34%) enquadram-se como potenciais beneficiários do PRONAF, classificados como Grupo “B”. Em termos gerais, do total desse grupo, 65% (1.567.863) estão localizados na Região Nordeste, e 14% (356.526) no Sudeste, e a Região Sul tem participação de 11,16% (269.668).

Quando se analisa a participação do PRONAF B no interior da agricultura familiar de cada região na Tabela 25, segundo critérios estabelecidos pela Lei 11.326, percebe-se que no Nordeste, 71,69% dos estabelecimentos familiares enquadram-se na categoria dos mais empobrecidos, PRONAF B. No Sul também se destaca presença importante desse segmento, 31,74% de sua agricultura familiar.

A Tabela 26 aprofunda a análise já mencionada acerca do perfil concentrador da distribuição de recursos do PRONAF em algumas regiões.

Tabela 26: Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2009 (Em %)

Anos/Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total geral
1996	0,9%	6,7%	12,1%	78,3%	2,1%	100,0%
1997	2,1%	11,9%	21,3%	62,3%	2,5%	100,0%
1998	2,1%	15,8%	17,4%	61,8%	3,1%	100,0%
1999	3,1%	25,7%	16,6%	49,0%	5,6%	100,0%
2000	6,3%	22,9%	17,1%	45,9%	7,9%	100,0%
2001	3,6%	14,8%	15,8%	56,7%	9,2%	100,0%
2002	6,5%	15,4%	14,8%	55,6%	7,8%	100,0%
2003	11,8%	15,5%	17,9%	46,9%	7,8%	100,0%
2004	11,9%	18,2%	17,0%	46,6%	6,2%	100,0%
2005	9,1%	24,8%	18,1%	41,1%	6,9%	100,0%
2006	9,5%	26,0%	19,7%	38,5%	6,3%	100,0%
2007	7,4%	20,0%	22,2%	43,7%	6,7%	100,0%
2008	6,9%	15,8%	20,6%	51,6%	5,1%	100,0%
2009	6,4%	14,9%	23,9%	48,0%	6,7%	100,0%
MÉDIA (96-09)	6,3%	17,7%	18,2%	51,9%	6,0%	100,0%

Fonte: Os dados para o período de 1996 a 2007 foram retirados do trabalho de Aquino (2009, p.11). Já as informações para os anos de 2008 e 2009 são tabulações próprias a partir dos dados MDA/SAF/PRONAF.

Para o período de 1996-2009, do total de recursos distribuídos, a região Sul, em média, captou 51,9%, enquanto a região Nordeste (que representa a maioria dos agricultores familiares brasileiros) obteve apenas 17,7% do total dos recursos, o que comprova, apesar dos avanços, a permanência do perfil concentrador/desigual da distribuição regional dos recursos advindos das políticas de crédito público.

Para Bittencourt (2003), a concentração de recursos do PRONAF-Crédito na Região Sul, que persiste para além do período analisado pelo autor, que compreende apenas o início dos anos 2000, estaria associada a um conjunto de fatores, quais sejam:

- a) A forte organização social dos agricultores familiares, contando com a presença dos três principais movimentos sociais representativos dos agricultores familiares no Brasil – Fetag's/Contag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/CUT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- b) A assistência técnica estatal, apesar de enfrentar diversos problemas estruturais, ainda tem uma forte presença e atuação entre os agricultores familiares nos três estados do Sul, contribuindo na elaboração de projetos técnicos;
- c) O grande número de cooperativas de crédito, sediando os principais sistemas de crédito cooperativo do Brasil com atuação rural do Brasil - Sicredi, Sicoob, Cresol e Cehnor;
- d) A presença de muitas agências bancárias na região, especialmente do BB;
- e) A concentração de agroindústrias que mantêm contratos de integração com muitos agricultores familiares, facilitando e intermediando o acesso aos financiamentos (fumo, aves, suinocultura e sericicultura);
- f) A grande participação da agricultura familiar da região Sul no Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional. Esta região responde por 50% do VBP da agricultura familiar brasileira, evidenciando também uma agricultura familiar mais estruturada. (BITTENCOURT, 2003, p. 148-149).

A questão da concentração de recursos do PRONAF pode ser também apreendida pelo trabalho de Barros (2010), que analisa os resultados do Censo Agropecuário 2006. O autor evidencia um cenário de expressivos desafios que, possibilita o questionamento acerca da capacidade das políticas públicas atuarem de maneira positiva para a permanência das famílias de agricultores familiares no meio rural, frente aos atrativos oferecidos pelo mercado urbano de trabalho, na medida em que os agricultores mais pobres não conseguem acessar os recursos públicos. Para o autor:

O censo aponta para a quase ausência do Estado no cumprimento de seu papel de apoio à agropecuária, especialmente nas regiões e entre produtores mais carentes. São alarmantes o grau de analfabetismo entre os agricultores, a ampla falta de orientação técnica, e o acesso muito baixo ao crédito rural (BARROS, 2010, p.244-255).

Diante das críticas à concentração de recursos, e com vistas a ampliar e incluir maior número de produtores familiares, o PRONAF sofreu várias alterações normativas. Em especial, sua linha mais importante PRONAF-Crédito sofreu modificações com o objetivo de ampliar o público-alvo atingido pelo programa. A classificação dos agricultores familiares em diferentes segmentos, definida em 1999, envolvendo seis grupos⁵⁵, é expressão da busca de

⁵⁵ O Plano Safra 2007/2008 apresenta as principais mudanças normativas, sofridas pelo PRONAF, em termos de classificação de agricultores, realizada inicialmente em 1999. Conforme aquele Plano, o público-alvo do

ajuste do programa na ampliação dos beneficiários do PRONAF. Tal medida objetivava responder à realidade social e econômica diversa dos agricultores familiares do território nacional, estabelecendo encargos financeiros, exigibilidades e descontos diferenciados para cada segmento⁵⁶.

Apesar de tais medidas, e mesmo com uma maior inclusão de determinados segmentos de agricultores familiares, obtidas com elas, o PRONAF não conseguiu fugir da lógica concentradora de recursos que caracterizava o SNCR: a parte mais capitalizada da agricultura familiar consegue maior participação nos recursos públicos, disponibilizados ao setor por meio do PRONAF em relação ao segmento menos capitalizado.

Bittencourt (2003) aponta que a própria dinâmica de concessão do crédito, dada a inexistência de compromisso formal de que os recursos liberados para o PRONAF serão emprestados por parte dos agentes financeiros, pode levar a um movimento de concentração desses recursos. Conforme o autor:

Durante o processo de concessão do crédito, os agentes financeiros têm uma grande autonomia para realizar suas operações por estado, região, atividade e escolha dos agricultores a serem beneficiados. Basta respeitar a classificação e os valores definidos por grupo e modalidade de crédito do Pronaf. Este processo é importante porque neste momento é que ocorrem os problemas de concentração regional e de atividade financiada pelo Pronaf. Os agentes financeiros podem priorizar regiões ou municípios, atividades e produtores, utilizando diversos mecanismos como a exigência de garantias reais, existência de fundos municipais de aval, realização de parte das funções bancárias por agroindústrias, prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais, ou ainda, através de exigências (indiretas) de reciprocidades bancárias (BITTENCOURT, 2003, p.129).

Apesar de Mattei (2005) visualizar um processo de desconcentração de recursos do PRONAF a partir de 1999 até 2005, especialmente em função da criação de novas categorias de beneficiários, observa-se, ainda, uma concentração de recursos do PRONAF entre os agricultores mais capitalizados. A concentração de recursos pode ser constatada pela Tabela 27, que disponibiliza dados relativos à participação relativa de cada grupo do PRONAF no total dos recursos liberados para as regiões brasileiras.

PRONAF, ou seja, seus potenciais beneficiários estavam divididos em seis grupos: A, B, A/C, C, D e E. O Grupo B representou a inclusão de grande parte da agricultura familiar nordestina.

⁵⁶ Para maior detalhamento dos vários enquadramentos dos agricultores familiares e dos condicionantes bancários de cada grupo ver Silva (2006) e Fernandes (2011).

Tabela 27: Participação^a regional de grandes grupos no total de recursos liberados pelo PRONAF no período de 2000 a 2009

Ano	Enquadramento	Regiões					
		SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE	BRASIL
2000	Grupo A+A/C	3,8%	18,0%	69,2%	56,0%	35,0%	23,2%
	Grupo B	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	4,7%	1,2%
	Grupo C	37,3%	8,4%	4,8%	14,8%	21,4%	23,9%
	Grupo D+E	58,9%	73,5%	26,0%	29,2%	38,9%	51,7%
2001	Grupo A+A/C	5,4%	9,7%	71,9%	39,8%	26,1%	18,2%
	Grupo B	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	15,0%	2,9%
	Grupo C	43,2%	12,5%	4,3%	20,3%	33,7%	31,0%
	Grupo D+E	51,3%	76,1%	23,8%	39,9%	25,2%	47,9%
2002	Grupo A+A/C	7,9%	9,3%	64,6%	57,6%	27,9%	19,5%
	Grupo B	0,0%	2,5%	0,0%	0,0%	20,5%	3,7%
	Grupo C	40,8%	12,0%	2,8%	17,1%	36,8%	30,8%
	Grupo D+E	51,3%	76,2%	32,6%	25,4%	14,8%	45,9%
2003	Grupo A+A/C	4,7%	6,8%	41,2%	44,9%	24,2%	15,6%
	Grupo B	0,0%	2,5%	0,0%	0,0%	20,5%	3,7%
	Grupo C	34,8%	15,2%	13,6%	11,7%	40,4%	27,9%
	Grupo D+E	60,5%	75,5%	45,2%	43,5%	15,4%	52,9%
2004	Grupo A+A/C	1,5%	5,5%	14,2%	28,1%	18,4%	9,7%
	Grupo B	0,0%	4,4%	0,0%	4,9%	31,1%	7,6%
	Grupo C	33,2%	16,8%	22,2%	16,0%	35,6%	28,1%
	Grupo D+E	65,2%	73,3%	63,6%	51,0%	14,9%	54,6%
2005	Grupo A+A/C	0,9%	2,0%	22,8%	28,8%	18,0%	9,5%
	Grupo B	0,1%	4,4%	0,0%	2,5%	27,6%	8,0%
	Grupo C	29,0%	15,7%	13,5%	15,8%	38,7%	26,7%
	Grupo D+E	70,1%	77,9%	63,7%	52,9%	15,7%	55,8%
2006	Grupo A+A/C	3,1%	2,1%	22,7%	21,0%	11,0%	7,9%
	Grupo B	0,0%	4,7%	0,0%	2,8%	27,1%	8,4%
	Grupo C	21,6%	12,9%	8,5%	12,9%	37,9%	22,6%
	Grupo D+E	75,3%	80,3%	68,7%	63,3%	24,0%	61,1%
2007	Grupo A+A/C	1,8%	1,0%	15,1%	11,5%	8,6%	4,8%
	Grupo B	0,0%	3,6%	0,0%	5,4%	28,0%	7,3%
	Grupo C	17,2%	11,2%	7,3%	13,3%	30,6%	17,8%
	Grupo D+E	81,0%	84,2%	77,5%	69,8%	32,8%	70,1%
2008	Grupo A+A/C	3,5%	2,5%	14,7%	20,0%	11,3%	7,2%
	Grupo B	0,0%	5,1%	0,0%	8,4%	38,7%	11,0%
	Grupo C	12,7%	12,6%	9,2%	12,1%	30,1%	16,4%
	Grupo D+E	83,8%	79,8%	76,0%	59,5%	19,9%	65,3%
2009	Grupo A+A/C	7,0%	6,1%	25,9%	38,5%	17,6%	13,3%
	Grupo B	0,0%	9,3%	0,0%	15,5%	60,2%	22,4%
	Grupo C	8,8%	12,5%	7,6%	8,7%	11,1%	10,4%
	Grupo D+E	84,2%	72,1%	66,5%	37,4%	11,1%	53,9%
média	Grupo A+A/C	4,0%	6,3%	36,2%	34,6%	19,8%	12,9%
	Grupo B	0,0%	3,8%	0,0%	3,9%	27,4%	7,6%
	Grupo C	27,9%	13,0%	9,4%	14,3%	31,6%	23,6%
	Grupo D+E	68,2%	76,9%	54,4%	47,2%	21,3%	55,9%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do MDA/SAF.

a)A Tabela com os dados referentes aos valores absolutos, para as Regiões, do PRONAF encontra-se no Apêndice desse trabalho.

Esse dados colaboram na constatação da contradição da ação pública, destacada por Aquino et al (2012, p.10), que afirma:

(...) é preocupante constatar que a própria ação do Estado brasileiro tem contribuído para propagar as desigualdades no campo, quer seja pelo apoio preferencial aos agricultores patronais, quer seja pelo privilegiamento dos agricultores familiares que apresentam maiores níveis de renda (AQUINO et al, 2012, p.10).

Conforme indicado na Tabela 27, no período de 2000 a 2009, os grupos mais capitalizados, aqui agrupados (C+D+E), captaram na média nacional mais de 79% dos recursos liberados pelo PRONAF em relação aos três grupos menos capitalizados (A+A/C+B). Do ponto de vista regional, na Região Sul percebe-se a presença expressiva de liberação de recursos para os grupos mais capitalizados: na média 96% dos recursos do PRONAF da região estão concentrados no grupo C+D+E. As demais regiões apresentam perfil semelhante, porém, com magnitudes menos expressivas.

No Nordeste é que se constatou uma participação menos desequilibrada entre os dois grandes grupos analisados, ainda que o grupo mais capitalizado continue captando mais recursos, 52% na média regional. No caso dessa região, o maior equilíbrio entre os dois grupos é, em grande medida, explicado pelo fato de que a região nordestina é marcada pela presença dos agricultores familiares menos capitalizados representados pelo Grupo B do PRONAF (AQUINO et al, 2012). Todavia, quando se considera, conforme Tabela 27, que o grupo B representa 71,9% da agricultura familiar nordestina, fica comprovada a baixa participação desse grupo na captação de recursos do PRONAF. Nos anos 2000, na média, a participação desse grupo, no total de recursos do PRONAF para a região, foi de apenas 27,4%, enquanto que os grupos C, D e E juntos captaram 52,9%.

A análise acerca da participação dos diversos grupos constitutivos do PRONAF no total dos recursos desse programa, segundo informações do Censo Agropecuário 2006, realizada por Aquino et al (2012) confirma os resultados acima destacados. Os autores destacam que,

(...) apesar da representatividade numérica do Grupo “B”, esta categoria de produtores tem apresentado uma baixa participação nas políticas criadas para apoiar a agricultura familiar brasileira no período recente (...) em 2006, o Grupo “B” recebeu apenas 7,27% dos recursos do PRONAF no Brasil. Em contrapartida, os grupos “D” e “E”, que representavam uma parcela minoritária do público potencial do PRONAF (...) acessaram nada menos que 56% do crédito oferecido em condições especiais pelo programa. Isso significa que o PRONAF, ao invés de diminuir as desigualdades sociais, pode estar levando a um acirramento delas dentro do universo de agricultores familiares brasileiros (AQUINO et al, 2012, p.11).

Todavia, não se pode deixar de destacar que há avanços na participação do Grupo B no Nordeste, no final de 2009, em relação ao início da década. Em 2000, a participação do

Grupo B era de apenas 4,7%, saltando em 2009 para 60,2% do total de recursos do PRONAF liberados para a região. Entretanto, quando se analisa o comportamento desse mesmo grupo no interior da região Sul do Brasil, observa-se a quase ausência de participação desse grupo no interior dos recursos do PRONAF direcionados a essa região⁵⁷.

Outro elemento explicativo da concentração dos recursos do PRONAF, seja em termos de grupos no interior dos agricultores familiares, seja em termos de região, é que, conforme Corrêa e Silva (2007), esse programa não consegue fugir da lógica de distribuição de recursos do sistema bancário, que prefere aqueles com maior capacidade de garantir segurança de pagamento dos empréstimos realizados pelos bancos. Conforme essas autoras, as instituições bancárias, mesmo as públicas, que acabam assumindo a lógica das privadas, “(...) são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada de empréstimos” (CORRÊA, SILVA, 2007, p.64).

Essa parece ser uma das razões explicativa para o não avanço de uma das linhas de financiamento, direcionadas ao segmento de jovens agricultores no interior do PRONAF. As dificuldades de operacionalização do convênio entre Banco do Brasil e Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional que, conforme Boletim DESER 2011, até 2011 haviam impossibilitado a liberação de crédito ao PRONAF Jovem, têm explicação no fato de que, no caso dessa linha, os riscos da operação recaem totalmente sobre a instituição bancária sem garantias do Tesouro Nacional. Conforme o Boletim citado: “Como a Juventude Rural tem como uma de suas características, uma invisibilidade organizacional o cenário de restrição do crédito para essa categoria deve continuar” (BOLETIM DESER, 2011, p.04).

Para Bittencourt (2003), os bancos públicos federais não são adequados para trabalharem com uma população de baixa renda, pois atuam a partir da lógica dos grandes bancos, centrados na rentabilidade econômica de suas operações, como se fossem bancos privados. Ainda segundo o autor, faltou no Brasil uma atuação mais concreta dos governos na consolidação de uma estrutura de serviços bancários descentralizada, com a constituição de

⁵⁷ A interpretação deste trabalho para esse comportamento dos agricultores familiares sulinos do Grupo B, ainda que a temática da concentração de recursos não seja o elemento central desta investigação, é que os mesmos têm acessado crédito, em grande medida, para a realização de sua produção por meio de outros agentes financeiros que não os bancos. Essa hipótese é convergente com a análise de Bittencourt (2003) referente à relevância das cooperativas e empresas integradoras para o financiamento da agricultura familiar sulina, atuando como intermediadoras no acesso dos agricultores familiares aos recursos do PRONAF.

sistemas de cooperativas de crédito, bancos locais ou rurais, caixas de poupança, por exemplo⁵⁸.

Também Abramovay (2004) aponta para a existência de um distanciamento ou uma inadequação entre a organização do sistema bancário e as demandas financeiras das populações mais pobres do meio rural que mal conseguem garantir os gastos básicos relativos à sobrevivência, mas que necessitam de algum tipo de suporte financeiro⁵⁹. O autor destaca avanços, mas reconhece ainda o grande caminho a ser feito na superação dessa distância, ou dessa inadequação. Nas palavras do autor:

É verdade que a recente multiplicação de correspondentes bancários – por meio dos correios – e a possibilidade de pagamentos de contas em lotéricas e outros estabelecimentos comerciais contribuem para reduzir esta distância, bem como a decisão recente da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil de se voltarem explicitamente a populações vivendo em situação de pobreza. Apesar destes significativos avanços, pode-se dizer que, na sua grande maioria, os pobres não encontram nos bancos um prestador de serviços à altura de suas necessidades (ABRAMOVAY, 2004. p.26).

Em se tratando de acesso ao financiamento bancário dos agricultores mais empobrecidos, o trabalho de Aquino et al (2012), acerca do perfil dos potenciais beneficiários do Grupo “B” do PRONAF no Nordeste, possibilita uma avaliação mais pormenorizada acerca da questão do acesso a financiamento público, presente no Censo Agropecuário 2006. Reafirmando a avaliação feita por Barros (2010), da quase ausência do Estado em termos de crédito público aos estabelecimentos agropecuários mais pobres, Aquino et al (2012) apresentam o seguinte cenário: apenas 12,35% dos estabelecimentos agropecuários do Grupo “B” declararam ter tido acesso a financiamento rural.

Se o Grupo “B” do PRONAF representa 71,69% da agricultura familiar nordestina, o fato de que 87,65% desse grupo não obtiveram financiamento rural no ano de 2006, e dadas as condições de precariedade produtiva⁶⁰ dos estabelecimentos desse segmento, essa realidade aponta para os desafios e a necessidade de ampliação e efetiva cobertura da política pública

⁵⁸ Bittencourt (2003) ainda destaca, em seu trabalho sobre o PRONAF, que os serviços bancários não podem ser compreendidos apenas como a demanda por crédito agrícola existem outras demandas de serviços bancários no meio rural tais como: pagamentos, seguros, conta corrente, poupança, remessa e transferência de recursos. Conforme o autor, essas demandas nunca foram consideradas nas políticas públicas de crédito para o meio rural.

⁵⁹ Trabalhos apresentados pelo autor destacam que existe entre as famílias pobres do meio rural o hábito de se guardar dinheiro, seja para a compra de um bem, ou para o pagamento de um compromisso, mas fazê-lo por meio de um banco, que tem custos para seu acesso com suas taxas bancárias, inviabilizaria o pagamento daquela despesa planejada. Assim, fazem a poupança por intermédio de um agente informal, um conhecido, que evita o gasto do dinheiro caso ele fique na casa das famílias.

⁶⁰ Precariedade produtiva evidenciada por baixos índices de educação, assistência técnica, produção e receita agropecuária.

para os estabelecimentos agropecuários mais pobres da agricultura nordestina. Caso contrário, a permanência da situação de pobreza desse grupo, bem como a possibilidade da agricultura ser apenas uma atividade para o autoconsumo se solidificam no meio rural nordestino.

Embora esse seja um retrato das condições dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar nordestina para o ano de 2006, ano de referência do último Censo Agropecuário, o cenário apresentado traz consigo elementos sinalizadores de uma estrutura que se consolidou não apenas naquele ano. O mapa apresentado é reflexo, também, de características, problemas que não são conjunturais, mas que são resultado do processo de modernização da agricultura brasileira que, fruto da lógica capitalista, exclui os menos integrados aos mercados. Adicione-se a isso as dificuldades de acesso à terra que marcaram a questão agrária do Brasil (ROMEIRO, 1994).

A análise realizada ao longo desta seção, sobre a constituição e avanço do PRONAF, apontando para a importância deste Programa para a agricultura familiar, bem como para os desafios dos agricultores familiares mais pobres em participar do mesmo, reforça a perspectiva desse trabalho. Em um contexto de ampliação das possibilidades de ocupação não agrícola para os membros das famílias rurais, aqui evidenciado pelo crescimento significativo das famílias não agrícolas, tanto na Região Nordeste como no Sul, a possibilidade de um crescimento do conjunto das famílias pluriativas está em grande medida vinculada com o avanço do PRONAF entre os agricultores familiares mais pobres e, portanto, menos integrados aos circuitos mercantis. A superação dos desafios de participação desses agricultores no interior do PRONAF representa um caminho de fortalecimento da atividade agrícola e, portanto, de redução das possibilidades desses agricultores, como será argumentado nas seções que seguem, de abandonarem a atividade agrícola, comprometendo o avanço da pluriatividade.

Assim sendo, na medida em que aqui se vem argumentando acerca da importância das políticas públicas para o crescimento do conjunto das famílias pluriativas nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil, a seção que segue objetiva justamente avaliar o comportamento da renda média agrícola das famílias rurais, particularmente das famílias de agricultores familiares, ao longo dos anos 1990 e 2000, tendo em vista a constituição do PRONAF e a avaliação dessa política pública em termos de acesso dos agricultores familiares nas duas regiões em análise, realizada ao longo desta seção que se finda.

Reconhece-se, aqui, que a análise da variável renda é sempre uma questão que apresenta limitações, seja na PNAD, ou em outras pesquisas, em função da subestimação dos valores declarados (especialmente no caso das rendas mais altas) e das dificuldades de se calcular os rendimentos variáveis quando eles existem. Del Grossi (1999) trata dessa limitação e da complexidade da análise da renda, no caso da produção familiar em que a renda advinda da produção vinculada ao autoconsumo não é declarada na renda total. Apesar dessas limitações, a PNAD ainda representa a fonte de dados mais atualizada e abrangente para se tratar da ocupação e dos rendimentos das pessoas no meio rural (BUAIANAIM; DEDECCA, 2010 e GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000).

3.2 Tecendo relações entre o comportamento da pluriatividade e a renda média agrícola nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Analizar o comportamento da renda agrícola média nos anos 1990 requer necessariamente, ainda que de forma sumária, a retomada das principais características da crise que assolou o mercado agrícola nesse período, quais sejam: as mudanças na estrutura do crédito público direcionado à agricultura; a liberalização do comércio exterior e a desregulamentação dos mercados agrícolas (HELPAND, REZENDE, 2001).

Em função dos propósitos desta pesquisa, ressaltam-se, aqui, as mudanças no perfil do crédito público direcionado à agricultura que, em função dos objetivos de política macroeconômica de redução do déficit fiscal, sofreu relativas reduções no início da década de 1990, como já destacado na seção anterior. Para além da redução do volume de recursos direcionados ao crédito rural, há uma mudança significativa, referente ao aumento da participação do capital privado no financiamento da produção agrícola, ainda que as fontes públicas continuem sendo as mais importantes (BITTENCOURT, 2003). Conforme esse autor,

Na década de 90, o crédito rural foi marcado pelo grande endividamento do setor agropecuário (concentrado em alguns estados, produtos e produtores), pelos elevados custos governamentais decorrentes das sucessivas renegociações, pelo retorno dos juros fixos nos contratos, pela ampliação da participação do setor privado no fornecimento do crédito rural, pela utilização de novas fontes de recursos para os financiamentos rurais, e pela criação e expansão do Pronaf (BITTENCOURT, 2003, p. 66).

Ainda conforme avaliação desse autor, a entrada do capital privado na esfera da oferta de crédito rural representou, como era de se esperar da lógica privada financeira⁶¹, a preferência do crédito privado pelos agentes integrados aos complexos agroindustriais e, portanto, privilegiando algumas culturas, em particular aquelas vinculadas à exportação (a chamada agricultura moderna).

Não se poderia deixar de mencionar acerca da crise agrícola dos anos 1990, a exposição dos produtos agrícolas nacionais à concorrência dos produtos importados que, na sua maioria, contavam com subsídios agrícolas em seus países de origem, em particular dos países europeus e dos Estados Unidos. A concorrência tornava-se ainda mais acirrada haja vista o comportamento do câmbio valorizado, presente, praticamente, até o final da década dos anos 1990, favorecendo o processo de importação de mercadorias.

Os impactos de todo esse processo ou os ajustes realizados não podem ser compreendidos de maneira homogênea sobre a agricultura brasileira, tampouco no interior das famílias de agricultores familiares, marcadas pela heterogeneidade, seja em termos de produtos, de tamanho de propriedade (HOMEM DE MELLO, 1999), ou de inserção nos circuitos mercantis.

Assim sendo, Nascimento argumenta que,

(...) certamente nesse processo de ajuste houve, de um lado, segmentos de produtores agrícolas que reagiram à redução de preços reduzindo custos, através da incorporação de inovações⁶², logrando preservar a rentabilidade do seu empreendimento; mas também houve, por outra parte, expressivas parcelas de produtores forçados a deixar o setor (NASCIMENTO, 2008, p. 201).

Nessa direção é que é possível compreender os resultados da renda agrícola média e da renda total média da Região Sul, nos anos 1990, em particular com as famílias constitutivas da agricultura familiar, apresentados na Tabela 28. As famílias de contas-próprias e de empregados apresentaram tendência de queda da renda agrícola média, uma vez que as taxas de crescimento foram significativamente negativas: 2,7% a.a. e 3,2% a.a., respectivamente.

As famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas sulinas, que juntas representam mais de 90% do conjunto da agricultura familiar, não apresentaram comportamento de crescimento da renda agrícola média e da renda média total, haja vista a tendência de

⁶¹ Apesar do fato já mencionado de que os bancos públicos em muitas situações também agem conforme a lógica das instituições financeiras privadas, preferindo os agentes mais capitalizados.

⁶² Importante destacar que em um contexto de câmbio valorizado, a importação de insumos químicos utilizados na atividade agrícola ficaram mais baratos, o que permitiu que os aumentos de custos de produção não assumisse patamares ainda mais elevados (Graziano da Silva; Del Grossi, 2000).

estabilidade indicada pelas taxas de crescimento para o período. Em um contexto de crise agrícola, para as famílias pluriativas, nem as possibilidades não agrícolas, foram capazes de ampliar seu nível de renda total média, no período de 1995 a 1999, haja vista que os tipos familiares, vinculados totalmente com ocupações não agrícolas, também apresentaram comportamento de estabilidade, com taxas de crescimento não significativas para o período, conforme indicado na Tabela 28.

Tabela 28: Evolução da renda agrícola média e da renda total^b média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 1995 a 1999. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Renda Média Agrícola			Renda Média Total		
	1.995	1.999	tx cresc. (% aa.)	1.995	1.999	tx cresc. (% aa.)
	1995/1999 ^a			1995/1999 ^a		
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO						
Empregadora com mais de 2 empregados	2.161,76	957,71	-14,6	3.447,65	2.542,24	1,7
Agrícola	-	1.286,28		-	1.364,39	
Pluriativo	4.234,35	2.164,18	-7,1	5.729,57	3.962,66	6,5
Não-agrícola	0,00	0,00		1.534,46	2.266,37	10,5 ***
Empregadora com até 2 empregados	712,84	980,90	11,2 **	1.053,84	1.722,46	14,6 ***
Agrícola	832,72	1.608,39	19,6 ***	927,73	1.691,44	17,7 ***
Pluriativo	702,29	695,41	7,4	1.165,42	1.638,57	13,7 **
Não-agrícola	0,00	0,00		1.325,78	1.932,66	5,3
Conta Própria	334,66	315,81	-2,7 *	538,29	555,66	-0,1
Agrícola	359,82	334,02	-3,1	446,54	444,02	-1,0
Pluriativo	355,57	411,02	1,3	741,58	814,62	0,3
Não-agrícola	0,00	0,00		826,53	809,54	0,5
Empregados	165,72	140,47	-3,2 *	440,93	457,92	0,2
Agrícola	278,62	272,48	0,3	320,18	301,21	-0,9
Pluriativo	238,43	230,31	0,4	561,34	551,52	-0,8
Não-agrícola	0,00	0,00		557,33	583,23	-0,2
Não Ocupados	0,00	0,00		283,20	277,79	1,9
TOTAL	299,98	256,50	-4,1 ***	547,95	557,06	0,2

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

b) renda total representa o somatório da renda do trabalho (agrícola e não agrícola) e da renda do não trabalho advinda de aposentadorias, pensões, benefícios sociais e outros rendimentos.

No Sul, é importante destacar, uma vez que já foi detectado que nos anos 1990 entre as famílias de contas-próprias, as únicas que apresentaram tendência de crescimento no seu número, foram as famílias não agrícolas, que as maiores rendas médias totais, encontradas no período de 1995-1996, foram justamente entre as famílias não agrícolas. Tal situação colabora na compreensão dos impactos negativos da crise agrícola dos anos 1990 sobre a agricultura

familiar, evidenciado pela queda expressiva do conjunto das famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas, Tabela 1, que, juntas, representam a maioria das famílias da agricultura familiar sulina.

No caso do Nordeste, os impactos da crise agrícola, que associados às limitações de acesso aos recursos do PRONAF, haja vista a concentração dos mesmos no Sul, foram ainda mais dramáticos sobre o comportamento da renda agrícola média dos tipos de famílias, vinculados à agricultura familiar, conforme pode ser percebido pelos dados da Tabela 29.

Tabela 29: Evolução da renda agrícola média e da renda total média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1995 a 1999. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Renda Média Agrícola			Renda Média Total		
	1.995	1.999	tx cresc. (% aa.)	1.995	1.999	tx cresc. (% aa.)
			1995/1999 ^a			1995/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Empregadora com mais de 2 empregados	320,18	365,09	15,7	1.997,46	1.857,23	4,0
Agrícola	-	-		-	-	
Pluriativo	432,45	584,58	18,0	977,72	1.090,24	5,0
Não-agrícola	0,00	0,00		1.126,34	3.101,49	
Empregadora com até 2 empregados	425,16	316,78	-9,0 **	756,75	580,21	-3,4
Agrícola	410,99	306,19	-8,7 *	540,39	453,82	-1,3
Pluriativo	469,70	387,68	-6,9 **	1.006,33	775,73	-4,4
Não-agrícola	0,00	0,00		-	455,88	
Conta Própria	165,74	139,07	-5,5 *	287,44	277,46	-0,7
Agrícola	168,27	140,56	-5,4 **	241,77	228,79	-1,6
Pluriativo	196,12	166,80	-5,6 *	352,60	338,23	-1,2
Não-agrícola	0,00	0,00		352,28	360,26	1,5
Empregados	135,41	112,33	-5,8 **	249,31	233,55	-0,9
Agrícola	169,59	167,72	-0,1	205,68	196,88	-0,4
Pluriativo	165,35	118,22	-10,1 **	350,33	302,59	-5,6 *
Não-agrícola	0,00	0,00		326,88	259,06	-4,6 ***
Não Ocupados	0,00	0,00		187,61	185,74	1,2
TOTAL	145,75	122,27	-5,0 ***	281,31	267,20	-0,5

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A estabilidade da renda total média das famílias de agricultores familiares nordestinas, mesmo com a tendência significativa de redução da renda agrícola média, é expressão das mudanças processadas na concepção do rural, que não pode mais ser compreendido como sinônimo da atividade agropecuária. Na composição da renda total das famílias rurais, a renda obtida da atividade agrícola tem perdido participação para as rendas oriundas de outras fontes,

sejam as rendas do trabalho (as ocupações não agrícolas), ou do não trabalho, como aposentadorias e pensões (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999). Possivelmente as rendas obtidas das atividades não agrícolas juntamente com as rendas do não trabalho, colaboraram para o comportamento de estabilidade da renda total média, haja vista a queda significativa da renda agrícola média entre as famílias da agricultura familiar nordestina.

Já nos anos 2000, o ambiente macroeconômico apresenta diferenças (em alguns casos substanciais) em relação ao cenário apresentado nos anos 1990: seja em termos de variáveis macroeconômicas como o comportamento do câmbio, do juro, do emprego, seja em termos de variáveis associadas a políticas específicas, como aquelas direcionadas à agricultura familiar, objeto de investigação desta pesquisa.

A primeira década dos anos 2000, representou uma conjugação positiva de fatores, diferentemente dos anos 1990: crescimento do Produto Interno Bruto, aumento do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, queda na taxa de desemprego, aumento real do salário mínimo, das transferências de renda (como o Programa Bolsa Família), expansão do sistema de aposentadoria e benefícios continuados, garantidos pela Constituição Federal de 1988. Esses fatores representaram um aumento da renda das famílias, especialmente daquelas situadas nos estratos menores de renda familiar (BALTTAR et al, 2010; DIEESE, 2012), o que foi decisivo, juntamente com a ampliação e melhora das condições do crédito, para o aquecimento do mercado interno. Em 1999, com a desvalorização cambial, inicia-se o período de câmbio flexível o que favoreceu as exportações brasileiras, especialmente de *commodities*, que perdeu parte de sua competitividade com o câmbio fixo e valorizado dos anos 1990.

Segundo o estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2012) - a respeito do mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000:

O crescimento econômico verificado nos anos 2000, por sua vez, está diretamente relacionado com a expansão do mercado consumidor interno, impulsionado, nos últimos anos, pela política de valorização do salário, pela política de transferência de renda dos mais pobres e pela expansão do crédito. Outra dimensão importante desse padrão baseado no mercado interno é o impacto positivo e relativamente equilibrado na ampliação de todos os segmentos da economia, como a indústria, o comércio, serviços, agricultura e construção civil e outros (DIEESE, 2012, p.16).

Também Delgado (2008), analisando o processo de ampliação do nível de cobertura previdenciária da população brasileira - seja pela inclusão dos trabalhadores rurais, conforme ditames constitucionais, seja dos trabalhadores urbanos, cujo comportamento do mercado de

trabalho é fundamental para o aumento daquela cobertura - avalia que os anos 2000 marcam uma fase positiva em termos de avanço de emprego formal no Brasil. Conforme periodização do autor, o período de 2001 a 2007 representou um movimento de recuperação do emprego formal, com certa autonomia em relação ao comportamento do PIB, atrelado a um ciclo de expressiva formalização de contratos previdenciários.

Já em termos do cenário relativo às políticas públicas, direcionadas ao universo da chamada agricultura familiar, a primeira década dos anos 2000 representou um avanço expressivo em termos de ampliação dos recursos públicos, de abrangência das políticas já existentes e de criação de novas políticas em relação aos anos 1990. Destaca-se aqui um conjunto de políticas públicas, inseridas na perspectiva do desenvolvimento rural, e que, dado o objetivo de analisar as políticas públicas que favoreçam o lado agrícola da pluriatividade, a escolha das políticas se justifica por apresentarem uma vinculação mais direta com a atividade agrícola, ou seja, aqui não se abordará, em função dos objetivos do trabalho, as políticas de desenvolvimento rural vinculadas à questão agrária, à regularização fundiária, à questão de gênero, de desenvolvimento territorial propriamente dita, entre outras. O trabalho de Del Grossi; Marques e França (2010) e Braga (2012) apresenta um detalhamento dessas políticas na perspectiva das políticas públicas do desenvolvimento rural no Brasil, desenvolvidas ao longo dos anos 2000.

Destacam-se, então, as seguintes políticas:

1. No âmbito do crédito à produção:

- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - instituído em 1996, como uma política de crédito rural com o objetivo de fortalecer a produção familiar, financiando projetos individuais e coletivos a taxas de juros subsidiadas.
- Programa Mais Alimentos – instituído em 2008, representa uma linha de crédito especial do PRONAF, e tinha por objetivo a modernização da produção por meio do financiamento da compra de máquinas e equipamentos.

2. No âmbito dos Seguros Climáticos:

- Programa Garantia Safra – instituído em 2002 no interior do PRONAF, é um seguro de renda, associado à produção, e objetiva garantir a safra em períodos de seca, ou chuva excessiva, da produção familiar no semiárido brasileiro.

- Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) - instituído em 2004 - cobre as perdas decorrentes das condições climáticas dos agricultores familiares pronafianos.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGAF) - instituído em 2006 - é um seguro que garante um desconto nos contratos de financiamento (custeio e financiamento), proporcionalmente às oscilações de preços do mercado, no momento da comercialização da colheita.

3. No âmbito da Comercialização:

- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – instituído em 2003, como uma das ações do Programa Fome Zero, cujo objetivo estava vinculado à segurança alimentar por meio da compra de produtos da agricultura familiar, favorecendo o desenvolvimento local.
- Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) – a partir da Lei 11.947, de 2009. Os municípios e escolas estaduais, que recebem recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), têm que destinar, no mínimo, 30% dos mesmos na compra de produtos da agricultura familiar.

4. No âmbito da Assistência Técnica:

- Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – tem por objetivo favorecer a atividade produtiva, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção. O desmonte do sistema de assistência técnica e extensão rural no governo Collor, com a extinção da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), em 1990, representou dificuldades maiores dos agricultores familiares mais pobres, no acesso desse importante serviço para o desempenho da produção. Já no início do primeiro Governo Lula, em 2003, delineia-se um projeto de construção de uma assistência técnica e extensão rural pública, por meio da construção democrática de uma Política Nacional de assistência Técnica e Extensão Rural⁶³. O orçamento público para a ATER saltou de R\$ 46 milhões em 2002, para R\$ 657 milhões em 2012⁶⁴.

⁶³ Essa política foi institucionalizada pela Lei da ATER nº12.188, de 11 de janeiro de 2010. Em Brasília, no período de 23 a 26 de abril de 2012, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e

A explicitação desse conjunto de políticas, ainda que incompleto, revela, de um lado, as conquistas da agricultura familiar na luta pelo reconhecimento institucional dos agricultores familiares, enquanto atores sociais, cujas demandas passam a ser de, alguma forma, incorporadas no âmbito do Estado e, de outro lado, evidencia a atuação do Estado na condução de um dado modelo de desenvolvimento que, apesar das limitações, pretende-se mais inclusivo, haja vista a exclusão de uma parte expressiva dos agricultores familiares no acesso aos recursos públicos direcionados à agricultura brasileira.

Assim sendo, os anos 2000 apresentam-se distintos dos anos 1990, não apenas em relação às variáveis macroeconômicas destacadas (produto, emprego, câmbio, consumo), mas também no que diz respeito à intervenção do Estado no desenvolvimento de um segmento específico da agricultura familiar. Assim como o Estado foi decisivo para a modernização da agricultura brasileira, ele também tem sido decisivo para os rumos da maior, ou menor, inclusão dos agricultores familiares mais pobres da agricultura brasileira.

É importante destacar, desde já, que aqui não se pretende um aprofundamento do funcionamento e análise crítica de todas essas políticas, mas apenas evidenciar a ampliação do conjunto das políticas públicas, direcionadas à agricultura familiar nos anos 2000, diferentemente do cenário dos anos 1990, em termos de políticas claramente vinculadas a esse segmento da agricultura brasileira. O levantamento dessas políticas cumpre o objetivo, nesta seção, de subsidiar a análise, que se segue, do comportamento da renda agrícola média da agricultura familiar nos anos 2000, tal como realizado para os anos 1990.

Antes de avançar na análise do comportamento da renda agrícola média, com base nesse novo cenário de um conjunto maior de políticas públicas, direcionadas à agricultura familiar, faz-se um breve comentário comparativo do que representou a ação do Estado no setor agrícola na Europa e nos Estados Unidos. Abramovay (1992), ao analisar o papel do Estado na estruturação dos mercados agrícolas europeu e americano, aponta para o fato de que a agricultura familiar, em boa parte desses países, tenha sua reprodução social e seu nível de renda garantidos, mais do que em qualquer outro setor produtivo da economia, por meio da

Extensão Rural na Agricultura Familiar, e na Reforma Agrária (CNATER), com participação de representantes da sociedade civil e do governo.

⁶⁴ Dado divulgado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, na 1^a CNATER. Trabalho em power point.

intervenção do Estado. “Nos Estados Unidos, somente o complexo militar recebe atenção governamental tão relevante quanto a agricultura” (ABRAMOVAY, 1992, p.179).

Para Abramovay (1992), a flexibilidade da agricultura familiar, na composição de sua renda global, não é integralmente decorrente da agricultura e, por isso, a determinação da composição da renda não pode estar apenas associada a elementos relacionados às decisões internas das famílias. Nas palavras do autor:

O simples fato de esta composição não se localizar estritamente na agricultura mostra que não se trata aí do balanço chayanoviano entre trabalho/consumo. O próprio desenvolvimento técnico impede que o problema da *penosidade* seja o determinante nas opções do agricultor. O estudo das determinações exige que se coloque em realce um elemento até aqui ausente (...): a capacidade da política agrícola moderna de moldar as estruturas sociais da produção agrícola (ABRAMOVAY, 1992, p.173).

Para o autor, a atuação do Estado na determinação do nível de renda do agricultor, por meio da política pública, atua na orientação das decisões dos agentes, ficando o mercado longe de ser o principal elemento definidor da alocação dos recursos produtivos da agricultura. As ponderações de Abramovay (1992), na perspectiva deste trabalho, colaboram com a hipótese do mesmo, pois evidenciam que a ação do Estado, na preservação da renda agrícola, tende a favorecer o avanço da pluriatividade, pois protege o lado agrícola da mesma, especialmente, diante das situações de avanço das oportunidades não agrícolas, que podem conduzir a um processo de transformação das famílias rurais em famílias não agrícolas.

É com base nesses apontamentos que aqui se defende, como hipótese central desta investigação, que o avanço da pluriatividade tem como elemento determinante de sua trajetória o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade. Essa hipótese se estruturou a partir das investigações de Nascimento (2008) em que, analisando o papel da Política Agrícola Comum (PAC) no avanço da pluriatividade entre os países europeus, apontou para o fato de que a pluriatividade seria uma “construção política”.

A defesa dessa hipótese justifica-se pelo fato de que, em um ambiente de aumento das ocupações não agrícolas no meio rural, a ausência, ou a pequena presença das políticas públicas que colaboram para a criação de melhores condições para o exercício da atividade agrícola (crédito, assistência técnica, canais de comercialização, seguros climáticos, entre outros) e, portanto, para a melhora da própria renda agrícola, pode comprometer a

permanência dos agricultores familiares, em especial os mais pobres, na atividade agrícola, prejudicando o crescimento da pluriatividade.

É com base nessa perspectiva que as análises dos dados apresentados a seguir se inserem. A Tabela 30 apresenta o comportamento da renda agrícola média e da renda total média das famílias rurais nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. Como é possível perceber, quando tomamos por referência os anos 2000, em que há uma diversificação e aprofundamento de políticas direcionadas à agricultura familiar, constata-se uma tendência de crescimento da renda, advinda das atividades agropecuárias das famílias de contas-próprias no Sul do Brasil, que nos anos 1990 não evidenciou sinais de crescimento.

A concentração de recursos do PRONAF na região Sul, já destacada, colabora para o entendimento do crescimento significativo das taxas da renda agrícola média nos anos 2000. As taxas de crescimento da renda agrícola média das famílias agrícolas de contas-próprias foram as maiores, até mesmo quando se analisa as rendas médias totais a serem apresentadas a seguir. De uma maneira geral, a primeira década dos anos 2000 foi mais favorável à renda agrícola média para o conjunto das famílias rurais sulinhas. Diferentemente dos anos 1990, em que a taxa de crescimento foi significativamente negativa, indicando uma tendência de queda da renda agrícola média, nos anos 2000 ela foi significativa e positiva para a Região Sul.

Já no Nordeste, as taxas de crescimento da renda agrícola média entre as famílias de contas-próprias não apresentaram a mesma tendência de crescimento, observada entre suas congêneres sulinhas. Detectou-se no Nordeste um comportamento de estabilidade da renda média no conjunto das famílias de contas-próprias e, em seu interior, entre as famílias agrícolas, uma vez que as taxas de crescimento, para o período 2002-2009, não foram estatisticamente significativas. Apenas as famílias de contas-próprias pluriativas apresentaram crescimento da renda agrícola média, uma vez que as taxas de crescimento foram significativamente positivas.

Tabela 30: Evolução da renda agrícola média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul e Nordeste, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola - SUL			Renda Agrícola - NORDESTE						
	2002	2009	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)				
			2002/2009 ^a			2002/2009 ^a				
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Empregadora com mais de 2 empregados	1861,0	2159,8	-3,0	1317,0	3314,8	6,2				
Agrícola	7642,3	7018,3	--	1245,2	1261,5	--				
Pluriativo	992,9	2394,2	--	1719,1	9713,0	--				
Não-agrícola	0,0	0,0		0,0	0,0	--				
Empregadora com até 2 empregados	3171,9	1731,7	-6,0 *	752,5	729,5	0,9				
Agrícola	3080,78	2238,85	-2,8	871,30	972,31	1,4				
Pluriativo	3886,96	1800,10	-6,0 *	732,21	747,66	1,9				
Não-agrícola	0,0	0,0		0,0	0,0	--				
Conta-Própria	801,1	1213,9	5,0 ***	307,3	317,7	1,2				
Agrícola	842,0	1320,1	5,9 ***	284,3	293,7	2,0				
Pluriativo	871,3	1318,3	4,3 *	373,9	434,7	2,2 **				
Não-agrícola	0,0	0,0		0,0	0,0					
Empregados	367,0	394,8	0,9	298,1	294,1	0,2				
Agrícola	670,6	756,9	2,1 **	384,7	413,4	1,9 **				
Pluriativo	532,5	669,6	4,6	292,9	443,3	5,2 ***				
Não-agrícola	0,0	0,0		0,0	0,0					
Não-ocupado na semana	0,0	0,0		0,0	0,0					
TOTAL	724,1	877,4	1,7 *	299,8	275,2	-0,8 *				

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tal situação pode ser, ainda, atribuída a pequena participação da região Nordeste, no período de 2002 a 2009, no total de recursos do PRONAF, como indicado na seção anterior. Essa realidade colabora na sustentação da hipótese deste trabalho acerca da importância das políticas públicas, destinadas ao lado agrícola da pluriatividade como forma de possibilitar a ampliação do conjunto das famílias pluriativas no interior da agricultura familiar, tanto na região Sul como na região Nordeste do Brasil.

No caso das famílias de contas-próprias nordestinas, nos anos 2000, embora não tenha ocorrido tendência de crescimento da renda agrícola média, as taxas são positivas, ainda que não significativas, diferentemente dos anos 1990, em que as mesmas são significativas e negativas. Assim sendo, apesar do Nordeste não ter tido a mesma participação no acesso de recursos do PRONAF, como no caso do Sul, é evidente que o crescimento de recursos

públicos, destinados ao segmento da agricultura familiar, favoreceu o processo de estabilidade das rendas médias agrícolas nordestinas⁶⁵.

A Tabela 31 apresenta o comportamento da renda total média, nos anos 2000, para as regiões Sul e Nordeste do Brasil. Nessas duas regiões, observou-se uma tendência de crescimento da renda total média para o conjunto das famílias rurais, pois a taxa de crescimento para o período de 2002 a 2009 é significativa e positiva: 4,1% para o Sul, e 4,9% para o Nordeste.

Tabela 31: Evolução da renda total média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul e Nordeste, 2002 a 2009. (R\$ de Set./2000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Renda Média Total - SUL			Renda Média Total - NORDESTE		
	2002	2009	tx cresc. (% aa.)	2002	2009	tx cresc. (% aa.)
			2002/2009 ^a			2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Empregadora com mais de 2 empregados	4597,0	5511,1	-2,9	2598,6	7284,9	8,6 **
Agrícola	8180,9	7467,5	--	1269,7	1341,4	--
Pluriativo	4184,1	5995,9	--	2833,8	10877,2	--
Não-agrícola	3405,0	4393,9	0,01	2275,5	7665,3	--
Empregadora com até 2 empregados	4008,6	3002,0	-2,3	1306,8	1677,2	4,4 ***
Agrícola	3448,21	2809,90	-1,6	1258,99	1476,74	2,1
Pluriativo	4920,90	3446,86	-2,3	1333,32	1732,77	5,5 ***
Não-agrícola	2625,4	2804,6	--	1366,1	2077,7	--
Conta-Própria	1263,0	1951,7	6,0 ***	647,0	882,8	5,8 ***
Agrícola	1094,7	1744,9	6,6 ***	536,5	682,7	5,2 ***
Pluriativo	1611,6	2428,4	5,1 ***	780,7	1099,9	5,6 ***
Não-agrícola	1644,9	1825,1	2,3	680,1	945,2	6,0 ***
Empregados	1061,1	1441,3	4,2 ***	598,3	824,3	6,0 ***
Agrícola	817,7	1008,1	3,4 ***	517,7	644,0	4,7 ***
Pluriativo	1231,6	1737,4	4,3 *	810,5	1087,9	5,4 ***
Não-agrícola	1225,1	1671,4	3,5 ***	693,3	1000,7	6,1 ***
Não-ocupado na semana	884,1	940,7	2,0	470,4	586,8	3,5 ***
TOTAL	1313,2	1808,6	4,1 ***	647,3	849,7	4,9 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A tendência de crescimento da renda total média do conjunto das famílias rurais na Região Sul e Nordeste, ao longo dos anos 2000, evidenciada pela taxa de crescimento positiva e significativa de 4,1% a.a., e 4,9% a.a., respectivamente, compõe os elementos que ajudam a

⁶⁵ Outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a ser analisado na próxima seção deste capítulo, colaboraram para, ao menos, uma situação de estabilidade da renda média agrícola no Nordeste, interrompendo o comportamento de queda significativa dos anos 1990.

compreender o aumento do conjunto das famílias rurais, expresso na Tabela 1, ao longo desse período. No Sul, entre as famílias de contas-próprias, os aumentos na renda total média parecem ter sido alavancados pelas rendas obtidas por meio da atividade agrícola, uma vez que as taxas de crescimento da renda total média do não agrícola não são significativas, pois a taxa de crescimento da renda total média das famílias de contas-próprias não agrícolas apresentou comportamento de estabilidade.

Já no Nordeste, o crescimento da renda total média demonstra ter sido decorrente das ocupações não agrícolas, em função da renda total média das famílias de contas-próprias não agrícolas terem apresentado as maiores taxas de crescimento, 6% a.a. Esse comportamento da renda total média não agrícola é condizente com a análise de que, no Nordeste, o avanço do crescimento do emprego formal no mercado de trabalho não agrícola foi, de fato, mais expressivo em relação à região Sul, bem como em relação à média nacional.

O baixo acesso dos agricultores familiares nordestinos aos recursos públicos e o aumento das oportunidades de emprego não agrícola, colaboram na explicação, de um lado, da redução significativa do conjunto das famílias de agricultores familiares (ver Tabela 4), especialmente das famílias agrícolas que não conseguem sustentar-se na atividade agrícola e, de outro lado, do aumento das famílias não agrícolas de contas-próprias e também de empregados.

Em conformidade com os estudos sobre o papel da pluriatividade na ampliação do nível de renda das famílias rurais, detectou-se, pelos dados da Tabela 31, que, na maioria dos casos, tanto no Nordeste como no Sul, as rendas médias totais das famílias pluriativas são maiores, tanto entre as famílias da agricultura familiar (contas-próprias e empregadora até 02 empregados) como das famílias de empregados⁶⁶.

Os dados aqui apresentados objetivam colaborar para a resposta da seguinte questão: como manter a estabilidade do conjunto das famílias pluriativas sulinas (detectada no capítulo primeiro deste trabalho, por meio da Tabela 1 e, principalmente, como favorecer um processo de crescimento sustentado das famílias pluriativas em um contexto de avanço das atividades não agrícolas entre as famílias rurais, particularmente no caso da região Nordeste, evidenciado pelo crescimento significativo do conjunto das famílias não agrícolas no meio rural?

⁶⁶ As Tabelas de renda média agrícola e renda média total, para as regiões Nordeste e Sul, para todos os anos de 1990 e 2000, encontram-se no Apêndice deste trabalho.

A investigação acerca da renda agrícola ao longo dos anos 1990 e 2000, em particular nesse último período, em que se observou o avanço das políticas públicas para o segmento da agricultura familiar, e ao mesmo tempo a concentração de recursos na Região Sul do Brasil em relação ao Nordeste, fortalece a hipótese deste trabalho de que as políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, representam o elemento fundamental para a expansão do conjunto das famílias pluriativas no interior da agricultura familiar.

A despeito da concentração de recursos do PRONAF, seja em termos de região, ou de categorias de agricultores familiares, destacada por muitos analistas ao longo desse capítulo e dos próprios dados aqui apresentados, os estudiosos, os gestores e produtores familiares são unânimes em afirmar, ainda que se careça de ajustes, a importância substantiva que esse programa representou para o fortalecimento da agricultura familiar desde sua implantação.

Na mesma direção dos apontamentos de Mattei (2005), o resultado do trabalho de tese de Queiroz (2012), utilizando-se de um conjunto de técnicas econométricas acerca da eficiência do PRONAF, sob algumas variáveis para as Regiões Sul e Nordeste, apresentou resultados que confirmam o impacto positivo dessa política pública sobre a ampliação das possibilidades de permanência das famílias rurais no meio rural naquelas duas regiões. Conforme a autora,

Foi verificado que o crédito concedido pelo programa em questão, quando aplicado de forma consistente, tem contribuído positivamente na produção de alimentos, na geração de renda e na geração de emprego formal (...) os resultados revelaram que os efeitos mais expressivos do PRONAF ocorreram sobre as variáveis de ocupação tanto na região Sul quanto no Nordeste, o que é relevante desde que isso contribui para a redução do êxodo rural e aumento da renda (QUEIROZ, 2012, p.184-185, 212).

Diante das análises dos impactos positivos do PRONAF sobre o fortalecimento da agricultura familiar, e no intuito de uma distribuição mais equilibrada no acesso dos recursos pelas diversas regiões do Brasil, a concentração de recursos do PRONAF na região Sul deve, sim, ser revista na direção de criar mecanismos que favoreçam o maior acesso dos agricultores familiares mais pobres aos recursos públicos a eles direcionados.

Todavia, a constatação da concentração de recursos do PRONAF na região Sul, não deve ser compreendida no sentido de reduzir os recursos recebidos pela agricultura familiar sulina, como bem destaca Bittencourt (2003) em seu trabalho sobre o financiamento rural no Brasil. A defesa que, aqui, se faz, é no sentido de continuidade da ampliação dos recursos orçamentários para o PRONAF, e no enfrentamento das questões que obstaculizam o acesso

das demais regiões e dos agricultores mais pobres, particularmente aqueles vinculados ao grupo B do programa.

Aquela concentração de recursos é que, segundo a hipótese deste trabalho, possibilitou a interrupção da queda do conjunto das famílias pluriativas na Região Sul do Brasil, que vinha ocorrendo nos anos 1990. O fortalecimento das condições de produzir do agricultor familiar sulino, por meio do crédito público com juros subsidiados e melhores condições de pagamento, em meio a um contexto de ampliação das oportunidades de trabalho não agrícola, fruto do aquecimento da economia nacional, é que tornou possível, se não o crescimento das famílias pluriativas, ao menos a interrupção do processo de transformação de parte das famílias de agricultores familiares em famílias de contas-próprias não agrícolas e em famílias de empregados.

Por exemplo, a análise dos autores Ortega; Jeziorny (2011) acerca da experiência do Vale dos Vinhedos, uma região marcadamente de agricultores familiares, no processo de desenvolvimento local, corrobora, na investigação aqui desenvolvida, acerca do que significou a concentração de recursos para a realização das atividades dos agricultores familiares na região Sul:

Para se ter uma ideia da importância do PRONAF no Vale dos Vinhedos, basta observar que, em Bento Gonçalves, existem 1465 estabelecimentos familiares, e, na safra 2008/2009, o número de contratos firmados foi de 1319, ou seja, 90% dos estabelecimentos familiares captaram recursos daquela fonte de financiamento. Se, em Garibaldi, essa relação não se apresentou tão intensa – dado que existem 1209 estabelecimentos familiares e foram firmados 523 contratos na safra 2008/2009 –, em Monte Belo do Sul ela se mostra a mais significativa, já que, na safra 2007/2008, foram firmados 540 contratos, ultrapassando-se o número de estabelecimentos familiares do município que é de 508 (ORTEGA; JEZIORTY, 2011, p. 151).

Na região Nordeste, nos anos 2000, em que se detectou baixa participação dos recursos do PRONAF, comparativamente ao Sul, e ao mesmo tempo em que as oportunidades não agrícolas foram ampliadas, especialmente no interior dos municípios de pequeno e médio porte, favorecendo a ampliação do número de famílias não agrícolas e redução das famílias pluriativas e agrícolas, faz-se necessário o crescimento dos recursos públicos para o lado agrícola da pluriatividade, representado pelas atividades agropecuárias, para que a mesma possa, de fato, consolidar-se ao longo do tempo como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Ao defender aqui a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, como elemento determinante para a

ampliação do conjunto das famílias pluriativas, não se está defendendo a retomada da centralidade do conceito de rural e sua concepção como setor agropecuário, contrariando as análises de autores importantes acerca do necessário descolamento do conceito de rural, como sinônimo de agropecuário, no interior do debate acerca do desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2004; SARACENO, 1996).

O que se pretende é o necessário reconhecimento de que, diante do avanço das oportunidades não agrícolas no meio rural, estaria se engendrando no meio rural um cenário de expressivos desafios para que os produtores agrícolas consigam manter-se como agricultores, haja vista as precariedades a que os produtores mais pobres incorrem, aquelas carências apontadas por Aquino et al (2012). As famílias a apresentarem tais carências tenderiam a migrar para a cidade, em busca de melhores oportunidades, em função dos baixos níveis de renda obtidos com a atividade agrícola (ALVES, 2010).

Estudo de caso realizado por Nascimento et al (2010), na microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na região Sudeste do Brasil, ainda que esteja relacionado a uma região que não envolve as duas regiões em análise, colabora na hipótese aqui defendida. No interior das famílias de produtores familiares analisadas, foi possível detectar que entre as famílias a apresentarem maiores possibilidades de abandono da atividade agrícola, em função da pequena área para produzir, pelo fato de não serem proprietários, tampouco contarem com recursos próprios para atenderem às pressões do mercado de modernização da produção, o acesso aos recursos do PRONAF foram decisivos para a permanência daquelas famílias na atividade agrícola e no meio rural. “O PRONAF, por sua vez, mostrou-se *uma razão virtuosa* para atenuar as características de fragilização verificada e, por conseguinte, para abrandar uma certa tendência de abandono das atividades agrícolas” (NASCIMENTO et al, 2010, p.19).

O avanço das famílias não agrícolas no interior dos dois tipos familiares mais expressivos do conjunto das famílias rurais, conforme tipificação de famílias aqui utilizada, quais sejam, as famílias de contas-próprias e de empregados, acende um sinal de alerta diante dos desafios de manutenção das famílias rurais como agricultores, em especial, como agricultores familiares. Assim, a despeito do debate de qual seja o conceito de rural que estaria vinculado ao PRONAF⁶⁷, o que aqui se discute são as possibilidades de sobrevivência

⁶⁷ Um debate acerca do conceito de rural, que aparece no PRONAF, bem como as mudanças desse conceito ao longo do desenvolvimento desse programa, pode ser encontrado em Tolentino (2012).

e de ampliação do conjunto das famílias pluriativas em contextos de avanço das ocupações não agrícolas no meio rural.

Neste sentido, a próxima seção dá seguimento à investigação acerca do papel das políticas públicas, direcionadas à agricultura familiar, como forma de garantir um processo de sustentação e ampliação do conjunto das famílias pluriativas, por meio da consolidação de condições (crédito, comercialização, assistência técnica pública, etc), que favoreçam o exercício da atividade agrícola. Nessa seção, as políticas públicas que serão investigadas, circunscrevem-se no âmbito da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, por meio das compras governamentais que criam um mercado institucional para esses produtos, atenuando os problemas relativos à incerteza quanto ao mercado para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e à instabilidade de preços dos mesmos.

3.3 O financiamento da agricultura familiar no Brasil: políticas alternativas ao crédito público utilizando-se das compras governamentais

No início do Governo Lula, em 2003, o combate à fome deixou de ser apenas ação voluntária da sociedade civil, para se constituir em fundamento da ação do Governo, e a consolidação do Programa Fome Zero representa uma evidência desse processo. O problema da fome passa a ser concebido a partir de uma perspectiva mais abrangente do que venha a ser segurança alimentar. Conforme Takagi, Graziano da Silva e Del Grossi (2007), o Programa Fome Zero é o nome dado à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, concebida como parte de uma política de proteção social mais ampla⁶⁸. Nessa perspectiva, o Programa Fome Zero constitui-se como

(...) uma política de segurança alimentar e nutricional para o país, baseado na convicção de que é possível erradicar a fome a partir da conjugação adequada entre ações emergenciais e da articulação coordenada das ações estruturais, voltadas para o desenvolvimento e a geração de emprego (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, 2007, p.159).

⁶⁸ Nesse processo não se poderia deixar de fazer menção ao papel fundamental desempenhado pelo Instituto da Cidadania na definição dos rumos da política de segurança alimentar no Governo Lula. O Instituto da Cidadania foi palco de um expressivo debate vinculado à questão da segurança alimentar entre representantes da sociedade civil como organizações não governamentais, institutos de pesquisa, sindicatos e movimentos sociais (Schmitt, 2005).

No âmbito das ações estruturais, vinculadas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, esta seção objetiva abordar dois programas que se inserem neste contexto: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa da Alimentação Escolar (PNAE), em seu novo formato estabelecido pela Lei nº 11.947/2009, que vincula recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) com a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Entende-se esses dois programas como programas de apoio ao financiamento da agricultura familiar, na medida em que eles constituem mercado institucional para a comercialização da produção dos agricultores, atuando na direção de uma das bases da política de Segurança Alimentar e Nutricional que diz respeito às políticas de geração de emprego e renda. Assim sendo, os anos 2000 inauguram um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar para além do crédito à realização da produção, estabelecido pelo PRONAF.

A seção não objetiva detalhar a forma de atuação e as várias modalidades de aquisição de produtos que tais programas envolvem, mas pretende-se apontar para as potencialidades dos mesmos no processo de construção de outra dinâmica de distribuição de recursos e de fortalecimento da agricultura familiar, na medida em que eles não se inserem na lógica bancária – como no caso do PRONAF –, mas se valem do poder das compras governamentais na condução do desenvolvimento de um dado segmento produtivo da agricultura brasileira, a agricultura familiar. Nesta perspectiva, defende-se aqui que aqueles programas se apresentariam com maior capacidade de inclusão de agricultores familiares, presentes nas diversas regiões do País, ampliando a participação daqueles agricultores no uso dos recursos públicos direcionados à agricultura familiar.

A maior participação dos agricultores familiares, no âmbito dos recursos públicos destinados a esses programas, atuaria na direção de fortalecer o lado agrícola da pluriatividade colaborando para uma tendência de crescimento das famílias pluriativas, uma vez que tais agricultores encontrariam mercado para a venda de seus produtos favorecendo o cenário de permanência dos mesmos na atividade agrícola, particularmente em contextos de ampliação das oportunidades não agrícolas no meio rural.

Assim sendo, e no intuito de fortalecer a argumentação da importância desses programas para o avanço da pluriatividade no interior da agricultura familiar e, portanto, justificar a seleção dos mesmos nesta pesquisa, destaca-se aqui a análise de pesquisadores

acerca da relevância do PAA. No estado do Rio Grande do Norte⁶⁹, a partir da experiência de um dado município que se insere numa região em que, como já destacado anteriormente, apresentou nos anos 2000 limitações no acesso dos agricultores mais pobres às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, particularmente no acesso aos recursos do PRONAF,

Depois do PRONAF, cujo desempenho e ambiente institucional conduzem a um permanente aperfeiçoamento e para a ampliação das possibilidades dessa política, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sem dúvida, é o instrumento mais importante atualmente para tornar realidade uma inserção mais efetiva das famílias excluídas no meio rural, isto porque o Estado finalmente toma para si um ente sagrado da teoria microeconômica, que é a premissa de um mercado auto-regulável único definidor do processo de distribuição dos bens e serviços (SOUZA; MOLINA, 2010, p.19).

Também na Região Sul, onde se detectou a concentração de recursos do PRONAF entre os agricultores familiares mais capitalizados, trabalhos como o de Bezerra, Gomes da Silva e Schneider (2010), acerca da presença do PAA e da sua influência em três municípios do estado do Paraná, apontam para a relevância desse programa para a reprodução da heterogênea agricultura familiar, favorecendo em especial aqueles agricultores que estavam fora dos circuitos comerciais. Segundo os autores,

(...) o PAA, cujos mecanismos operacionais voltam-se para o público da pequena agricultura familiar, passa a assumir um caráter mais estruturante, em detrimento daquelas consideradas ações (políticas e programas) que trataram (ou tratam) essencialmente do combate à fome (emergencial e assistencial). Nesse caso, evidencia-se a necessidade de pensar nesse programa como uma importante ferramenta de atuação do Estado e respaldado pela sociedade, capaz de impulsionar uma reconfiguração no meio rural de maneira mais sólida e, ao mesmo tempo, dinâmica (BEZERRA; GOMES DA SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 08).

Ainda referindo-se a trabalhos que buscam apreender os impactos do PAA em municípios da Região Sul, destaca-se o estudo de Mattei (2007), que também apresenta uma avaliação positiva do programa na percepção dos agricultores familiares envolvidos e apontando, ainda, para uma melhora na renda dos mesmos, após a implementação de modalidades do PAA em grande parte dos municípios de Santa Catarina.

Em se tratando do PNAE, apesar da obrigatoriedade legal de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa ser algo recente, uma pesquisa do FNDE e da CONAB, realizada pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) e pelo

⁶⁹ É importante destacar que a maioria dos trabalhos que analisam o PAA, referem-se a estudos de casos de localidades, municípios ou estados.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), já dá início à investigação acerca dos resultados desse Programa tanto em termos de segurança alimentar como em fortalecimento da agricultura familiar.

Essa pesquisa se constitui na primeira pesquisa qualitativa que avalia, para o Brasil, as influências sobre os diversos atores envolvidos com o Programa da alimentação escolar ter que ser adquirida pela agricultura familiar, em conformidade com a nova lei da alimentação escolar⁷⁰. A questão norteadora dessa pesquisa foi: “quais as potencialidades e dificuldades identificadas tanto por agricultores familiares/campões, quanto por gestores das prefeituras, escolas e demais atores, para o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE, desencadeado pelo artigo 14 da Lei nº 11.947/2009?” (ABRANDH/IBASE, 2012, p.20). Daí, a relevância dessa pesquisa neste capítulo de investigação acerca do potencial dos Programas públicos direcionados à comercialização de produtos da agricultura familiar, para a construção de condições mais favoráveis para que as famílias de agricultores familiares não abandonem a atividade agrícola, colaborando, assim, para os avanços da pluriatividade ao longo do tempo entre as famílias rurais.

A escolha dos dois Programas (PAA e PNAE) está, ainda, vinculada à disponibilidade de um conjunto de informações sobre os mesmos, como volume de recursos monetários e municípios envolvidos em função do tempo em que foram constituídos: o PAA foi constituído em 2003 e o PNAE em 1954, o programa social mais antigo da sociedade brasileira. No caso do PNAE, apesar do longo tempo de existência desse Programa, as informações do mesmo, a partir da definição legal de um percentual de compras da agricultura familiar, de 2009, são ainda incipientes. Todavia, dada a relevância do volume de recursos envolvidos e dos vínculos que ele estabelece com o PAA, justifica-se, aqui, sua escolha no interior do conjunto de políticas públicas, destacadas na seção anterior deste capítulo, cuja relação com a aquisição da produção dos produtores familiares é significativa.

3.3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas relações com o fortalecimento da agricultura familiar

⁷⁰ Essa pesquisa foi realizada a partir de uma amostra de 15 municípios das cinco regiões brasileiras e contou com entrevistas aos atores sociais envolvidos no programa, como: agricultores familiares, gestores públicos de prefeituras, nutricionistas, representantes do CAE, particularmente pais/mães de estudantes.

É no interior de um contexto de consolidação de políticas públicas, que trazem uma nova concepção de segurança alimentar e de participação dos agentes locais, que o PAA e a Lei nº 11.947/2009, que define um novo formato ao PNAE, se inserem. A segurança alimentar é, portanto, tratada não apenas como uma questão de saúde dos indivíduos, de qualidade dos alimentos no que diz respeito às condições em que são produzidos, mas também como geração de renda e emprego para os agricultores familiares locais que serão responsáveis pela produção de tais alimentos. Cabe destacar, conforme Takagi, Graziano da Silva e Del Grossi (2007, p.173) que o PAA: “Apesar de atuar como instrumento de política agrícola, a proposta original o concebia como um programa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e não como um simples programa para atuar no mercado agrícola”.

Grisa et al (2009) destacam que o PAA é resultado de dois debates importantes na década de 1980: o primeiro, o debate acerca da segurança alimentar e nutricional, iniciado no final dessa década, e que ganha maior espaço no Governo Lula a partir de 2003. O segundo debate estava relacionado ao processo de reconhecimento institucional da Agricultura Familiar e que tem como corolário a constituição do PRONAF. “Partindo de uma concepção inter setorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar” (GRISA et al 2011, p.01).

Enquanto o PRONAF representa a política pública mais abrangente de crédito para a agricultura familiar, o PAA estrutura-se, de forma inédita (VIEIRA e DEL GROSSI, 2008; SCHMITT, 2005), como a ação do Estado na comercialização da produção da agricultura familiar. Para Mattei (2007),

(...) a Lei que instituiu o PAA, desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos, ao dispensar as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93. Com isso, criou-se um marco jurídico capaz de possibilitar uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares (MATTEI, 2007, p.05).

Embora não seja objetivo deste capítulo avaliar as modalidades de compra do Programa, o conhecimento das mesmas colabora na análise acerca da capacidade do PAA constituir-se como instrumento importante para a ampliação do acesso dos agricultores familiares, em especial, os agricultores menos capitalizados, exercendo, assim, seu papel na direção de fortalecimento do lado agrícola da pluriatividade e, por conseguinte, de fortalecimento da agricultura familiar. As modalidades abaixo descritas apontam para as

diversas possibilidades de inserção dos agricultores familiares no PAA. As modalidades são apresentadas por meio do Quadro 2, em que são destacados, dentre outros elementos, seus gestores e valores de contratos atribuídos a cada modalidade⁷¹.

Quadro 2: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preço de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justas, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$8.000,00.
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$4.500,00.
CPR - Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operado pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$4.000,00.
	Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. É operacionalizada pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor comercializado por agricultor/ano R\$9.000,00.

Fonte: Grisa et al (2009), p.03.

Não obstante Grisa et al (2009), enquadrarem o PNAE como uma modalidade do PAA, aqui o Programa será analisado de forma dissociada das demais modalidades desse Programa, por se avaliar que o PNAE possui traços que o distingue significativamente das modalidades do PAA: primeiro, a própria existência do PNAE que é anterior a consolidação do PAA; segundo, o fato do PNAE possuir uma dinâmica de alocação de recursos distinta e

⁷¹ Schmitt (2005) destaca, em seu trabalho sobre o PAA que muitas das modalidades do programa não são formas inéditas de atuação do Estado, mas adaptações que têm como referência modalidades de operação comercial já utilizadas pela política agrícola brasileira, como o caso das Aquisições do Governo Federal (AGFs).

com maior previsibilidade e estabilidade de recursos, pois os mesmos são garantidos constitucionalmente, bem como definidos conforme número de alunos no município, segundo Censo Escolar.

Os recursos do PAA são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁷², com predominância de recursos advindos do MDS. A Tabela 32 apresenta informações sobre o comportamento dos recursos utilizados pelo Programa, desde sua criação até o ano de 2010, conforme o Balanço de Avaliação da Execução do PAA/MDS, para o período de 2003 a 2010.

Tabela 32: Execução Orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Período	Recursos Aplicados -R\$ em (Milhões)	Nº de Agr. Fam. Participantess	Pessoas Atendidas	Alimentos Adquiridos (t)
Geral 2003	R\$ 144,92	42.077	226.414	135.864
Geral 2004	R\$ 180,00	68.576	4.261.462	339.925
Geral 2005	R\$ 333,06	87.292	6.450.917	341.755
Geral 2006	R\$ 492,09	147.488	10.700.997	466.377
Geral 2007	R\$ 461,06	138.900	14.512.498	440.837
Geral 2008	R\$ 509,47	168.548	15.407.850	403.155
Geral 2009	R\$ 591,03	137.185	13.028.986	509.955
Geral 2010	R\$ 680,75	155.166	18.875.174	462.429
Total Geral	R\$ 3.392,37			3.100.258
Média dos últimos 4 anos		149.950	15.456.127	

Fonte: Balanço de Avaliação da Execução do PAA, Grupo Gestor/MDS, 2010.

É possível perceber que o PAA, desde sua estruturação⁷³, contou com recursos crescentes, evidenciando a relevância do Programa em relação aos propósitos do Programa Fome Zero, no que diz respeito à segurança alimentar: o número de pessoas atendidas saiu de um patamar de 226.414 pessoas, em 2003, para alcançar em 2010, 18.875.174 pessoas.

Apesar do número de agricultores familiares, envolvidos no Programa, ter apresentado um movimento mais discreto em relação ao aumento do número de pessoas atendidas, para Delgado; Conceição e Oliveira (2005), um dos benefícios indiretos do programa estaria relacionado à recuperação dos preços pagos aos produtores familiares e da eliminação da figura do atravessador no processo de venda. Dessa forma, os recursos destinados ao PAA possibilitariam melhores condições de comercialização aos produtores familiares.

⁷² Apesar dos recursos do Programa serem oriundos do MDS e MDA, o mesmo apresenta um caráter interministerial significativo, com presença de outros ministérios em seu Grupo Gestor, tais como o Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

⁷³ O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado pela Lei nº 10.696, artigo 19, em 02 de julho de 2003.

O PAA estruturava-se em torno do objetivo da segurança alimentar das pessoas em estado de insegurança alimentar⁷⁴ e do fortalecimento da agricultura familiar. Por meio do Programa que, conforme a modalidade de aquisição, seria gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados e/ou municípios, o governo federal adquiriria e estocaria alimentos oriundos da agricultura familiar. Tais produtos seriam destinados à formação de estoques emergenciais e para o suprimento de alimentos oferecidos em restaurantes populares, instituições de cunho social como abrigos e asilos, bancos de alimentos e à alimentação escolar.

Dessa forma, o PAA pode ser visto como um instrumento de apoio ao PRONAF por meio do papel das compras governamentais, criando espaço para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar: o PRONAF atuaria no âmbito da produção, e o PAA no nível da realização, comercialização, de parte da produção daquele segmento da agricultura brasileira.

Conforme pode ser percebido pela Tabela 33, no ano de 2011, o PAA já estava presente em grande parte dos municípios brasileiros: 44,12% dos municípios apresentavam a presença do programa por meio de alguma de suas modalidades. Na medida em que Nordeste e Sul são as duas principais regiões em termos de presença da agricultura familiar, elas representam as regiões com mais presença de agricultores envolvidos com o programa: 75,35% e 39,21%, respectivamente.

Tabela 33: Presença absoluta e relativa de municípios com presença do PAA, por região, no ano de 2011

Região	Com presença do PAA	%	Sem presença do PAA	%	Total de Municípios
Norte	171	37,92	280	62,08	451
Nordeste	1360	75,35	445	24,65	1805
Sudeste	389	23,25	1284	76,75	1673
Sul	469	39,21	727	60,79	1196
Centro-Oeste	78	16,70	389	83,30	467
Total	2467	44,12	3125	55,88	5592

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no MDA/SAF.

⁷⁴ A ideia de insegurança alimentar contida no Programa Fome Zero “(...) englobaria as pessoas que não têm condições de afirmar se poderão se alimentar dignamente e com qualidade todos os dias do ano, embora não estejam com suas condições biológicas afetadas” (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, 2007, p.169).

Dada a importância do Programa para o fortalecimento da agricultura familiar, como destacado por autores acima, são visíveis os desafios do mesmo para que ele tenha maior alcance, afinal, como indicado pela Tabela 33, 55,88% dos municípios brasileiros e, portanto, dos agricultores familiares ali presentes, não têm conseguido participar dos recursos públicos destinados a esse Programa, que objetiva favorecer a produção dos agricultores familiares, por intermédio das compras governamentais.

Seguindo a linha de investigação da seção anterior, em que se buscava avaliar o acesso dos agricultores familiares por região, no total dos recursos públicos destinados à agricultura familiar, a análise dos dados da CONAB que, conforme pode ser verificado na Tabela 34, administra o maior volume de recursos destinados ao PAA (Tabela 32), confirma também nesse Programa a maior participação dos agricultores familiares da região Sul no total de recursos do mesmo. Não se desconsidera nessa constatação o fato da CONAB não possuir representação em todos os municípios brasileiros, o que pode colaborar na concentração dos recursos, detectada entre os municípios da Região Sul do Brasil.

Os dados possibilitam perceber (parte três da Tabela 34) que, ao longo dos anos 2000, a região Sudeste, desde a criação do Programa em 2003, apresentou uma taxa média de crescimento de 45,0% no total dos recursos do PAA, porém, essa região tem pequena participação relativa média nos recursos do PAA (parte dois da Tabela 34), comparativamente ao Sul e Nordeste. Em seguida destaca-se a região Sul, com uma taxa de crescimento de 34,1% no período de 2003 a 2011. É marcante a participação relativa da região Sul ao longo do período de 2003 a 2009: embora essa região, em média, concentre um volume de recursos semelhante ao da Região Nordeste, cerca de um terço do total de recursos liberados (parte dois da Tabela 34). Quando se avalia a participação relativa do Sul ao longo do período, é clara a concentração de recursos nessa região. O Nordeste só tem maior participação relativa no volume de recursos liberados pela CONAB na compra de produtos pelo PAA, nos dois anos iniciais do programa (2003 e 2004) e no último ano da série analisada (2011). Nesse sentido, em relação ao PAA, os dados apontam para a existência de concentração (observando os valores relativos de cada região) de recursos na Região Sul quanto aos recursos administrados pela CONAB, semelhante à observada quando se analisou os dados para o PRONAF (Tabela 26).

Ainda que os dados sinalizem para uma maior presença do PAA entre os municípios nordestinos (Tabela 33), esses mesmos municípios apresentam menor participação no volume

total dos recursos liberados pelo PAA, administrados pela CONAB (Tabela 34), principal gestora do Programa.

Tabela 34: Participação das regiões no total dos recursos para o PAA administrados pela CONAB, em valores absolutos e relativos e taxas de variação anual (2003 a 2011)

Valores absolutos							(x R\$ 1000)
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	
2003	12.329,00	31.689,90	7.610,20	17.330,50	12.337,50	81.297,10	
2004	28.391,50	42.308,00	8.903,40	24.196,80	3.386,10	107.185,80	
2005	16.149,20	34.745,90	13.876,70	42.481,50	5.538,40	112.791,70	
2006	17.812,50	54.507,10	32.440,70	85.510,60	10.045,90	200.316,80	
2007	18.799,88	56.116,36	42.080,97	102.648,84	8.706,96	228.353,01	
2008	15.679,11	80.839,82	73.486,28	92.591,66	9.893,52	272.490,39	
2009	15.550,48	102.838,20	78.842,34	152.926,80	13.224,10	363.381,92	
2010	28.348,79	121.858,91	79.151,71	128.975,12	21.400,94	379.737,48	
2011	29.386,14	153.674,20	111.741,51	124.209,26	32.025,10	451.036,20	
Valores relativos							(% linha)
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	
2003	15,2%	39,0%	9,4%	21,3%	15,2%	100,0%	
2004	26,5%	39,5%	8,3%	22,6%	3,2%	100,0%	
2005	14,3%	30,8%	12,3%	37,7%	4,9%	100,0%	
2006	8,9%	27,2%	16,2%	42,7%	5,0%	100,0%	
2007	8,2%	24,6%	18,4%	45,0%	3,8%	100,0%	
2008	5,8%	29,7%	27,0%	34,0%	3,6%	100,0%	
2009	4,3%	28,3%	21,7%	42,1%	3,6%	100,0%	
2010	7,5%	32,1%	20,8%	34,0%	5,6%	100,0%	
2011	6,5%	34,1%	24,8%	27,5%	7,1%	100,0%	
Média	10,8%	31,7%	17,7%	34,1%	5,8%	100,0%	
Taxa de variação anual							(%)
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	
2003	-	-	-	-	-	-	
2004	130,3%	33,5%	17,0%	39,6%	-72,6%	31,8%	
2005	-43,1%	-17,9%	55,9%	75,6%	63,6%	5,2%	
2006	10,3%	56,9%	133,8%	101,3%	81,4%	77,6%	
2007	5,5%	3,0%	29,7%	20,0%	-13,3%	14,0%	
2008	-16,6%	44,1%	74,6%	-9,8%	13,6%	19,3%	
2009	-0,8%	27,2%	7,3%	65,2%	33,7%	33,4%	
2010	82,3%	18,5%	0,4%	-15,7%	61,8%	4,5%	
2011	3,7%	26,1%	41,2%	-3,7%	49,6%	18,8%	
Média	21,4%	23,9%	45,0%	34,1%	27,2%	25,6%	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Ações da CONAB (www.conab.gov.br).

A concentração de recursos do PAA na Região Sul é confirmada pelo Balanço de Avaliação da do PAA pelo seu Grupo Gestor no período de 2003 a 2010, especialmente naquelas modalidades do programa geridas, pela CONAB. Segundo o Balanço acerca dos dados sobre a execução financeira do Programa:

(...) há que se considerar que como algumas modalidades exigem a participação de organizações mais estruturadas capazes de manter a regularidade e o volume de abastecimento, sua execução se concentra na região sul, caso das modalidades FE e CD⁷⁵. Este grupo de agricultores de AF mais estruturados, muitas vezes já tem acesso ao crédito Pronaf, com garantia de preços. Neste sentido, é salutar que a execução do PAA esteja cada vez mais focada no Agricultor Familiar menos estruturado, com maiores dificuldades na comercialização de sua produção” (BALANÇO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAA/MDS, 2010, p.06).

Ainda segundo Grupo Gestor do PAA, a Região Nordeste, no ano de 2010, apresenta maior participação no total de recursos do PAA, em função da modalidade PAA Leite, direcionada aos municípios do semiárido brasileiro, presente nos estados do Nordeste e em Minas Gerais. Essa modalidade apresentou maior participação relativa entre as demais do programa, desde a sua constituição e, por causa dela, o Nordeste é então considerada a região que mais participa dos recursos do PAA nesse ano.

Ao longo do período de 2003 a 2010, entre os cinco primeiros estados a apresentarem maior participação no volume de recursos do PAA, os estados do nordeste aparecem em terceiro (PB), quarto (PE), e quinto lugar (BA). O primeiro lugar fica para o Sudeste (MG), e o segundo, para o Sul (RS) do Brasil:

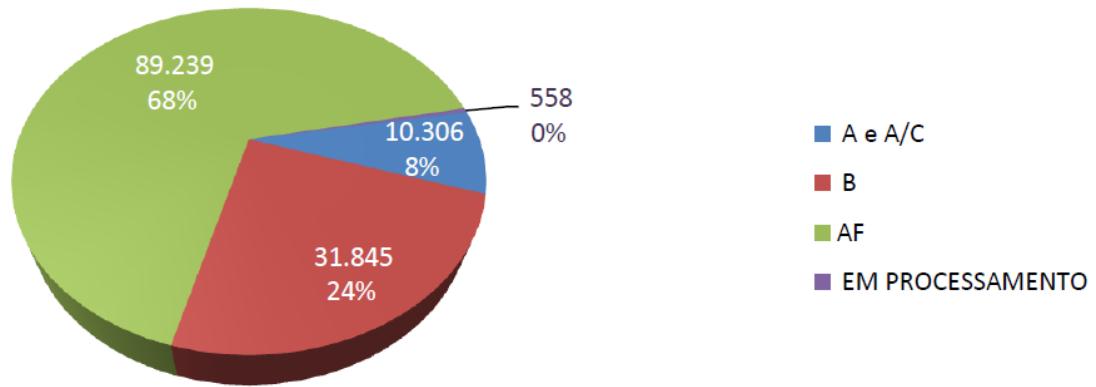
A liderança na alocação de recursos por MG pode ser creditada ao elevado volume de recursos da modalidade Leite. O RS também ocupa posição de destaque em função de seu elevado grau de organização e produção da agricultura familiar. A participação destacada dos estados da região Nordeste pode ser explicada pelo PAA – Leite. Os estados das regiões N e CO apresentam os menores volumes de recursos alocados (BALANÇO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAA DO PAA/MDS, 2010, p.18).

A despeito da intenção, apresentada no Balanço de Avaliação da Execução do PAA/MDS (2010), de atingir os agricultores familiares mais empobrecidos, os desafios para atingir tal objetivo são expressivos. Os dados apresentados pelo Balanço do PAA/MDS (2010), na perspectiva da participação dos diversos grupos que compõem o PRONAF, apontam para a concentração dos recursos do PAA, no ano de 2009, entre os agricultores familiares mais capitalizados, representados pelo grupo AF. Esse grupo é constituído em

⁷⁵ FE – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e CD – Compra Direta da Agricultura Familiar.

2003, ano em que uma nova classificação para os grupos do PRONAF é estabelecida: nela os antigos grupos C, D e E foram agrupados, consolidando o chamado grupo AF.

Gráfico 1: Agricultores participantes do PAA por grupo do Pronaf, em 2009



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – Balanço de Avaliação da Execução do PAA

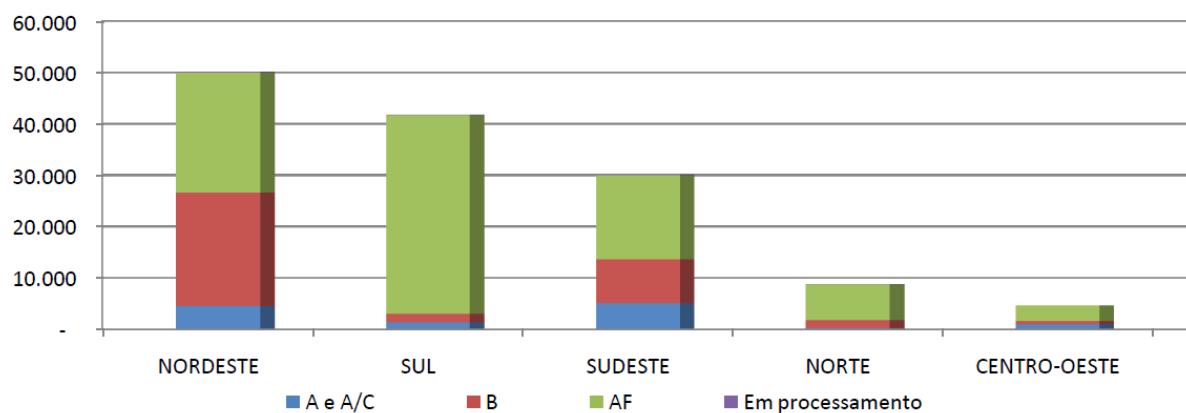
O grupo AF representa justamente o maior grupo de agricultores pronafianos que participaram do PAA (68%), no ano de 2009, desenhando uma concentração de recursos desse programa entre os agricultores mais capitalizados da agricultura familiar, assim como detectado no caso do PRONAF. A constatada concentração de recursos do PAA entre os agricultores mais capitalizados da Região Sul do Brasil, no ano de 2009, reforça a tese desta pesquisa de que a concentração das políticas públicas nessa região e a, ainda pequena, abrangência das mesmas entre os agricultores familiares nordestinos representa o elemento determinante do comportamento da pluriatividade nessas duas regiões.

A concentração dos recursos públicos entre os agricultores familiares sulinos, favorecendo a produção e a comercialização de seus produtos nos anos 2000, interrompeu a tendência de queda do conjunto das famílias pluriativas dessa região, verificada nos anos 1990. No Nordeste, a menor presença de tais recursos representou a queda das famílias pluriativas e do próprio conjunto de famílias da agricultura familiar nordestina que, nos anos 1990, apresentou comportamento de estabilidade (Tabela 4).

Na medida em que os produtores familiares da Região Nordeste estão inseridos, majoritariamente, dentro do grupo classificado como Grupo B - conforme trabalho de Aquino et al (2012), eles representam 71,69% da agricultura familiar nordestina - e a apesar da presença significativa do PAA naquela região, conforme Gráfico 3, entre os agricultores familiares do Grupo B, a maior representatividade desse grupo dentro da agricultura familiar

nordestina, em contraposição à presença expressiva dos agricultores do Grupo AF no interior do PAA, indica que, também no caso dos recursos do PAA, os agricultores familiares nordestinos mais capitalizados têm conseguido maior participação no total dos recursos destinados à agricultura familiar. Portanto, a avaliação de Takagi; Graziano da Silva e Del Grossi (2007), de que as rendas mensais a serem obtidas pelos agricultores familiares em função dos limites máximos não elevados das diversas modalidades do programa⁷⁶, favoreceriam os agricultores mais pobres, parece ainda encontrar obstáculos para alcançar tais agricultores.

Gráfico 2: Participação dos agricultores no PAA por grupo do Pronaf e Região Geográfica, em 2009



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – Balanço de Avaliação da Execução do PAA

Apesar de se detectar na dinâmica do PAA, assim como no caso do PRONAF, para uma concentração de recursos por região e por tipo de produtor, é inegável a contribuição desse programa para o fortalecimento da agricultura familiar e para a segurança alimentar no País. Grisa et al (2009)⁷⁷, em concordância com outros autores, destacam como principais contribuições do PAA os seguintes fatores: mudanças na matriz produtiva e de consumo dos beneficiários do programa; maior vinculação entre produção e consumo; elevação dos preços dos produtos pagos aos agricultores; garantia de mercado e possibilidade de criação de novos mercados para os produtos da agricultura familiar; retomada e fortalecimento de práticas

⁷⁶ Por exemplo, a Compra para Doação Simultânea com contratos de até R\$4.500,00, para o ano de 2011, proporcionaria uma renda mensal de R\$333,00 para cada agricultor. No caso do trabalho de Takagi; Graziano da Silva, Del Grossi (2007), o valor dos contratos apresentados era de R\$2.500,00.

⁷⁷ Há uma gama de trabalhos constituídos a partir de estudos de casos sobre o PAA e, nesse sentido, é importante destacar que o trabalho de Grisa et al (2009) faz uma retomada de parte considerável desse conjunto de trabalhos sobre o PAA em diversos municípios brasileiros.

produtivas e de produtos regionais; diversificação produtiva e estímulo para se produzir com preservação ambiental (menor uso de insumos químicos).

É relevante aludir que todos estes apontamentos se expressam na continuidade do PAA. A fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais são alguns exemplos de fatores que confluem para ruptura e a descontinuidade do Programa, colocando em xeque tais resultados (GRISA et al, 2009, p.06-07).

Apesar das potencialidades do PAA para o fortalecimento dos agricultores familiares, os mesmos autores, acima destacados, fazem alguns alertas que remetem para parte dos desafios envolvidos na consolidação do PAA nas diversas regiões do Brasil e que, nesta seção, serão abordados a seguir, pois estão, em grande medida, associados tanto ao PAA quanto ao PNAE, programa a ser analisado na sequência.

Enfim, a análise aqui empreendida sobre o PAA estrutura-se a partir da hipótese deste trabalho de que as políticas públicas que favoreçam o lado agrícola da pluriatividade, ou seja, que subsidiem as condições de produzir e vender dos agricultores familiares, são decisivas para uma tendência de crescimento da pluriatividade no interior da agricultura familiar e, portanto, como já dito outras vezes, de efetivamente a pluriatividade cumprir seu papel de fortalecimento da agricultura familiar e, portanto, de permanência das famílias no meio rural, frente ao avanço das possibilidades de inserção das famílias rurais em atividades não agrícolas, ampliando as chances das mesmas em se transformarem em famílias não agrícolas.

3.3.2 O horizonte aberto pelo Programa de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar brasileira: possibilidades e desafios

O outro programa aqui em questão é o PNAE, que representa um dos programas sociais mais antigos do País em nível federal, ligado à alimentação, sendo desenvolvido a partir de 1954. Na direção do processo de mudança na dinâmica da gestão pública, iniciada nos anos 1980, uma alteração importante ocorreu no programa em 1994, relacionada à descentralização da gestão do mesmo. Segundo Belik; Chaim e Weis (2006, p. 01),

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada foi um dos grandes avanços ocorridos neste Programa, pois permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional.

O trabalho de doutoramento de Triches (2010) sobre o PNAE, com base em estudo de caso do município de Rolante/RS, destaca a presença de agricultores familiares na venda de produtos para a alimentação escolar, já no final dos anos 1990, em decorrência da descentralização da gestão do programa referido acima:

Em 1998, ocorrem as primeiras participações de agricultores nos processos de aquisição pública para abastecimento do PAE⁷⁸. Em 2003, segundo dados do município, o comércio varejista fornecia 84% dos alimentos para a alimentação escolar, enquanto a agricultura familiar respondia com os 16% restantes. Já em 2008, 32% do recurso federal/municipal remetido à alimentação escolar era utilizado para compras da agricultura familiar (...). Os alimentos citados como já fornecidos por eles foram: hortaliças, frutas, feijão, pipoca, *schimier*, farinhas integrais de milho, trigo e aveia, sucos, milho verde, mel, aipim, batata e biscoitos (TRICHES, 2010, p.122).

A presença de agricultores familiares na venda de produtos para a alimentação escolar antes mesmo da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que estabelece a obrigatoriedade de compra de produtos da agricultura familiar, tem chamado a atenção para o que o PNAE pode representar em termos de desenvolvimento naquelas localidades em que a estrutura fundiária é marcada pela agricultura familiar, na medida em que estabelece vínculos legais entre alimentação escolar e agricultura familiar.

Conforme Artigo 14 da Lei acima citada:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Utilizando das contribuições da Nova Sociologia Econômica para a compreensão da realidade econômica, o PNAE representaria, para a agricultura familiar, a atuação do Estado na construção de um mercado para esse segmento da agricultura brasileira. Assim sendo, tendo em vista a análise do autor Fligstein (2003), do mercado enquanto construção política, esse programa que dá diretrizes para o uso dos recursos públicos federais evidencia, a partir da análise daquele autor, a centralidade do Estado na formação de regras que criam e dão estabilidade aos mercados.

Contrariamente ao que defende a teoria econômica neoclássica, os mercados não são apenas resultados do jogo entre produtores e consumidores de dado produto, mas eles podem

⁷⁸ PAE – Programa de Alimentação Escolar

ser construções políticas que revelam, a partir de leis, regras, a escolha de determinado modelo econômico, ou pelo menos de algumas orientações para dados setores. Conforme Fligstein (2003, p.197): “Uma vez localizadas, estas “regras” de construção e intervenção nos mercados tornam-se fundamentais na compreensão da forma como os novos mercados se desenvolvem numa determinada sociedade”.

Assim sendo, o PNAE criaria um mercado para a produção dos agricultores familiares diminuindo, assim, as incertezas inerentes à produção capitalista no que diz respeito à realização da produção. O Programa favoreceria o desenvolvimento da cultura, das tradições, de hábitos e costumes locais no que diz respeito à alimentação, agindo, assim, na direção contrária da padronização do consumo⁷⁹, promovendo, segundo Bezerra; Gomes da Silva e Schneider (2010), “circuitos curtos de produção e consumo de alimentos”⁸⁰.

Uma das diretrizes da alimentação escolar explicita o compromisso do Programa com o desenvolvimento local, conforme pode ser verificado no Artigo 2, inciso VI da Lei supracitada:

VI- o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

O PNAE juntamente com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para além da função de acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar, apresentam potencial para colaborar no desenvolvimento local na medida em que, ao priorizar a compra de produtos locais oriundos da agricultura familiar, dinamizam a produção local garantindo renda a tais agricultores.

Cabe salientar, que é em função do potencial desse programa para a geração de renda dos agricultores familiares, particularmente daqueles menos capitalizados, que o mesmo é aqui analisado, a despeito da incipienteza desse programa, no que diz respeito à sua vinculação legal com compras da agricultura familiar. Sua existência e condicionamentos legais engendram um ambiente econômico que pode colaborar com a produção da agricultura

⁷⁹ Para a autora Triches (2011), o PNAE estaria associado, dentre outras, a duas dimensões fundamentais: primeiro, as mudanças nos padrões de consumo envolvidas no programa - pois se pretende uma alimentação diversa daquela estabelecida pelo consumo dos produtos industrializados e padronizados - tem como ator-chave o Estado, dado seu poder de regulação. Segundo, o desenvolvimento do rural passa pelo processo de encurtamento da cadeia de abastecimento, ou seja, dos circuitos de produção e consumo, de aproximação entre produtores e consumidores.

⁸⁰ Ainda que essa ideia de circuitos de produção e consumo tenha sido utilizada por esses autores no estudo sobre o PAA, é possível também estabelecer essa relação com o caso do PNAE.

familiar, na medida em que o agricultor vislumbra a existência de mercado para seus produtos comercializados a preços melhores, estimulando-o a enfrentar os desafios que a atividade agrícola apresenta.

A pesquisa da ABRAND/IBASE (2012) também aponta para uma avaliação positiva, tanto dos agricultores envolvidos no programa quanto daqueles que ainda não vendem para o mesmo. Embora a pesquisa seja sobre o PNAE, também envolveu avaliações sobre o PAA, dadas as articulações existentes entre esses dois programas, e a mesma destaca a importância desses programas para que os agricultores familiares possam manter-se na atividade agrícola. Conforme depoimentos transcritos na pesquisa:

O PAA é uma alavanca muito forte e agora, com a alimentação escolar, vai ter outra fonte que, se os agricultores quiserem ficar na roça têm onde comercializar seus produtos. A alimentação escolar é a segunda alavanca para os pequenos agricultores e é uma forma da juventude que está na roça também ficar na roça (ABRANDH/IBASE, 2012, p.96).

No trabalho de Triches (2010), uma das constatações da pesquisa da autora refere-se, justamente, a essa percepção positiva entre os agricultores entrevistados acerca dos horizontes abertos pelo PNAE na direção de poderem permanecer no meio rural e com a atividade agrícola, haja vista a existência de mercado para seus produtos. Conforme a autora,

Essa perspectiva de mercado, juntamente com outros mecanismos de comercialização, dentro de um conjunto de estratégias realizadas no município em prol da manutenção das pessoas no meio rural e no apoio da prefeitura a essa perspectiva, possibilita argumentar que o PAE foi mais uma forma de mostrar ao agricultor possibilidades. Seria ingênuo, precoce e metodologicamente precário fazer associações entre a abertura de um mercado institucional e o êxodo rural. No entanto, o que se pode refletir em relação a isso é que o agricultor que passa a ter uma visão animadora do cenário influencia seus filhos e sua família a permanecerem na propriedade, por considerar que existem mercados e, portanto, retorno (TRICHES, 2010, p.222-223).

Na medida em que o PNAE tem que, pelo imperativo da lei, realizar compras da agricultura familiar, todos os municípios teriam recursos garantidos por meio do programa, o que ampliaria as possibilidades de maior inclusão de produtores familiares nos recursos públicos destinados à agricultura familiar, especialmente os menos capitalizados. Também maiores facilidades de participação seriam encontradas, em virtude da nova forma de realização dos contratos firmados entre os agricultores e as escolas, na medida em que o processo é feito por meio de chamada pública e não por licitação, o que tenderia a apresentar menores obstáculos burocráticos para a participação dos agricultores familiares.

Para averiguar a relevância dos contratos do PNAE para a geração de renda dos agricultores familiares, toma-se como referência para a análise o valor do contrato desse programa, que é de R\$9.000,00 por ano, no ano de 2011, e a receita média dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no Brasil, conforme informações do SIDRA/IBGE, no valor de R\$10.631,37⁸¹. Embora o valor do contrato do PNAE seja menor que a receita média dos estabelecimentos agropecuários, calculando a receita média dos municípios brasileiros, verifica-se que existem 52,40% dos municípios brasileiros (2.933) obtendo uma renda média abaixo do valor dos contratos do PNAE, conforme a Tabela 35.

Tabela 35: Número de municípios, por estrato de renda, que possuem renda média até o valor do contrato do PNAE (R\$9.000,00)

Estratos de renda	Núm. Municípios do estrato	% Total	% do estrato no total de munic. do Brasil	Part. dos estab. familiares no total de estab. agropecuários
Até R\$ 2.000,00	845	28,8%	15,11%	90,2%
De R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00	814	27,8%	14,56%	86,7%
De R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00	590	20,1%	10,55%	84,2%
De R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00	500	17,0%	8,94%	82,2%
Acima de R\$ 8.000,00 até R\$ 9.000,00	184	6,3%	3,29%	82,5%
Total geral	2933	100,0%	52,45%	85,2%

Fonte: Elaboração própria a partir das Tabelas 1116 e 1118 do SIDRA/IBGE.

Do total dos municípios que apresentam renda média anual inferior ao valor do contrato do PNAE (R\$9.000,00), 76,7%, ou seja, 2.249 municípios, que equivalem aos três primeiros estratos da Tabela 4, possuem uma renda média que equivale praticamente à metade do valor desse contrato. Cabe destacar que esses municípios possuem uma estrutura agrária, marcada pela predominância (acima de 80%) de estabelecimentos familiares sobre o total de estabelecimentos agropecuários. Portanto, essa realidade aponta para a importância desse programa para os agricultores menos capitalizados da agricultura familiar brasileira.

O PNAE, comparativamente ao PAA, apresentaria maior potencial de impulsionar a produção local, pois estaria presente em todos os municípios deste País de grandes dimensões e heterogeneidades regionais. Esses municípios, por determinação legal, devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com compras da agricultura familiar local e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

⁸¹ Esse resultado foi obtido a partir do total das receitas da agricultura familiar (SIDRA, Tabela 1116) e o total dos estabelecimentos da agricultura familiar (SIDRA, Tabela 1118), segundo Censo Agropecuário de 2006.

Conforme avaliações dos agricultores familiares envolvidos na pesquisa ABRANDH/IBASE (2012), a obrigatoriedade de compra dos produtos da agricultura familiar representa um ponto positivo do PNAE e, portanto, para a decisão de produção desses agricultores, favorecendo as condições de permanência dos mesmos na atividade agrícola em função da perspectiva estável de mercado para seus produtos. Segundo a pesquisa,

O ponto positivo é que (o PNAE) veio como uma forma de nós plantarmos e vendermos mais (...) Pontos positivos da lei? O primeiro ponto positivo foi essa conquista, esse respaldo que nós temos que é a lei, eu acho que foi uma lei que chegou na hora certa (...) O ponto positivo é o seguinte: o nosso produto já existia antes de lei. Tiveram muitas escolas que não compravam e não conheciam o produto e compraram e gostaram e continuam comprando. Não compraram antes porque não conheciam e não eram obrigados (...)”(ABRANDH/IBASE, 2012, p.103).

Nesta perspectiva, a Tabela 36 apresenta, por região, os valores mínimos e máximos do PNAE a serem utilizados pelas escolas públicas (municipais e estaduais) para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Comparativamente ao PAA, o PNAE, por meio do valor mínimo inicial, representado pelos 30% da Lei para o ano de 2010, já era próximo ao valor total dos recursos que foram destinados aos agricultores familiares pelo PAA, no ano de 2009, no valor de R\$591.030.000,00. Caso as prefeituras comprassem integralmente os alimentos da merenda escolar dos agricultores familiares, o valor ultrapassaria a cifra de 1,5 bilhão de reais, evidenciando, assim, a potencialidade do programa em distribuir recursos públicos ao segmento menos capitalizado da agricultura familiar, fugindo da concentração de recursos detectada no caso do PRONAF e no do PAA. Se se tomasse o ano de 2010⁸², os recursos envolvidos no PNAE, para o ano de 2011, apresentariam valores mais expressivos em relação ao PAA.

⁸² Os dados para o PAA, relativos ao ano de 2010, presentes na Tabela 34, não foram utilizados por se tratar de uma previsão orçamentária, não se tendo, portanto, os valores efetivamente executados.

Tabela 36: Valores máximos e mínimos, por região, dos recursos do FNDE para o PNAE no ano de 2010 e 2011

REGIÃO	2010		2011	
	Valor do FNDE (1)	30% do FNDE (2)	Valor do FNDE (3)	30% do FNDE (2)
CENTRO-OESTE	93.443.440,00	28.033.020,00	219.947.760,00	66.828.114,00
NORDESTE	635.233.800,00	190.481.976,00	995.055.600,00	298.435.104,00
NORTE	206.746.860,00	62.024.058,00	353.003.640,00	105.901.092,00
SUDESTE	718.403.220,00	215.520.966,00	1.158.368.340,00	347.510.502,00
SUL	198.165.468,00	59.449.640,40	392.097.660,00	117.629.298,00
TOTAL	1.851.992.788,00	555.509.660,40	3.118.473.000,00	936.304.110,00

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no MDA/SAF.

Notas:

(1) 2010: com base no censo escolar de 2009.

(2) Total de alunos em 2010, com base no censo escolar de 2009.

(3) 2011: com base no censo escolar de 2010.

O PNAE, portanto, já iniciaria com um volume mais expressivo de recursos para compras da agricultura familiar e se pode dizer, dado o direito constitucional da alimentação escolar, que tais recursos seriam mais estáveis ao longo dos anos do que os apresentados pelo PAA. Cabe destacar, ainda, o maior potencial de ampliação da participação dos agricultores familiares na medida em que o PNAE, estaria presente em todos os municípios brasileiros, diferentemente do PAA, que ainda não atingiu metade dos municípios brasileiros. O PAA, para além da concentração de recursos regionais, apresentada anteriormente, o programa, conforme no ano de 2011 (Tabela 33), estava presente em apenas 2.467 municípios, portanto, em apenas de 44,12% da totalidade dos municípios brasileiros.

A concentração de recursos do PRONAF, entre os grupos mais capitalizados da agricultura familiar (grupos C, D e E), possibilitou, em algumas avaliações dos dez anos de existência do Programa a crítica – e, portanto, um desafio a ser enfrentado - de que o mesmo atuava no sentido de favorecer a produção de *commodities* com baixo valor agregado e de estimular a especialização produtiva das propriedades agrícolas (DESER, 2006). Diante dessa avaliação, o PAA, e também o PNAE, representariam uma política agrícola que atuaria no sentido contrário àquela crítica feita ao PRONAF, favorecendo a diversificação produtiva da agricultura familiar, particularmente daqueles agricultores mais pobres, como aqueles pertencentes aos Grupos A, A/C e B. Segundo Boletim do DESER (2006),

O PAA, através da linha “compra direta com doação simultânea”, deu demonstrações de que as políticas públicas, especialmente as compras institucionais, podem contribuir para diversificar os produtos comercializados pela agricultura familiar. Embora o programa seja recente e ainda tenha beneficiado um número pequeno de agricultores, verifica-se que conseguiu estimular a produção de produtos que não eram produzidos ou tinham pequena expressão econômica. Acredita-se que esse estímulo possa contribuir para ajudar na organização da produção e na busca de novos canais de comercialização (DESER, 2006, p.02).

O relatório de pesquisa sobre avaliação do PNAE, realizada pela ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - e pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – no ano de 2012, no que tange à segurança alimentar e aos vínculos com a agricultura familiar, também constata, entre os municípios selecionados para a pesquisa, que um dos pontos positivos do PNAE é, justamente, a grande diversidade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares envolvidos no programa: frutas, legumes, verduras, engarrafamento de mel, polpas de frutas, sucos, doces, rapaduras, conservas e biscoitos.

Todavia, a pesquisa aponta, a partir da análise do discurso dos agricultores entrevistados, para o reconhecimento que os mesmos possuem acerca da necessidade de se criar uma percepção diferenciada de alimentação escolar dos atores envolvidos, o que aponta para a necessidade da construção de uma concepção que seja defendida por um conjunto de atores, o que tenderia a criar um ambiente positivo que fortaleceria laços e compromissos entre esses agentes, conduzindo ao desenvolvimento do programa na região. “Esta nova cultura deve estar apoiada em ações de educação nutricional e ser acompanhada de investimentos em infra-estrutura (refrigeração, depósitos, equipamentos de cozinha etc) e em capacitação de recursos humanos (merendeiras, funcionários das escolas e prefeituras) (ABRANDH/IBASE, 2012, p.102)

A concepção ampla de segurança alimentar⁸³ envolvida no PNAE, juntamente com o direcionamento legal de recursos públicos para a aquisição de produtos alimentícios, advindos da agricultura familiar, pode criar uma rede de agentes envolvidos na produção e comercialização de tais produtos, capazes de criar um capital social local, na concepção de Putnam (2000), fundamental para o desenvolvimento local.

Entretanto, apesar das potencialidades aqui defendidas do PNAE em relação ao PAA, para o fortalecimento da agricultura familiar, a possibilidade do PNAE se constituir como um programa com menor perfil, concentrador de recursos, apresenta desafios. Um deles estaria relacionado ao fato de que a condução dessa política passa pela superação de práticas clientelistas para que o projeto a ser desenvolvido represente a maior inclusão dos agentes locais. Essa é uma das questões preocupantes do PNAE, conforme apontado em um trabalho

⁸³ A concepção de segurança alimentar ultrapassa a ideia de que ela estaria apenas associada à questão da oferta de alimentos.

de Maluf (s/d), coordenador do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) da UFRJ.

A pesquisa da ABRANDH/IBASE (2012), bem como o trabalho de Grisa et al (2009), e o Balanço de Avaliação da Execução do PAA/MDS apontam como principais desafios do PAA e do PNAE, situações como: falta de informação dos programas por parte dos agricultores⁸⁴; falta de integração entre os agentes envolvidos, particularmente gestores e produtores; problemas operacionais e de logística para transportar os alimentos e atraso na liberação dos recursos.

Outro elemento importante para o sucesso do PNAE, e também para o PAA, diz respeito à organização dos produtores, pois a representação dos mesmos se faz necessária como forma de participação em algumas modalidades do PAA e de participar das chamadas públicas em municípios que recebem recursos do FNDE superior a R\$100.000,00. Para além disso, no caso do PNAE, a organização dos agricultores também é fundamental como mecanismo de fiscalização dos recursos federais a serem utilizados para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da participação no interior do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

O CAE – presente em todos os municípios - tem espaço para participação da sociedade civil e, dentro da realidade aberta ao segmento da agricultura familiar, no novo formato do PNAE, a representação desse segmento torna-se elemento importante, tanto para a fiscalização dos recursos públicos, como na defesa da participação do agricultor familiar como provedor dos alimentos para a rede escolar local.

Conforme determinação legal, os municípios, cujo repasse de recursos do FNDE está acima de R\$100.000,00, as compras dos agricultores só podem ocorrer mediante cooperativas, ou seja, os produtores não podem firmar contrato, caso não seja por meio de um grupo formal com documentação específica, qual seja, a Declaração de Aptidão do Agricultor (DAP) Jurídica. Destaca-se a seguir algumas informações elucidativas acerca desse desafio.

As informações da Tabela 37 ajudam a detectar a dimensão do desafio da organização dos agricultores familiares para participarem dos programas: do total dos municípios brasileiros 3.080 (55,08%) recebem recurso do FNDE acima de R\$100.000,00 e, destes,

⁸⁴ No caso do PNAE, a pesquisa de avaliação da ABRANDH/IBASE (2012) revelou que entre os agricultores participantes da pesquisa, 20,7% disseram não conhecer, ou não estar bem informados sobre o programa. Entre os agricultores das Regiões Norte e Nordeste, esse desconhecimento do programa era ainda maior.

apenas 955 (31%) possuem DAP Jurídica e, por isso, estariam em condições de, no ano de 2011, atender às demandas das escolas públicas por produtos da agricultura familiar.

Tabela 37: Total de municípios com recursos do FNDE maior que R\$100.000,00, com e sem DAP Jurídica, em 2011

Região	Com DAP Jurídica (a)	% do total de municípios (a/c)	Sem DAP Jurídica (b)	% do total de municípios (b/c)	Nº Municípios FNDE > R\$100.000,00 (c)	% dos municípios no total (c/d)	Total de Municípios da Região (d)
Norte	100	33,6%	198	66,4%	298	66,1%	451
Nordeste	340	24,3%	1057	75,7%	1397	77,4%	1805
Sudeste	271	33,4%	540	66,6%	811	48,5%	1673
Sul	189	49,5%	193	50,5%	382	31,9%	1196
Centro-Oeste	55	28,6%	137	71,4%	192	41,1%	467
Total	955	31,0%	2125	69,0%	3080	55,1%	5592

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no MDA/SAF

Esse cenário deixa em evidência os obstáculos relacionados à organização local dos agricultores, para que o programa cumpra o papel de se estruturar como fonte importante de geração de renda estável para os produtores familiares menos capitalizados daqueles municípios. Em 2011, 2125 municípios (65% do total de municípios brasileiros que recebem do FNDE mais de R\$100.000,00) não apresentavam entidades representativas dos agricultores familiares e, portanto, não estavam em condições de participar dos recursos públicos destinados à merenda escolar.

De forma geral, em todas as regiões do Brasil o desafio da organização dos agricultores familiares se faz presente. Apenas o Sul apresentou menor percentual de municípios sem organização formal de agricultores familiares, o que colabora na compreensão da já detectada concentração de recursos, por exemplo, do PAA, nessa região. Já o Nordeste, 75,7% dos municípios não apresentavam, no ano de 2011, organização de agricultores o que impossibilita o acesso de seus agricultores a esses programas de forma mais ampliada.

Outro desafio para o sucesso do PNAE, bem como do PAA, estaria associado à capacidade desses produtores familiares mais empobrecidos em atender à demanda existente por parte das escolas públicas nos municípios, tanto em termos de qualidade como de regularidade. Dessa forma, é fundamental a ampliação do acesso dos agricultores familiares menos capitalizados aos recursos públicos do PRONAF e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para que esse agricultor tenha condições de realizar a sua produção e atender ao mercado, criado não apenas pelo PNAE, mas também pelo PAA.

Esse foi um dos desafios destacados pelos agricultores entrevistados na pesquisa ABRANDH/IBASE (2012), para participarem tanto do PNAE quanto do PAA. Nas palavras de um dos entrevistados: “Para se falar no produtor rural não adianta só querer trabalhar, ele tem que ter dinheiro para trabalhar e um dos grandes problemas que nós temos é justamente o acesso a esse financiamento” (ABRANDH/IBASE, 2012, p.97). Assim sendo, é fundamental que a articulação entre recursos do FNDE e acesso ao crédito do PRONAF nos municípios que recebem até R\$100.000,00, para que os produtores familiares desses municípios respondam às demandas de alimentos para os mercados, criados pelas compras governamentais.

Outro desafio para a inserção dos produtores familiares nos dois Programas em análise está relacionado às exigências sanitárias para os produtos a serem destinados à alimentação escolar. No interior dessa questão, a ser realizado entre os agentes envolvidos no Pprograma (entre eles os agricultores familiares, nutricionistas, gestores dos programas e os representantes dos órgãos públicos de vigilância sanitária), um dos elementos a serem debatidos seria: quais as exigências sanitárias a serem cobradas de uma produção a ser realizada em pequena escala no interior de um programa, em particular o PNAE, que se propõe a valorizar hábitos locais e práticas alimentares tradicionais?

A possibilidade de programas como o PAA e o PNAE apresentarem-se como uma política pública, com maior possibilidade de participação de produtores familiares nos recursos públicos a eles direcionados, está largamente associada ao fato desses programas estabelecerem valores máximos ao ano para as vendas dos produtores familiares individualmente. A definição desses valores, aqui se avalia, não colocaria os mercados criados pelos programas como elemento de grande atratividade para os agricultores familiares mais capitalizados, favorecendo a integração mercantil daqueles agricultores menos estruturados.

O trabalho de Triches (2010) acerca do Programa de Alimentação Escolar, no município de Rolante/RS, aponta para a direção da hipótese aqui defendida quando destaca, no interior da análise do programa, o papel da presença da pluriatividade entre os agricultores familiares daquele município.

Parte dos agricultores não deixou de residir e ter vínculos com o meio rural, mantendo sua propriedade e suas atividades, conjugando diferentes formas e fontes de rendimento. Complementavam-se os rendimentos da agricultura com os rendimentos de fora e vice-versa. Assim, como frisa um dos entrevistados, “no caso de Rolante, as práticas não se alteraram tão fortemente, os jovens saiam da firma e iam para casa ajudar os pais”(ER1). Em contrapartida, quando ocorriam crises nas indústrias de calçados, a questão da fome não era tão preocupante, já que morar no

meio rural e ter uma propriedade possibilitava “criar uma vaquinha e obter o leite” (ER1) e outras formas de suprimento alimentar (TRICHES, 2010, p.114).

O avanço das oportunidades de emprego não agrícola para as famílias rurais, particularmente em um contexto macroeconômico, que tem possibilitado ampliação do emprego formal, o que colaborou para o crescimento do número de famílias não agrícolas no meio rural nordestino e sulino, aponta na direção de um elemento importante para esta pesquisa e que se encontra presente na fala de um dos entrevistados, relatada pela autora acima. E quando ocorrerem as crises no mercado de trabalho não agrícola, ou um desaquecimento desses mercados, aquelas famílias que abandonaram a atividade agrícola em função das dificuldades em manter-se nessa atividade, em que condições enfrentarão o novo cenário?

Nessa perspectiva, a insistência da importância das políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, traz como pano de fundo a noção de que criar condições, por meio da ação pública, que favoreçam a produção agrícola das famílias rurais é uma forma de contribuir no sentido de que essas famílias mantenham algum vínculo com a produção agrícola, atenuando as possibilidades das mesmas, nos momentos de crise do mercado não agrícola, abandonarem o meio rural em direção às áreas urbanas, ampliando os problemas frutos do inchaço das cidades.

Enfim, as análises realizadas ao longo desta seção a respeito das potencialidades dos programas PAA e PNAE, para o fortalecimento da agricultura familiar, dão sustentação à hipótese deste trabalho. O avanço das políticas públicas, que atuam no sentido de favorecer a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola, por meio das compras governamentais, revelam a capacidade das políticas públicas, que se utilizam dos mercados institucionais para garantir mercado e renda aos agricultores familiares mais empobrecidos, em estruturar um cenário promissor para o avanço da pluriatividade no meio rural brasileiro atuando para que, efetivamente, essa nova forma de ocupação das famílias rurais atue na direção de fortalecimento da agricultura familiar.

À Guisa de Finalização do Capítulo

A análise das políticas públicas, associadas à agricultura familiar, realizada neste capítulo, na perspectiva de verificar seu papel de determinação no comportamento da pluriatividade ao longo dos anos 1990 e 2000, constatou que a expressiva presença das políticas públicas, direcionadas ao fortalecimento da atividade agrícola entre as famílias de agricultores familiares sulinos, tanto em termos de recursos do PRONAF quanto do PAA, criando melhores condições de produção e comercialização de seus produtos, resultou em estabilidade da pluriatividade e menor queda do conjunto da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. Movimento contrário foi observado na Região Nordeste: a menor presença das políticas públicas, direcionadas à agricultura familiar, a despeito de sua ampliação nos anos 2000, é acompanhada de um movimento de redução do conjunto das famílias pluriativas e das famílias de agricultores familiares, em um contexto de maiores avanços das oportunidades não agrícolas nessa região, comparativamente à Região Sul.

Os inúmeros relatos e experiências locais, analisados por diversos trabalhos acadêmicos, bem como pesquisas promovidas pelos órgãos gestores dos programas PAA e PNAE para uma avaliação dos mesmos, acerca da experiência de aquisição da agricultura familiar por intermédio das compras institucionais, têm evidenciado, apesar dos desafios destacados, que as políticas públicas de comercialização têm se mostrado como uma iniciativa de excelência para o fortalecimento da agricultura familiar e de criação de uma perspectiva otimista desses agricultores para permanecerem no meio rural.

No caso do Sul, a concentração de recursos do PAA também pode ser considerada elemento importante para a interrupção da tendência de queda do conjunto das famílias pluriativas nessa região. Não apenas a pluriatividade deixa de cair, como também o conjunto da agricultura familiar passa a apresentar, nos anos 2000, uma taxa de crescimento significativa negativa, menor que a detectada para os anos 1990 (Tabela 04), 1,9% a.a. e 2,9% a.a., respectivamente. Essa realidade aponta para o fato de que o avanço das políticas públicas, para o lado agrícola da pluriatividade, se ainda não promoveu uma onda de crescimento do conjunto da agricultura familiar, ela foi capaz, ao menos, de atenuar o movimento de queda desse tipo familiar, o que confirma a hipótese de nossa investigação de

que as políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, cumpre um papel decisivo para o seu avanço e na preservação da agricultura familiar.

No caso do Nordeste, onde se concentra a maior parte dos agricultores familiares mais pobres, os desafios de ampliação do PAA e do PNAE e, portanto, a ainda fraca presença dessas políticas públicas entre os agricultores familiares, também colabora com a hipótese deste trabalho, pois pode explicar, em grande medida, a queda da pluriatividade entre as famílias de agricultores nordestinos. Em um cenário de avanço das oportunidades não agrícolas, e das dificuldades encontradas para a produção e comercialização de seus produtos, os agricultores familiares mais pobres acabam por abandonarem a atividade agrícola, convertendo-se em famílias rurais não agrícolas. Enquanto o contingente de famílias de agricultores familiares nordestinos apresentou, nos anos 1990, comportamento de estabilidade, nos anos 2000, a tendência de queda se fez presente, uma vez que as taxas de crescimento do número daquelas famílias foi significativamente negativa para esse último período, 2,8% a.a., conforme Tabela 04.

O potencial apresentado pelo PNAE, ao longo do capítulo, apesar da incipienteza do programa, e a despeito dos desafios de ampliação do mesmo, representa elemento importante para o avanço do conjunto de famílias pluriativas, tanto na Região Nordeste quanto no Sul, pois as pesquisas sobre o programa têm destacado sua importância na geração de renda dos agricultores, na medida em que haveria garantias de mercado para os produtos advindos da produção familiar. Essa garantia atuaria na direção de estimular os agricultores familiares a aumentarem e melhorarem a qualidade de sua produção, para atender à demanda da alimentação escolar nos diversos municípios brasileiros, favorecendo a permanência desses agricultores no meio rural e o fortalecimento de seus vínculos com a atividade agrícola.

E, neste sentido, o lado agrícola da pluriatividade seria revigorado, ampliando as possibilidades de uma tendência de aumento da pluriatividade, particularmente entre os agricultores familiares mais pobres. Em situações de ampliação das oportunidades rurais não agrícolas, a sustentação do lado agrícola da pluriatividade, por meio das políticas públicas, seja por intermédio do crédito e/ou da garantia de mercado, é decisiva para que o conjunto de famílias pluriativas possa assumir uma tendência de crescimento ao longo do tempo no interior da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de investigar as determinações da pluriatividade no interior da agricultura familiar, o cenário desenhado pelos dados, acerca das variáveis relacionadas a elementos que retratam a dinâmica interna das famílias, especialmente tamanho da família, escolaridade e idade média, evidenciou que essas variáveis, por elas mesmas, são insuficientes para explicar o comportamento da pluriatividade no interior da agricultura familiar nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil, ao longo dos anos 1990 e 2000. A compreensão da dinâmica da pluriatividade carece de elementos que, para esta pesquisa, estão circunscritos ao ambiente externo das famílias de agricultores familiares, particularmente no âmbito das políticas públicas, direcionadas a esse segmento da agricultura brasileira.

Verificou-se que o recurso às variáveis associadas à dinâmica interna das famílias consolida-se, como instrumento importante de caracterização das famílias pluriativas, em particular a partir de estudos de casos, mas para a explicação da dinâmica de queda ou de crescimento que as famílias pluriativas assumem ou podem vir a assumir ao longo do tempo, aquelas variáveis (tamanho da família, idade e escolaridade) apresentaram limitada capacidade explicativa.

Os avanços no grau de instrução das pessoas das famílias pluriativas e agrícolas e na idade média, tanto na Região Nordeste como no Sul, especialmente nos anos 2000, contribuíram para a inserção das famílias nas atividades não agrícolas, em consonância com a literatura que enfatiza as determinações intrínsecas/endógenas das famílias em seus processos de reprodução no meio rural. De fato, o número de famílias que apresentou crescimento ao longo dos anos 1990 e dos anos 2000 foram, justamente, as famílias não agrícolas de contas-próprias e de empregados, particularmente as famílias não agrícolas de empregados. No entanto, o comportamento daquelas variáveis não foi capaz de sustentar as famílias pluriativas na atividade agrícola, garantindo a ampliação do número de famílias pluriativas.

Esperava-se que, conforme as análises de inspiração chayanoviana, a redução do tamanho das famílias da agricultura familiar, impactasse de maneira negativa sobre o número de famílias pluriativas. Todavia, o observado nas duas regiões não foi o mesmo, tampouco condizente com o esperado. No caso do Nordeste, a redução do tamanho das famílias, nos anos 2000, foi acompanhada por uma redução do número de famílias pluriativas, mas o mesmo não foi observado na Região Sul. Essa situação evidencia os limites dessa variável na

explicação relativa ao comportamento da pluriatividade ao longo do tempo, haja vista que não se constatou um padrão comum de relação entre o tamanho da família e o comportamento do número de famílias pluriativas nas duas regiões analisadas.

Enquanto no Sul, nos anos 1990, a redução do tamanho médio das famílias pluriativas foi acompanhada pela redução no número de famílias pluriativas, o mesmo não se verificou nos anos 2000. A tendência de queda do tamanho das famílias manteve-se ao longo dos anos 2000, no entanto, o número de famílias pluriativas estabilizou-se ao longo desse período.

Diante desse cenário, a retomada do pensamento de Chayanov (1985), com o objetivo de reforçar que o recurso das unidades de produção familiar às ocupações não agrícolas represente uma forma de alocação de trabalho familiar e de manutenção da agricultura familiar, conforme destacado por Conterato (2008. p.148), parece não encontrar sustentação nos dados analisados ao longo deste trabalho. A melhora das condições dos indivíduos para ingressarem nas atividades não agrícolas não tem conseguido, por si só, sustentar as famílias na atividade agrícola, uma vez que o que foi detectado foi a ampliação do número de famílias não agrícolas, domiciliadas no meio rural, e não o aumento do número de famílias pluriativas.

Diante da constatação de que as determinações intrínsecas das famílias de agricultores familiares (tamanho, escolaridade e idade) apresentam limitada capacidade de explicação referente ao comportamento da pluriatividade ao longo dos dois períodos e regiões analisadas, e diante de um contexto de aquecimento do mercado de trabalho não agrícola, particularmente na Região Nordeste, que apresentou taxas de crescimento acima da média nacional, a questão que orientou parte expressiva do trabalho foi: qual seria o elemento que poderia colaborar para uma tendência de crescimento do número de famílias pluriativas nas duas regiões analisadas?

Essa indagação estruturou a hipótese deste trabalho de que a pluriatividade, entre as famílias da agricultura familiar sejam as nordestinas ou as sulinas, só poderá apresentar uma tendência de crescimento, caso as políticas públicas direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade sejam ampliadas e fortalecidas. Nesse sentido, a análise das políticas públicas, voltadas para a agricultura familiar realizada neste trabalho, na perspectiva de verificar suas influências no comportamento da pluriatividade ao longo dos anos 1990 e 2000, pôde verificar que a expressiva presença das políticas públicas, direcionadas ao fortalecimento da atividade agrícola entre as famílias de agricultores familiares sulinos, particularmente no caso dos recursos do PRONAF, criando melhores condições de produção, foi acompanhada por um

movimento de estabilidade do número de famílias pluriativas na Região Sul. Comparativamente aos anos 1990, em que o volume de recursos destinados ao PRONAF ainda não era significativo, em relação aos anos 2000, e ao mesmo tempo em que era essa a única política pública direcionada ao segmento da agricultura familiar, o que se observou foi a queda do número de famílias pluriativas constitutivas da agricultura familiar na Região Sul do Brasil.

A concentração de recursos do PAA no Sul também pode ser considerada elemento importante para a interrupção da tendência de queda do conjunto das famílias pluriativas nessa região. Não apenas a pluriatividade deixa de cair, como também o conjunto da agricultura familiar passa a apresentar, nos anos 2000, um movimento de queda menor que o detectado para os anos 1990, apontando, nessa situação, para um, ainda parcial, cumprimento da função da pluriatividade na reprodução da agricultura familiar. Essa realidade sinaliza para um cenário de que o avanço das políticas públicas para o lado agrícola da pluriatividade, se ainda não promoveu uma onda de crescimento do conjunto das famílias de contas-próprias da agricultura familiar sulina, ela foi capaz, ao menos, de atenuar o movimento de queda desse tipo familiar, o que parece confirmar a hipótese de nossa investigação de que as políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade, cumpre um papel decisivo para o seu avanço e na preservação da agricultura familiar.

Movimento contrário foi observado na Região Nordeste: a menor presença das políticas públicas, vinculadas à agricultura familiar, a despeito de sua ampliação nos anos 2000, particularmente dos recursos do PRONAF, é acompanhada de um movimento de redução do conjunto das famílias pluriativas e das famílias de agricultores familiares, particularmente em um contexto de maiores avanços das oportunidades não agrícolas nessa região, comparativamente à Região Sul. O ambiente externo mais dinâmico nordestino, nos anos 2000, não foi capaz de aumentar o número de famílias pluriativas, verificando, sim, uma ampliação das famílias não agrícolas de contas-próprias. É importante relembrar que se detectou, nos anos 2000, que a redução do número de famílias da agricultura familiar nordestina, bem como sua queda na participação relativa no total das famílias rurais foi maior que a observada entre as famílias da agricultura familiar sulina.

No Nordeste, onde se concentra a maior parte dos agricultores familiares mais pobres, os desafios de ampliação do PAA e do PNAE e, portanto, a ainda fraca presença dessas políticas públicas entre os agricultores familiares, também colaborou com a hipótese deste

trabalho, pois esse comportamento das políticas públicas, aqui analisadas, acompanha em grande medida, o comportamento da pluriatividade que foi justamente de queda entre as famílias de agricultores nordestinos. Em um cenário de avanço das oportunidades não agrícolas, e das dificuldades encontradas para a produção e comercialização de seus produtos, os agricultores familiares mais pobres acabam por abandonarem a atividade agrícola, convertendo-se em famílias rurais não agrícolas, especialmente de empregados. Enquanto a participação relativa do contingente de famílias de agricultores familiares nordestinos, no total das famílias rurais nordestinas, apresentou, nos anos 1990, comportamento de estabilidade, nos anos 2000, a tendência observada foi de queda maior que a verificada na Região Sul.

O potencial apresentado pelo PNAE ao longo da tese, apesar da incipienteza do programa, e a despeito dos desafios de ampliação do mesmo, representa elemento importante para o avanço do conjunto de famílias pluriativas tanto na Região Nordeste quanto no Sul, pois as pesquisas sobre o programa têm destacado sua importância na geração de renda dos agricultores, na medida em que haveria garantias de mercado para os produtos advindos da produção familiar. Essa garantia atuaria na direção de estimular os agricultores familiares a aumentarem e melhorarem a qualidade de sua produção para atender à demanda da alimentação escolar nos diversos municípios brasileiros, favorecendo a permanência desses agricultores no meio rural com o fortalecimento de seus vínculos com a atividade agrícola.

E neste sentido, o lado agrícola da pluriatividade seria revigorado, ampliando as possibilidades de uma tendência de aumento da pluriatividade, particularmente entre os agricultores familiares mais pobres. Em situações de ampliação das oportunidades rurais não agrícolas, a sustentação do braço agrícola da pluriatividade, por meio das políticas públicas, seja por intermédio do crédito para a produção e/ou da garantia de mercado, é decisiva para que o conjunto de famílias pluriativas possa assumir uma tendência de crescimento ao longo do tempo no interior da agricultura familiar.

Diante do novo cenário no meio rural, aqui enfatizado pelo avanço das ocupações não agrícolas em seu interior, bem como de suas novas atribuições (moradia, lazer, preservação entre outros), se poderia indagar acerca de qual o problema das famílias rurais abandonarem a atividade agrícola, deixando de serem agricultores familiares e vincularem-se aos mercados não agrícolas, haja vista a sua ampliação, em particular, ao longo dos anos 2000. Diante dessa possibilidade é importante pensar: o mercado de trabalho não agrícola é capaz de incorporar a maioria da população residente no campo? A produção agrícola, em especial a de alimentos

para o mercado interno, seria realizada, fundamentalmente, pelos grandes estabelecimentos agropecuários? Ou apenas os agricultores familiares, integrados, eficientes do ponto de vista tecnológico, é que assumiriam tal tarefa? A reflexão dessa questão e, quem sabe a construção de uma resposta que não se vincula apenas ao futuro dos agricultores familiares mais pobres da agricultura, mas insere-se no debate referente ao próprio desenvolvimento rural, não pode deixar de considerar o papel da agricultura familiar no interior da produção de alimentos no país.

Aqui não se considera a pluriatividade como a panaceia para a resolução dos problemas das famílias rurais, pois se reconhece que em algumas regiões ela é realizada por meio de vínculos frágeis com os espaços não agrícolas em mercados de trabalho que demandam baixa qualificação e, em muitas vezes, por meio da informalidade, como no caso da Região Nordeste, ainda que nos anos 2000 observe-se uma ampliação dos níveis de formalização da ocupação.

A argumentação, aqui realizada, em torno da importância das políticas públicas, direcionadas ao lado agrícola da pluriatividade para sua tendência de crescimento, não quer aqui preconizar que o agrícola é mais importante para o rural brasileiro, mas enfatizar que, tendo em vista que a dinâmica apresentada pelos dados foi de crescimento das famílias rurais não agrícolas, em função do crescimento das oportunidades de emprego não agrícola no meio rural, as políticas públicas para o braço agrícola da pluriatividade são fundamentais para o crescimento da pluriatividade ao longo do tempo.

Os inúmeros relatos e experiências locais, analisados por diversos trabalhos acadêmicos, bem como pesquisas promovidas pelos órgãos gestores dos programas PAA e PNAE têm evidenciado, apesar dos desafios destacados, que as políticas públicas de comercialização, ou seja, o uso do poder das compras institucionais tem se mostrado como uma iniciativa de excelência para o fortalecimento da agricultura familiar e de criação de uma perspectiva otimista desses agricultores para permanecerem no meio rural e nas atividades agrícolas.

Portanto, uma das contribuições deste trabalho para o debate em torno do avanço da pluriatividade entre as famílias de agricultores familiares nordestinas e sulinas, consiste em apontar para a necessária ampliação das políticas públicas que visem criar condições para que as famílias rurais permaneçam vinculadas à atividade agrícola, especialmente aquelas famílias que ficaram à margem dos recursos públicos, direcionados à agricultura familiar e que

apresentam reduzida integração aos circuitos mercantis. Dessa forma, a pluriatividade poderia assumir uma tendência mais sustentável de crescimento ao longo do tempo, cumprindo com seu papel de favorecer a reprodução das famílias de agricultores familiares, diminuindo as chances dessas famílias converterem-se em famílias rurais não agrícolas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume/FAPESP/ADS-CUT/SEBRAE, 2004. p. 21-67.
- ABRAMOVAY, R **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs; Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- ABRANDH/IBASE. **Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2012. Díspónivel em: <http://www.abrandh.org.br/UserFiles/File/Relat%EF%BF%BDrio%20de%20Pesquisa_FIN_AL.pdf>. Acesso em: 24/10/2012.
- AQUINO, J.R. et al. Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região nordeste e no estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: **Anais do 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Vitória/ES, 2012.
- AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: **Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre/RS. 2009.
- ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. (Orgs.) **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010. p. 275-290.
- BARROS, G. S. C. Política Agrícola no Brasil: subsídio e investimento. In: GASQUES, J.G, VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. (Orgs.) **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010. p. 237-258.
- BALSADI, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste. **Revista de Política Agrícola**, v. XVIII, p. 98-117, 2009.
- BALTAR, P.E.A et al. **Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers, Paper nº 9, Maio de 2010. Disponível em: <www.global-labour-university.org>. Acesso em 19/06/2012.
- BELIK, W.; CHAIM, N.A., WEIS, B. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, Fortaleza/CE, 2006.
- BEZERRA, I.; SILVA, A.G, SCHNEIDER, S. A construção social do mercado e a recampesinização da agricultura familiar: a influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política**. Curitiba/PR, 2010. Disponível em : <www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br> Acesso em 23/08/2012.

BITTENCOURT, G.A. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil.** Campinas/SP. Tese de doutorado, 2003.

BRAGA, B. As atuais políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (Orgs) **Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas.** Brasilia: IICA, 2012 (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 16), p.441-464.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em 05/05/2010.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 20/03/2010.

BUAINAIM, A.M.; DEDECCA, C.S. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. (Orgs.) **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília, IPEA, 2010. p. 123-156.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In:

CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, 1997, p.70-85.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CEE. **El Futuro del Mundo Rural.** Madrid, MAPA. 1998, 149p.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em 20/04/2012.

CONTERATO, M.A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado, 2008.

CONTERATO, M.A, CASTILHO E SILVA e KOPPE, L.R. Pluriatividade e qualidade de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. In: **Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia.** Londrina, 2007.

CONTERRATO, M.A. & SCHNEIDER, S. Tipos de Pluriatividade na Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. In: **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e**

Sociologia. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, Ribeirão Preto, 2005.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. Análise das liberações recentes de recursos do Pronaf: uma mudança na lógica de distribuição? Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=419. Acesso em janeiro de 2011.

DELGADO, Guilherme C. Critérios para uma política de longo prazo para a Previdência Social. In: Fagnani, E. et al (orgs.). **Previdência Social: como incluir os excluídos? Uma agenda baseada no desenvolvimento econômico com distribuição de renda.** Campinas/São Paulo, CESIT: IE-Unicamp, Coleção Debates Contemporâneos, nº 4, 2008.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R., OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA).** Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Texto para Discussão nº1145.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: ICONE/UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI, M.; MARQUES, V P. M. A.; FRANÇA, C. G. Avanços e Desafios das Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil (2003-2010). In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília: MDS, Assessoria Fome Zero, v. 2, 2010.

DEL GROSSI, M. E. ; GRAZIANO DA SILVA, J. ; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural? **Espaço e Geografia (UnB),** Brasília - DF, v. 4, n.1, p. 37-56, 2001.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro.** Unicamp/São Paulo. Tese de Doutorado. 1999.

DESER - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. O Pronaf no Governo da Presidente Dilma, Boletim nº 176, outubro de 2011. Disponível em <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em 17/09/2012.

DESER - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. **Subsídios para a Caravana da Agricultura Familiar.** Contexto Rural /DESER, Ano III, n 4, dezembro de 2003.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em 19/06/2012.

FERNANDES, A.F.D; ARAÚJO, S.M.; TARGINO, I. Espacialização do emprego industrial no Nordeste: 2000-2009. In: TARGINO,I.; OLIVEIRA, R.V. (orgs) **Cenários da Crise e do Trabalho no Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB. 2012, p. 298-319.

FERNANDES, F.F. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): análise da distribuição dos recursos entre 1999 e 2009**. UFU/Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2011.

FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto política: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: Marques, R. e Peixoto (orgs.) **A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia**. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

FULLER, A.M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v.6, n.4, p. 361-373, 1990.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá/MS, 2004.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. v. 2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986 (Os Economistas)

KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-PPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf> Acesso em: 14/07/2012.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (org.) **Brasil no Limiar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.139-157.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, 1). 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José, **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, Coleção Teses e Pesquisas, 1981.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

HOFFMANN, R. Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs. In: GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA, C. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 137-155.

HOMEM DE MELO, F.A. Os efeitos negativos da política cambial sobre a agricultura brasileira. **Economia Aplicada**, São Paul, p.35-46, março 1999, Número Especial.

LIMA, J.R.F. **Efeitos da Pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a pobreza e desigualdade rural na região Nordeste**. Universidade Federal de Viçosa/MG, Tese de Doutorado, 2008.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **Literatura Econômica**, IPEA, vol. 9, fevereiro, 1987.

MALUF, R. Compras para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar. Disponível em: <www.conselhos.mg.gov.br/uploads/1/compras_alimentacao.pdf>. Acesso em: 16/03/2011.

MARSDEN, T. **Towards the Political Economy of Pluriactivity**. Journal of Rural Studies, London, 1990, v.6, n.4, p.375-382.

MATTEI, L. F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007/b. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/22/20>> Acesso em: 02/08/2012.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. Unicamp/SP. Tese de Doutorado, 1999.

MATTEI, L. F. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em 12/05/11.

MINSKY, H. P. **Estabilizando uma economia instável**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009. Capítulos 2 a 4, 9 e 10.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – 2003 a 2010**. Grupo Gestor. Brasília, Dezembro de 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%202024-02-11.pdf> Acesso em: 08/06/2012.

MONTES, P.A. & SILVA, J. A. R. & GONÇALVES, A.F. A dinâmica do emprego na Região Nordeste no período 2000 a 2009. In: TARGINO, I. & OLIVEIRA, R.V. (orgs) **Cenários da Crise e do Trabalho no Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB. 2012, p. 321-357

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: Uma Análise Comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2008.

NASCIMENTO, C. A., MENDES, S. R., CARDOSO, J. G., SOUTO, I. J. G. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: um estudo de caso comparado em Canápolis e Coromandel, MG. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, Campo Grande/MS, 2010.

NASCIMENTO, C. A. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais agrícolas em atividades não-agrícolas. In: **X Encontro Nacional de Economia Política**. Campinas, SP, IE/UNICAMP. CD-ROM. 2005.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J.G & VIEIRA FILHO, J. E. R. & NAVARRO, Z. (Orgs.) **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010. p. 185-209.

NEDER, H. D. A Utilização estatística das informações das PNADs: testes de hipóteses e reamostragem. In: GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA, C. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 101-136

ORTEGA, A.C; JEZIORMY, D.L. **Vinho e Território: a experiência do Vale dos Vinhedos**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2011.

ORTEGA, A.C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: Ortega, A. C.; Almeida Filho, N. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p.93-121.

PARLAMENTO EUROPEO. **El Desarrollo Rural: Políticas Aplicadas, Situación actual del Debate y Perspectivas del Futuro a nivel Europeo**. Doc. Trabajo AGRI-OG. 1998

PEREIRA, V.S.N. **Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro**. Campos dos Goytacazes/RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tese de Doutorado. 2010.

QUEIROZ, F.S. **Uma investigação dos impactos do Pronaf sobre indicadores agropecuários das Regiões Sul e Nordeste do Brasil, no período de 2000 a 2006**. Universidade Federal de Uberlândia. Tese de Doutorado. 2012.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL. 2003.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas e definição em escala europeia**. Roma, 1996. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.

SCHNEIDER, S. et al. O Impacto do Consumo Intermediário na Agricultura: Uma análise comparativa entre agricultura familiar e não familiar – Brasil e regiões Nordeste e Sul. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2013. Disponível em:< www.ipea.gov.br>, acesso em 20/04/2013, p. 01-102.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas. **Revista de Política Agrícola**. Brasília/DF, nº. 03, 2007, p.14-33

SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 165-185.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.

SILVA, F.F; CORREA, V.P, NEDER, H.D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do Pronaf Crédito e Infra-estrutura, nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. In: Ortega, A. C.; Almeida Filho, N. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007, p.123-158.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado. 2006.

SOUZA, M. **Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná**. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. Tese de Doutorado. 2000.

SOUZA, C.M; MOLINA, W.S.L. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Norte e os desafios da construção de mercados para agricultura familiar**. Ponencia apresentada al VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Cimone-Rozendo-de-Souza.pdf>> Acesso em: 04/09/2012.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. A política de segurança alimentar e nutricional do Brasil a partir do programa Fome Zero. In: Ortega, A. C.; Almeida Filho, N. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007, p.159-184.

TEIXEIRA, V.L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. Campinas, São Paulo: Unicamp/IE, Tese de Doutorado, 2009.

TOLENTINO, M. De qual rural fala o PRONAF? In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, 2012.

TRICHES, M.R. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. Porto Alegre/UFRS, Tese de Doutorado, 2010

WANDERLEY, M. N. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 12/09/2011.

APÊNDICE

Tabela A1: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999

(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	10	7	7	8	9	7	8	-1,6							
Agrícola	2	2	1	1	2	1	1	---							
Pluriativo	5	3	3	5	5	4	4	---							
Não-agrícola	3	2	3	3	2	2	3	---							
Empregadora com até 2 empregados	98	76	70	74	79	79	71	-2,4							
Agrícola	54	35	37	43	48	37	38	-1,8							
Pluriativo	40	41	30	28	28	36	28	-4,3 **							
Não-agrícola	4	1	2	3	3	6	5	---							
Conta-Própria	1615	1533	1712	1542	1718	1688	1799	1,6 **							
Agrícola	924	797	1004	935	1007	878	1015	1,7							
Pluriativo	598	627	592	476	571	662	653	0,7							
Não-agrícola	93	108	115	131	140	148	131	5,9 ***							
Empregados	846	934	783	836	828	914	852	-0,1							
Agrícola	593	476	522	544	550	422	462	-2,6 *							
Pluriativo	112	238	108	101	105	217	161	1,4							
Não-agrícola	140	220	153	192	173	274	230	5,8 *							
Não-ocupado na semana	290	254	304	390	329	302	292	1,7							
TOTAL	2859	2804	2875	2850	2963	2990	3023	1,0 ***							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A2: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% a.a.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	8	11	9	10	10	6	11	8	-2,1
Agrícola	1	2	3	3	2	2	3	2	---
Pluriativo	5	6	3	5	3	3	5	2	---
Não-agrícola	2	2	3	2	5	1	4	4	---
Empregadora com até 2 empregados	81	89	100	97	98	77	106	77	-0,3
Agrícola	34	44	55	52	46	41	53	39	1,1
Pluriativo	43	41	43	43	48	31	47	29	-3,5
Não-agrícola	4	4	2	2	4	4	6	9	---
Conta-Própria	1572	1589	1551	1513	1526	1398	1429	1411	-1,9 ***
Agrícola	902	871	886	771	833	688	722	739	-3,5 ***
Pluriativo	578	583	546	603	545	542	526	490	-2,1 ***
Não-agrícola	92	135	119	139	148	168	181	183	9,1 ***
Empregados	825	828	858	952	942	1058	1006	1096	4,4 ***
Agrícola	559	575	556	620	591	657	579	618	1,4 *
Pluriativo	104	98	112	122	114	134	122	142	4,6 ***
Não-agrícola	162	155	190	211	237	267	305	336	12,2 ***
Não-ocupado na semana	291	340	334	362	414	530	620	659	13,0 ***
TOTAL	2776	2857	2852	2934	2991	3068	3172	3251	2,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A3: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	11	9	15	11	18	9	14	4,1
Agrícola	3	2	2	3	5	1	3	---
Pluriativo	5	2	7	4	4	3	4	---
Não-agrícola	2	5	6	4	10	5	7	---
Empregadora com até 2 empregados	50	48	58	35	53	36	41	-3,3
Agrícola	25	24	30	20	32	16	20	-4,2
Pluriativo	21	18	23	12	15	14	13	-6,9 **
Não-agrícola	3	5	5	4	6	7	8	---
Conta-Própria	772	761	721	729	699	688	671	-2,0 ***
Agrícola	566	570	510	516	497	473	467	-2,9 ***
Pluriativo	169	150	164	144	139	153	138	-2,2 **
Não-agrícola	37	41	48	69	62	62	67	9,4 ***
Empregados	353	352	360	397	387	431	428	3,2 ***
Agrícola	185	172	176	184	171	190	185	0,5
Pluriativo	47	48	45	55	52	45	42	-1,0
Não-agrícola	121	132	139	157	165	196	201	7,6 ***
Não-ocupado na semana	73	67	81	79	84	102	110	6,4 ***
TOTAL	1258	1237	1235	1252	1241	1266	1265	0,2

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A4: Evolução do número de famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	17	13	15	14	16	17	19	22	5,0 **								
Agrícola	4	1	4	3	1	5	4	4	– –								
Pluriativo	3	3	4	3	4	2	4	7	– –								
Não-agrícola	10	8	8	8	11	11	10	11	3,9 **								
Empregadora com até 2 empregados	32	47	55	62	54	46	44	56	3,5								
Agrícola	16	27	31	38	31	24	22	31	2,7								
Pluriativo	13	17	18	20	18	18	16	16	1,2								
Não-agrícola	3	2	6	5	5	5	5	10	– –								
Conta-Própria	723	715	708	669	683	669	670	620	-1,8 ***								
Agrícola	504	492	472	446	445	406	435	408	-3,0 ***								
Pluriativo	173	152	178	170	175	203	160	162	0,3								
Não-agrícola	46	71	59	53	62	61	75	51	1,6								
Empregados	334	330	343	363	333	382	395	403	3,0 ***								
Agrícola	144	159	164	154	135	172	171	153	0,9								
Pluriativo	51	47	42	46	46	51	50	64	3,1 *								
Não-agrícola	139	124	136	164	153	159	174	187	5,0 ***								
Não-ocupado na semana	107	110	107	123	155	152	171	176	8,6 ***								
Total	1214	1215	1226	1232	1240	1268	1299	1277	1,0 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A5: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999
(1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	33	28	25	35	37	23	24	-2,6							
Agrícola	8	7	4	1	4	2	2	– –							
Pluriativo	16	16	12	24	21	18	13	0,1							
Não-agrícola	9	5	10	11	12	3	10	– –							
Empregadora com até 2 empregados	353	279	252	264	266	287	241	-3,2 **							
Agrícola	167	110	119	134	151	110	119	-2,3							
Pluriativo	174	168	125	121	107	157	111	-5,2 **							
Não-agrícola	12	2	8	8	8	20	12	– –							
Conta-Própria	5849	5601	6179	5568	6152	6107	6546	1,5 *							
Agrícola	3045	2644	3317	3186	3366	2937	3347	1,8							
Pluriativo	2520	2634	2507	1980	2360	2700	2784	0,5							
Não-agrícola	283	324	355	402	426	470	414	6,6 ***							
Empregados	2774	3031	2432	2779	2585	2959	2650	-0,6							
Agrícola	1841	1461	1537	1740	1647	1317	1355	-2,9 *							
Pluriativo	514	938	455	420	426	834	617	-0,3							
Não-agrícola	418	633	440	619	513	808	678	6,0 *							
Não-ocupado na semana	576	507	589	892	655	615	595	2,2							
TOTAL	9585	9446	9477	9538	9695	9990	10057	0,8 ***							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A6: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009
(1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	34	42	29	40	32	13	35	26	-6,1								
Agrícola	3	5	11	9	7	3	8	6	---								
Pluriativo	24	26	7	19	10	9	18	8	-10,8 *								
Não-agrícola	7	10	11	11	15	2	9	12	---								
Empregadora com até 2 empregados	272	272	341	338	318	261	335	225	-1,4								
Agrícola	102	113	156	152	124	121	140	97	-0,3								
Pluriativo	159	148	178	179	183	129	176	96	-4,2								
Não-agrícola	12	11	7	7	11	11	19	33	14,9 **								
Conta-Própria	5757	5697	5489	5511	5378	4925	4864	4729	-3,0 ***								
Agrícola	3030	2861	2907	2532	2657	2162	2204	2247	-4,9 ***								
Pluriativo	2436	2424	2216	2526	2260	2216	2091	1953	-2,8 ***								
Não-agrícola	291	411	367	453	461	547	569	529	8,7 ***								
Empregados	2644	2635	2689	2976	2953	3377	3059	3346	3,7 ***								
Agrícola	1724	1737	1659	1844	1760	2028	1668	1791	0,7								
Pluriativo	434	438	445	506	474	550	480	551	3,3 ***								
Não-agrícola	486	460	585	626	719	799	910	1003	12,0 ***								
Não-ocupado na semana	647	784	766	835	1015	1339	1497	1579	14,5 ***								
TOTAL	9355	9430	9316	9700	9695	9915	9790	9906	0,9 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A7: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999
(1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	35	30	49	38	66	27	48	3,7							
Agrícola	8	4	9	10	16	1	13	---							
Pluriativo	21	11	22	17	15	12	12	-4,3							
Não-agrícola	6	15	18	11	35	14	22	14,0 *							
Empregadora com até 2 empregados	166	169	197	109	160	114	131	-4,9 *							
Agrícola	85	78	96	55	93	49	51	-6,8 *							
Pluriativo	73	79	89	39	52	48	53	-7,3 *							
Não-agrícola	8	11	11	15	15	17	27	14,8 ***							
Conta-Própria	2661	2580	2386	2426	2288	2258	2131	-2,9 ***							
Agrícola	1826	1852	1605	1654	1576	1465	1418	-3,7 ***							
Pluriativo	721	601	641	578	532	600	517	-3,5 ***							
Não-agrícola	114	127	140	194	180	192	196	8,7 ***							
Empregados	1048	1013	1065	1152	1094	1236	1256	2,9 ***							
Agrícola	540	449	513	523	455	539	518	0,4							
Pluriativo	173	181	173	201	185	157	153	-1,6							
Não-agrícola	334	383	379	428	454	540	585	7,7 ***							
Não-ocupado na semana	136	117	154	155	156	188	229	7,9 ***							
TOTAL	4045	3909	3851	3879	3765	3822	3794	-0,8 ***							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A8: Evolução do número de pessoas das famílias extensas, segundo o tipo familiar e o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009
(1000 pessoas)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	53	35	44	40	48	50	60	70	6,4 **
Agrícola	11	2	8	8	2	16	11	14	- -
Pluriativo	12	12	11	10	13	6	16	22	5,1
Não-agrícola	30	20	25	23	33	28	33	34	5,0 *
Empregadora com até 2 empregados	101	150	174	182	150	146	130	153	1,7
Agrícola	51	84	92	99	78	68	58	81	0,3
Pluriativo	42	63	65	70	58	64	53	47	-0,4
Não-agrícola	8	4	17	13	14	14	19	25	20,6 ***
Conta-Própria	2291	2225	2225	2084	2100	2033	1984	1853	-2,7 ***
Agrícola	1547	1463	1410	1345	1290	1172	1217	1160	-4,1 ***
Pluriativo	610	554	640	590	613	700	543	547	-0,7
Não-agrícola	134	208	176	150	197	161	224	146	1,1
Empregados	931	907	973	1016	941	1060	1055	1114	2,6 ***
Agrícola	379	438	451	402	354	456	427	403	0,2
Pluriativo	167	150	149	157	149	166	159	203	2,3 *
Não-agrícola	385	319	373	457	438	437	469	508	5,2 ***
Não-ocupado na semana	195	207	195	231	287	283	307	340	8,9 ***
Total	3571	3525	3612	3554	3526	3570	3535	3530	-0,1

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A9: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	-2,5
Empregadora com até 2 empregados	3,4	2,7	2,4	2,6	2,7	2,6	2,4	-3,3 **
Conta-Própria	56,5	54,7	59,5	54,1	58,0	56,5	59,5	0,6
Empregados	29,6	33,3	27,2	29,3	27,9	30,6	28,2	-1,1
Não-ocupado na semana	10,2	9,1	10,6	13,7	11,1	10,1	9,7	0,8

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A10: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,4	0,2	-4,3
Empregadora com até 2 empregados	2,9	3,1	3,5	3,3	3,3	2,5	3,3	2,4	-2,5
Conta-Própria	56,6	55,6	54,4	51,6	51,0	45,6	45,0	43,4	-4,0 ***
Empregados	29,7	29,0	30,1	32,5	31,5	34,5	31,7	33,7	2,1 ***
Não-ocupado na semana	10,5	11,9	11,7	12,3	13,9	17,3	19,5	20,3	10,5 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A11: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
								1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	0,8	0,7	1,2	0,9	1,5	0,7	1,1	3,9
Empregadora com até 2 empregados	3,9	3,8	4,7	2,8	4,2	2,9	3,3	-3,5
Conta-Própria	61,3	61,5	58,4	58,3	56,3	54,3	53,1	-2,1 ***
Empregados	28,1	28,5	29,2	31,7	31,2	34,1	33,8	3,0 ***
Não-ocupado na semana	5,8	5,4	6,5	6,3	6,8	8,0	8,7	6,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A12: Participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas, por posição na ocupação, no total das famílias rurais agropecuárias, Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	1,4	1,1	1,2	1,1	1,3	1,4	1,5	1,7	4,0 **
Empregadora com até 2 empr	2,6	3,8	4,5	5,0	4,3	3,7	3,4	4,4	2,6
Conta-Própria	59,6	58,9	57,7	54,3	55,1	52,8	51,6	48,6	-2,7 ***
Empregados	27,5	27,2	27,9	29,5	26,8	30,2	30,4	31,6	2,0 ***
Não-ocupado na semana	8,8	9,1	8,7	10,0	12,5	12,0	13,2	13,7	7,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A13: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999
(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	94	75	68	72	76	73	67	-3,0 **
Agrícola	54	35	37	43	48	37	38	-1,8
Pluriativo	40	41	30	28	28	36	28	-4,3 **
Conta-Própria	1522	1425	1596	1411	1578	1540	1668	1,3
Agrícola	924	797	1004	935	1007	878	1015	1,7
Pluriativo	598	627	592	476	571	662	653	0,7
Agricultura familiar total	1616	1500	1664	1482	1654	1614	1735	1,1
Agrícola	978	832	1041	978	1055	915	1053	1,5
Pluriativa	638	668	622	504	599	699	682	0,4

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A14: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009
(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com até 2 empregados	77	85	98	95	94	73	100	68	-1,2
Agrícola	34	44	55	52	46	41	53	39	1,1
Pluriativo	43	41	43	43	48	31	47	29	-3,5
Conta-Própria	1479	1454	1432	1374	1378	1230	1248	1229	-3,0 ***
Agrícola	902	871	886	771	833	688	722	739	-3,5 ***
Pluriativo	578	583	546	603	545	542	526	490	-2,1 ***
Agricultura familiar Total	1557	1538	1530	1469	1472	1302	1348	1297	-2,8 ***
Agrícola	936	915	941	823	879	729	775	778	-3,3 ***
Pluriativo	621	623	589	646	593	573	572	518	-2,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A15: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Sul, 1992 a 1999
(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	47	42	53	31	47	29	33	-5,3 *
Agrícola	25	24	30	20	32	16	20	-4,2
Pluriativo	21	18	23	12	15	14	13	-6,9 **
Conta-Própria	735	719	674	660	637	625	605	-2,8 ***
Agrícola	566	570	510	516	497	473	467	-2,9 ***
Pluriativo	169	150	164	144	139	153	138	-2,2 **
Agricultura familiar total	782	762	727	692	684	655	638	-2,9 ***
Agrícola	591	594	540	536	529	489	486	-3,0 ***
Pluriativo	191	168	187	156	155	166	151	-2,6 **

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A16: Evolução do número de famílias extensas da agricultura familiar, segundo o tipo de família e local de domicílio: Sul, 2002 a 2009
(1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com até 2 empregados	29	45	49	57	49	42	38	46	2,1
Agrícola	16	27	31	38	31	24	22	31	2,7
Pluriativo	13	17	18	20	18	18	16	16	1,2
Conta-Própria	677	644	649	616	620	609	595	569	-2,1 ***
Agrícola	504	492	472	446	445	406	435	408	-3,0 ***
Pluriativo	173	152	178	170	175	203	160	162	0,3
Agricultura familiar Total	706	689	698	673	669	650	634	615	-1,9 ***
Agrícola	521	520	503	484	476	429	457	438	-2,8 ***
Pluriativo	186	169	196	190	193	221	177	177	0,3

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A17: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	3,3	2,7	2,3	2,5	2,6	2,5	2,2	-3,9 ***
Agrícola	1,9	1,2	1,3	1,5	1,6	1,2	1,3	-2,8
Pluriativo	1,4	1,5	1,0	1,0	0,9	1,2	0,9	-5,3 ***
Conta-Própria	53,2	50,8	55,5	49,5	53,3	51,5	55,2	0,3
Agrícola	32,3	28,4	34,9	32,8	34,0	29,4	33,6	0,7
Pluriativo	20,9	22,4	20,6	16,7	19,3	22,2	21,6	-0,3
Total das famílias agrícolas	34,2	29,7	36,2	34,3	35,6	30,6	34,8	0,5
Total das famílias pluriativas	22,3	23,8	21,6	17,7	20,2	23,4	22,5	-0,5
Total da agricultura familiar	56,5	53,5	57,9	52,0	55,8	54,0	57,4	0,1

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A18: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com até 2 empregados	3,3	3,0	3,4	3,2	3,1	2,4	3,1	2,1	-3,4
Agrícola	2,0	1,5	1,9	1,8	1,5	1,4	1,7	1,2	-1,1
Pluriativo	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6	1,0	1,5	0,9	-5,7 **
Conta-Própria	27,3	50,9	50,2	46,8	46,1	40,1	39,3	37,8	-5,1 ***
Agrícola	16,9	30,5	31,1	26,3	27,9	22,4	22,8	22,7	-5,6 ***
Pluriativo	10,4	20,4	19,1	20,5	18,2	17,7	16,6	15,1	-4,3 ***
Total das famílias agrícolas	18,9	32,0	33,0	28,1	29,4	23,8	24,4	23,9	-5,4 ***
Total das famílias pluriativas	11,7	21,8	20,6	22,0	19,8	18,7	18,0	15,9	-4,3 ***
Total da Agricultura Familiar	30,6	53,9	53,6	50,1	49,2	42,5	42,5	39,9	-5,0 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A19: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	3,7	3,4	4,3	2,5	3,8	2,3	2,6	-5,5 *
Agrícola	2,0	1,9	2,5	1,6	2,5	1,2	1,6	-4,4
Pluriativo	1,7	1,5	1,9	0,9	1,2	1,1	1,0	-7,1 **
Conta-Própria	58,4	58,2	54,6	52,8	51,3	49,4	47,8	-2,9 ***
Agrícola	45,0	46,1	41,3	41,3	40,1	37,4	36,9	-3,1 ***
Pluriativo	13,5	12,1	13,3	11,5	11,2	12,0	10,9	-2,3 **
Total das famílias agrícolas	47,0	48,0	43,7	42,8	42,6	38,6	38,5	-3,2 ***
Total das famílias pluriativas	15,2	13,6	15,1	12,5	12,5	13,1	11,9	-2,8 ***
Total da Agricultura Familiar	62,1	61,6	58,9	55,3	55,1	51,7	50,4	-3,1 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A20: Participação relativa (%) da agricultura familiar no total das famílias rurais agropecuárias da região Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com até 2 empregados	2,4	3,7	4,0	4,7	4,0	3,3	2,9	3,6	1,2
Agrícola	1,3	2,3	2,5	3,0	2,5	1,9	1,7	2,4	1,8
Pluriativo	1,1	1,4	1,5	1,6	1,5	1,4	1,2	1,2	0,2
Conta-Própria	55,8	53,0	52,9	50,0	50,0	48,0	45,9	44,6	-3,0 ***
Agrícola	41,6	40,5	38,5	36,2	35,9	32,0	33,5	31,9	-3,9 ***
Pluriativo	14,2	12,5	14,5	13,8	14,1	16,0	12,4	12,7	-0,7
Total das famílias agrícolas	42,9	42,8	41,0	39,3	38,4	33,9	35,2	34,3	-3,7 ***
Total das famílias pluriativas	15,3	13,9	16,0	15,4	15,6	17,4	13,6	13,9	-0,6
Total da agricultura familiar	58,2	56,7	56,9	54,7	54,0	51,3	48,8	48,2	-2,8 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A22: Participação (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
								1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com até 2 empregados	5,8	5,0	4,1	4,8	4,6	4,5	3,8	-4,0 ***
Agrícola	3,3	2,3	2,3	2,9	2,9	2,3	2,2	-2,9
Pluriativo	2,5	2,7	1,8	1,9	1,7	2,2	1,6	-5,3 **
Conta-Própria	94,2	95,0	95,9	95,2	95,4	95,5	96,2	0,2 ***
Agrícola	57,2	53,2	60,3	63,1	60,9	54,4	58,5	0,6
Pluriativo	37,0	41,8	35,6	32,1	34,5	41,1	37,7	-0,4
Total das famílias agrícolas	60,5	55,5	62,6	66,0	63,8	56,7	60,7	0,4
Total das famílias pluriativas	39,5	44,5	37,4	34,0	36,2	43,3	39,3	-0,6

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A23: Participação (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com até 2 empregados	5,0	5,5	6,4	6,5	6,4	5,6	7,4	5,2	1,7
Agrícola	2,2	2,9	3,6	3,5	3,1	3,2	3,9	3,0	4,1 *
Pluriativo	2,8	2,6	2,8	2,9	3,3	2,4	3,5	2,2	-0,7
Conta-Própria	95,0	94,5	93,6	93,5	93,6	94,4	92,6	94,8	-0,1
Agrícola	57,9	56,6	57,9	52,5	56,6	52,8	53,6	57,0	-0,7
Pluriativo	37,1	37,9	35,7	41,0	37,0	41,6	39,0	37,8	0,8
Total das famílias agrícolas	60,1	59,5	61,5	56,0	59,7	56,0	57,5	60,0	-0,5
Total das famílias pluriativas	39,9	40,5	38,5	44,0	40,3	44,0	42,5	40,0	0,7

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A24: Participação (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com até 2 empregados	6,0	5,6	7,3	4,5	6,9	4,5	5,2	-2,45							
Agrícola	3,2	3,2	4,2	2,8	4,6	2,4	3,1	-1,33							
Pluriativo	2,7	2,4	3,2	1,7	2,3	2,1	2,1	-4,12							
Conta-Própria	94,0	94,4	92,7	95,5	93,1	95,5	94,8	0,14							
Agrícola	72,4	74,8	70,1	74,6	72,8	72,2	73,2	-0,04							
Pluriativo	21,7	19,7	22,5	20,8	20,4	23,3	21,6	0,77							
Total das famílias agrícolas	75,6	77,9	74,3	77,5	77,4	74,6	76,3	-0,08							
Total das famílias pluriativas	24,4	22,1	25,7	22,5	22,6	25,4	23,7	0,27							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A25: Participação (%) das famílias agrícolas e pluriativas de empregadores até dois empregados e das famílias de contas-próprias no total das famílias de agricultores familiares: Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com até 2 empregados	4,1	6,5	7,0	8,5	7,3	6,4	6,0	7,5	4,1								
Agrícola	2,3	4,0	4,4	5,6	4,6	3,6	3,5	5,0	4,7								
Pluriativo	1,8	2,5	2,6	3,0	2,7	2,8	2,6	2,5	3,1 *								
Conta-Própria	95,9	93,5	93,0	91,5	92,7	93,6	94,0	92,5	-0,2								
Agrícola	71,4	71,5	67,5	66,3	66,5	62,4	68,7	66,2	-1,1 **								
Pluriativo	24,5	22,1	25,4	25,2	26,1	31,2	25,3	26,3	2,2 *								
Total das famílias agrícolas	73,7	75,4	72,0	71,8	71,2	66,0	72,1	71,2	-0,9 *								
Total das famílias pluriativas	26,3	24,6	28,0	28,2	28,8	34,0	27,9	28,8	2,3 *								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A26: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	1573	1310	1564	1522	1607	1338	1516	0,1
Total das famílias pluriativas	755	910	733	610	709	919	846	0,5
Total das famílias não agrícolas	241	330	273	328	319	430	369	5,8 ***
Total das famílias de não-ocupados	290	254	304	390	329	302	292	1,7

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A27: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Total das famílias agrícolas	1496	1492	1500	1446	1472	1388	1357	1398	-1,4 ***
Total das famílias pluriativas	730	727	704	772	710	710	699	662	-1,1 **
Total das famílias não agrícolas	260	297	314	355	394	440	496	531	10,9 ***
Total das famílias de não-ocupados	291	340	334	362	414	530	620	659	13,0 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A28: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
								1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	779	767	719	723	704	679	675	-2,1 ***
Total das famílias pluriativas	243	219	239	215	210	214	197	-2,3 ***
Total das famílias não agrícolas	163	183	196	235	242	271	283	8,3 ***
Total das famílias de não ocupados	73	67	81	79	84	102	110	6,4 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A29: Evolução do número das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não ocupados totais das famílias rurais agropecuárias, Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Total das famílias agrícolas	669	680	670	640	612	606	632	595	-1,8 ***
Total das famílias pluriativas	240	220	241	238	243	274	231	247	1,1
Total das famílias não agrícolas	198	205	208	229	230	236	264	259	4,3 ***
Total das famílias de não-ocupados	107	110	107	123	155	152	171	176	8,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A30: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
								1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	55,0	46,7	54,4	53,4	54,2	44,8	50,1	-0,9
Total das famílias pluriativas	26,4	32,4	25,5	21,4	23,9	30,8	28,0	-0,5
Total das famílias não agrícolas	8,4	11,8	9,5	11,5	10,8	14,4	12,2	4,8 **
Total dos não-ocupados na semana	10,2	9,1	10,6	13,7	11,1	10,1	9,7	0,8

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A31: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Total das famílias agrícolas	53,9	52,2	52,6	49,3	49,2	45,3	42,8	43,0	-3,5 ***
Total das famílias pluriativas	26,3	25,5	24,7	26,3	23,7	23,1	22,0	20,4	-3,3 ***
Total das famílias não agrícolas	9,4	10,4	11,0	12,1	13,2	14,4	15,6	16,3	8,5 ***
Total das famílias de não ocupados	10,5	11,9	11,7	12,3	13,9	17,3	19,5	20,3	10,5 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A32: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
								1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
Total das famílias agrícolas	61,9	62,1	58,2	57,8	56,7	53,7	53,4	-2,3 ***
Total das famílias pluriativas	19,3	17,7	19,3	17,2	17,0	16,9	15,6	-2,4 ***
Total das famílias não agrícolas	12,9	14,8	15,9	18,7	19,5	21,4	22,3	8,1 ***
Total das famílias de não-ocupados	5,8	5,4	6,5	6,3	6,8	8,0	8,7	6,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A33: Participação relativa (%) das famílias agrícolas, pluriativas, não agrícolas e de não ocupados no total das famílias rurais agropecuárias, Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Total das famílias agrícolas	55,1	56,0	54,6	52,0	49,4	47,8	48,7	46,6	-2,7 ***
Total das famílias pluriativas	19,7	18,1	19,7	19,3	19,6	21,6	17,8	19,4	0,1
Total das famílias não agrícolas	14,4	15,4	13,8	16,7	16,1	16,6	17,7	18,2	3,5 ***
Total das famílias de não-ocupados	8,8	9,1	8,7	10,0	12,5	12,0	13,2	13,7	7,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A34: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	3,3	3,5	3,3	3,4	3,6	3,1	3,3	-0,4							
Agrícola	2,3	2,3	4,0	3,4	3,5	2,0	3,8	---							
Pluriativo	4,1	4,7	3,2	4,1	3,7	4,2	3,0	---							
Não-agrícola	2,8	3,4	3,1	2,6	3,7	2,6	3,3	---							
Empregadora com até 2 empregados	3,3	3,5	3,4	3,1	3,0	3,1	3,2	-1,6 **							
Agrícola	3,4	3,2	3,2	2,8	3,0	3,1	2,6	-2,7 ***							
Pluriativo	3,4	4,3	3,9	3,3	3,4	3,5	4,0	-0,4							
Não-agrícola	2,8	2,2	2,5	3,7	2,6	2,4	3,3	---							
Conta-Própria	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,2	-1,0 ***							
Agrícola	3,2	3,3	3,1	3,2	3,2	3,1	3,0	-0,8 ***							
Pluriativo	4,3	4,0	3,9	4,0	3,8	3,9	3,8	-1,3 ***							
Não-agrícola	3,1	3,1	2,9	2,8	2,9	3,1	2,9	-0,6							
Empregados	3,0	2,9	3,0	2,9	2,8	2,9	2,9	-0,3							
Agrícola	2,9	2,6	2,9	2,8	2,7	2,8	2,8	-0,1							
Pluriativo	3,7	3,8	3,8	3,6	3,6	3,5	3,7	-0,6 *							
Não-agrícola	2,8	2,9	2,7	2,7	2,7	2,8	2,9	0,1							
Não-ocupado na semana	1,9	1,7	1,9	2,0	1,9	1,8	2,1	1,4 *							
TOTAL	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0	-1,0 ***							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A35: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	3,0	2,7	3,0	2,9	3,0	2,9	3,2	3,2	1,4 *								
Agrícola	2,7	2,0	2,3	2,6	1,5	3,1	2,5	3,8	---								
Pluriativo	3,3	3,5	3,0	3,4	3,1	3,0	3,6	3,3	---								
Não-agrícola	3,1	2,5	3,3	2,8	3,2	2,7	3,3	3,0	1,0								
Empregadora com até 2 empregados	3,2	3,2	3,2	2,9	2,8	3,1	3,0	2,7	-1,7 **								
Agrícola	3,1	3,1	3,0	2,6	2,5	2,9	2,7	2,7	-2,3 ***								
Pluriativo	3,3	3,6	3,6	3,5	3,2	3,6	3,3	3,0	-1,5 *								
Não-agrícola	2,8	2,0	2,9	2,8	3,0	2,7	3,4	2,6	---								
Conta-Própria	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0	-0,9 ***								
Agrícola	3,1	3,0	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	-1,1 ***								
Pluriativo	3,5	3,6	3,6	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	-0,9 ***								
Não-agrícola	2,9	3,0	3,0	2,8	3,2	2,6	3,0	2,8	-0,4								
Empregados	2,8	2,7	2,8	2,8	2,8	2,8	2,7	2,8	-0,3								
Agrícola	2,6	2,8	2,8	2,6	2,6	2,7	2,5	2,6	-0,7 *								
Pluriativo	3,3	3,2	3,5	3,4	3,3	3,2	3,2	3,2	-0,8								
Não-agrícola	2,8	2,6	2,7	2,8	2,9	2,7	2,7	2,7	0,2								
Não-ocupado na semana	1,8	1,9	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9	0,3								
TOTAL	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,8	-1,1 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A36: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	3,4	3,7	3,6	4,2	4,1	3,3	3,1	-1,0							
Agrícola	3,7	3,0	3,5	1,0	2,7	2,0	2,0	--							
Pluriativo	3,5	4,9	4,2	4,7	4,1	4,4	3,4	--							
Não-agrícola	3,0	2,7	3,0	3,8	4,9	1,7	3,0	--							
Empregadora com até 2 empregados	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4	3,6	3,4	-0,8 *							
Agrícola	3,1	3,2	3,2	3,1	3,2	3,0	3,1	-0,4							
Pluriativo	4,4	4,1	4,1	4,3	3,8	4,3	3,9	-0,9							
Não-agrícola	2,8	3,0	4,1	3,0	2,5	3,7	2,4	--							
Conta-Própria	3,6	3,7	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	-0,1							
Agrícola	3,3	3,3	3,3	3,4	3,3	3,3	3,3	0,1							
Pluriativo	4,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4,1	4,3	-0,2							
Não-agrícola	3,1	3,0	3,1	3,1	3,0	3,2	3,2	0,6 ***							
Empregados	3,3	3,2	3,1	3,3	3,1	3,2	3,1	-0,5							
Agrícola	3,1	3,1	2,9	3,2	3,0	3,1	2,9	-0,4							
Pluriativo	4,6	3,9	4,2	4,2	4,1	3,8	3,8	-1,7 **							
Não-agrícola	3,0	2,9	2,9	3,2	3,0	2,9	2,9	0,2							
Não-ocupado na semana	2,0	2,0	1,9	2,3	2,0	2,0	2,0	0,5							
TOTAL	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	-0,2							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A37: Evolução do número médio de pessoas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	4,1	3,9	3,1	4,1	3,1	2,4	3,0	3,5	-4,1 *								
Agrícola	2,5	2,5	3,5	3,4	2,8	1,7	2,5	3,0	--								
Pluriativo	4,6	4,3	2,5	4,1	3,5	3,0	3,8	4,0	--								
Não-agrícola	3,7	4,2	3,2	4,6	3,1	2,0	2,4	3,4	--								
Empregadora com até 2 empregados	3,4	3,1	3,4	3,5	3,2	3,4	3,2	2,9	-1,1								
Agrícola	3,0	2,6	2,8	2,9	2,7	2,9	2,6	2,5	-1,4 *								
Pluriativo	3,7	3,6	4,2	4,2	3,8	4,1	3,8	3,4	-0,7								
Não-agrícola	3,2	2,8	3,5	3,0	2,4	2,8	3,1	3,5	--								
Conta-Própria	3,7	3,6	3,5	3,6	3,5	3,5	3,4	3,4	-1,1 ***								
Agrícola	3,4	3,3	3,3	3,3	3,2	3,1	3,1	3,0	-1,4 ***								
Pluriativo	4,2	4,2	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	-0,7 ***								
Não-agrícola	3,2	3,0	3,1	3,3	3,1	3,3	3,2	2,9	-0,4								
Empregados	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,2	3,0	3,1	-0,6 ***								
Agrícola	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,1	2,9	2,9	-0,7 **								
Pluriativo	4,2	4,5	4,0	4,2	4,2	4,1	3,9	3,9	-1,2 **								
Não-agrícola	3,0	3,0	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	-0,1								
Não-ocupado na semana	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	1,3 ***								
TOTAL	3,4	3,3	3,3	3,3	3,2	3,2	3,1	3,0	-1,3 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A38: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	34,7	34,0	35,2	35,9	34,6	34,9	34,2	0,1							
Agrícola	43,1	44,8	32,2	41,4	40,5	50,5	38,7	---							
Pluriativo	32,9	30,5	37,8	34,7	31,1	33,7	37,3	---							
Não-agrícola	26,0	31,6	33,3	33,0	33,3	33,9	30,1	---							
Empregadora com até 2 empregados	34,6	36,0	35,4	37,3	36,8	35,5	36,2	0,5							
Agrícola	33,0	37,6	35,0	40,5	37,7	39,0	40,3	2,2 **							
Pluriativo	36,4	34,7	35,4	33,7	35,4	33,5	32,7	-1,1 ***							
Não-agrícola	36,6	32,8	37,3	32,1	35,8	31,8	31,8	---							
Conta-Própria	35,4	36,3	37,1	37,6	37,1	38,1	39,3	1,2 ***							
Agrícola	36,0	37,0	37,8	38,8	38,2	39,6	40,2	1,5 ***							
Pluriativo	34,1	34,5	35,4	35,4	34,7	35,3	36,4	0,7 ***							
Não-agrícola	31,9	33,8	35,4	33,3	33,8	32,9	38,9	1,5 *							
Empregados	31,2	31,0	32,4	32,3	31,9	32,4	31,8	0,5 *							
Agrícola	32,2	31,6	33,4	32,7	32,5	33,3	32,5	0,4							
Pluriativo	29,8	30,6	30,7	30,9	30,8	30,6	30,9	0,3 **							
Não-agrícola	30,1	30,3	31,8	32,2	31,6	31,9	31,5	0,8 ***							
Não-ocupado na semana	60,5	61,3	58,5	59,1	58,2	60,3	57,3	-0,6 **							
TOTAL	35,6	36,1	37,0	37,2	36,9	37,8	38,2	0,9 ***							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A39: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas, segundo o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	37,3	40,1	37,7	40,6	37,6	39,9	37,7	36,7	-0,4								
Agrícola	42,0	52,1	48,2	50,4	55,2	43,6	43,1	40,3	---								
Pluriativo	43,7	38,7	39,4	41,4	33,2	33,8	41,1	40,1	---								
Não-agrícola	33,1	39,0	31,9	36,7	37,4	39,2	33,7	33,6	0,0								
Empregadora com até 2 empregados	36,3	35,1	38,9	37,8	39,6	38,0	40,1	40,6	1,7 ***								
Agrícola	40,1	35,9	42,0	38,8	41,2	38,4	43,2	42,2	1,3 *								
Pluriativo	33,7	33,7	35,6	37,3	39,6	36,1	35,8	40,2	2,0 ***								
Não-agrícola	27,2	37,9	32,7	31,5	29,4	43,5	40,1	36,2	---								
Conta-Própria	38,4	39,9	39,4	40,2	40,0	40,4	41,3	41,4	0,9 ***								
Agrícola	39,3	41,1	40,9	42,0	41,3	42,1	43,3	43,3	1,2 ***								
Pluriativo	36,2	36,6	36,8	36,7	38,4	37,7	38,5	38,4	0,9 ***								
Não-agrícola	36,8	38,7	35,7	36,3	35,1	38,3	35,2	36,2	-0,5								
Empregados	34,0	33,6	34,3	33,5	34,1	35,1	34,1	35,2	0,5 **								
Agrícola	35,7	33,7	34,4	34,0	35,6	35,4	34,9	35,6	0,4								
Pluriativo	32,3	32,4	32,4	31,3	32,3	34,5	33,1	33,7	0,8 *								
Não-agrícola	32,9	34,0	34,8	33,7	33,3	35,0	33,5	35,3	0,5								
Não-ocupado na semana	62,9	61,2	61,7	61,9	60,4	60,7	61,7	61,3	-0,3								
TOTAL	39,3	39,9	39,9	40,3	40,9	41,2	41,7	42,1	1,0 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A40: Evolução da idade média dos filhos (e parentes com até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	24,9	21,9	24,2	23,0	21,9	25,8	21,5	-0,5
Agrícola	31,2	0,0	26,3	13,5	21,5	0	25,8	- -
Pluriativo	24,9	16,9	23,4	26,6	19,1	28,3	20,8	- -
Não-agrícola	12,0	29,4	24,5	24,0	23,9	22,2	19,9	- -
Empregadora com até 2 empregados	17,9	19,9	20,1	19,8	19,0	21,4	20,4	1,5 *
Agrícola	16,1	19,9	17,9	18,8	18,7	22,1	22,1	3,5 ***
Pluriativo	20,5	20,2	21,9	21,2	18,6	21,4	19,5	-0,5
Não-agrícola	14,0	12,0	28,5	19,3	23,9	20,0	20,4	- -
Conta-Própria	19,8	19,7	20,2	21,1	20,7	21,3	21,7	1,4 ***
Agrícola	19,0	19,4	19,7	21,0	20,5	21,3	21,5	1,8 ***
Pluriativo	21,3	20,8	21,1	21,4	21,0	21,1	21,3	0,1
Não-agrícola	20,8	19,5	23,1	20,7	21,2	22,5	25,8	2,6 **
Empregados	18,8	19,6	20,1	21,3	20,3	19,8	20,2	0,8 *
Agrícola	18,1	17,9	19,4	21,3	20,3	19,6	19,3	1,5 *
Pluriativo	18,8	18,3	18,4	19,5	19,0	18,8	20,4	0,9 *
Não-agrícola	20,2	22,6	22,6	23,1	21,3	20,5	20,9	-0,3
TOTAL	19,6	19,7	20,3	21,1	20,5	21,0	21,3	1,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A41: Evolução da idade média dos filhos (e parentes com até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	24,3	24,9	22,2	22,5	23,5	22,5	19,3	28,2	-0,2
Agrícola	16,0	0	0,0	22,0	0,0	17,5	13,0	32,4	- -
Pluriativo	28,2	24,6	21,5	26,7	24,4	19,5	21,5	30,5	- -
Não-agrícola	23,7	25,0	22,6	19,3	22,9	25,2	19,3	22,8	-1,3
Empregadora com até 2 empregados	20,2	22,0	23,3	21,8	24,0	21,6	23,6	21,5	0,8
Agrícola	20,4	22,0	26,4	20,2	25,1	22,2	20,7	21,0	-0,5
Pluriativo	19,8	21,9	20,9	23,9	23,8	20,4	25,4	20,8	1,2
Não-agrícola	0,0	0,0	17,3	20,0	19,3	24,9	25,2	24,1	- -
Conta-Própria	21,4	21,9	22,0	22,7	23,1	22,8	23,4	24,6	1,7 ***
Agrícola	21,0	21,6	22,0	22,8	23,2	22,6	24,1	25,4	2,4 ***
Pluriativo	22,3	22,4	22,1	22,2	23,2	23,0	22,9	23,2	0,7 ***
Não-agrícola	22,2	22,8	21,0	24,3	22,5	24,0	21,3	25,5	1,2
Empregados	21,5	21,9	22,2	21,1	22,5	21,8	23,5	23,6	1,2 ***
Agrícola	20,2	20,3	22,2	19,6	22,3	21,2	23,6	23,3	2,1 ***
Pluriativo	20,2	20,1	20,5	19,5	20,5	19,5	20,3	22,9	1,0
Não-agrícola	23,2	25,2	23,4	22,9	23,6	23,7	24,9	24,0	0,3
TOTAL	21,4	22,0	22,1	22,2	23,0	22,5	23,3	24,2	1,5 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A42: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas por tipos de famílias, segundo o local de domicílio: Sul, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	5,8	6,2	8,5	7,7	7,2	8,5	8,5	5,4 ***
Agrícola	7,2	6,7	9,1	7,5	6,6	3,5	7,2	---
Pluriativo	5,6	4,5	8,6	7,7	7,9	10,4	9,3	---
Não-agrícola	3,9	6,8	8,0	8,0	7,2	8,0	8,8	---
Empregadora com até 2 empregados	6,0	5,6	5,6	5,7	6,1	6,8	6,7	2,4 **
Agrícola	5,7	5,5	5,1	5,2	5,7	5,9	6,3	1,5
Pluriativo	6,0	5,6	5,7	6,0	6,2	7,2	6,2	1,9 *
Não-agrícola	7,5	5,9	8,4	7,1	8,1	8,2	8,2	---
Conta-Própria	3,9	4,1	4,2	4,3	4,3	4,5	4,5	1,9 ***
Agrícola	3,7	3,9	3,9	4,0	4,1	4,2	4,2	1,6 ***
Pluriativo	4,5	4,7	4,6	4,9	4,7	5,0	5,3	1,9 ***
Não-agrícola	5,1	5,0	5,3	5,1	5,1	5,6	5,5	1,2 **
Empregados	3,6	3,9	3,9	4,3	4,4	4,2	4,6	2,9 ***
Agrícola	2,7	3,2	3,1	3,1	3,3	3,2	3,7	2,9 ***
Pluriativo	4,0	4,5	4,1	4,6	4,7	4,7	4,9	2,5 ***
Não-agrícola	4,8	4,8	4,9	5,5	5,3	5,1	5,5	1,8 ***
TOTAL	3,9	4,2	4,2	4,3	4,5	4,5	4,7	2,2 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A43: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas por tipos de famílias, segundo o local de domicílio: Sul, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	7,6	9,3	7,7	8,3	9,8	8,2	8,0	9,4	1,4
Agrícola	8,0	1,9	7,8	9,7	10,1	5,0	6,3	9,5	---
Pluriativo	5,5	10,0	9,2	5,6	10,6	9,2	8,4	10,0	---
Não-agrícola	8,2	10,0	7,0	8,8	9,4	9,6	8,5	9,1	1,2
Empregadora com até 2 empregados	6,1	5,8	6,2	6,3	6,4	7,1	7,0	7,3	3,2 ***
Agrícola	5,9	5,4	5,9	5,9	5,7	6,7	5,9	6,4	1,7 *
Pluriativo	6,4	6,0	6,4	6,5	7,0	7,4	8,3	8,1	4,5 ***
Não-agrícola	6,1	9,5	7,1	8,3	9,1	7,6	7,3	8,9	---
Conta-Própria	4,8	4,9	5,0	5,0	5,3	5,3	5,6	5,7	2,6 ***
Agrícola	4,3	4,5	4,5	4,5	4,9	4,7	5,1	5,1	2,4 ***
Pluriativo	5,7	5,8	5,9	5,9	6,2	6,0	6,5	6,8	2,4 ***
Não-agrícola	6,0	6,0	6,0	5,6	5,9	6,3	6,6	6,7	1,6 **
Empregados	4,9	5,0	5,3	5,3	5,6	5,9	6,0	5,9	3,2 ***
Agrícola	3,7	3,8	4,2	4,0	4,2	4,5	4,6	4,2	2,3 ***
Pluriativo	5,0	5,6	5,4	6,2	5,9	6,2	6,0	5,6	1,8 *
Não-agrícola	6,1	6,3	6,7	6,2	6,8	7,4	7,4	7,5	3,3 ***
TOTAL	4,9	5,0	5,2	5,2	5,5	5,6	5,9	5,9	2,9 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A44: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)							
								1992/1999 ^a							
NÃO METROPOLITANO															
RURAL AGROPECUÁRIO															
Empregadora com mais de 2 empregados	38,1	32,7	35,3	36,3	38,4	40,7	37,9	1,5 *							
Agrícola	45,0	39,1	61,5	30,0	50,0	55,9	28,7	- -							
Pluriativo	38,5	30,4	31,2	37,5	38,2	33,4	42,2	- -							
Não-agrícola	31,9	29,2	30,4	35,4	30,8	48,5	36,1	- -							
Empregadora com até 2 empregados	39,1	41,0	38,0	38,3	39,7	39,3	39,7	-0,1							
Agrícola	42,8	44,3	40,7	41,3	42,9	42,8	43,1	-0,1							
Pluriativo	35,5	38,3	35,3	34,1	35,7	36,4	37,1	0,0							
Não-agrícola	27,1	25,0	27,6	33,2	27,6	34,1	27,8	- -							
Conta-Própria	35,4	35,2	34,4	35,3	35,1	35,0	35,4	0,0							
Agrícola	37,1	38,5	36,6	37,3	37,1	37,9	38,4	0,2							
Pluriativo	33,1	31,4	31,3	31,8	31,7	31,9	31,5	-0,3							
Não-agrícola	32,9	32,5	31,6	33,6	34,6	31,8	30,9	-0,4							
Empregados	31,4	31,3	31,7	31,0	31,6	31,6	30,8	-0,1							
Agrícola	32,2	32,4	32,7	31,6	32,3	32,3	31,2	-0,3							
Pluriativo	28,8	28,7	28,4	28,1	30,2	30,4	29,3	0,6							
Não-agrícola	30,1	31,7	30,6	30,5	30,4	31,5	31,0	0,2							
Não-ocupado na semana	55,6	58,9	56,1	53,0	55,9	55,4	56,3	-0,3							
TOTAL	36,4	36,2	36,1	36,5	36,6	36,2	36,2	0,0							

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A45: Evolução da idade média das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 2 empregados	38,8	39,2	41,8	45,2	43,4	50,5	42,5	44,8	2,3 **								
Agrícola	43,3	59,0	51,7	49,5	44,4	72,3	47,9	47,2	- -								
Pluriativo	38,8	38,0	40,9	47,6	51,9	46,9	43,5	45,5	- -								
Não-agrícola	36,3	26,1	33,9	36,1	38,0	28,2	36,4	43,1	- -								
Empregadora com até 2 empregados	41,2	42,3	42,6	42,4	43,7	42,9	43,5	44,6	0,9 ***								
Agrícola	45,9	48,1	47,0	47,2	50,4	46,7	49,3	51,3	1,1 **								
Pluriativo	37,4	36,6	37,7	36,8	38,3	39,2	37,2	39,2	0,7 **								
Não-agrícola	42,8	36,7	25,7	40,0	33,5	31,2	40,3	33,6	- -								
Conta-Própria	35,4	35,4	35,5	35,4	36,1	36,4	36,8	37,2	0,8 ***								
Agrícola	37,7	37,3	37,5	37,4	38,1	39,3	38,9	39,1	0,8 ***								
Pluriativo	32,3	33,0	32,5	32,9	33,5	33,2	34,3	34,6	0,9 ***								
Não-agrícola	33,4	33,5	34,2	34,6	34,4	35,2	35,6	36,3	1,2 ***								
Empregados	30,7	31,7	31,4	31,1	31,2	31,9	31,8	32,4	0,5 ***								
Agrícola	30,9	31,8	31,4	30,9	31,0	31,7	31,9	32,5	0,5 **								
Pluriativo	29,2	29,5	29,9	29,5	30,9	31,6	30,1	30,4	0,7 **								
Não-agrícola	31,1	32,5	32,1	32,9	31,8	32,7	32,4	33,1	0,5 **								
Não-ocupado na semana	54,3	53,0	53,2	52,5	50,2	49,3	49,6	50,4	-1,3 ***								
TOTAL	36,2	36,6	36,6	36,4	36,8	37,3	38,0	38,4	0,8 ***								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A46: Evolução da idade média dos filhos e parentes (até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	20,6	21,6	18,3	22,8	23,8	20,4	30,3	3,6 *
Agrícola	15,5	27,8	0,0	0,0	25,6	0,0	0,0	--
Pluriativo	21,2	15,5	17,9	21,6	23,5	20,4	32,6	--
Não-agrícola	22,9	0,0	18,7	26,7	23,5	0,0	24,8	--
Empregadora com até 2 empregados	20,4	20,2	21,1	19,6	21,3	21,6	21,5	0,9 *
Agrícola	20,1	18,9	20,4	19,1	20,9	22,1	20,8	1,3 *
Pluriativo	20,7	20,8	21,7	19,8	21,8	21,4	22,0	0,7
Não-agrícola	21,0	0,0	15,0	22,0	17,0	22,3	0,0	--
Conta-Própria	18,9	18,9	19,1	19,7	19,4	19,9	19,7	0,8 ***
Agrícola	19,0	19,1	19,3	19,5	19,7	20,2	19,8	0,8 ***
Pluriativo	18,7	18,5	18,8	19,8	19,2	19,6	19,4	0,7 ***
Não-agrícola	20,4	20,3	19,7	21,7	19,0	20,9	21,7	0,5
Empregados	19,3	18,8	19,7	19,5	20,9	20,5	20,6	1,3 ***
Agrícola	18,7	19,2	19,8	19,3	20,8	20,2	19,9	1,0 ***
Pluriativo	18,6	17,3	17,7	17,7	20,1	19,0	18,9	1,1
Não-agrícola	23,9	21,8	22,1	21,8	22,3	23,2	24,9	0,7
TOTAL	19,1	18,9	19,3	19,7	19,8	20,1	20,0	0,9 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A47: Evolução da idade média dos filhos e parentes (até 39 anos) ocupados, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	28,9	21,7	24,0	27,9	30,8	35,7	25,9	32,1	3,5 *
Agrícola	0,0	14,8	21,8	21,9	18,0	0,0	27,2	48,0	--
Pluriativo	30,8	22,8	33,5	27,3	42,3	35,7	24,7	31,4	--
Não-agrícola	17,8	25,8	15,8	33,0	21,0	0,0	0,0	27,8	--
Empregadora com até 2 empregados	22,7	21,7	22,8	23,9	23,2	24,0	23,6	23,0	0,8 *
Agrícola	21,3	17,8	23,4	22,0	23,8	23,6	28,8	20,9	2,9
Pluriativo	23,2	23,3	22,4	24,4	23,1	24,2	21,9	24,8	0,4
Não-agrícola	23,3	29,5	22,0	36,6	20,1	27,0	19,8	22,1	--
Conta-Própria	20,9	21,5	21,3	21,3	22,1	22,1	22,7	22,9	1,3 ***
Agrícola	21,0	21,3	21,2	21,1	22,0	22,8	22,6	23,4	1,5 ***
Pluriativo	20,7	21,5	21,1	21,2	21,9	21,3	22,6	22,0	0,9 ***
Não-agrícola	22,5	22,3	22,7	22,9	23,7	23,8	23,7	25,8	1,7 ***
Empregados	21,4	21,7	22,5	21,7	22,6	22,3	23,5	23,1	1,1 ***
Agrícola	21,2	21,1	22,4	20,7	21,8	21,7	23,3	22,4	1,0 *
Pluriativo	20,2	20,8	20,1	20,5	21,6	22,0	20,9	21,4	0,9 **
Não-agrícola	23,8	25,7	25,6	26,1	25,6	24,6	25,6	25,6	0,5
TOTAL	21,1	21,6	21,7	21,5	22,3	22,3	23,0	23,0	1,3 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A48: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 1992 a 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.) 1992/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Empregadora com mais de 2 empregados	3,5	4,4	3,3	5,5	5,3	5,1	7,0	8,4 ***
Agrícola	2,4	5,5	8,2	10,0	4,8	2,9	6,4	- -
Pluriativo	3,5	4,3	2,5	5,9	6,0	4,2	5,2	- -
Não-agrícola	4,4	3,3	2,4	4,0	4,2	8,8	9,1	- -
Empregadora com até 2 empregados	2,3	2,1	3,0	3,0	2,8	2,9	3,0	4,7 ***
Agrícola	1,93	1,84	2,66	2,33	2,17	2,30	2,81	4,5 **
Pluriativo	2,71	2,33	3,32	3,66	3,55	3,07	3,17	3,9 *
Não-agrícola	2,8	1,5	3,6	5,6	5,9	5,4	3,7	- -
Conta-Própria	1,4	1,4	1,6	1,6	1,6	1,8	1,9	4,3 ***
Agrícola	1,2	1,1	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5	4,1 ***
Pluriativo	1,7	1,7	1,9	2,0	1,9	2,1	2,3	4,0 ***
Não-agrícola	1,8	2,2	2,5	2,5	2,5	2,7	2,9	5,8 ***
Empregados	1,3	1,5	1,5	1,7	1,8	1,9	2,0	6,4 ***
Agrícola	0,8	1,0	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4	6,7 ***
Pluriativo	1,8	1,6	2,2	2,4	2,6	1,8	2,3	3,5
Não-agrícola	2,5	2,4	3,0	3,1	3,4	2,9	3,1	3,6 **
TOTAL	1,4	1,5	1,6	1,7	1,7	1,9	2,0	4,9 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A49: Evolução da média de anos de estudos das pessoas ocupadas das famílias, por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Nordeste, 2002 a 2009

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.) 2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empregados	7,0	7,6	7,7	6,2	5,4	7,2	8,3	8,3	1,6
Agrícola	3,6	9,0	6,0	4,9	6,8	6,0	7,5	8,2	- -
Pluriativo	7,2	7,2	9,0	8,0	5,9	8,0	8,1	8,8	- -
Não-agrícola	8,1	7,5	8,1	4,1	4,4	6,5	9,1	8,1	- -
Empregadora com até 2 empregados	3,7	3,5	3,6	3,4	3,6	3,6	3,6	4,2	1,3
Agrícola	3,0	2,7	3,0	2,5	2,6	2,7	2,4	3,4	0,0
Pluriativo	4,2	4,5	4,2	4,3	4,3	4,6	4,5	4,7	1,1 **
Não-agrícola	3,5	2,6	7,5	8,2	4,9	5,8	6,4	6,5	- -
Conta-Própria	2,3	2,4	2,6	2,8	2,9	3,2	3,3	3,5	6,3 ***
Agrícola	1,8	1,9	2,2	2,2	2,3	2,5	2,6	2,7	5,9 ***
Pluriativo	2,9	2,9	3,1	3,2	3,5	3,8	3,8	4,1	5,4 ***
Não-agrícola	3,1	3,6	3,2	4,0	3,9	4,7	4,4	4,7	6,3 ***
Empregados	2,4	2,6	2,7	3,0	3,3	3,6	3,9	4,2	8,5 ***
Agrícola	1,7	1,8	2,0	2,1	2,2	2,7	2,7	2,8	8,3 ***
Pluriativo	3,2	3,4	3,4	3,6	4,3	4,4	4,7	4,8	6,6 ***
Não-agrícola	4,4	5,0	4,7	5,4	5,3	5,5	5,9	6,4	4,8 ***
TOTAL	2,4	2,5	2,7	2,9	3,1	3,4	3,6	3,8	7,0 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A50 – Valores absolutos do PRONAF no período de 2000 a 2009

ANO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
2000	137.221.638,36	501.640.109,68	373.702.024,86	1.003.394.408,05	172.139.219,16	2.188.097.400,11
2001	77.311.200,35	317.829.073,87	340.340.616,84	1.220.675.740,76	197.191.603,08	2.153.348.234,90
2002	155.131.104,46	369.572.660,47	354.731.383,89	1.336.724.676,48	188.685.944,86	2.404.845.770,16
2003	450.592.045,34	591.962.124,99	682.142.141,90	1.785.313.390,58	296.853.047,79	3.806.862.750,60
2004	687.391.856,61	1.048.135.990,10	979.311.954,02	2.687.367.700,52	358.989.108,73	5.761.196.609,98
2005	582.667.751,82	1.587.458.375,50	1.158.435.646,22	2.634.460.558,37	439.215.545,18	6.402.237.877,09
2006	768.605.342,38	2.103.278.775,27	1.598.553.710,33	3.115.576.197,70	509.982.788,35	8.095.996.814,03
2007	686.632.823,60	1.855.372.721,84	2.059.413.074,98	4.061.662.683,70	627.067.310,32	9.290.148.614,44
2008	669.959.180,42	1.542.332.608,97	2.011.584.827,76	5.039.659.329,00	496.302.955,70	9.759.838.901,85
2009	625.019.179,99	1.455.825.089,47	2.329.244.834,44	4.677.623.573,74	652.312.447,85	9.740.025.125,49

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da MDA/SAF

Tabela A51: Evolução da renda agrícola média das famílias dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio. Sul, 1995-99. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)					
						1995/1999 ^a					
NÃO METROPOLITANO											
RURAL AGROPECUÁRIO											
Empregadora com mais de 2 empregados	2.161,8	1.050,8	638,9	1.103,2	957,7	-14,6					
Agrícola	-	1.928,6	1.264,9	-	1.286,3						
Pluriativo	4.234,3	1.530,5	1.600,0	2.805,4	2.164,2	-7,1					
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
Empregadora com até 2 empregados	712,8	780,4	901,8	1.188,6	980,9	11,2 **					
Agrícola	832,7	1.083,2	1.121,5	1.745,1	1.608,4	19,6 ***					
Pluriativo	702,3	537,2	739,2	1.123,9	695,4	7,4					
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
Conta Própria	334,7	351,5	334,5	301,0	315,8	-2,7 *					
Agrícola	359,8	383,0	379,3	325,4	334,0	-3,1					
Pluriativo	355,6	411,8	324,4	349,9	411,0	1,3					
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
Empregados	165,7	149,4	160,1	150,4	140,5	-3,2 *					
Agrícola	278,6	260,6	272,9	279,9	272,5	0,3					
Pluriativo	238,4	232,9	301,5	259,6	230,3	0,4					
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
Não Ocupados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
TOTAL	300,0	283,9	285,3	254,5	256,5	-4,1 ***					

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A52: Evolução da renda média total dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Sul, 1995-99. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)					
						1995/1999 ^a					
NÃO METROPOLITANO											
RURAL AGROPECUÁRIO											
Empregadora com mais de 2 empregados	3.447,6	1.810,1	1.808,6	3.925,0	2.542,2	1,7					
Agrícola	-	1.961,4	1.544,2	-	1.364,4						
Pluriativo	5.729,6	1.918,3	2.564,7	7.526,0	3.962,7	6,5					
Não-agrícola	1.534,5	1.607,0	1.664,5	2.001,1	2.266,4	10,5 ***					
Empregadora com até 2 empregados	1.053,8	1.176,7	1.287,9	1.722,5	1.722,5	14,6 ***					
Agrícola	927,7	1.207,7	1.259,8	1.852,4	1.691,4	17,7 ***					
Pluriativo	1.165,4	1.003,9	1.212,4	1.833,3	1.638,6	13,7 **					
Não-agrícola	1.325,8	1.506,0	1.672,7	1.187,6	1.932,7	5,3					
Conta Própria	538,3	586,7	549,4	546,2	555,7	-0,1					
Agrícola	446,5	484,3	481,7	442,9	444,0	-1,0					
Pluriativo	741,6	831,2	710,3	709,8	814,6	0,3					
Não-agrícola	826,5	844,3	733,1	929,7	809,5	0,5					
Empregados	440,9	481,9	466,6	456,2	457,9	0,2					
Agrícola	320,2	305,0	311,2	315,6	301,2	-0,9					
Pluriativo	561,3	594,9	627,1	568,4	551,5	-0,8					
Não-agrícola	557,3	634,5	576,2	566,9	583,2	-0,2					
Não Ocupados	283,2	250,9	247,0	314,8	277,8	1,9					
TOTAL	547,9	559,7	551,7	551,2	557,1	0,2					

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A53: Evolução da renda agrícola média dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Nordeste, 1995-99. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
						1995/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Empregadora com mais de 2 empregados	320,2	393,0	663,9	1.295,6	365,1	15,7
Agrícola	-	-	-	-	-	
Pluriativo	432,5	614,3	694,1	1.757,0	584,6	18,0
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Empregadora com até 2 empregados	425,2	442,3	425,6	311,7	316,8	-9,0 **
Agrícola	411,0	447,9	470,0	324,1	306,2	-8,7 *
Pluriativo	469,7	479,2	397,5	344,6	387,7	-6,9 **
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Conta Própria	165,7	167,2	134,4	135,3	139,1	-5,5 *
Agrícola	168,3	170,2	140,9	139,5	140,6	-5,4 **
Pluriativo	196,1	209,5	157,9	162,5	166,8	-5,6 *
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Empregados	135,4	126,5	125,4	101,4	112,3	-5,8 **
Agrícola	169,6	167,4	163,3	169,8	167,7	-0,1
Pluriativo	165,3	145,5	135,6	97,8	118,2	-10,1 **
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Não Ocupados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
TOTAL	145,7	138,8	125,9	117,6	122,3	-5,0 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001

Nota: exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A54: Evolução da renda média total dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Nordeste, 1995-99. (R\$ de Set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)
						1995/1999 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Empregadora com mais de 2 empregados	1.997,5	1.916,6	2.109,7	3.276,2	1.857,2	4,0
Agrícola	-	-	-	-	-	
Pluriativo	977,7	2.334,6	2.446,4	3.066,2	1.090,2	5,0
Não-agrícola	1.126,3	1.491,7	1.729,0	-	3.101,5	
Empregadora com até 2 empregados	756,8	606,5	641,9	731,5	580,2	-3,4
Agrícola	540,4	528,6	582,4	658,7	453,8	-1,3
Pluriativo	1.006,3	726,6	745,3	780,2	775,7	-4,4
Não-agrícola	-	520,0	684,9	919,8	455,9	
Conta Própria	287,4	276,0	249,4	277,5	277,5	-0,7
Agrícola	241,8	235,2	210,0	224,3	228,8	-1,6
Pluriativo	352,6	347,2	301,2	333,8	338,2	-1,2
Não-agrícola	352,3	313,1	325,2	348,0	360,3	1,5
Empregados	249,3	240,2	228,4	249,0	233,6	-0,9
Agrícola	205,7	200,1	191,6	210,1	196,9	-0,4
Pluriativo	350,3	349,0	308,6	263,6	302,6	-5,6 *
Não-agrícola	326,9	298,2	296,7	297,1	259,1	-4,6 ***
Não Ocupados	187,6	165,6	191,3	191,2	185,7	1,2
TOTAL	281,3	263,0	253,3	277,9	267,2	-0,5

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano. Junho/2001

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A55: Evolução da renda agrícola média dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Sul, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 02 empregados	1861,0	1244,2	1649,2	2075,8	1336,7	1185,6	800,2	2159,8	-3,0								
Agrícola	7642,3	2029,8	5279,0	5296,1	4966,1	3340,4	3110,4	7018,3	---								
Pluriativo	992,9	3184,2	2794,4	4369,1	4542,6	1239,9	875,7	2394,2	---								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Empregadora com até 02 empregados	3171,9	3706,7	1904,4	1894,2	2592,7	2179,2	2669,4	1731,7	-6,0 *								
Agrícola	3080,8	4897,5	2182,1	1810,2	2394,7	2694,7	3991,1	2238,8	-2,8								
Pluriativo	3887,0	2334,4	2009,7	2359,0	3542,0	2099,0	2163,6	1800,1	-6,0 *								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Conta-Própria	801,1	881,2	966,3	837,2	925,8	1177,7	979,7	1213,9	5,0 ***								
Agrícola	842,0	943,4	993,8	952,5	997,5	1372,1	1078,2	1320,1	5,9 ***								
Pluriativo	871,3	1053,2	1174,1	785,1	1073,0	1121,4	1162,9	1318,3	4,3 *								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Empregados	367,0	381,9	382,0	356,2	460,8	379,5	383,1	394,8	0,9								
Agrícola	670,6	630,3	604,8	644,1	724,5	679,4	688,4	756,9	2,1 **								
Pluriativo	532,5	469,9	654,9	662,8	1185,0	576,4	701,4	669,6	4,6								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0									
TOTAL	724,1	824,4	808,9	712,0	800,4	883,7	776,2	877,4	1,7 *								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A56: Evolução da renda agrícola média dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Nordeste, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)								
									2002/2009 ^a								
NÃO METROPOLITANO																	
RURAL AGROPECUÁRIO																	
Empregadora com mais de 02 empregados	1317,0	1382,3	3696,8	2168,9	1201,7	1519,5	1996,8	3314,8	6,2								
Agrícola	1245,2	1846,5	9204,4	4951,0	2162,4	2414,9	4231,8	1261,5	---								
Pluriativo	1719,1	1830,7	1272,7	2094,6	2382,9	1623,4	1975,3	9713,0	---								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Empregadora com até 02 empregados	752,5	724,4	591,8	600,4	648,9	689,6	790,0	729,5	0,9								
Agrícola	871,30	806,59	448,45	591,62	393,01	769,10	682,23	972,31	1,4								
Pluriativo	732,21	714,38	747,12	632,43	864,70	673,25	958,97	747,66	1,9								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Conta-Própria	307,3	299,9	281,5	290,4	275,5	335,3	318,0	317,7	1,2								
Agrícola	284,3	274,3	271,4	260,1	256,1	346,5	317,3	293,7	2,0								
Pluriativo	373,9	383,9	344,0	374,0	355,8	411,2	405,6	434,7	2,2 **								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Empregados	298,1	280,7	276,7	317,6	286,9	280,9	297,0	294,1	0,2								
Agrícola	384,7	352,8	361,7	398,5	388,6	373,2	434,2	413,4	1,9 **								
Pluriativo	292,9	294,4	327,6	415,3	351,2	352,5	383,7	443,3	5,2 ***								
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0									
TOTAL	299,8	286,0	278,3	292,0	264,8	281,3	284,9	275,2	-0,8 *								

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A57: Evolução da renda total média dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Sul, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 02 empregados	4597,0	6316,1	3793,1	4839,7	5944,8	3278,9	3126,5	5511,1	-2,9
Agrícola	8180,9	2674,1	6079,6	5687,8	5749,9	3445,7	3303,4	7467,5	---
Pluriativo	4184,1	8739,9	5217,0	6561,6	12630,5	2108,2	3082,4	5995,9	---
Não-agrícola	3405,0	5300,6	2471,0	3806,3	3607,6	3417,5	3089,3	4393,9	0,01
Empregadora com até 02 empregados	4008,6	4447,5	2884,9	2775,6	3301,6	3475,1	3910,6	3002,0	-2,3
Agrícola	3448,2	5312,9	2690,7	2156,0	2775,5	3031,6	4759,8	2809,9	-1,6
Pluriativo	4920,9	3390,6	3382,4	3656,8	4484,5	4044,6	3234,7	3446,9	-2,3
Não-agrícola	2625,4	2815,2	2023,5	2630,2	1608,7	3114,4	3180,8	2804,6	---
Conta-Própria	1263,0	1429,7	1523,4	1387,4	1663,8	1897,9	1750,6	1951,7	6,0 ***
Agrícola	1094,7	1223,4	1301,2	1281,9	1401,1	1740,1	1533,8	1744,9	6,6 ***
Pluriativo	1611,6	1910,3	2054,5	1650,6	2215,9	2190,5	2264,7	2428,4	5,1 ***
Não-agrícola	1644,9	1645,8	1374,6	1327,4	1687,7	1819,8	1682,6	1825,1	2,3
Empregados	1061,1	1107,9	1070,6	1100,5	1393,3	1251,6	1244,1	1441,3	4,2 ***
Agrícola	817,7	755,2	743,1	803,2	917,7	874,4	870,1	1008,1	3,4 ***
Pluriativo	1231,6	1392,3	1454,0	1393,1	2204,3	1459,8	1578,3	1737,4	4,3 *
Não-agrícola	1225,1	1457,4	1315,5	1258,6	1498,0	1567,9	1471,3	1671,4	3,5 ***
Não-ocupado na semana	884,1	756,4	700,9	753,4	847,4	787,0	874,0	940,7	2,0
TOTAL	1313,2	1485,6	1449,7	1374,0	1645,5	1697,8	1626,3	1808,6	4,1 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela A58: Evolução da renda total média dos tipos de famílias extensas segundo o local do domicílio. Nordeste, 2002 a 2009 (R\$ de Set./2009)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	tx cresc. (% aa.)
									2002/2009 ^a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 02 empregados	2598,6	3480,5	4652,4	4719,7	3395,5	3947,5	3849,4	7284,9	8,6 **
Agrícola	1269,7	3385,1	9400,9	5382,7	3075,8	3271,3	4514,3	1341,4	---
Pluriativo	2833,8	3195,8	2399,5	5800,7	5635,1	4273,1	4288,2	10877,2	---
Não-agrícola	2275,5	4262,8	1574,5	2402,0	2103,6	3520,4	2334,9	7665,3	---
Empregadora com até 02 empregados	1306,8	1313,3	1186,3	1458,2	1398,7	1596,4	1607,1	1677,2	4,4 ***
Agrícola	1258,99	1498,31	868,46	1017,23	978,58	1423,73	1272,60	1476,74	2,1
Pluriativo	1333,32	1213,40	1449,69	1764,37	1705,03	1804,06	1832,24	1732,77	5,5 ***
Não-agrícola	1366,1	688,9	1809,0	3321,8	1107,8	1055,3	2002,4	2077,7	---
Conta-Própria	647,0	636,8	640,9	687,5	744,9	884,2	856,8	882,8	5,8 ***
Agrícola	536,5	505,1	524,5	533,4	591,6	740,1	674,0	682,7	5,2 ***
Pluriativo	780,7	792,7	780,6	825,0	911,4	998,6	1036,7	1099,9	5,6 ***
Não-agrícola	680,1	655,8	735,5	778,9	815,5	998,8	903,6	945,2	6,0 ***
Empregados	598,3	559,8	595,8	685,7	690,6	763,5	814,1	824,3	6,0 ***
Agrícola	517,7	468,7	502,0	546,5	573,5	642,4	635,4	644,0	4,7 ***
Pluriativo	810,5	790,8	796,6	934,6	916,9	1044,4	1085,6	1087,9	5,4 ***
Não-agrícola	693,3	686,0	710,5	893,6	825,8	878,4	998,5	1000,7	6,1 ***
Não-ocupado na semana	470,4	443,5	510,4	495,0	531,5	535,2	553,0	586,8	3,5 ***
TOTAL	647,3	630,8	648,9	713,6	735,4	817,4	833,3	849,7	4,9 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.